

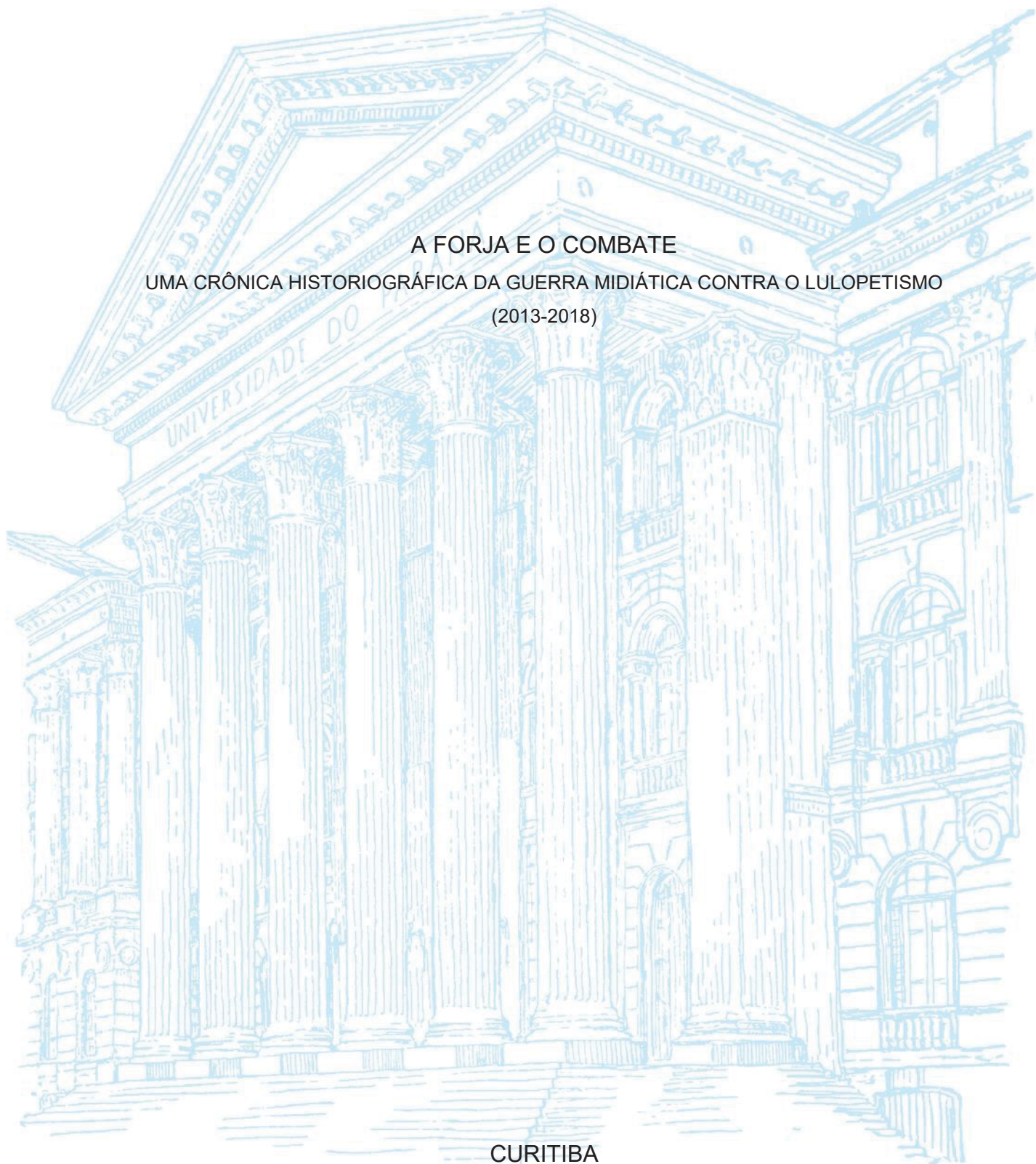
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PABLO SILVA PIMENTEL

A FORJA E O COMBATE

UMA CRÔNICA HISTORIOGRÁFICA DA GUERRA MIDIÁTICA CONTRA O LULOPETISMO

(2013-2018)



CURITIBA

2025

PABLO SILVA PIMENTEL

A FORJA E O COMBATE

UMA CRÔNICA HISTORIOGRÁFICA DA GUERRA MIDIÁTICA CONTRA O LULOPETISMO
(2013-2018)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Nicastro Honesko

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pimentel, Pablo Silva

A forja e o combate: uma crônica historiográfica da guerra midiática contra o lulopetismo (2013-2018). / Pablo Silva Pimentel. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Nicastro Honesko.

1. Imprensa e política. 2. Brasil. Presidente (2023- : Lula). 3. Narrativa (retórica). 4. Lula, 1945-. I. Honesko, Vinícius Nicastro, 1981-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de PABLO SILVA PIMENTEL, intitulada: *A Forja e o Combate: uma oratória historiográfica da guerra midiática contra o "lutopetismo" (2013-2018)*, sob orientação do Prof. Dr. VINICIUS NICASTRO HONESKO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Setembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

07/09/2025 12:55:44.0

VINICIUS NICASTRO HONESKO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/09/2025 12:39:57.0

RICARDO MACHADO

Avaliador Externo (UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)

Assinatura Eletrônica

07/09/2025 13:24:31.0

FÁBIO FRANCISCO FELTRIN DE SOUZA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 11:29:05.0

SÔNIA MARIA DE MENESES SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI)

Assinatura Eletrônica

08/09/2025 14:33:04.0

ANA CAROLINA CERNICCHIARO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D. Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 481793

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 481793

CORDEL DE GRATIDÃO

Querida amiga e querido amigo,
Não me leve a mal.
É que o Senhô me fez cabra nordestino
Pra estudar té o final.
Porque quero ser doutô
Pra voltar pro meu chão natal.

Deus Pai que vê dentro,
Deus Mãe que vê além
Queria agradecer todo chamego
Que o Divino dos sertões tem,
Pra carregar no colo esse teu rebento
Nas terras que é do cidadão de bem.

A meu pai e minha mãe
Que cedo trabalharam pra rebentar muitos
grilhões.
Pra fazer de sua lida e sua vida
uma bença pra multidões.
Queria muito agradecer, por meu irmão e por
mim,
Por nunca desistir,
E lutar até o fim.

Aos mestres do PPGHIS
Que plantaram seu saber
Com palavras e muitos livros
Me ajudaram a crescer.
Principalmente, seu Vinicius que desde cedo
me aceitou
Pra ter mais um grande trabalho
De me fazer virar doutô.

E à banca respeitável,
Que aceitou me ler e me escutar,

Com olhar criterioso
Veio o saber lapidar
A crítica construtiva
Pra fazer meu estudo avançar

Ao pequeno Ravi,
Menino que significa sol.
Que corre, corre, corre
Pra brincar e cantar feito rouxinol.
Se ocê cair e lágrimas jorrar
Sempre presente vou estar,
O seu papainho podes sempre chamar.

À mulher que tanto amo,
Guerreira do meu sertão
Que aguentou noites danadas
E enxugou minha aflição.
Cheirando à flor de tangerina e mel
Ganha todo dia meu coração.

Encerrando este cordel,
Com sorriso e emoção,
Digo: a luta foi grande
Não faltou aflição.
Meu doutorado é de todos
Que ajudaram no sertão.

Querida amiga e querido amigo,
Não me leve a mal.
É que o Senhô me fez cabra nordestino
Pra estudar té o final.
Porque quero ser doutô,
Pra voltar pro meu chão natal.

Vim aqui só pra dizer
Ninguém há de me calar
Se alguém tem que morrer
Que seja pra melhorar
Tanta vida pra viver
Tanta vida a se acabar
Com tanto pra se fazer
Com tanto pra se salvar
Você que não me entendeu
Não perde por esperar.

Réquiem para Matraga
Geraldo Vandrê

O dom de despertar no
passado as centelhas da
esperança é privilégio
exclusivo do historiador
convencido de que também
os mortos não estarão em
segurança se o inimigo
vencer. E esse inimigo não
tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

RESUMO

O som do martelo forjador ressoa ao bater de forma compassada no material que é plasticamente moldado. O calor da forja incandesce o metal que espalha centelhas a cada batida ensurdecadora que ecoa pela oficina. É ali que se forjam as adagas e os cutelos para o combate. As redações e conselhos editoriais dos grandes jornais se assemelham a essas oficinas de forjamento, moldando e provendo discursos públicos que circulam entre atores que lutam na arena política. Durante o contexto de crise do lulismo, os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* engendraram, em sua tradicional forja editorial, narrativas jornalísticas para combater os motivos encantatórios do discurso lulista. Mobilizando recursos simbólicos e estéticos, esses jornais elaboraram, à quente, narrativas sobre o que chamavam de “lulopetismo”, um suposto projeto de poder autoritário, corrompido e degenerado liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Com modelações distintas, os editoriais forjaram um inimigo para combatê-lo sem tréguas. Ao empreender uma remontagem dos atos e cenas das sagas narrativas elaboradas através do gênero editorial entre 2013 e 2018 – metodologia livremente inspirada nos aportes teóricos de Paul Ricoeur, Sônia Meneses e Luiz Gonzaga Motta –, proponho historicizar os elementos discursivos utilizados na caracterização do “lulopetismo”. Nesse sentido, procuro conversar com autores e autoras que me auxiliem a encontrar conexões com discursos de outros atores da desestabilização do lulismo, compreendendo as entretecidas redes de seus interesses políticos e econômicos. Este trabalho de pesquisa se insere no esforço de historiadoras e historiadores em fomentar uma produção relevante de narrativas historiográficas comprometidas com o imperativo ético e político de transformação. E tal abordagem assume a escrita da história enquanto tomada de posição na busca daquela “centelha da esperança” proclamada por Walter Benjamin. Ao se inserir na disputa narrativa sobre os sentidos do tempo presente, este trabalho busca se unir à luta para acender uma pequena centelha que interrompa um “inimigo que não tem cessado de vencer”.

Palavras-chave: Lulopetismo. Narrativa jornalística. Neoliberalismo. *O Globo*. *O Estado de S. Paulo*.

ABSTRACT

The sound of the forge hammer resonates when beating shapely in the material that is plasticly shaped. The warmth of the forge incandesce the metal that spreads sparks with each deafening beat that echoes through the workshop. This is where the daggers and the cleavers for combat are forged. The editorial boards of the major newspapers resemble these forging workshops, shaping and providing public discourses that circulate among actors fighting in the political arena. During the context of the crisis of Lulism, the newspapers O Globo and the Estado de S. Paulo engendered, in their traditional editorial forge, journalistic narratives to combat the enchanting motives of the Lulist discourse. Mobilizing symbolic and aesthetic resources, these newspapers elaborated narratives about what they called “Lulopetism”, an alleged project of authoritarian, corrupted and degenerated power led by Luiz Inácio Lula da Silva. With different modeling, editorials forged an enemy to combat it without respite. By undertaking a reassembly of the acts and scenes of the narrative sagas elaborated through the editorial genre between 2013 and 2018 - methodology freely inspired by the theoretical contributions of Paul Ricoeur, Sônia Meneses and Luiz Gonzaga Motta -, I propose historicizing the discursive elements used in the characterization of “Lulopetism”. In this sense, I try to talk to authors who help me to find connections with speeches by other actors of the destabilization of Lulism, understanding the entertaining networks of their political and economic interests. This research work is inserted in the effort of historians to foster a relevant production of historiographical narratives committed to the ethical and political imperative of transformation. And such an approach assumes the writing of history as a position in search of that “spark of hope” proclaimed by Walter Benjamin. In inserting themselves into the narrative dispute over the senses of the present tense, this work seeks to join the struggle to light a small spark that interrupts an “enemy who has not ceased to win”.

Keywords: Lulopetism. Journalistic narrative. Neoliberalism. O Globo. O Estado de S. Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ataques xenófobos aos nordestinos após as eleições de 2014.....	116
Figura 2: Slide sobre a “governabilidade corrompida” dos governos petistas segundo a Operação Lava Jato.....	122
Figura 3: Grafo do Movimento Brasil Livre.....	185
Figura 4: Grafo do Vem pra Rua.....	186
Figura 5: Bonecos depreciativos de Dilma e Lula nas manifestações antipetistas.....	188
Figura 6: Capa de jornal <i>Estadão</i> – impeachment na Câmara.....	193
Figura 7: Capa de jornal <i>O Globo</i> – impeachment na Câmara.....	194
Figura 8: Capa de jornal <i>Estado de S. Paulo</i> – Lula denunciado e Dilma em chamas.....	218
Figura 9: Dilma Rousseff e sua última <i>entourage</i>	220
Figura 10: Michel Temer e sua primeira <i>entourage</i>	221
Figura 11: Capa de jornal <i>O Globo</i> – impeachment no Senado.....	223
Figura 12: Capa de jornal <i>Estado de S. Paulo</i> – assunção de Temer.....	224
Figura 13: Ravi.....	305
Figura 14: Posse de Lula representando a diversidade do povo brasileiro.....	309

LISTA DE SIGLAS

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
MBL – Movimento Brasil Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SD – Partido Solidariedade
UDN – União Democrática Nacional
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
UNE – União Nacional dos Estudantes
VPR – Vem Pra Rua

SUMÁRIO

PRÓLOGO

UMA MEMÓRIA ENTRE ESTAÇÕES

MISE-EN-SCÈNE

CARO JORNALISMO
UM DIÁLOGO SOBRE VERDADE, POLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO

FORJANDO O PODER
AS GUERRAS DE O GLOBO E ESTADÃO CONTRA A DEMOCRACIA

ATO I

A FEITIÇARIA DESANDOU

A MENSAGEM DAS URNAS

CHEGA A HORA DO “LULOPETISMO”

ATO II

QUAL É O VERDADEIRO LULA?

O JOGO DE QUEM JÁ PERDEU

ENTRETO

COMBATENDO UM INIMIGO
ÓDIO E NOJO AO POLÍTICO, AO SOCIAL E AO POPULAR

ATO III

SUPERANDO O LULOPETISMO

FICHA Nº 700004553820

EPÍLOGO

UM RÉQUIEM PARA O LULOPETISMO

BIBLIOGRAFIA

APÊNDICE



PRÓLOGO

UMA MEMÓRIA ENTRE ESTAÇÕES

Caía a noite em Curitiba. Era outono e a temperatura logo ficara amena ao caminhar pelo centro da cidade. Prontamente, saco minha blusa listrada de dentro da mochila que levo a tiracolo e a visto. Vou tentando respirar fundo o ar da capital paranaense, enquanto ando vagarosamente em direção à praça Santos Andrade. Tinha saído de uma reunião do grupo de pesquisa que integrava durante os estudos de mestrado em Ciência Política, determinado a dar uma olhada no evento que estava prestes a acontecer. O suave frescor da noite curitibana que sentia tocar meu rosto, contrastava com o ar pesado e em suspense que pairava sobre a cidade. E eu só pensava em como seria ouvi-lo discursar. Seria a primeira vez que veria Luiz Inácio Lula da Silva.

Nunca me considerei um lulista. Desde minha entrada nos estudos de graduação em História no ano de 2006, convivi com colegas e grupos que faziam uma crítica mais a esquerda dos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores. Recordo das acaloradas discussões sobre o projeto lulista nas assembleias estudantis do campus de São Lázaro, na Universidade Federal da Bahia. À época, Lula era eleito para seu segundo mandato presidencial e o PT tinha conseguido pela primeira vez chegar ao Palácio de Ondina – casa oficial dos governadores baianos –, derrotando as forças do coronelismo carlista que representava a velha direita no estado. Eu acompanhava atentamente as disputas sobre aquele momento de efervescência política em Salvador nos idos da segunda metade dos anos 2000.

Passados doze anos, a situação mudara radicalmente. Tempos depois de Lula atingir o auge de sua popularidade, ao final da primeira década do século 21, e ainda eleger sua sucessora – Dilma Rousseff –, o PT enfrentava uma grande ofensiva política, jurídica e midiática. O antipetismo e o ódio insuflado contra Lula atingiam o seu apogeu. Aquele personagem político que chegou a desfrutar de uma aprovação de mais de 80% do eleitorado¹ e que foi visto como o governante “mais popular da

¹ Disponível em < <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/10/1211080-aprovacao-do-governo-lula-atinge-82-novo-recorde-historico.shtml> > acessado em 11 jul. 2023.

terra²”, agora era insultado e demonizado por segmentos significativos da população brasileira.

Nos dias anteriores à minha caminhada para encontrar Lula em Curitiba, naquela noite de 28 de março de 2018, os ônibus que levavam sua comitiva pelo Paraná foram alvejados por tiros que demarcavam o rancor, o ressentimento e o ódio que infestavam o ambiente político daquele momento. Dilma já tinha sido derrubada do poder há quase dois anos e o ex-presidente estava acossado pela operação Lava Jato que tinha conseguido a sua condenação em segunda instância, o que acabaria impedindo sua candidatura para voltar ao Palácio do Planalto naquele ano.

Todos esses pensamentos me tomavam ao me deparar em frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, onde ocorreria o evento final da caravana de Lula pelo sul do país. Aproximando-me, percebi que havia um silêncio fúnebre na praça. O clima de abatimento era evidente. Aquele ar de apreensão que já sentia pairando sobre as pessoas que ali se reuniam chegou ao seu paroxismo. Todos e todas à espera da chegada do então ex-presidente. O líder de massas que já tinha levado para a praça pública centenas de milhares de pessoas em grandes comícios pelo país, agora não conseguia unir mais do que três mil manifestantes no centro de uma capital. Facilmente me posicionei mais atrás da concentração, onde poderia ver frontalmente o palco montado para os discursos e, mais ao lado, as escadarias do prédio que estavam ocupadas, principalmente, por militantes do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra.

O tempo passava e Lula não chegava ao comício. A cada minuto de uma espera que se arrastava e que prolongava certa impaciência do público, eu pensava se ainda valeria a pena estar ali. Discursos modorrentos se sucediam numa tentativa malograda de capturar a atenção dos expectadores. Decido, então, romper com a espera e seguir ao ponto de ônibus. O relógio já indicava que era hora de voltar para casa, em Pinhais, na região metropolitana. No mesmo segundo, uma locutora toma de supetão o microfone das mãos de um militante de algum movimento popular e enuncia o tão esperado momento: “Lula chegou e está se dirigindo ao palco”, avisa a voz exultante que vem do palanque.

² Frase proferida pelo ex-presidente dos EUA, Barak Obama, na cúpula do G20 em Londres no ano de 2009. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090402_lulaobamavideo > acesso em 11 jul. 2023.

Naquele instante, sinto algo diferente se movimentar entre todos os que estão na praça. Uma onda de energia rapidamente se dissemina. Uma força catártica arrebatava aquela pequena multidão. Olho para as escadarias e consigo enxergar, como num efeito dominó, uma onda magnetizante tomando um a um, desde o palco até chegar a mim. Sem controle algum de meu corpo, sou levado por essa comoção que não consigo discernir ou racionalizar, fazendo o coração bater aceleradamente no ritmo dos manifestantes que compartilhavam aquela experiência coletiva.

Não precisei ouvir o que Lula tinha a dizer para ser arrebatado por aquela força que dominava a praça pública. Talvez tenha sido ali, ainda que munido de vários argumentos contra a política de conciliação encarnada pelos governos lulistas, que notei que havia um algo a mais, um “não sei o quê³”, um aspecto encantatório e performático que soprava uma sobrevida ao lulismo.

Uma semana e meia depois, Lula – que ainda liderava as pesquisas eleitorais à Presidência⁴ – seria preso. O outono parecia anunciar a queda de um fenômeno político e eleitoral. Com o indeferimento da candidatura do ex-presidente – ainda que sob protestos não só de atores partidários, mas também de respeitados juristas e do Comitê de Direitos Humanos da ONU⁵ (Organização das Nações Unidas) –, a extrema direita neoliberal eliminou seu principal obstáculo para ascender ao poder pela via eleitoral.

O inverno irrompe e impera. O frio gélido do cárcere durou 580 dias para Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, a densa névoa do autoritarismo e da necropolítica bolsonarista durou bem mais e com efeitos ainda mais catastróficos. Quatro anos, 33 milhões de pessoas famintas, mais de 700 mil vidas ceifadas pelo negacionismo e descaso com a pandemia da Covid-19.

Voltando ao dia de seu encarceramento, Lula discursava no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, seu nascedouro político, repetindo e ampliando uma fala já ensaiada no discurso que presenciei na semana anterior. Antes de se entregar para os agentes da Polícia Federal que o esperavam num prédio vizinho, Lula performava uma cena apoteótica sendo carregado nos braços de seus

³ AGAMBEN, G. **Gosto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

⁴ Na pesquisa CNT/MDA de março de 2018, Lula liderava a corrida eleitoral com 33,4% das intenções de voto no primeiro turno. Disponível em < <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/resultados-135-pesquisa-cnt-md> > acesso em 06 jul. 2023.

⁵ Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-ago-17/comite-onu-defende-direito-lula-concorrer-presidencia> > acesso em 06 jul. 2023.

apoiadores. Talvez movido por uma autoconsciência dos afetos que seu corpo político elaborava, ele pronunciou, em tom messiânico, as seguintes palavras:

... não adianta tentar me impedir de andar por este país, porque têm milhões e milhões de Boulos, de Manuelas, de Dilmás Rousseffs neste país para andar por mim.

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las.

Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês.

Não adianta achar que tudo vai parar no dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações.

Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês.

[...]

Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Todo dia!

Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução.

[...]

Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera.

E a nossa luta é em busca da primavera⁶.

Quatro anos e meio se passaram desde esse discurso. O céu se abria em Curitiba. O inverno se esvaía e finalmente a primavera estava próxima da chegada. Era 17 de setembro de 2022, quando Lula voltava a Curitiba, agora como candidato favorito para derrotar aquele que ocupava a Presidência. Lá estava eu, mais uma vez, para ouvi-lo e perscrutar se aquela mesma sensação que experienciei tempos atrás ainda possuía aquela potência energizante.

Dessa vez, a dificuldade de encontrar um lugar para acompanhar os discursos foi gigantesca. Uma grande multidão tomava o tradicional ponto de manifestações da capital paranaense. Da Boca Maldita para frente, eram mais de três quarteirões repletos de mulheres, homens e crianças, jovens e idosos, militantes e curiosos, gente de todas as cores do arco-íris que se unificava num mar vermelho a cobrir todo o *Petit Pavê* da rua XV de novembro.

⁶ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/07/leia-a-integra-do-discurso-historico-de-lula-em-sao-bernardo/> > acesso em 06 jul. 2023.

Entre pessoas aglomeradas no calçadão e em cima dos bancos e das floreiras, minha companheira e eu fomos, um atrás do outro, ziguezagueando pela lateral de onde estava o palco montado com uma estrutura grandiosa para encontrar uma posição onde pudéssemos enxergar Lula e seus correligionários. Tentativa essa totalmente malsucedida. Entre acotovelamentos de um lado e de outro, fincamos os pés num lugar que, apesar da distância do palanque, nos permitiria ver pelos telões aquele que tínhamos ainda uma centelha de esperança de que poderia ganhar o pleito em primeiro turno. Me preocupo com o calor que passa a incidir com mais força sobre nós, haja vista que minha amada estava esperando um filho. Uma semente que esperávamos que brotasse num solo menos inseguro e mais saudável do que aquele em que tentávamos, de forma trôpega, caminhar.

Vimos um Lula inspirado e seguro de sua vitória naquele dia na emblemática Boca Maldita. Da mesma forma, vimos uma juventude eufórica e esfuziante que parecia se reencantar pela política através daquela figura, daquela persona que renascia politicamente depois de um momento de grave crise. A vitória eleitoral realmente chegou, ainda que num segundo turno disputado até os últimos minutos e por uma margem estreitíssima de votos⁷. Era tudo o que precisávamos para soltar o grito preso na garganta e exorcizar os demônios invernais que ainda nos atormentavam e amedrontavam.

No momento em que escrevo estas linhas, Lula completa seus primeiros seis meses do terceiro mandato presidencial enquanto o ex-presidente de ultradireita é julgado inelegível por oito anos e ainda responderá por várias outras investigações em curso como a que apura sua participação intelectual na insurreição fascistóide que tomou de assalto as sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Por mais que ainda não se possa falar de uma efetiva e real primavera, ao menos posso sentir o ar voltar a ser respirável nessa nova estação.

Pablo Silva Pimentel

Curitiba, 06 de julho de 2023.

⁷ Lula venceu o segundo turno contra o candidato da extrema-direita com uma margem de pouco mais de 2 milhões de votos (50,9% dos votos válidos). Disponível em < <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> > acesso em 06 jul. 2023.

Como já recitava o grande escritor Eduardo Galeano em *As Palavras Andantes*, “para os navegantes com desejo de vento, a memória é um porto de partida”. Ao navegar pelas águas de minha memória recente, volto-me aos livros para buscar um diálogo com autores que pesquisam e promovem reflexões sobre o lulismo. Minha principal inquietação: como conciliar a ideia de que o mesmo Lula que provocara tantos afetos, e que gerara uma energia arrebatadora e magnetizante sobre grande parcela do eleitorado brasileiro, tenha virado alvo de tamanho ódio e demonização política? E mais: como e por que, neste tempo presente, essa raiva extravasou para além de Lula e envolveu por completo o Partido dos Trabalhadores, movimentos populares e sociais e quaisquer outros partidos e atores que pensam e lutam pela melhoria das condições de vida dos grupos historicamente excluídos e subalternizados?

Nunca me esqueço de um episódio enquanto era professor de história do 6º ano do Ensino Fundamental e explicava sobre as regras de sucessão de diversos sistemas políticos. De forma ingênua, perguntei quem ocuparia o lugar da presidenta Dilma caso ela falecesse. Nem tinha terminado a pergunta hipotética quando a turma inteira começou a vibrar energicamente com gritos e urros que pareciam ter saído diretamente dos “dois minutos de ódio” da distopia orwelliana. Estupefato com aquela cena, pensava comigo mesmo de onde vinha tamanho ódio irrefletido que encontrava lugar até mesmo no que deveria ser uma terna infância.

Essa breve viagem pela memória me impele a compreender o lulismo enquanto poderosa formulação narrativa configurada pelo corpo político de Lula. Porém, percebo que a discussão sobre as bases desse fenômeno político – bem como de sua crise – está centrada mais nos arranjos pragmáticos ou nas alianças políticas voltadas à conciliação de classes. André Singer, talvez o autor mais lembrado na discussão dessa temática, afirma que o fenômeno político do lulismo foi marcado pelo

... encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio de programas [...] [para] combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excludente tanto social, quanto regionalmente, por meio de ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, [...] sem confrontar os interesses do capital⁸.

⁸ SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, *E-book*.

Esse encontro teria ocorrido, principalmente, a partir da reeleição de Lula em 2006, num realinhamento eleitoral em que as classes médias e altas teriam migrado em massa para o voto no PSDB, enquanto os mais pobres no PT. Seguindo a argumentação do autor de *Os sentidos do lulismo*, os governos petistas fomentaram políticas públicas de combate à miséria e à pobreza sem confrontar os grandes interesses do sistema econômico. Esse ambivalente legado das administrações do PT teria sido garantido através de um pacto conservador com as forças políticas do Congresso Nacional, formando um grande governo de coalizão; mas também com os interesses do mercado financeiro, através da manutenção de uma política econômica ortodoxa. Segundo Singer, esse programa de combate à pobreza sem confrontar a ordem representaria os anseios do “subproletariado”, fazendo com que Lula se tornasse um árbitro dos interesses das classes.

Ao continuar nosso mergulho conceitual sobre as bases do lulismo, me deparo com a fundamental leitura do filósofo Marcos Nobre. Ele problematiza o conceito de lulismo afirmando ser preciso evitar que o mesmo seja visto apenas como fruto de estratégias eleitorais geniais de Lula. Para o autor, o lulismo seria uma consolidação de um processo mais duradouro com o objetivo de dar sentido e direção ao que ele denomina de pemedebismo – o poder de veto e freio do sistema político brasileiro ao aprofundamento da democracia no Brasil⁹.

Poderia trazer à luz aqui outros trabalhos importantes sobre o lulismo. Alguns estudos o avaliam como expressão de um não alinhamento de parte da população a partidos e orientações ideológicas, mas que votavam em Lula por avaliarem positivamente seu governo¹⁰. Outros pesquisadores pensam o lulismo como estratégia de pacificação social, contando com o consentimento dos movimentos sociais e da massa de trabalhadores desorganizados¹¹; ou como uma estratégia de gerenciamento do Estado assentada no personalismo, negociação e controle político baseados na figura carismática de Lula¹². Já Armando Boito Jr., a partir de uma perspectiva mais crítica, entende o lulismo como operação ideológica que impediria o “subproletariado” de compreender seus reais interesses de classe¹³.

⁹ SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, *E-book*.

¹⁰ RENNO, L; CABELLO, A. As bases do Lulismo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 25, n. 74, 2016.

¹¹ BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

¹² RICCI, R. **Lulismo: três discursos e um estilo**, 2004.

¹³ BOITO JR, A. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, v. 37, 2013.

A aposta na ênfase de análise do lulismo a partir de uma chave de leitura que privilegia os arranjos conciliatórios de classe permanece no debate de sua crise. Como exemplo, André Singer sustenta que o “êxito da candidatura de Dilma Rousseff [...] representou a sobrevivência do lulismo para além dos mandatos de Lula¹⁴”. Porém, o autor argumenta que a então presidenta teria desequilibrado dois pilares fundamentais que serviram ao arranjo lulista entre 2003 e 2010: a boa relação com o capital financeiro e a parceria com o PMDB, maior partido da base de apoio ao governo no Congresso. Esses desarranjos de Dilma com o partido de Temer, Cunha, Jucá, Geddel *et caterva* e com essa entidade chamada Mercado são explicados por Singer como consequência do ensaio republicano – ao promover uma faxina ética no começo de seu mandato – e do ensaio desenvolvimentista – buscando acelerar o desenvolvimento promovido pelo projeto lulista.

Uma crítica a ideia do ensaio desenvolvimentista como um projeto econômico mais ousado do que o promovido por Lula é apresentada pela economista Laura Carvalho. Em seu estudo sobre o vai-e-vem da valsa econômica brasileira da última década, ela afirma que um dos grandes pilares do desenvolvimento econômico conquistado pelo ex-presidente foi o aumento do investimento público¹⁵, ao contrário dos anos Dilma em que, por conta da situação da economia global – e entre outros fatores internos – o aporte do Estado apresentou uma certa retração.

Em vez de “nova matriz econômica”, termo emplacado pelo jornalismo sobre a gestão da economia Dilma-Mantega, Carvalho prefere lançar a alcunha “Agenda Fiesp”. Essa agenda de desenvolvimento patrocinada pela entidade que representa as indústrias paulistas, que passa longe de ser progressista – bem ao contrário, na verdade –, foi abraçada por Dilma na intenção de reverter o processo de desindustrialização. Porém, tal plano passava por uma renúncia brutal de receitas do Estado através de desonerações bilionárias e intenso programa de subsídios a vários segmentos empresariais na expectativa de estimular o investimento privado que não veio como esperado¹⁶.

Enquanto André Singer aponta que Dilma queria optar por um ousado projeto em aliança com uma burguesia industrial e contrário aos lucros exorbitantes do mercado financeiro, cutucando, em suas palavras, as onças com vara curta¹⁷, Laura

¹⁴ SINGER, A. *Op. cit.*, *E-book*.

¹⁵ CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018, p. 89.

¹⁶ *Ibid.*, p. 89.

¹⁷ SINGER, A. **O Lulismo em Crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Carvalho – mesmo concordando com Singer sobre o enfrentamento ao altipotente Mercado – afirma que não teria nada de ousado, uma vez que os investimentos privados seriam uma peça importante do programa numa redistribuição de renda às avessas. Nesse ponto, tendo a concordar mais com Carvalho; por mais que o governo Dilma, acreditasse à época, que o plano da nova matriz fosse arrojado, ele contava demais que o setor privado se engajaria num projeto com um governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores. Afinal essa divisão cerrada entre mercado nacional e internacional, ou o produtivo contra o financeiro é uma ilusão. O próprio André Singer afirma que quando a corda apertou no pescoço, a burguesia industrial nacional cerrou, sim, fileiras com o setor financeiro contra o governo.

Singer alega que o ensaio desenvolvimentista de Dilma deu errado não por seus pressupostos, mas sim da pressão constante e sabotagem do mercado financeiro que, através do Banco Central, conseguiu a elevação da taxa básica de juros quebrando assim com os planos do governo. Por mais que as onças tenham realmente reagido à estocada, um projeto que perde o investimento público como pilar do crescimento, ao meu ver, está fadado ao fracasso econômico e, principalmente, social. A mesma Fiesp que fez o *lobby* para ver sua agenda aceita pelo governo, foi a primeira a inflar um grande pato amarelo na Esplanada dos Ministérios e na avenida Paulista para protestar contra a tentativa de consertar os erros da política econômica proposta por ela mesma¹⁸.

Como sabemos, apesar da apertada vitória eleitoral de Dilma Rousseff contra o senador Aécio Neves (PSDB) na disputa de 2014, o aprofundamento da recessão econômica, a ampliação do alcance da operação Lava Jato – denunciando Lula como chefe de uma “governabilidade corrompida” –, as manifestações de rua contra o Partido dos Trabalhadores e o embate político no Congresso Nacional formariam o cenário que aprofundou a crise do lulismo.

Contudo, mesmo que boa parte dos trabalhos de interpretação da crise lulista se concentre nos desarranjos das alianças conciliatórias, considero fundamental observar a disputa discursiva sobre as representações do lulismo, haja vista que – e aqui concordo integralmente com o sociólogo francês Pierre Bourdieu – ela é fundamental pela disputa do poder¹⁹. Para além dos pactos sociais, políticos e

¹⁸ Disponível em <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/contra-aumento-de-impostos-e-cpmf-fiesp-poe-pato-inflavel-na-esplanada.html>> acesso em 06 jul. 2024.

¹⁹ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

econômicos, se compreendermos o lulismo também como um poderoso discurso legitimador do projeto político dos governos petistas, seria preciso a formulação de potentes narrativas divergentes – mobilizando recursos simbólicos e estéticos – para deslegitimá-lo partindo da seguinte máxima: Forje o inimigo e o combata sem tréguas.

O psicanalista Tales Ab’Sáber dialoga com essa assertiva ao afirmar que “o ódio brutal [...] contra o PT é também a tentativa astuciosa e igualmente mágica, baseada em grandes emoções e na redução calculada da linguagem, de anular e esvaziar os motivos encantatórios²⁰” do lulismo. Ao escrever uma coletânea sobre tais elementos encantatórios configurados pelo corpo político de Lula, Ab’Sáber sustenta que:

... a dominação carismática do político é baseada na possibilidade da captura de nosso desejo por um corpo, uma personalidade, um estilo e uma voz, de forma que, para além dos elementos tradicionais que podem ser codificados – econômicos e sociais – esses dados estéticos, porém, inconscientes, também fundam uma esperança, e geram uma energia política, sobre e a partir de aspectos imaginados a respeito das qualidades de um governante. [...] O caso exemplar de Lula não nos deixa enganar sobre este ponto²¹.

Na busca por mais reflexão sobre esses aspectos imaginados e encantatórios do lulismo, um dos poucos trabalhos que encontrei foi o da socióloga Monalisa Soares. Sua tese de doutoramento identifica os conteúdos discursivos do lulismo durante as campanhas presidenciais de Dilma Rousseff. A autora elabora de forma muito reveladora que o lulismo, enquanto narrativa simbólica, opera um jogo com as temporalidades. Nesse conteúdo discursivo, a eleição do primeiro operário como presidente da República provoca uma cisão no tempo. De um lado temos um passado que engloba toda a história política do Brasil dominada pelas elites que sempre excluíram o povo das oportunidades de ascensão e impediram os trabalhadores mais pobres da plena cidadania. Do outro lado, temos um presente que a cada eleição reforça que não pode passar. Trata-se do Brasil do “nunca antes na história desse país”²².

Na visão da socióloga, o lulismo se representa como o “projeto político que transformou a realidade brasileira, sobretudo, em função da vontade política de seu

²⁰ AB’SABER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015, p. 11.

²¹ *Ibid.*, p. 11.

²² SOARES, M. **Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

líder fundador²³. A partir de então, começaria a era da inclusão e da transformação social. De fato, não é incomum ouvir as seguintes frases associadas ao anos de auge do lulismo e seu legado: “sou o primeiro da família com diploma universitário”, “sou a primeira da família a virar doutora”, “a primeira a comprar uma casa”, “a primeira a ter uma carteira assinada”. Conversando com ótimo trabalho de Monalisa Soares, a partir da citação de Ab’saber que assevera que existem motivos encantatórios emanados da *persona* política de Lula, percebo que a própria trajetória de Lula, o “primeiro trabalhador a virar presidente do país”, bem como sua identificação com os mais pobres, permitiu que ele fosse reconhecido como aquele que encarna as aspirações do povo. Parece-me que é nesse aspecto de expectativas e conquistas que se forma a energia política encantatória do lulismo. Uma frase dita pelo ex-presidente a pouco tempo resume esse aspecto discursivo operado pelo seu corpo político: “Eu não sou o presidente dos mais pobres. Sou um deles que chegou à Presidência da República”²⁴.

É interessante observar que Dilma utiliza ao máximo sua relação com Lula, quase como numa simbiose para se apresentar como a legítima herdeira do lulismo em sua luta contra as forças do passado. Na eleição de 2014, Monalisa Soares assevera que a propaganda eleitoral da presidenta radicalizou esse aspecto do medo da volta do passado da miséria e do sofrimento para tentar vencer o pleito que estava muito mais complicado do que nos anos anteriores. Nesse sentido, ela aponta que apesar do lulismo ter obtido uma vitória eleitoral, ao mesmo tempo teve uma derrota simbólica, uma vez que não conseguiu mobilizar a imaginação de futuro e sim somente o medo do passado. Essa limitação ou incapacidade de engendrar novos horizontes teria sido a marca de que a margem do lulismo para conquistar através de afetos, mentes e corações, tinha diminuído drasticamente.

É nesse contexto que as narrativas antipetistas, calcadas num embate discursivo conscientemente motivado a quebrar esse desejo ou essa energia política, se inserem como elementos importantes na luta de deslegitimação e desestabilização do lulismo. Especificamente, a forma como os grandes jornais brasileiros engendraram e representaram os processos políticos recentes me chamavam à atenção. Foi percebendo, ainda que de forma leiga, a construção de narrativas

²³ *Ibid.*

²⁴ Disponível em < <https://www.instagram.com/lulaoficial/reel/C8u1TSbvBCX/> > acesso em 08 ago. 2024.

poderosas publicadas para desestabilizar o lulismo, no contexto da derrubada do governo Dilma, que me lancei nos estudos de mestrado em Ciência Política para pesquisar de forma crítica e analítica essa atuação política do jornalismo brasileiro²⁵.

Estudando os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo* à época, um termo empregado em suas linhas me saltou aos olhos. A empresa jornalística utilizava o termo “lulopetismo” para denominar o projeto político de Lula e PT. A mobilização do nome “lulopetismo” pelo jornal parecia indicar a formulação de uma suposta “natureza” dos governos petistas, a saber, a intenção de perpetuar um projeto autoritário de poder no país. Era preciso aprofundar a compreensão sobre esse termo que parecia conectar os eventos episódicos da crise do lulismo em narrativa, por isso – após terminar o mestrado – retorno à pesquisa, agora no doutorado em História, para elaborar uma análise mais atenta desse discurso.

No auge do processo de impeachment contra a então presidenta Dilma Rousseff, o jornal *O Globo* afirmava que:

... o PT [assume] de forma escancarada o aparelhamento do Estado, para colocá-lo a serviço de um projeto de poder nada democrático e republicano. [...] Afinal a verdadeira face do projeto lulopetista nunca esteve oculta [...] várias iniciativas, desde o primeiro governo Lula, expuseram o real sentido do projeto lulopetista. [...] Importa entender, de uma vez por todas, que este é um projeto que pretende instalar no Brasil um regime bolivariano. Não conseguiu, nem conseguirá (PT confirma aparelhar em nome do ‘projeto’, *O Globo*, 21 mai. 2016, p. 18).

Há alguns anos, o jornal já citava o termo “lulopetismo”. No primeiro editorial publicado para opinar sobre os movimentos de rua que geraram grandes manifestações em 2013, *O Globo* afirmou que a década que antecedeu as jornadas de junho contou com o silêncio dos movimentos sociais por conta de uma suposta captura ou cooptação, operada pelo chamado “lulopetismo”, obtida com recursos públicos²⁶. Cinco anos depois, em outubro de 2018 – logo após a vitória da ultradireita nas eleições presidenciais, derrotando no segundo turno um candidato do Partido dos Trabalhadores – *O Globo* afirmou que “[...] o lulopetismo já demonstrou como exerce o poder e faz oposição, quando todos os meios são justificados” (A hora do rodízio democrático do poder, *O Globo*, 29 out. 2018, p. 2).

²⁵ Na dissertação de mestrado, intitulada “**Não vai mesmo ter golpe**”: Um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016), analisei de forma comparativa, os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo* durante os impeachments de Collor e Dilma.

²⁶ A volta das manifestações de rua, *O Globo*, 15 jun. 2013, p. 18.

Todavia, *O Globo* não foi o único jornal de relevância a construir, através do gênero editorial, essa representação narrativa sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores e suas lideranças. Procurando leituras que refletissem sobre os discursos antipetistas e a imprensa, encontrei o livro do pesquisador do jornalismo brasileiro Fernando Azevedo, que inclusive compôs minha banca de defesa no mestrado. Em *A Grande Imprensa Brasileira: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)*, o autor sublinha que, além do jornal fluminense, o periódico *O Estado de S. Paulo* também utilizava o conceito “lulopetismo” para atribuir uma valoração negativa às ideias, projetos e ações dos atores políticos do partido²⁷. Segundo Azevedo, esse termo foi elaborado por colunistas ligados à direita após o escândalo do mensalão.

Um editorial do jornal paulista, publicado às vésperas do julgamento final de Dilma no processo de impeachment, demonstrava o enquadramento das ações dos correligionários de Lula, Dilma e PT promovido pela empresa jornalística.

O lulopetismo vai partir abertamente para a contestação da legitimidade dos poderes constituídos, renegando o sistema democrático que a duras penas vem sendo construído pelos brasileiros há mais de 30 anos, com base no argumento de que Dilma Rousseff é vítima – e, consequentemente, também o Partido dos Trabalhadores – de uma violência cometida por “eles”, os inimigos do povo. [...] A propagação de sua “narrativa” é um direito elementar de qualquer partido ou organização política. Mas o sistema democrático impõe a obediência à lei e o respeito ético aos acordos políticos. [...] Estará desenvolvendo e afinando um discurso de vitimização do PT que será o argumento central da tentativa de ressurreição política do lulopetismo (O PT abre o jogo, *O Estado de S. Paulo*, 26 ago. 2016, p. 3).

Como é possível depreender dessas ilustrações, o gênero editorial é relevante para a compreensão de como as narrativas são elaboradas pelos jornais porque nele encontramos de forma aberta “as linhas mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação²⁸”. E mais, para além de um lugar privilegiado da voz da empresa jornalística, trabalho com a ideia de que o gênero editorial é, também, uma sorte de gênero narrativo. É através dessa modalidade narrativa – mobilizando uma pluralidade de recursos discursivos, simbólicos e estéticos – que o jornalismo busca impor um consenso sobre

²⁷ AZEVEDO, F. A. **A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. São Carlos, 2016.

²⁸ ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión**. Universidad del País Vasco, 1996, p. 171.

o mundo social. A partir de uma operação de linguagem que orienta uma discursividade é possível criar novos mundos e um novo real apropriando-se do discurso do exercício de um “quarto poder” nas democracias. Sendo assim, as empresas jornalísticas avaliam os assuntos públicos e orientam os leitores à ação a partir de um “efeito de autoridade” de grande potencialidade.

André Singer, em *A crise do lulismo*, destina algumas poucas páginas para discutir o papel das narrativas engendradas pelos grandes jornais como agentes desestabilizadores, inclusive citando a utilização da narrativa sobre o “lulopetismo”. Ele afirma que “... quando a campanha antilulista que derrubou Dilma chegou ao auge, o padrão foi o mesmo: ações da Lava Jato, forte divulgação, ataques ao ‘esquema lulopetista’ e manifestações públicas com afluxo de massas²⁹”.

A partir dessas reflexões, e considerando a importância do gênero editorial na construção de narrativas políticas, as páginas desta pesquisa se abrem para compreender como os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* construíram as narrativas que identificavam nos governos Lula e Dilma e no Partido dos Trabalhadores um suposto projeto antidemocrático chamado de “lulopetismo” entre as jornadas de 2013 e a aprisionamento de Lula em 2018, contexto de crise do lulismo. Uma análise das representações narrativas que os jornais engendraram sobre o “famigerado lulopetismo” pode auxiliar na compreensão da atuação política dessas empresas jornalísticas aqui abordadas. Da mesma forma, ao historicizar os elementos discursivos empreendidos na caracterização do “lulopetismo”, procuro encontrar suas conexões com discursos de outros atores políticos da desestabilização do lulismo, buscando compreender como essas narrativas circularam e se entrelaçaram a partir de suas redes de interesses políticos e econômicos.

A tese de doutorado em Comunicação de Juliana Gagliardi, “*Um projeto de poder por vias não democráticas*”: *O Globo e a narrativa do Lulopetismo*, deu uma grande contribuição à temática ao realizar uma genealogia do uso do termo pelos grandes jornais brasileiros e, em específico, como *O Globo* o mobilizou entre 2003 e 2016. A autora compreende que a empresa jornalística elaborou, através de seus editoriais, uma narrativa estratégica para representar o “lulopetismo” a partir de

²⁹ SINGER, A. *op. cit.*, p. 248.

categorias de interpretação como fisiologismo, cooptação, aparelhamento, perpetuação no poder, corrupção e estatismo delirante³⁰.

No campo de pesquisa do jornalismo, existe uma discussão sobre como a agenda dos editoriais jornalísticos impacta a disputa política. A pesquisadora Julie Firmstone sustenta que “... os editoriais permitem que os jornais acessem o sistema político, e vários jornalistas acreditam que as agendas políticas dos jornais podem e tiveram efeito sobre o processo político³¹”. Como exemplo, Robert Darnton afirma que o presidente estadunidense John F. Kennedy analisava diariamente como os jornais abordavam seu governo para melhor orientar sua agenda pública³².

No caso brasileiro, ao entrevistar editorialistas de um grande jornal, os pesquisadores Mont’Alverne, Athanásio e Marques obtiveram o seguinte depoimento:

É sempre bastante prestigioso quando o jornal nota que uma opinião que ele emitiu foi acolhida. Acho que essa é a ambição de um editorial muitas vezes: orientar a tomada de decisão. Você está sempre dialogando, você está sempre sinalizando para onde você vai e os agentes estão sempre sinalizando como eles reagiram ao que você falou [...]. Acho que todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente, de fato, do jogo político³³.

Considero esse trecho muito interessante por dois motivos. O primeiro é que ilustra de forma muito transparente a pretensão dos jornais em encampar teses que influenciem o jogo político. A forja editorial trabalha incansavelmente para fornecer as armas discursivas do embate pelo poder. Por outro lado, o segundo ponto que me chama à atenção, é a operação discursiva de dissociar a pretensão política do jornal com sua condição de ator político. É como se o editorialista acreditasse que o espaço editorial seria apenas o lugar de formulação de ideias para que outros atores do jogo institucional as encantassem. Ora, o forjamento dos discursos jornalísticos que interferem na arena política já revela a condição de um ator político não pouco relevante de uma disputa que não se circunscreve aos agentes eleitos.

³⁰ GAGLIARDI, J. “Um projeto de poder por vias não democráticas”: O Globo e a narrativa do **Lulopetismo**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

³¹ FIRMSTONE, J. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice** 2(2), 2008, p. 224.

³² DARTON, R. “Writing news and telling stories”. **Daedalus** 104(2), 1975.

³³ MONT’ALVERNE, C.; ATHANÁSIO, E.; MARQUES, F. The journalist between the profession and the newspaper’s interests. **Brazilian Journalism Research** 14(2), 2018, p. 409.

Uma análise crítica das narrativas elaboradas através do gênero editorial pode auxiliar na compreensão de como os jornais atuaram politicamente enquanto agentes interessados em legitimar – ou mesmo deslegitimar – uma narrativa específica.

Para tanto, dedico as próximas linhas para compartilhar contigo, cara leitora e caro leitor, minhas inspirações teórico-metodológicas ao me debruçar sobre as narrativas jornalísticas. É nesse ponto que alguns autores sugerem que os leitores, se preferirem, pulem logo direto ao ponto da análise. Porém, o convido a não abandonar este que vos escreve. Prefiro que cada linha que aqui escrevo seja significativa para sua leitura, e me esforçarei para merecer a sua atenção.

Nosso primeiro passo é compreender quais mecanismos de linguagem são acionados pelo jornalismo. Vários autores já escreveram que no processo de feitura de realidades, as narrativas jornalísticas ocupam um lugar privilegiado no rearranjo de signos e imagens que constrói o real. Em *A partilha do sensível*, o filósofo Jacques Rancière afirmava que “o real precisa[va] ser ficcionado para ser pensado³⁴”. Há muito se debate – ao menos nas teorias sobre enquadramentos no jornalismo – como os mecanismos simbólicos e linguísticos são operados por textos jornalísticos para criar realidades.

Sobre esse conceito, é possível dialogar com diversos autores como Matthes, por exemplo, que define os enquadramentos como “visões seletivas sobre assuntos – visões que constroem a realidade de uma certa maneira, levando a diferentes avaliações e recomendações³⁵”. Seguindo nessa linha, Reese afirma que os “enquadramentos são princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social³⁶”.

O diálogo com autores que pensaram esse processo de fazimento do “mundo social” – ou do real – é imprescindível para nortear nossa conversa, caro leitor e cara leitora. O próprio ofício historiográfico, através da mobilização da linguagem, elabora

³⁴ RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 58.

³⁵ MATTHES J. Framing politics: An integrative approach. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 2012, p. 249.

³⁶ REESE, S. Framing public life. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001, p. 11.

o real. O historiador Michel de Certeau já afirmava que “o real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar³⁷”. Ele assevera que o passado é uma ficção do presente³⁸.

Rancière define, também, esse processo do engendramento de realidades como construção de ficções, ou seja, “rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer”. O filósofo ainda propõe que a ficção é uma estrutura de racionalidade, uma operação de linguagem que torna as situações ou os acontecimentos perceptíveis e inteligíveis, elaborando as “características do possível, do real ou do necessário³⁹”. Eu sustento que os editoriais jornalísticos possuem essas características ficcionais numa operação de construção do real que é, ao meu ver, inegavelmente política.

Os enunciados políticos e literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos de fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos⁴⁰.

A partir desse quadro, considero que é pela articulação de narrativas que os enunciados e rearranjos simbólicos de realidades podem ser transmitidos. Certeau, por exemplo, afirma que a “narrativa é eficaz. Ao pretender relatar o real, ela o fabrica. Ela é performática. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão⁴¹”.

Por isso, é importantíssimo chamar à conversa o grande filósofo Paul Ricoeur para pensarmos juntos sobre as potencialidades das narrativas no engendramento do real. Em sua obra clássica, *Tempo e Narrativa*, o autor traz à luz um dos elementos centrais da narrativa: a intriga. Ricoeur a define como um processo de agenciamento em sistema dos fatos, ou seja, uma operação que une “fatores tão heterogêneos como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados⁴² [...]”. Segundo o pensador, é a intriga que faz a mediação entre o mundo do narrador e mundo do leitor da narrativa, conduzindo uma situação e construindo seus personagens.

³⁷ CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 23.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ RANCIÈRE, J. **O fio perdido**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017, pp. 11-12.

⁴⁰ *Id.*, **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005., p. 59.

⁴¹ CERTEAU, M. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 53.

⁴² RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Volume I. Campinas: Papirus, 2010, pp. 114-115.

Essa mediação se concretiza, segundo o pensador da narrativa, através de uma tríplice mimese. Esse conceito articula três fases do ato de narrar: (1) o tempo prefigurado, o mundo das premissas e referências do sujeito que narra; (2) o tempo configurado, o “reino da ficção” onde ocorre a mediação do narrador utilizando a intriga para estruturar a narrativa; e (3) o tempo refigurado, onde ocorre a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor que ao ser convocado à trama, refigura o texto.

Em obra recém lançada, *Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência*⁴³, Júlio Pimentel Pinto explica e desenvolve de forma poética a tríplice mimese. Relembrando o poema “Autopsicografia, de Fernando Pessoa, o historiador toma o seguinte trecho:

O poeta é um fingidor.
Finge tao completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente

E os que leem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

O poema de Pessoa é muito feliz em retratar a composição da narrativa de forma tão sensível através da dor criativa. Existe a dor sentida pelo autor, que sempre difere da dor escrita – ou fingida – e da dor lida pelos leitores. Ou seja, os sentidos do texto, através da mediação operada pela linguagem, vão se alterando nesse círculo hermenêutico que vai do autor para o texto e do texto para o leitor, este que ocupa um lugar ativo na significação e não um mero destinatário vazio que apenas receberia a mensagem.

Pensando, especificamente, sobre as narrativas jornalísticas – uma vez que esse é o interesse da caminhada com este historiador, estimado leitor e estimada leitora – é possível perceber que elas criam, através da intriga, uma serialidade temática, conectando partes ou episódios em um encadeamento narrativo. Identificar

⁴³ PINTO, J. P. **Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

qual é a intriga que faz a mediação da narrativa é a primeira etapa da análise que empreendo neste trabalho. Para Ricoeur, a intriga organiza os episódios numa “totalidade inteligível, de modo tal que se possa sempre perguntar qual é o ‘tema’ da história⁴⁴”.

Em uma segunda etapa, é importante observar a atribuição dos papéis aos personagens da narrativa jornalística, ou seja, quem são os protagonistas e os antagonistas que estão entrelaçados na trama. Nesse processo, a intriga compartilha com o leitor as pressuposições éticas de quem narra, ou seja, seus pressupostos sobre a “nobreza” e a “vilania”, o bem e o mal.

A terceira etapa diz respeito a apreender de forma atenta as estratégias textuais próprias do discurso jornalístico que intencionam provocar os “efeitos de sentido” através de certos recursos linguísticos. Luiz Gonzaga Motta, analista crítico das narrativas jornalísticas, sustenta que os jornalistas mobilizam (como poucos) mecanismos linguísticos para causar efeitos de sentido levando “os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia [...]”⁴⁵.

Sintetizando e inter-relacionando as três etapas, posso afirmar que a metodologia aqui se trata de um trabalho de desmontagem dos editoriais enquanto opinião diária para realizar uma outra montagem, encontrando, assim, o cerne das intrigas narrativas confeccionadas pelos jornais ao longo do tempo⁴⁶. E, por último, trata-se de uma remontagem para dar uma nova forma, uma nova legibilidade. Algo que se aproxima e conversa com o método de montagem de Didi-Huberman⁴⁷, principalmente no que se refere ao ato de tecer uma legibilidade às diversas imagens remexidas dos arquivos pelo montador. Além de que reforça, nesse trabalho de remontagem, um olhar para a história que não se esquivava da tomada de posição enquanto compromisso ético e político.

Além dessas sofisticadas características na tessitura de narrativas jornalísticas, a historiadora Sônia Meneses afirma que tais narrativas são

⁴⁴ *Ibid.*, p. 114.

⁴⁵ MOTTA, L. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 11.

⁴⁶ Para a consecução desse trabalho de desmontagem e remontagem das narrativas, este pesquisador realizou uma leitura atenta de mais de 300 editoriais dentro de recortes temporais fulcrais da crise do lulismo, dentre os quais 211 foram selecionados, citados e analisados na escritura deste trabalho (91 editoriais de *O Globo* e 120 editoriais do *Estado*).

⁴⁷ Indico, como prática da metodologia do autor, a seguinte obra: DIDI-HUBERMAN, G. **Remontagens do tempo sofrido**. Lisboa: KKYM, 2019.

historicizantes. A autora afirma que os jornais realizam uma “operação midiográfica”, ou seja, o jornalismo atua na elaboração de um “conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos⁴⁸”. Meneses afirma que “ao operar com categorias temporais de modo narrativo, essa intervenção estabelece, no momento dessas ocorrências, um conjunto de significados que agregam densidade aos acontecimentos⁴⁹”, ou, em outras palavras, o jornalista se torna um “instaurador de sentidos históricos às ocorrências cotidianas⁵⁰”.

Ao pensar na contribuição do campo e da teoria da História para os estudos sobre o jornalismo brasileiro, a historiadora Marialva Barbosa tece uma crítica aos trabalhos realizados por colegas pesquisadores da comunicação política – que podem ser de diversas áreas como Ciência Política, Jornalismo Político ou Sociologia da Comunicação – que por vezes não historicizam a atuação das empresas jornalísticas. Estudos deshistoricizados promovem generalizações do que são considerados “achados”, sem considerar que cada “[...] espaço social possui uma conformidade histórica e uma trajetória particular”⁵¹.

Poderia aqui, por exemplo, realizar uma autocrítica em relação ao meu trabalho de mestrado. Apesar de buscar possíveis explicações amparados numa proposta de interpretação para as diferenças nos posicionamentos de *O Globo* durante os impeachments de Collor e Dilma, por vezes história é confundida com contexto, como se o mesmo fosse um dado imutável que ajudaria a entender certos posicionamentos. Porém, contexto é uma construção discursiva da mesma forma e não um fato acabado.

Minha introdução ao mundo da pesquisa acadêmica, no campo da Ciência Política, ainda foi tomada por uma sorte de cientificismo que ainda é presente em pesquisas de politólogos – comento isso numa crítica pontual, honesta, porém, gentil. Em artigo publicado na revista *Sur le Journalisme*, busquei marcar essa mudança em minha trajetória de pesquisa ao analisar o que na teoria de jornalismo é chamado de *enquadramentos*. Busquei inserir a discussão sobre uma perspectiva que considere o lugar social do pesquisador de jornalismo (no meu caso, como latino-americano) e o

⁴⁸ MENESES, S. **A Operação Midiográfica**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 23.

⁴⁹ MENESES, S. História e Mídia. In: Reis, T. S., et al. **Coleção história do tempo presente: volume 1** / organizadores. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 65.

⁵⁰ MENESES, S. *op. cit.*, p. 89.

⁵¹ BARBOSA, M. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, 2006, p. 216.

tempo narrativo como variáveis, para usar o jargão cientificista, que precisam ser levadas em conta ao se produzir conhecimento⁵². Nesse sentido, promover um estudo privilegiando a interdisciplinaridade – ou, quem sabe, seja a *indisciplinariedade* – e a discussão epistemológica é essencial para um trabalho robusto academicamente, porém, que assuma um inarredável compromisso político e ético.

Tânia Regina de Luca contribui para esta discussão afirmando que historicizar as fontes jornalísticas requer reconstruir as condições técnicas de produção vigentes, bem como inquirir sobre a sua ligação com os poderes e interesses econômicos de determinados períodos⁵³. É por isso que Barbosa ressalta a importância de pensar a atuação dos jornais tomando como pressuposto a opção de reconstruí-la e interpretá-la, para lhe conferir um sentido presumido numa dimensão espaço-temporal⁵⁴. Diante de tantos recursos, ferramentas e mesmo do poder dessas narrativas na construção da realidade, é sempre importante refletir sobre os sentidos políticos potentes que podem ser criadas pela operação jornalística.

Sendo assim, considero que estamos prontos agora, cara leitora e caro leitor, para descortinarmos as cenas e os atos elaborados pela poderosa forja editorial dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Início montando a *mise-en-scène* da grande guerra discursiva contra o lulismo, capítulo que abre o cenário para os elementos da composição da *Forja e o Combate* em que as narrativas sobre o “lulopetismo” se inserem bem como de seus principais atores. Considero importante propor alguns diálogos sobre o ofício jornalístico, a história dos interesses políticos, ideológicos e econômicos das empresas jornalísticas aqui estudadas e seu engajamento na atualidade, a partir de seus pressupostos neoliberais.

Logo após o cenário ser montado, organizo as cenas de análise das narrativas em três atos. No primeiro ato, começo a tecer o fio das narrativas sobre o “lulopetismo” a partir das jornadas de junho de 2013, passando pela eleição presidencial de 2014, até a primeira grande manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015. No segundo ato, remonto as narrativas das cenas que levaram ao clímax da luta discursiva dos jornais, começando pela maior mobilização antipetista em março de

⁵² PIMENTEL, P. A narrativa e os enquadramentos do Estadão sobre o “lulopetismo”: Uma perspectiva crítica latino-americana. **Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, 12(1), 2023.

⁵³ LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

⁵⁴ BARBOSA, M. *op. cit.*, p. 218.

2016, o alcance da operação jurídico-midiática da Lava Jato e terminando com a derrubada de Dilma Rousseff.

Ao caminhar comigo pela tessitura dessas narrativas, faremos uma pausa para o Entreato. Ainda que pareça um anticlímax da narrativa elaborada por este autor, considero esse momento extremamente necessário porque procuro compreender como esses agenciamentos dos editoriais operaram de maneira ideológica e tecnológica na consecução de seus objetivos políticos, estabelecendo e aprofundando as conexões e interseções do discurso produzido pelos jornais com outros discursos político-filosóficos do nosso tempo. É imprescindível refletir sobre as camadas discursivas das narrativas bem como das redes de interesses políticos e econômicos que as mantêm. Por último, encerro com o terceiro ato em que remonto as narrativas do “lulopetismo” após o golpe parlamentar de 2016 – passando pelas contrarreformas econômicas do governo Temer e o julgamento e prisão de Lula.

A Forja e o Combate é uma crônica historiográfica e política da guerra discursiva empreendida por empresas jornalísticas na desestabilização do lulismo e no engendramento dos retrocessos democráticos que vivemos na última década. Convido a todas as leitoras e todos os leitores a embarcarem comigo nessa saga de análise que não se esconde no discurso de autoridade nem se refugia no mito da cisão autoflagelada entre engajamento político e trabalho acadêmico. Esse tipo de discurso apenas escamoteia o *lócus* social e os pressupostos de quem escreve.

Me inspiro aqui em autores e autoras como Saidiya Hartman, Ariella Azoulay, Ivan Jablonka, Paolo Demuru e Durval Muniz. Faço questão de colocar meu corpo no texto e abrir o sigilo de minhas memórias que estão espalhadas por todo este trabalho de forma anacrônica para externalizar minhas experiências, ansiedades, frustrações e expectativas ao redigi-lo. Com essa modalidade de escrita, a ideia não é “matar a história a golpes de ficção e de retórica, mas de voltar a mergulhá-la numa forma, numa construção narrativa, um trabalho sobre a língua, em um texto-investigação que se conjuga com um esforço pela verdade⁵⁵”.

Em vários momentos da leitura deste trabalho – que escrevi entre os anos finais do governo Bolsonaro e os primeiros anos do terceiro governo Lula –, a leitora e o leitor perceberão que comento, reflito, poetizo e, porque não, ficcionalizo alguns eventos que tomavam corpo enquanto redigia essa obra, reafirmando a

⁵⁵ JABLONKA, I. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Brasília: Editora UNB, 2018, p. 29.

provisoriedade, como professor e historiador deste presente, do nosso discurso; ao mesmo tempo, realçando a beleza de abrir mão do controle e do fatalismo na análise da história. Assim, escrevo para que, como evoca Jablonka, uma suposta “voz invisível do historiador” não se confunda com a “voz do Passado”⁵⁶.

Esta narrativa historiográfica não se furta em disputar de forma aberta e honesta os sentidos do presente para acender alguma “centelha de esperança” que combata e ultrapasse as imposições e limites criados por esse tempo em que vivemos. É preciso que historiadoras e historiadores se juntem através de seu ofício à luta pela emancipação democrática para forjar realmente um novo amanhecer de libertação, pluralidade e transformação. Espero que esta obra possa contribuir de forma crítica na compreensão desse imperativo ético e político.

Boa leitura.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 16.

MISE-EN-SCÈNE



CARO JORNALISTA:

UM DIÁLOGO SOBRE VERDADE, POLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO⁵⁷

Paula: Não é hora de subir no muro, ser imparcial.

Marcos: A verdade é sempre a melhor escolha.

Paula: Não é. Um médico dizer a um paciente em estado grave que ele provavelmente vai morrer pode acelerar sua morte, uma mentira delicada pode lhe dar forças para viver. Um bombeiro gritar: “fogo”! pode causar pânico e mais mortes.

Marcos: A função do médico e do bombeiro é salvar vidas, a do jornalista é de dizer a verdade⁵⁸.

Trecho da peça **O Debate** de Guel Arraes e Jorge Furtado, 2021.

“Dizer a verdade”. Acredito que todo jornalista já se deparou com esse imperativo ético, ainda mais em tempos de sequestro de realidade. Essa busca tenaz pelo fato e pelo verdadeiro, talvez possa ser representada através de uma citação atribuída, apocrifamente, ao escritor britânico George Orwell: “Numa época de mentiras universais, dizer a verdade é um ato revolucionário”.

Gostaria, então, leitoras e leitores deste texto, de dirigir-me diretamente às minhas e meus colegas que trabalham no dia-a-dia com esse ofício essencial à democracia que é o jornalismo – mas continuem conosco pois esta carta é aberta a todas as pessoas que sonham com uma nova estação, num novo alvorecer.

Caro e cara jornalista – e espero realmente que leia como afeto e ternura –, ainda creio que exista certa confusão de sentidos sobre o que seria dizer a verdade em seu ofício. Assim como o personagem Marcos, em peça escrita por Guel Arraes e Jorge Furtado, parece-me que o pronunciamento da verdade no jornalismo moderno e profissional está intrinsecamente ligado a uma suposta postura de imparcialidade e

⁵⁷ Esta seção é uma ampliação de texto publicado em dezembro de 2022 pelo *Observatório da Imprensa*. Porém, esta carta ao jornalismo foi escrita em janeiro do mesmo ano, passando por algumas alterações, correções e inserções ao longo dos últimos dois anos e meio. Disponível em < <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/caro-jornalismo-um-dialogo-sobre-verdade-politica-e-transformacao/> > acesso em 28 jul. 2023.

⁵⁸ ARRAES, G; FURTADO, J. **O Debate**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, p. 51.

de neutralidade, princípios esses que normatizam todo manual do ofício jornalístico, desde a formação até as redações dos grandes jornais brasileiros⁵⁹.

Contudo, estimado e estimada jornalista, gostaria de lançar aqui algumas provocações. De onde provém uma verdade que não toma partido em época de recrudescimento das perseguições e das ameaças não só ao próprio jornalismo como à própria democracia? De que verdade estamos tratando quando ainda se vacila em posicionar-se abertamente contra a exacerbação da necropolítica que é, sem nenhuma camuflagem, a política oficial do governo Bolsonaro? Talvez seja a que Pilatos busca, na clássica passagem bíblica, em seu diálogo com Jesus de Nazaré: questões sobre a verdade nos lábios, enquanto as mãos lavam-se nas águas da omissão conivente e conveniente.

Perdoe este amigo historiador por iniciar o percurso deste diálogo, que aqui proponho, com provocações críticas que talvez soem presunçosas para um começo de uma conversa que julgo promissora. Talvez este tempo-limite em que nos encontramos já tenha me provocado sobremaneira. Porém venho neste diálogo em busca de desconstrução, pretendendo compartilhar uma caminhada que julgo comum entre historiadores e jornalistas: a produção de conhecimentos e seus efeitos. Nessa conversa sobre construção e mobilização do texto e da palavra, gostaria de posicionar a questão da verdade como central.

Ao tecer arrazoados e reflexões sobre o ofício jornalístico neste tempo presente, reconheço humildemente e abertamente meus limites e minha ignorância – inspirando-me aqui na postura de Jacques Derrida em *Nós outros gregos* ao propor o diálogo⁶⁰. Nunca passei noites em claro, correndo contra o tempo para dar conta do *deadline* – que hoje percebo que se encerra a cada segundo nessa frenética temporalidade –, procurando fontes para confirmar uma apuração de uma informação de relevância, ou mesmo sentindo a dureza que é sobreviver a rotina dura das redações e das ruas. Creio, entretanto, que seja possível neste diálogo a elaboração de um conhecimento crítico que nos mobilize à autorreflexão e à tomada de

⁵⁹ GOMES, W. **Jornalismo, Fato e Interesses: ensaios de teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009, p. 25.

⁶⁰ O filósofo Jacques Derrida, ao realizar um ensaio sobre o problema da linguagem e do “outro” na Grécia antiga, curiosamente inicia seu texto afirmando que sua relação com os gregos é “ingênua ou inculta” e limitada pelo que reconhece como “incompetência filológica e histórica” sobre o assunto. Considero importante que ao fazer provocações aqui ao jornalismo, preciso me aproximar tendo essa mesma postura de humildade frente a um ofício que não domino, porém analiso. Disponível em: DERRIDA, J. “We Other Greeks”, in **Derrida and Antiquity**, Classical Presences, Oxford: Oxford Academic online ed., 2010.

consciência sobre nossa própria ação, tanto jornalística quanto, da minha parte, historiográfica.

DIÁLOGO SOBRE A RENÚNCIA DA VERDADE UNÍVOCA

Na peça *O Debate*, que citei para abrir este ensaio dialogal, Marcos e Paula discutem sobre os limites das premissas do jornalismo neste tempo em que a extrema direita está no poder. Escrito no segundo ano de pandemia da Covid-19, os autores elaboram dois personagens jornalistas de uma emissora que está produzindo o último debate do segundo turno da eleição presidencial de 2022; uma disputa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o então incumbente Jair Bolsonaro, cujo mandato presidencial foi marcado pelo negacionismo científico, autoritarismo e apologia da morte. Enquanto Paula demonstra preocupação sobre a reeleição do candidato de ultradireita, angustiada sobre o que ela, como jornalista, poderia fazer, Marcos adota, inicialmente, uma postura mais conformista, ainda que preocupada, sustentando que tomar lado em prol de Lula seria romper com a verdade e a imparcialidade do ofício jornalístico. Dessa forma, segundo o personagem, se lançaria certa desconfiança sobre o próprio jornalismo.

Esse posicionamento do personagem talvez represente, senhora e senhor jornalista, seu pensamento ético sobre sua prática profissional. Aqui cabe uma primeira historicização em nosso diálogo e caminhada pelas operações de linguagem. Foi a partir da virada para o século XX que empresas jornalísticas dos Estados Unidos passaram a aderir ao discurso de que a prática do jornalismo deveria se apartar de ligações abertamente partidárias para desempenhar uma alegada representação do interesse público e a fiscalização dos poderes. Sendo assim, o produto jornalístico supostamente deveria ser objetivo, independente e imparcial, em outras palavras, um reflexo da realidade social⁶¹.

Esse discurso teria sido inspirado pela aproximação dos jornais estadunidenses de um outro discurso hegemônico sobre a produção de conhecimento, o discurso científico. Nos anos vinte, o escritor e jornalista Walter Lippman afirmava que “só há um tipo de unidade possível num mundo tão diverso

⁶¹ SCHUDSON, M. “O modelo americano de Jornalismo: exceção ou exemplo?” **Revista Comunicação e Cultura**, nº 3, 2007, p. 122.

quanto o nosso ... é a unidade do método⁶²". As premissas do método científico, como forma de compreender a realidade, eram utilizadas pelas empresas jornalísticas como caminho para unificar a busca pela verdade e apoiar-se num poderoso discurso de legitimação do seu ofício.

No Brasil, o discurso de um jornalismo moderno, independente e imparcial foi apropriado pelos jornais impressos a partir dos anos cinquenta, principalmente pela reforma editorial encampada pelo *Diário Carioca*, e depois, nos anos oitenta, pela *Folha de S. Paulo*. A partir de então, o jornalismo brasileiro passa a se legitimar como um quarto poder fiscalizador do interesse público. Porém, de acordo com a leitura do pesquisador Afonso de Albuquerque, esse discurso normativo do representante público, na prática é transmutado para um exercício que facilmente poderia se chamar de "poder moderador", uma entidade que poderia decidir o que seria o bem comum, a partir de seus critérios particulares. O autor afirma, de forma irônica, que para o jornalismo brasileiro "[...] a preservação da democracia é um assunto sério demais para ser deixado ao 'acaso' das decisões populares; a responsabilidade pelo problema deve caber fundamentalmente, então, a elites qualificadas para lidar com ele⁶³".

Em outras palavras e para ir direto ao ponto, meu interlocutor e minha interlocutora, não é possível ocupar esse lugar de neutralidade para "produz[ir] um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas⁶⁴", como afirmam os princípios editoriais do jornal *O Globo*. Não pretendo aqui, por favor, fechar os significados da sua prática jornalística e, tampouco, definir qual deveria ser a função do jornalismo, antes ao contrário, é preciso abrir, dilatar até ao limite seus significados para compreender a historicidade desse discurso e então diversificar as nossas ferramentas de análise e mesmo de construção da realidade.

Esse diálogo de abertura segue em sinal contrário ao que tem sido realizado em alguns casos pelas próprias empresas jornalísticas brasileiras. Lembro, como exemplo, que o jornal *O Estado de S. Paulo*, curiosamente, tentou elaborar um conceito sobre a história e como os historiadores e historiadoras deveriam produzi-la.

⁶² *Ibid.*, p. 123.

⁶³ ALBUQUERQUE, A. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**. 2008, p. 38

⁶⁴ "Princípios editoriais do Grupo Globo" (2011). Disponível em <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#definicao-do-jornalismo>> acesso em 29 mar. 2022.

No contexto do auge do processo de impeachment de Dilma Rousseff, considerado por diversos pesquisadores – assim como este que vos escreve – como um golpe parlamentar, o *Estadão* se revolta contra colegas meus que denunciavam e produziam conhecimento sobre os eventos em curso:

Alguns historiadores brasileiros, cujo ofício é o de reconstituir o passado para entender o que somos no presente, estão com pressa de antecipar a história que será escrita no futuro. ‘Sabemos que está em disputa, na sociedade, na mídia e no governo interino, a narrativa desse evento’, diz o manifesto desses historiadores, sem esconder, portanto, a intenção de moldar, desde já, a interpretação desse período no futuro. [...] Isso não é história, é má-fé (O lugar de Dilma na história. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2016, p. A3).

No texto, o jornal paulista pretende definir o que é a “verdade histórica” e qual deveria ser o ofício do historiador. No caso, o *Estadão* parece determinar que enquanto aos jornais caberia a “verdade sobre os fatos” contemporâneos, aos historiadores caberia apenas “indagar” e “reconstituir” o passado tal qual ele foi. Creio que os editorialistas não devem ter lido muito nosso querido Walter Benjamin que já falava que “a história que procurou mostrar a coisa ‘tal como ela de fato aconteceu’ era o mais forte narcótico do século⁶⁵”.

Convido a comentar essas premissas, a historiadora Caroline Bauer e o historiador François Dosse. Bauer afirma que “[...] os historiadores [não] possuem prerrogativas jurídicas e morais para ‘fixar a justa memória dos acontecimentos [...]’⁶⁶”. Dessa forma, os historiadores e historiadoras “não detêm o monopólio do discurso sobre o passado, suas análises são apenas mais uma narrativa entre todas as existentes e em circulação sobre os eventos da história recente”.⁶⁷ Dosse avança nesse argumento e convoca o historiador a “renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente ‘fechar’ os registros históricos⁶⁸”.

Ao meu ver, o conceito de história do *Estadão* indica uma armadilha discursiva: a de reduzir o trabalho de historiadores a uma inalcançável – e, portanto, irrelevante – tentativa de apreender a história tal qual aconteceu e,

⁶⁵ BENJAMIN, W. apud. GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva. 2009, p. 64.

⁶⁶ BAUER, C. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. **Aedos**, vol. 12, nº 5, 2013, p. 19.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia, **Tempo e Argumento**, vol. 4, nº 1, 2012, pp. 11-12.

consequentemente, evitar o impacto político de uma produção historiográfica ou, porque não falar, da disputa da memória sobre o presente, inclusive sobre a atuação das empresas jornalísticas.

Encerrando nossa primeira rodada de conversa, o convite – neste texto –, é para renunciarmos conjuntamente às noções de domínio de uma verdade unívoca e objetiva a que tanto o campo da história quanto do jornalismo foram expostos e até moldados. Como profissionais da linguagem, convido jornalistas e historiadores a analisarem criticamente esse discurso que ainda nos aprisiona para ampliar a beleza, a arte e a potência de nosso ofício na ação e elaboração de novas realidades.

DÍALOGO SOBRE O LUGAR DO CORPO

Uma vez que programados, meu caro e minha cara jornalista, para elaborarmos nossas narrativas a partir dessa “vontade de verdade” que nos aprisiona e asfixia, compreendo muito bem a dificuldade da desconstrução que pode nos levar à libertação. Frutos da modernidade e do primado do saber racional, metódico e cientificista, demonstramos medo em libertar nossa subjetividade, esta que precisaria ser domesticada, controlada, anulada para que o objeto, ou o fato, pudesse se impor sem nossa interferência. Mas ao trilharmos o caminho da desconstrução, percebemos que essa “racionalidade mórbida guiada pela flecha da razão” é que nos impede de enxergar todo o quadro e realidade da vida. Como diz o historiador Tony Hara: “o pensamento racional ... abandona a vida em nome da Verdade. Essa vontade de verdade aniquila a vida⁶⁹”.

A historiadora Sônia Meneses, uma especialista das narrativas jornalísticas, associa essa vontade da verdade ao jornalismo da seguinte forma:

A sistematização dos conteúdos jornalísticos se ampara em uma vontade de verdade que auxilia a construção de uma dada legitimidade social de seus discursos e de suas narrativas. Se os recursos se apresentam como lugares evocadores da verdade, elaboram para si, consequentemente, lugares de poder, uma vez que se manifestam como mecanismos autorizados a falar, assim como, interditar outras vozes⁷⁰.

⁶⁹ HARA, T. **Saber Noturno: uma antologia de vidas errantes**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2004, p. 21.

⁷⁰ MENESES, S. **A Operação Midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 74.

A autora aqui estabelece a relação entre o produto jornalístico, o discurso científico da verdade objetiva e esse pronunciamento da verdade como forma de elaboração de um lugar de poder. Nas palavras da própria historiadora, “associar a produção noticiosa ao discurso científico era garantir a legitimação de um novo estatuto de aceitação no qual a defesa da verdade objetiva afiançava uma informação segura e isenta⁷¹”.

É aqui que chegamos num ponto crucial de nossa conversa. Precisamos refletir sobre as repercussões dessa apropriação do discurso da cientificidade moderna; inda mais assumindo nosso lugar de enunciação latino-americano. Li há pouco tempo, em uma coletânea de textos feministas – a revista *Tiqqun* –, uma definição desse discurso cientificista pretensamente técnico que me impactou:

O universalismo ocidental viveu no mito do ser neutro produtor de verdade, dando-se assim as armas de uma opressão inominável, criando uma relação de força para a qual o vocabulário do saber existente não podia fornecer palavras. [...] um sistema de saber-poder que intencionalmente se fundou [...] sobre a ficção do ‘eu transparente’, aquele que pode compor com o modelo do saber tecnocientífico [...] como uma máquina de guerra inocente⁷².

A “opressão inominável” da citação acima é aquela que opera um discurso que ama a normalização e a invisibilização das relações de poder através da pretensa neutralidade para se eximir previamente da máquina de guerra construída pela necropolítica⁷³ que Achille Mbembe faz questão de ressaltar que existiu e ainda vigora nas regiões colonizadas do mundo.

Sendo assim, gostaria de lhe apresentar alguns pensadores da América Latina que se dedicaram a pensar como esses discursos sobre a produção da verdade afetaram e produziam relações assimétricas de poder em nossa região. O elemento fundamental é que o pensamento moderno de corte eurocêntrico engendrou a colonialidade. Para não reproduzimos essas relações desiguais de poder é preciso desconstruir esse discurso para então criarmos nosso próprio caminho.

Ramón Grosfoguel – pioneiro na produção de conhecimento decolonial na América Latina – avança nessa discussão sustentando que

⁷¹ *Ibid.*, p. 54.

⁷² TIQQUN. Ecografia de uma potência. **Tudo deu errado, vida o Comunismo** Trad. Vinicius Nicastro Honesko. n-1 edições, 2020. *E-book*.

⁷³ MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. n-1 edições, 2018.

O ponto central aqui é o locus de enunciação, ou seja, a localização geopolítica e corpo-política do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “ego-política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “eu” não situado. A localização epistêmica étnico/racial/gênero/sexual e o sujeito que fala estão sempre desacoplados. Ao desvincular a localização epistêmica étnico/racial/gênero/sexual do sujeito que fala, a filosofia e as ciências ocidentais são capazes de produzir um mito sobre um saber universal verdadeiro que encobre, ou seja, oculta quem está falando, bem como a realidade geopolítica e localização epistêmica corpo-política nas estruturas de poder/saber colonial de que fala o sujeito⁷⁴.

Para o pensador, o mito da objetividade criada pela modernidade ocidental criou uma tenebrosa neutralidade “descorporificada”. Esse discurso sobre a produção científica universalizou a “verdade” e mesmo as técnicas para conhecê-la e capturá-la. O sociólogo sustenta que essa estratégia epistêmica foi historicamente crucial para os projetos de dominação do Ocidente sobre outras regiões. “Ao ocultar a localização do sujeito da enunciação, a expansão e dominação colonial europeia/euro-americana foi capaz de construir uma hierarquia de saberes superiores e inferiores e, portanto, de pessoas superiores e inferiores em todo o mundo⁷⁵”.

O pensador Santiago Castro-Gómez chama essa estratégia discursiva sobre o lugar social do “produtor do conhecimento” como “ponto zero” das filosofias eurocêntricas⁷⁶. Trata-se de um “ponto de vista que se esconde e se oculta como estando além de um determinado ponto de vista, ou seja, [...] que se representa como sendo sem ponto de vista⁷⁷”. Essa perspectiva cientificista particulariza a produção de conhecimento não ocidental e universaliza as fórmulas da modernidade colonial. Para o poético historiador Hara, “o pensamento sistemático vai banir aquilo que se mostra diferente, vai homogeneizar o múltiplo e condenar a variedade que existe na vida. Ele exclui o desconhecido para afirmar pateticamente a exatidão, a precisão do conhecido⁷⁸”.

No campo da História, estamos, aos poucos, compreendendo a necessidade do abandono do cientificismo racionalista moderno. Na obra *A pele da História: corpo, tempo e escrita historiográfica*, Durval Muniz de Albuquerque Junior, um dos grandes historiadores de nosso país, tem muito a nos dizer sobre a presença intransponível do corpo na elaboração do conhecimento. Ele nos adverte que quando o “... historiador

⁷⁴ GROSGOUEL, R. The epistemic decolonial turn. **Cultural Studies**, vol. 21, nº 2-3, 2007, p. 213.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 214.

⁷⁶ CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**. Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

⁷⁷ GROSGOUEL, R. *op. cit.*, p. 214.

⁷⁸ HARA, T. *Op. cit.*, p. 20.

se desmaterializa, se torna um sujeito de discurso que sequer assume a sua condição de Eu, desaparecendo sob a ficção holística de um Nós, sem rosto e sem corpo, ocupando um lugar de autoria que nem fede, nem cheira [...]”⁷⁹. Acredito que nem você, caro e cara jornalista, nem eu queremos esse lugar anódino e desimportante que camufla ridiculamente nossas marcas, nosso corpo.

Durval Muniz, então, chama à atenção

... para o fato de que são nossas carnes, e os corpos que com elas fabricamos, que representam a nossa presença no mundo, que são a base do nosso ser e estar na história e, portanto, ponto de partida para o entendimento de qualquer ação, pensamento, sentimento, imaginação, criação humanas. Discuto a própria relação entre condição carnal e escrita da história, levando a sério e dando consequência à ideia de que a escrita é um gesto, implica ações, envolve o investimento de todo o corpo, da carnalidade mesma em sua fabricação. Nosso corpo deixa um traço inultrapassável em tudo o que fazemos, ele risca, deixa marcas, deixa rastros em tudo aquilo que realizamos. Nosso corpo é nossa realidade material, o real incontornável com que temos que lidar todos os dias. Não nos livramos dos limites e demandas da carnalidade em nenhum momento e lugar. [...] Pensamos, escrevemos, inclusive a historiografia, premidos e atravessados pelas energias e forças que percorrem nossas carnes, pelos afetos e afecções que o mundo nelas efetua, pelas emoções e sentimentos que esses afetos promovem, pelas memórias que capturam e dão duração a essas afecções, pelas imagens e pelos conceitos que elas nos obrigam a produzir, no intuito [...] de significá-las [...]”⁸⁰.

Compreendendo todo esse panorama, a partir do diálogo com Castro-Gómez e Grosfoguel⁸¹, queria provocar você, jornalista latino-americano(a): sabendo, então, que todo conhecimento se encontra incorporado e corporificado em sujeitos situados em determinados contextos históricos, ideológicos e culturais, continuaremos reproduzindo na prática jornalística a premissa epistemológica universalista eurocêntrica?

Pensando bem, mesmo que tenha me concentrado em falar com você, Jornalista, como representante de toda a classe, talvez tenha gastado aqui meu tempo à toa. Infelizmente, quantos e quantas jornalistas devem estar lendo estas letras franzindo a testa e balançando a cabeça, negativamente, a cada vez que percebem no texto as palavras opressão ou dominação?

⁷⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A pele da História: corpo, escrita e escrita historiográfica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2024. *E-book*.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Giro colonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007.

Com o auxílio de um outro olhar mais arguto⁸², acredito, realmente, ter errado em começar o texto idealizando um(a) jornalista como avatar de um pensamento dos profissionais do jornalismo brasileiro. Então, antes que vocês, jornalistas que não creem na transformação e democratização – e que utilizam do mito da neutralidade de sua profissão para lutar contra essas demandas –, abandonem e condenem este vos fala, eu os dispense do resto do diálogo. Quero falar apenas para aqueles e aquelas jornalistas que tem esses ideais consigo, como compromissos ético e político de atuação não só profissional, mas, também, como compromisso de vida.

Para os e as jornalistas que possuem o desejo de mudança real da sociedade, eu digo: precisamos reafirmar, neste tempo-limite que vivemos, que não existe produção de conhecimento sem corpo, sem lugar, sem história. O filósofo francês Onfray já afirmava que "o difuso de uma existência deve passar pelo filtro da subjetividade que teoriza, observa e dá forma"⁸³. É importante afirmar que, nessa decisão, "não se trata de um convite ao irracionalismo, ou de pregar uma certa improbidade intelectual [...]. Mas, o que se deseja é, ao menos, uma suspensão temporária da razão normatizadora, para suscitar uma visão mais inebriada e encantadora da vida"⁸⁴.

Infelizmente, o jornalismo profissional na América Latina se apropriou e reproduziu essa razão normatizadora, procurando escamotear sua própria ação política. Afonso de Albuquerque, pesquisador que já convidei para esta conversa linhas atrás, afirma que as instituições jornalísticas nas sociedades latino-americanas internalizaram e naturalizaram fortemente esses modelos normativos, apresentando-se como portadores de valores universais, adaptando-as aos seus interesses. Ao apropriarem-se desse discurso, os jornais fortaleceram uma retórica que concedeu a si uma legitimidade para desempenhar um papel político ativo. Nesse contexto, Albuquerque afirma que as empresas jornalísticas na América Latina "podem solapar a democracia, ao mesmo tempo em que afirmam defendê-la"⁸⁵.

Conhecendo essa história de reprodução do poder, creio não ser mais possível a sustentação de uma posição de neutralidade jornalística como produtora

⁸² Agradeço, especialmente, à professora Sônia Meneses por essa observação na banca de qualificação desta tese.

⁸³ ONFRAY, M. **A escultura de si: a moral estética**. Trad. de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 23.

⁸⁴ HARA, T. *Op. cit.*, p. 12.

⁸⁵ ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America. **Journalism**, vol. 20, nº 7, 2019, p. 908.

dessa verdade. É preciso assumir o corpo. É preciso assumir o lugar de enunciação dos discursos para refletir sobre a ação; e é preciso agora. Tony Hara, conversando com Walter Benjamin, afirma que

O corpo é [...] o único meio, a única passagem que leva o pensamento para os territórios inacessíveis do irracional e do inconsciente. O corpo desperta o pensamento profundo que foi adormecido por um discurso filosófico, que de tão obstinado em descobrir e ditar a verdade, a lei e a totalidade do mundo exterior, negou todas as forças obscuras que representavam uma ameaça a esse próprio discurso. Os pensamentos mais profundos, aqueles que se deixam afetar pelo irracional e pelo inconsciente, não seriam engendrados tão somente pela observação do mundo exterior⁸⁶.

Sendo assim, é a partir do reconhecimento do corpo e do lugar social que se fala que é possível gerar um conhecimento mais amplo, diverso, plural e honesto intelectualmente. O corpo – esse território por muito tempo esquecido e anulado – é o “locus da experimentação de si mesmo e do mundo⁸⁷”. Em outras palavras, é aí que o jornalismo e a sua verdade não antagonizam com a vida. Pelo contrário, ao lidar com essa nova realidade potente e criativa é que o jornalismo – e também a historiografia – pode agir sobre o mundo a partir de sua transformação e libertação ou, nas palavras de Hara, pode “convocar novas auroras⁸⁸”.

DIÁLOGO SOBRE A AÇÃO POLÍTICA

Deixe-me refazer ou explicar melhor o que estou lhes dizendo nos parágrafos anteriores. Não é que o jornalismo precisa passar de uma posição neutra à posição política. Já discutimos muito, até aqui, como os jornais, através desse pretense discurso cientificista da imparcialidade, se autolegitimam. Já debatemos também como as empresas jornalísticas brasileiras se apropriaram desses papéis normativos e reproduziram historicamente as relações de poder em nossa região e, sim, atuaram politicamente em prol desse mesmo poder. Em *A História Cultural: entre prática e representações*, o historiador Roger Chartier já afirmava que as representações simbólicas do mundo social são determinadas pelos “interesses de grupo que as forjam. [...] produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade

⁸⁶ HARA, T. *Op. cit.*, p. 52.

⁸⁷ *Ibid*, p. 54.

⁸⁸ *Ibid*, pp. 13-14.

à custa de outros⁸⁹". Essa assertiva conversa com os estudos de Luiz Gonzaga Motta, nos quais é reafirmado que "narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação⁹⁰".

O tomar partido que aqui me refiro se trata de uma decisão metodológica sobre seu próprio ofício (espero que estejam atentos e atentas nesse momento): é preciso tomar partido sobre si. É preciso renunciar, de uma vez por todas, o discurso que legitima nosso lugar de poder. É preciso desvincular essa suposta produção de verdade com uma suposta posição de neutralidade, uma vez que já percebemos que ela só reproduz o *status quo* desigual em que vivemos.

A partir dessa tomada de consciência, minhas caras jornalistas, meus caros jornalistas, poderás agir através de suas operações de linguagem – e esse é o convite que perpassa todas essas linhas que vos dedico. Agir em prol da transformação democrática que creio, sinceramente, que almejas viver. Em meu campo de atuação, tenho buscado seguir essa trilha também. A recusa do domínio do ofício historiográfico sobre o tempo, desnaturalizando o discurso de autoridade para admitir as subjetividades, os corpos na escritura da história, permite a historiadoras e historiadores uma abertura de suas escolhas éticas e políticas.

Outros historiadores tem apontado nessa direção como Arthur Ávila que assegura que as escolhas de construção dos objetos de pesquisa "... são opções políticas, mais do que observações empíricas, sobre a qualidade e a 'natureza' do tempo histórico e carregam consigo toda uma série de efeitos igualmente políticos e éticos para nossas práticas⁹¹". Sendo assim, assumindo que a produção de conhecimento não acontece de forma neutra, é fundamental que pesquisadores reconheçam e demonstrem com transparência suas escolhas políticas. Nesse processo, François Dosse afirma que o historiador acaba por desempenhar um "chamado [par]a ajudar a formar a consciência histórica e a memória dos contemporâneos⁹²".

Ávila reitera essa posição de que a tomada de ação sobre si e sobre o tempo presente "acarreta não só na abertura da disciplina a todo um mundo de forma que

⁸⁹ CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

⁹⁰ MOTTA, L. G. "A análise pragmática da narrativa jornalística", in: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 3.

⁹¹ ÁVILA, A. "O que significa indisciplinar a história?" in: **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019, p. 37.

⁹² DOSSE, F. *Op. cit.*, p. 19.

podem injetá-la com um renomado *animus* político, ético e estético, mas em sua transformação democrática⁹³. De fato, só assim podemos construir narrativas históricas (e, da mesma forma, jornalísticas) que “devolvam a radicalidade que precisamos para sobreviver” e que “libertem nossas imaginações⁹⁴”, tão imprescindíveis para este tempo histórico.

Ação sobre si, radicalidade, libertação, imaginação, transformação. Recomendo a vós, companheiros e companheiras jornalistas, um mergulho nessa orientação ética para a produção do conhecimento jornalístico. Eu manifesto que é a partir desse *ethos* que se é possível produzir uma verdade conectada com a vida e que atue sobre a realidade, que construa um novo horizonte.

Lembro aqui, neste momento, os conceitos de heterotopia e do dizer verdadeiro em Michel Foucault. As “heterotopias” seriam a vivência por mudanças possíveis na elaboração de “espaços diferentes, esses espaços outros, uma espécie de contestação [...] do espaço em que vivemos⁹⁵”. A *parresía*, conceito grego apropriado por Foucault, seria a forma de atuação política para produzir esses espaços outros. Esse conceito pode ser traduzido como o “dizer verdadeiro” ou mesmo a “coragem da verdade”.

Para Foucault, “a *parresía* consiste em dizer a verdade, sem dissimulação nem reserva nem cláusula de estilo nem ornamento retórico que possa cifrá-la ou mascará-la⁹⁶”.

O parresiasta dá sua opinião, diz o que pensa, ele próprio de certo modo assina embaixo da verdade que enuncia, liga-se a essa verdade, e se obriga, por conseguinte a ela e por ela. Mas não basta. ... Para que haja *parresía* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência.⁹⁷

A historiadora Priscila Vieira aponta que Foucault pensava numa forma diversa na relação com a verdade que “ao invés de conceitos como os da neutralidade, da objetividade, [...] que acompanhavam a vontade de saber ocidental, Foucault

⁹³ ÁVILA, A. *Op. cit.*, p. 44.

⁹⁴ *Ibid.*, pp. 45-46.

⁹⁵ VIEIRA, P. **A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2013, p. 117.

⁹⁶ FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de se e dos outros II**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011, p. 11.

⁹⁷ *Ibid.*, pp. 11-12.

encontrou noções tais como coragem, liberdade, risco, estéticas da existência, cuidado de si e dos outros e ética⁹⁸.

O dizer verdadeiro estaria intrinsecamente conectado à própria vida, fazendo com que sua vivência prática fosse um escândalo para os poderes, estruturas sociais e convenções hipócritas. Ou seja, o dizer verdadeiro seria indissociável da forma de vida como testemunha da verdade. O que validaria a verdade de quem enuncia o discurso seria “a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, de maneira como se tem vontade de dizer”. É preciso desenvolver essa concepção da verdade que não se esconde, que não se ausenta sob a falsa dicotomia entre verdade e posicionamento engajado, entre verdade e luta pela vida. E essa coragem da verdade precisa ser exercida, principalmente, contra àquelas pessoas, poderes e instituições que exercem domínio através da autocalamagem.

... o dizer-a-verdade do parresiasta que sempre se aplica, questiona, aponta para indivíduos e situações a fim de dizer o que estes são na realidade, dizer aos indivíduos a verdade deles mesmos que se esconde a seus próprios olhos, revelar sua situação atual, seu caráter, seus defeitos, o valor da sua conduta e as consequências eventuais da decisão que eles viessem a tomar⁹⁹.

Neste tempo presente que parece ter sequestrado perspectivas de futuro, como precisamos da coragem da verdade para dilatarmos nossa realidade e abriremos novas possibilidades para que os dizeres de maio de 68 – “sejamos realistas, exijamos o impossível” – saiam dos muros e engendrem novas formas de vida. Meu amigo e orientador deste trabalho, Vinicius Honesko, reverbera tais dizeres à luz das teses de Walter Benjamin para reafirmar que nossa tarefa hoje é demandar o impossível e aniquilar a ideia de realidade única que o “inimigo” busca a todo instante nos impor¹⁰⁰.

Retomando o diálogo teatral que citei no início, podemos então responder ao personagem Marcos que afirmava que ao jornalista caberia apenas dizer a verdade e não salvar vidas. Como seria possível, neste tempo histórico, acreditar, realmente, na prática de um jornalismo desvinculado da vida? Muito para além dessa questão, lhe asseguro que só se produzirá uma verdade jornalística transformando politicamente o jornalismo e a própria vida.

⁹⁸ VIEIRA, P. *Op. cit.*, p. 192.

⁹⁹ FOUCAULT, M. *Op. cit.*, p. 18-19.

¹⁰⁰ HONESKO, V. Sobre o governo das memórias: aspectos de um domínio do real. **boletim de pesquisa nêlic**, Florianópolis, v. 19, n. 31, 2019, p. 102.

Paula: *Você tem noção do que está fazendo?*

...

Marcos: *Você não queria aproveitar a última chance que a gente tem de tentar fazer alguma coisa pelo país?*

Paula: *Queria, mas não... isso.*

Marcos: *Não gostou do texto?*

Paula: *Não é o caso de gostar ou não gostar. Jornalismo não pode fazer isso.*

Marcos: *Por que não? Foi você que me lembrou que a isenção jornalística depende das circunstâncias. [...] é o caso de evitar mais mortes. Um assassinato em massa. Um genocídio. As opiniões de Bolsonaro, sua falta de projeto para enfrentar esta nova onda do vírus, vão custar ao país, mais uma vez, centenas de milhares de mortes. E a gente, não vai fazer nada?*

Paula: *Você sugeriu que a gente fizesse jornalismo.*

Marcos: *Nesse caso, jornalismo pode não ser suficiente¹⁰¹*

*Trecho da peça **O Debate** de Guel Arraes e Jorge Furtado, 2021.*

Marcos se convence de que é preciso agir. Se convence de que vidas estão em jogo e de que não pode quedar impassível e passivo em uma eleição que disputa os rumos da tão combalida democracia brasileira. É preciso deter o autoritarismo, o negacionismo e o avanço do projeto de extrema direita no país. Paula agora hesita. O medo toma conta de si. Jornalismo pode fazer isso? Tomar partido de forma tão escancarada é fazer jornalismo? Como agir em prol da verdade abrindo mão da neutralidade? Estaria, assim, abandonando a ética jornalística?

Senhoras e senhores jornalistas que resistiram e até aqui tem me acompanhado, gentilmente, nessa trilha da desconstrução de si, acredito que tens se deparado sobre as mesmas questões da personagem Paula. Nesses últimos anos sombrios que vivenciamos, acabamos por colocar em xeque nossos pressupostos. Como olhar para o mal radical, para a necropolítica que nos assola neste tempo que parece não passar e não colocarmos em perspectiva tudo aquilo que somos e fazemos? O campo do conhecimento historiográfico também tem passado por esses questionamentos e convido, caros amigos e caras amigas jornalistas, a darmos esse passo de coragem.

¹⁰¹ ARRAES, G; FURTADO, J. *Op. cit.*, p. 58.

Esse passo trilha, necessariamente uma nova política da verdade. Lastreada em Foucault, Priscila Vieira reafirma que a verdade não pode ser “mais revelada através da objetividade de um método correto, que conseguiria descrever de forma neutra a coisa ou o objeto em si, mas pensada segundo os preceitos da *parresía* antiga, pautada pela coragem, pela sinceridade e pela liberdade de dizer em uma situação de risco¹⁰²”.

Eu bem sei que nesse momento você deve estar conjecturando sobre os empecilhos profissionais da prática de uma verdade jornalística aberta a mergulhar e a construir uma nova realidade através da mobilização da linguagem. Não me entenda mal, eu bem sei que existem mecanismos de controle sobre o que é produzido nas redações dos grandes jornais. Discuti aqui contigo que tem sido muito conveniente às empresas jornalísticas a adesão ao discurso cientificista para legitimar as relações de poder desiguais que historicamente marcam nossa região, nosso país.

Porém, talvez, a maior forma de controle do produto jornalístico seja a naturalização desse discurso no *habitus*¹⁰³ da classe jornalística. Por favor, resista a esse discurso que fragmenta e manipula a realidade. Vamos construir novas auroras, “a partir de uma crítica histórica que tem por objetivo libertar e ultrapassar as condições existentes da atualidade¹⁰⁴”.

Marcos finaliza o texto consentindo que talvez, para enfrentar este tempo, fazer jornalismo não seja suficiente. Concordo em parte, afinal, nunca será o jornalismo sozinho que conseguirá deter as sombras do autoritarismo. Porém, creio ser possível a elaboração de uma verdade jornalística suficiente no compromisso radical com a transformação e com a vida.

Às vésperas das eleições presidenciais que definirão os trilhos da democracia no Brasil, lhe desejo a coragem da verdade. Afinal, já escrevia Guimarães Rosa, “a vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem¹⁰⁵”.

¹⁰² VIEIRA, P. *Op. cit.*, p. 18.

¹⁰³ Pierre Bourdieu (2007, p. 86), em *Él sentido práctico* define *habitus* como [...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente desse fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”.

¹⁰⁴ VIEIRA, P. *Op. cit.*, p. 119.

¹⁰⁵ GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Coragem essa que precisamos para resistir aos “podres poderes” denunciados em canção pelo poeta de Santo Amaro, Caetano Veloso. E é com sua poesia que encerro nosso diálogo e caminhada sobre as potencialidades de nossos ofícios na construção do novo, do justo, do belo: “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”.

Atenciosamente,
Um amigo historiador.

Curitiba, 14 de janeiro de 2022.



FORJANDO O PODER

AS GUERRAS DE O GLOBO E ESTADÃO CONTRA A DEMOCRACIA

*Adaptação em texto dos tweets
postados no perfil
@Pablospimentel em 8 de mar
de 2022¹⁰⁶*

No início desse ano, o *Estadão* lançou uma série de editoriais publicados em três domingos seguidos com o tema “O mal que Lula faz...”. A empresa tentava disputar a memória sobre aquilo que o jornal chama de “lulopetismo”.

Inconformado com as pesquisas eleitorais que desde a anulação dos processos contra Lula têm apontado a liderança do ex-presidente, o jornal pretende fazer um “resgate” para revelar a “verdade” sobre Lula e o PT: uma suposta “tradição antidemocrática”. Os três editoriais dominicais asseveravam que Lula faria mal à democracia, à própria oposição e ao Estado. O tema chave da construção da narrativa é a configuração do chamado “lulopetismo” como um projeto corrupto e autoritário de poder. O “lulopetismo” seria a própria manifestação do corpo político de Lula, expressando vontades, desejos e ações deturpadas. Persona essa que teria criado, segundo o *Estadão*, uma das maiores e “infames campanhas de incivilidade, intolerância e autoritarismo da história nacional”.

Ao realizar uma disputa simbólica contra os dispositivos encantatórios do discurso lulista, o *Estadão* tenta reforçar marcadores dos discursos antipetistas, lançando para fora dos marcos democráticos os governos do PT e o próprio Lula. Num processo de confecção de realidade, o *Estadão* legitima discursos que dialogam com a visão do lavajatismo e do bolsonarismo sobre o legado dos governos petistas, ainda que o jornal tenha fortíssimas críticas ao autoritarismo de Bolsonaro.

A utilização desse discurso corrobora, ao meu ver, uma visão autoritária sobre a política. Um de seus efeitos é a normalização do próprio bolsonarismo. A

¹⁰⁶ Adaptação de fio de *twitter* escrito por este que vos escreve em meu perfil no dia 8 de março de 2022. Para acessar os *tweets* originais – inclusive com belos *memes* – clique no link disponível a seguir <<https://x.com/Pablospimentel/status/1501338035811667973>>.

radicalização do antipetismo assegura a Bolsonaro seu acesso às mentes e corações dos eleitores brasileiros. O discurso da polarização entre extremos mira numa “terceira via” eleitoral, mas na realidade favorece uma outra versão do bolsonarismo.

É isso meus amigos... defender a democracia não precisaria ser “uma escolha muito difícil”. Não parece ser o caso do *Estado*.

CRÔNICA I

CURITIBA, 24 DE MARÇO DE 2022

Março.

Faltam sete meses para as eleições. Abro nesse momento a primeira pesquisa eleitoral do Datafolha neste ano. Lula confirma a liderança isolada para a Presidência. Misto de ansiedade e apreensão, pois o jogo ainda não está jogado. O antipresidente que ora ocupa o Planalto conseguiu uma relativa recuperação nos primeiros meses do ano. A extrema direita que ascendeu ao poder na ribalta da crise do lulismo, será derrotada eleitoralmente pelo próprio lulismo? Depois de tantos reveses, depois de tantos retrocessos democráticos ainda será possível que o ex-presidente mobilize corações? Ou o antipetismo ainda vai reverberar de forma impactante pavimentando o caminho para a reeleição do agitador neofascista?

São muitos questionamentos, dúvidas e possibilidades, porém o fato é que o desenrolar dessa história posiciona o lulismo, mesmo com suas contradições, como único projeto político democrático com viabilidade eleitoral para derrotar o extremismo bolsonarista, a síntese do que hoje há de pior no pensamento autoritário brasileiro.

A disputa será entre poderosos discursos mobilizadores de afetos. Que seja derrotado o horror.

Que vença a democracia e que seus atores estejam à altura dela.

Democracia. Um conceito carregado de muitas camadas e de muitos significados. Para alguns autores, um método de escolha de governantes, uma disputa entre determinadas elites pelo poder. Para outros, uma força mobilizadora,

uma potência capaz de gerar grandes mudanças sociais. Entre o ideal e o formal, essa polissemia atribuída ao conceito nos ajuda a compreender as diversas disputas que ao longo do tempo foram realizadas pelos seus significados. No nosso caso específico, de que forma o jornal *O Globo* elabora o significado da democracia ao comentar a vitória de Lula sobre o líder da extrema direita brasileira?

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva é repleta de significados. Pela primeira vez, um presidente brasileiro foi eleito democraticamente para um terceiro mandato e um presidente disputando a reeleição perdeu. [...] É certo que não foi a vitória folgada com que sonhavam os petistas, mesmo assim os 60,3 milhões de votos em Lula foram uma resposta enfática do eleitorado ao autoritarismo tóxico e aos desmandos contumazes do presidente Jair Bolsonaro. [...] Há preocupação sensata com a reação do derrotado e de seus aliados. **O triunfo de Lula representa o êxito da democracia**, ameaçada nos últimos quatro anos pelo bolsonarismo. [...] Acima de tudo, ninguém perderá o sono com a possibilidade de um ganhador da eleição de 2026 não assumir em janeiro de 2027 (Lula tem uma oportunidade de redimir o Brasil. *O Globo*, 31 out. 2022, p. 2, **grifos deste autor**).

Não posso me furtar de ressaltar o quão irônico é ler o editorial da empresa jornalística carioca celebrando a vitória da principal figura de um partido que o mesmo jornal, há oito anos, afirmava querer “viabilizar um projeto de eternização no poder¹⁰⁷”. Seria uma mudança de linha editorial para aderir a luta em prol da transformação democrática que tanto sonhamos viver? Uma nova aurora se descortinou para o principal jornal do maior conglomerado de mídia do país? Desculpem-me a ironia, caro leitor e cara leitora. Permitam-me desenvolver minhas razões para o uso constante que faço dessa figura de linguagem neste texto.

Creio que o sentido utilizado para defender a democracia brasileira em 2022 seja um tanto diferente de certa defesa que consta em editorial publicado no dia 2 de abril de 1964, intitulado “Ressurge a democracia”.

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. [...] Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe

¹⁰⁷ Para que jamais haja outro impeachment, *O Globo*, 01 set. 2016, p. 16.

estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. **Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.** [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor (Ressurge a democracia. *O Globo*, 02 abr. 1964, **grifo deste autor**).

Triste “democracia” essa que ressurge para *O Globo* a partir da ruptura institucional e, mais importante, da repugnante marcha sobre corpos cerceados, encarcerados, torturados, mutilados. Uma sorte de regime democrático que está assentada, como já cantava o poeta Gonzaguinha, em “cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas. Memória de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito que mata”.

Por mais que a empresa jornalística, quase cinquenta anos depois tenha admitido o erro em apoiar o golpe de 64¹⁰⁸, mesmo no processo de redemocratização ainda ecoava os mesmos argumentos que pautaram esse editorial que celebrava a vitória contra os “vermelhos” e a salvação da “comunização” do país. Roberto Marinho, o dono do que era chamado até então de Organizações Globo, afirmava que “participamos [o jornal] da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada” (Julgamento da Revolução, *O Globo*, 07 out.1984).

Em relação ao *Estado de S. Paulo*, nem mesmo um tardio arrependimento foi demonstrado em sessenta anos após o golpe. Ruy Mesquita, membro da terceira geração a comandar o jornal paulista, afirmou em 2004:

Acho fundamental, para que se possa fazer uma análise objetiva e fria sobre a chamada revolução de 1964 – que na realidade não foi uma revolução, foi uma contrarrevolução, não foi um golpe, mas um contragolpe [...] O risco era real. Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história do golpe de 64 foi escrita pelos derrotados¹⁰⁹.

Para a família Mesquita, que desde os primórdios do jornal sempre fez questão de imprimir seus posicionamentos políticos através dos editoriais da empresa,

¹⁰⁸ Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, *O Globo*, 31 ago. 2013.

¹⁰⁹ Disponível em < <https://www.estadao.com.br/politica/estadao-rompeu-com-regime-apos-ai-2-cancelar-eleicoes-ditadura-respondeu-com-censura-e-arbitrio/> > acesso em 08 mai. 2024.

era necessário derrubar o presidente João Goulart em 1964 para evitar o risco de uma “república sindicalista em aliança com os comunistas”. Na visão dos donos da empresa jornalística paulista, tratava-se praticamente de um “dever cívico e democrático” apoiar os eventos daquele fatídico ano.

Em texto escrito pelo jornalista Marcelo Godoy, publicado para uma série especial do *Estadão* sobre os sessenta anos do golpe de 64, é reforçada a ideia de que a história sobre a derrubada de Jango teria sido escrita pelos vencidos. Em sua visão laudatória das posições da empresa jornalística, ele afirma que “poucos se lembram dos acontecimentos e do clima que levou empresários, militares e liberais a agir¹¹⁰”.

Porém, o texto ressalta que o jornal rompeu com o regime após o Ato Institucional nº 2 cancelar as eleições de 1965 e estabelecer eleições indiretas para a Presidência. Esse posicionamento converge com os objetivos de lideranças liberais-conservadoras à época como Carlos Lacerda, um político golpista contumaz – citado inclusive na peça jornalística em questão –, que esperava que o golpe de 64 limpasse o terreno para a inédita vitória do partido da União Democrática Nacional (UDN) no pleito de 65. Frustradas as expectativas, tanto Lacerda quanto o *Estadão* passam a se apresentar como guerreiros da democracia fustigada pela militarização do poder. Triste “democracia” essa defendia por democratas antipolulares e por liberais que odeiam a liberdade¹¹¹.

Não me entenda mal, caro leitor e cara leitora. Não pretendo aqui ir à desforra contra *O Globo* e *Estadão*, ou fazer as vezes de polícia dos posicionamentos desses jornais de forma açodada. Não pretendo praticar um reducionismo simplificador da ação política dessas grandes empresas jornalísticas ao longo de sua história, ao contrário, o objetivo aqui é complexificar e problematizar como esses jornais lutaram por forjar seu lugar de poder evocador de verdades que se pretendem históricas. Lugar esse obtido através de diferentes estratégias para a consecução de seus objetivos políticos, econômicos e ideológicos.

Para tanto, não faço aqui um compêndio cronológico para exaurir a história desses jornais até nossos dias. Outros bons livros, biografias e artigos já fizeram isso.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ Importante ressaltar de que não existe contradição entre liberalismo e autoritarismo, ou democracia liberal e estado de exceção. Giorgio Agamben demonstra isso muito bem em *Estado de exceção*, obra que faz parte da série *Homo Sacer* (AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004).

O objetivo aqui é tratar como que, durante a história dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, os interesses políticos e econômicos que marcaram a atuação das empresas jornalísticas orientaram suas escolhas editoriais para o forjamento de uma guerra ideológica e discursiva contra a democracia¹¹².

Os dois jornalões são, primordialmente, propriedade familiar. Os Marinho e os Mesquita possuem uma trajetória não só de proximidade aos mais altos estratos políticos e econômicos do país, mas de disputa, interferência e participação direta nos círculos do poder. Porém, as estratégias que levaram essas famílias a terem seu naco no oligopólio midiático brasileiro foram um tanto distintas.

O *Estadão* foi criado ainda no período monárquico, em 1875, por uma associação de 16 fazendeiros de café e capitalistas ditos republicanos e abolicionistas de São Paulo. Autodeclarando-se como *arautos do liberalismo*¹¹³, esses representantes de certa fração das classes dominantes paulistas viam-se como iluminados e progressistas em relação ao restante dos grandes proprietários de terra mais ligados à monarquia e à exploração escravocrata. Júlio de Mesquita, o grande patriarca da família, passou a dirigir a empresa jornalística após uma série de mudanças de comando do jornal no começo do século 20.

Vários nomes que fizeram parte da direção ou redação do jornal no alvorecer da Primeira República se engajaram na política partidária fazendo da via institucional paulista e nacional a sua luta. O próprio Júlio de Mesquita foi eleito deputado diversas vezes, foi senador e até secretário-geral de São Paulo durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca. Seu futuro sucessor, Júlio de Mesquita Filho, já fazia as vezes de ideólogo que pensava as razões para o atraso brasileiro¹¹⁴ antes de assumir o jornal com a morte de seu pai em 1927. E aqui encontramos algumas pistas que nos ajudam a compreender as veredas trilhadas pelos dirigentes do *Estado de S. Paulo*

¹¹² Penso democracia neste texto para além do Estado Democrático de Direito. Me aproximo de Jacques Rancière, em *Ódio à Democracia*, que define a vida democrática como o reino do excesso, o reino dos desejos ilimitados. Ao mesmo tempo, uma vitalidade anárquica, uma energia e/ou potência que expande o bem comum, em que “a liberdade e a igualdade” não estariam representadas nos aparatos institucionais e legais, mas sim “nas formas da vida material e na experiência sensível”. O reino do respeito às diferenças, dos direitos dos excluídos e subalternizados. Potência essa que inclusive é odiada pelas democracias liberais burguesas (sistema que Rancière chama de oligarquias) que precisam contê-la constantemente para não desafiar o *status quo*.

¹¹³ CAPELATO, M. **Os aautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

¹¹⁴ MESQUITA FILHO, J. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data**. São Paulo: seção de obras de *O Estado de S. Paulo*, 1925.

para cacifar o jornal como agente político formador e fomentador poderoso de um tipo de “consciência nacional”.

Num clássico estudo de duas historiadoras que são referências imprescindíveis para pensar a imprensa nos anos 20 e 30, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, é ressaltada a premissa de que o “*Bravo Matutino*” e seus representantes “[...] exerceram papel atuante [...] tentando ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor¹¹⁵”. Plínio Barreto, eminente redator do periódico à época – e ativo partícipe da vida política partidária – já dizia pelos idos de 1928 que um verdadeiro jornal “[...] constitui para o público uma grande benção. Dispensa-o do trabalho de formar opinião e de formular ideias. Dá-lhas já feitas e polidas todas as tardes, sem disfarces e sem enfeites, lisas, claras e puras¹¹⁶”.

Como já mencionei, os interesses, os valores, as ideias da dinastia a conduzir o jornal se entrecruzam num “irredutível” liberalismo, para utilizar o bordão de Mesquita Filho. Assim como alguém que tateia as paredes tentando encontrar uma saída após um grande clarão luminoso ofuscar seu olhar, as luzes do liberalismo, abraçadas por essa fração privilegiada e dominante da sociedade paulista, obscurecia a visão de seus adeptos quanto aos significados da democracia. Uma democracia desprovida de povo em sua pluralidade. Uma democracia formal, elitista, excludente, racista e antipluralista¹¹⁷. Portando-se como vanguarda intelectual desse “novo saber”, os senhores do *Estadão* defendiam que somente abraçando a ideologia liberal haveria um caminho para que o Brasil se transformasse numa grande potência. Conversando com as letras escritas por Capelato, não há o que duvidar de suas retumbantes assertivas:

O “saber novo” fundamentou muitos projetos de domínio. Os idealizadores do “Brasil grande potência” o recuperaram [...]. A capacidade de domínio da natureza e dos homens acentuou-se, sempre com base naquele tipo de

¹¹⁵ CAPELATO, M.; PRADO, M. **O bravo matutino (imprensa e ideologia: O Estado de S. Paulo)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p. 23.

¹¹⁶ Ibidem, p. 10

¹¹⁷ Em sua obra, *A crise nacional*, Júlio de Mesquita Filho demonstra estar em sintonia com os discursos eugenistas do “racismo científico” de sua época: “Não temos preconceito de cor, mas somos obrigados a confessar que os pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente. [...] Será formosa, mas sem dúvida mais arriscada que formosa, a missão de hospedeiros de raças decaídas, retardatárias, perseguidas, ou infelizes. Não a queiramos nós que recebemos da Providência a tarefa de povoar um território riquíssimo e de constituir uma grande nação, coisas que só poderão ser logradas com as massas humanas de primeira qualidade”.

saber. O projeto de hegemonia brasileira revela a ambição dos que, no Brasil, se julgavam detentores desse “novo conhecimento”. O saber que é poder não tem limites. [...] Seu objetivo não é a felicidade do conhecimento, mas o estabelecimento de um método, a exploração do trabalho dos outros, a constituição de um capital¹¹⁸.

Esse saber-poder nada mais é do que um dispositivo instrumental, uma *téchne* dos agentes da colonialidade que se impõe sobre as sociedades latino-americanas. E aqui cabe uma breve reflexão. Torna-se prescindível a discussão, que julgo anódina, se as ações dessas classes dirigentes, autoproclamadas “elites iluminadas”, realmente eram coerentes com a ideologia iluminista e seus brilhantes autores – como em alguns momentos transparece na leitura de *Os arautos do liberalismo* de Maria Helena Capelato – ou se as empresas jornalísticas mais tradicionais das sociedades pós-coloniais capturavam ou mesmo deturpavam propositalmente os sentidos originais do liberalismo ocidental como discute certa literatura acadêmica da teoria do jornalismo.

As ideias não são produtos de prateleira ou pacotes embalados à disposição de transeuntes na busca de soluções para suas demandas prementes. Ideias frutificam a partir de corpos situados geográfica e historicamente. Impressas em textos caracterizados por sua discursividade. Elas são lidas e relidas a partir de uma pluralidade de realidades distintas com suas contradições e ambiguidades inerentes, onde se operam relações de poder distintas, frutos de historicidades distintas.

A forja desse lugar de poder que os Mesquita, seus asseclas e, conseqüentemente, o *Estado de S. Paulo* lograram êxito, passa pelos privilégios que os permitiram ler, internalizar e apropriar-se de ideias que os posicionavam de forma a retroalimentar esse mesmo lugar privilegiado. O que não significa domínio político assegurado.

O *Estadão* e seus representantes se caracterizaram por se inscrever histórica e diretamente na luta político-partidária. Entre ideólogos e representantes de partidos políticos específicos, os dirigentes do jornal paulista lutaram a duras penas para fazer parte do bloco político hegemônico. Os acontecimentos da chamada “Era Vargas” foram determinantes para tal feito. Entre idas e vindas dos posicionamentos políticos, do apoio ora contido, ora aberto (a partir de conchavos e alianças políticas no início do regime instaurado em 1930) e da oposição escancarada, e mesmo armada, aos

¹¹⁸ CAPELATO, M. *op. cit.*, p. 71.

anos do getulismo, o dirigente Júlio de Mesquita Filho foi preso diversas vezes e exilado duas¹¹⁹. O dito intelectual fez as vezes de combatente aguerrido na chamada “revolução constitucionalista” de 1932. A fazenda dos Mesquita em Louveira foi sede da conspiração da elite paulista contra Getúlio que já dava sinais de autoritarismo.

Ironicamente, foi o combate ao populismo de Vargas empreendido pelos jornais mais tradicionais, como o *Estadão*, que abriu espaço para outras vozes empresarias do jornalismo, até então mais modestas. Como a voz de Roberto Marinho e seu recém formado jornal, *O Globo*. Fundado em 1925 por seu pai, Irineu Marinho, o periódico afirmava que seria “isento[a] de ‘afinidade com governos’, livre de ‘interesses conjugados com os de qualquer empresa’, [e]o jornal, tampouco, se ligaria ‘a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados’¹²⁰”.

Esse editorial com a carta de intenções na primeira edição de *O Globo*, tratava-se de uma crítica aos jornais como o *Estadão* que pertencia exatamente a uma família plutocrata de São Paulo. Mas ao contrário do que afirmara, a história do jornal foi marcada por uma relação de pragmatismo com Estado¹²¹. São os interesses econômicos da empresa jornalística fluminense, acima dos alinhamentos ideológicos, que nortearam seus posicionamentos políticos e até mesmo seu apoio a governos de ocasião, principalmente os ditatoriais.

A historiadora Marialva Barbosa, escritora de uma excepcional trilogia sobre a *História Cultural da Imprensa*, assevera que as novas relações de poder engendradas pelo regime getulista fizeram com que o jornalismo no Rio de Janeiro se situasse, em suas palavras, nas “cercanias do poder”¹²². Ainda que sob um regime de censura, teria havido um maior alinhamento dos dirigentes dos jornais cariocas a Getúlio. *O Globo*, procurando um maior espaço no mercado jornalístico, se inseriu nesse contexto acomodando-se ao novo poder¹²³, mesmo que o apoio conferido ao regime não fosse totalmente irrestrito.

Essas diferenças estratégicas durante o período podem explicar porque enquanto o *Estadão* sofria uma intervenção, sendo tomado *a fortiori* por Getúlio, e seu

¹¹⁹ SEVERIANO, M. **Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras – e das armas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>> acesso em 15 set. 2019.

¹²¹ GOLDSTEIN, A. The Press and Classical Populism in Argentina and Brazil. **Latin American Perspectives**, 45(3), 2018.

¹²² BARBOSA, M. *op. cit.*, p. 221.

¹²³ GOLDSTEIN, A. *op. cit.*, p. 8.

diretor Mesquita Filho amargava o exílio, ao mesmo tempo os negócios de Roberto Marinho prosperavam através da expansão no mercado editorial e dos investimentos imobiliários que o permitiram inaugurar a rádio Globo em 1944¹²⁴. Sodré já afirmava que

[...] cada jornal – ou cada veículo de comunicação – desenvolve estratégias de distinção, presumidamente capazes de lhe outorgar uma identidade discursiva ou editorial, tida como necessária para inculcar no público leitor a sua especificidade comercial. Essa identidade, que se constrói no interior da atmosfera de relacionamento entre o jornal e seu público, permite uma diferenciação frente a outros modos jornalísticos de enunciar os fatos cotidianos e, evidentemente, dá margem ao aparecimento de posições diferenciais – pontos de vista, doutrinas, preferências políticas, etc. -, que poderemos chamar de "ideológicas" ¹²⁵.

Com o processo de abertura política nos estertores da ditadura do Estado Novo e a volta dos partidos políticos, *O Globo* passa a adotar uma linha ideológica mais marcadamente liberal-conservadora, abandonando o apoio à política social trabalhista de Vargas e se alinhando editorialmente às diretrizes da UDN. Da mesma forma, os dirigentes *do Estado de S. Paulo* puderam retornar ao país e o *Estado*, agora sem a censura imposta, pôde retomar sua linha editorial. A partir de então, a confluência dos interesses ideológicos, políticos e econômicos das duas empresas jornalísticas passam a convergir, o que fica evidente, por exemplo, no endosso explícito às candidaturas presidenciais da UDN ou às apoiadas pelo partido no período.

Porém, é a empresa jornalística de Roberto Marinho que cresce sendo líder de vendas entre os jornais vespertinos, transformando-se num conglomerado midiático ao conquistar duas concessões de TV durante os governos que fazia oposição como os de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de João Goulart (1961-1964), numa demonstração do suco de pragmatismo empresarial empreendido pelo jornal.

Marialva Barbosa, estudando o jornalismo dos anos cinquenta, ressalta que é a partir dessa época que os periódicos realizam uma modernização editorial, gráfica e empresarial. É durante essa alavancada modernizante que os jornais brasileiros passam a aderir ao discurso de que desempenhariam o papel de moderadores e

¹²⁴ ARÊAS, J. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012

¹²⁵ SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 14.

fiscalizadores do interesse público, sendo um quarto poder garantidor da democracia. Função essa que deveria ser prestada com imparcialidade e neutralidade, erguendo o que, nas teorias de jornalismo, é chamado de muro que separa a opinião editorial da seção de notícias. Porém, da mesma forma como sabemos que o “tal do muro” que separa Igreja e Estado é caracterizado por sua porosidade, a barreira entre informação e opinião não passa de mito fundador e legitimador da atuação política das empresas jornalísticas.

A campanha jornalística massiva contra Getúlio Vargas em 1954, já em sua segunda passagem pela Presidência e dessa vez eleito democraticamente, é exemplar como primeira grande experiência prática no Brasil de como esse dispositivo ideológico da suposta neutralidade tem como objetivo refinar o discurso de poder das empresas jornalísticas. Sob o manto da investigação contra a corrupção em defesa da democracia, os principais jornais brasileiros escamotearam, hipocritamente, o que foi – segundo o clássico historiador da imprensa Werneck Sodré – uma investida para destituir Getúlio do poder¹²⁶.

Em alinhamento com políticos reacionários, empresários ressentidos e militares empedernidos, revoltados com a política econômica nacionalista e a política social trabalhista do presidente, o *Estadão* e o *Globo* foram essenciais na guerra discursiva para forçar uma renúncia ou mesmo legitimar um possível golpe¹²⁷. O fim dessa história conhecemos todos, o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto.

Forjam-se as armas, forjam-se os discursos. O combate e a guerra contra a democracia são sadicamente realizados em nome dela. Triste democracia que padece no calor incandescente das oficinas de forjamento jornalístico. No caldeirão ardente que prepara a adaga para o golpe fatal, a desfaçatez é ingrediente *sine qua non*. Enquanto as manchetes bombásticas e os editoriais cáusticos acusavam o governo de financiar o jornal *A Última Hora*, através de empréstimos pomposos de bancos públicos, para apoiar Getúlio, o *Globo* conseguia um empréstimo milionário do Banco do Brasil para a modernização de seu parque gráfico¹²⁸.

Ferramenta fundamental na desestabilização de governos, perseguição a opositores políticos e golpes de Estado no século 20, a gigantesca produção de um

¹²⁶ SODRÉ, W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹²⁷ GOLDSTEIN, A. The Brazilian Press and its “Moral Crusades”: An Analysis of Several Cases under President Getúlio Vargas’ Second Term and President Lula da Silva’s First Term. **Dados**, v. 60, n. 2, 2017.

¹²⁸ SODRÉ, W. *op. cit.*, pp. 401-402.

imaginário anticomunista pelos grandes jornais brasileiros, foi marcante na guerra contra a democracia e contra a emancipação política e social. Gostaria de apresentar a minha cara leitora e a meu caro leitor, dois trabalhos importantes para compreender a construção do ressentimento e do ódio anticomunista através do gênero editorial de *O Globo* e *Estado*: *Em Guarda contra o Perigo Vermelho* de Rodrigo Patto Sá Motta e *O Comunismo Imaginário* de Bethania Mariani.

Essas duas obras são resultado de teses de doutorado. Uma no campo da história e outra no campo dos estudos linguísticos. O historiador Rodrigo Motta realiza um esforço de análise sobre as “representações anticomunistas” que foram produzidas por diversos ideólogos ou diversas instituições, dentre elas os grandes jornais, ao longo do século XX – especificamente entre 1917 a 1964. O autor afirma que durante esse período houve o que ele chama de três “surto” ou “ondas” anticomunistas. Esses momentos não foram obra do acaso nem foram raios no céu azul. Para o historiador, a instrumentalização da fantasmagórica “ameaça comunista”, nesses períodos, teve como objetivo legitimar golpes e medidas repressivas às esquerdas em geral¹²⁹.

Conversando com Motta, eu poderia dizer então que a utilização de um imaginário anticomunista como argumento decisivo na guerra contra a democracia obteve um grau de sucesso extremamente alto. Note: segundo a tese, o primeiro surto anticomunista ocorreu entre 1935 e 1937, momento em que Getúlio enfrentou o que foi chamado de “intenção comunista” decretando a lei de Segurança Nacional, que restringiu direitos políticos, e o Estado de Sítio. Vários militantes comunistas foram presos como o “cavaleiro da esperança” Luiz Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário. É exatamente em 1937, reagindo a um documento apócrifo e forjado, o plano Cohen, que Getúlio Vargas rasga a constituição vigente, manda fechar o Congresso Nacional e instaura a Ditadura do Estado Novo.

O segundo surto anticomunista que teria acontecido entre 1945 a 1949, período inicial da Guerra Fria, resultou na decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), após a eleição de um bom número de representantes para a Constituinte. E o terceiro foi por volta dos anos 60, discurso que legitimou, como vimos, o golpe civil-militar de 1964, inaugurando um período de sombras, autoritarismo e morte. As organizações de esquerda foram lançadas para a

¹²⁹ MOTTA, R. **Em Guarda contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2000, p. 7.

clandestinidade, para o exílio ou para os putrefatos porões de sádicos como Fleury e Ustra.

Para a linguista Mariani, autora do segundo estudo que trazemos agora para nossa conversa, a força dessa tradição anticomunista está firmada na elaboração de um poderoso imaginário que foi sendo construído, principalmente pelas empresas jornalísticas brasileiras, para servir como “reservatório”, nas palavras da autora, de sentidos que designam o sujeito. De acordo com a tese, a “mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas [...] construindo um sentido 'natural' para a instabilidade do presente¹³⁰”.

Durante todo o século 20, os grandes jornais como o *Estado* e *O Globo*, investiram no engendramento de um imaginário sobre os comunistas a partir de três etapas: designar, descrever e classificar. Ou seja, nesse reservatório de significações, os jornais tiveram a prerrogativa do dizer. Esse dizer tem o poder de afirmar quem são os comunistas dentro do espectro político, como são esses comunistas e, a partir de um conjunto de valores sociais já constituído, o que representam para o “corpo social brasileiro”.

Segundo a brilhante linguista, o comunismo foi sendo elaborado como o grande “Outro”. A partir de valores religiosos e moralizantes, os “agentes da subversão” são classificados como o “inimigo absoluto”, o próprio mal encarnado. Dentre vários termos associados à ameaça vermelha estão, por exemplo: *agentes da desordem, agitadores demagógicos, assassinos, elemento desvairado, extremistas, fanáticos da desordem, ferozes farsantes da demagogia, inimigos do Brasil, inimigos da democracia, inimigos da ordem, inimigos da família brasileira e das instituições democráticas, inocentes úteis, insaciáveis ambiciosos, maus brasileiros, sectários ferozes, tiranos, fantasia econômica delirante, ideologia totalitária, infecção ou infiltração*¹³¹.

Todas essas definições do que seria essa gravosa “ameaça comunista” não são estanques. Para Bethania Mariani, o engendramento desses dizeres sobre tão portentoso inimigo criou fronteiras discursivas e significados que vão se movendo ao longo do tempo e de acordo com cada contexto. Nas palavras da autora, a intenção

¹³⁰ MARIANI, B. **O Comunismo Imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Tese (Doutorado em Linguística). – Universidade Estadual de Campinas, 1996, p. 46.

¹³¹ *Ibid*, pp. 140-143.

dos jornais seria uma operação de linguagem que inicia “um processo de fechamento das fronteiras da formação discursiva brasileira. Impedindo a circulação de outros enunciados, nega[ndo] a possibilidade de um sentido outro¹³² [...]”.

Conversando com a autora, percebo que a construção desse reservatório de imagens e significados anticomunistas trabalha com uma dupla faceta. Ao mesmo tempo em que esse inimigo máximo da nação parece ser forte, poderoso e aterrorizantemente gigante, ele também é débil, fraco e moralmente deformado. Esse duplo caráter do “comunismo imaginário” forja um inimigo que precisa ser aniquilado. Ao meu ver, trata-se de um recurso de linguagem que desumaniza certos sujeitos políticos com a finalidade de justificar uma perseguição implacável. A expulsão desse corpo estranho, que é até mesmo biologizado como praga, infestação ou infecção, o seu encarceramento e até mesmo a sua morte não são somente vistas como necessárias, mas desejáveis para a plena harmonia social.

Meus caros e minha caras, é esse discurso que legitima as piores atrocidades genocidas. É a pulsão de morte que tanto falam os psicanalistas. É o horror e o ódio que justifica as maiores barbaridades. A luta pela emancipação e transformação social precisava ser intensamente combatida, e somente construindo um corpo adversário, forjando um monstro que internaliza em si características diabólicas – a partir de certos valores morais – é que seria construída a legitimidade para essa guerra. Como já dito, as operações de linguagem que o jornalismo promove e engendra não somente possuem efeito na realidade, mas constroem o real.

Ilustro, a seguir, editoriais dos jornais sobre os quais nos debruçamos neste texto. As empresas jornalísticas atuaram num esforço de reação anticomunista ao comício da Central do Brasil, às vésperas do golpe militar, onde João Goulart defende seus decretos ligados à reforma agrária.

Os fatos são esses. Tão claros são na sua dramaticidade. Tão sombrias as perspectivas que delas decorrem que a ninguém mais é [...] duvidar da lucidez e do patriotismo daqueles que, em luta constante e desesperada, vem chamando a atenção da nacionalidade para os perigos que a ameaçam pondo em causa a sua própria sobrevivência. Faltaríamos, entretanto, a verdade se não proclamássemos, apesar da gravidade do momento, a nossa imensa fé no Brasil democrático, **no Brasil que saberá reagir e dizer não ao totalitarismo que acaba de desmascarar-se**. O não comparecimento do povo à concentração a que foram apenas os arregimentados, vale por uma manifestação de repúdio do País ao presidente-caudilho. Os ambiciosos cálculos do estado-maior **comuno-nacionalistas** foram desmentidos. O povo da Guanabara ficou em casa, deixando a praça Cristiano Ottoni entregue

¹³² MARIANI, B. *op.cit.*, p. 166.

às **hordas arregimentadas** e aos pelegos de toda a espécie que ali acorreram. E esse simples fato tem um grande significado para todos os democratas brasileiros e uma séria advertência **à ditadura que se esboça** (O comício. *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 1964, p. 3, **grifos deste autor**).

Ainda se pode falar em legalidade neste país? É legal uma situação em que se vê **o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas para intranquilizar a Nação** com menções a eventuais violências, caso o Congresso não aceite seus pontos de vista? [...]

As Forças Armadas, que alguns buscam maliciosamente associar às tentativas de intimidação do Congresso, igualmente não falharão. [...] Não admitirão, assim, que **os grupos sectários e subversivos, sejam eles ou não da intimidade do Chefe do Executivo**, se manifestem contra o Congresso e intentem pressioná-lo, pois não podem elas endossar gestos ilegais e processo contrários à Constituição (Se não, não! *O Globo*, 18 mar. 1964, p. 1, **grifos deste autor**).

Foi essa ação conjunta que fez com que as empresas jornalísticas apoiassem e legitimassem o golpe de 64, e a perseguição de opositores políticos no período. Sob o regime militar, Roberto Marinho conseguiu dar um grande salto empresarial, expandindo seus negócios. *O Globo* passou a estar entre os jornais mais vendidos, a *Rádio Globo* era líder de audiência e o *canal Globo* logrou se transformar na maior vitrine da TV brasileira.

Três razões explicam tamanho sucesso do comandante do maior conglomerado de mídia do país: “um acordo financeiro e operacional com o grupo norte-americano Time-Life, a colaboração com o regime militar e o declínio das TVs Tupi e Excelsior¹³³”. É com essa história, convergindo com os interesses governistas, que a *Rede Globo* se transformou na maior rede de telecomunicação do Brasil.

Dentro dessa cooperação com a ditadura, *O Globo* mais uma vez mostrou seu pragmatismo. Teses mais liberalizantes na economia que desde o fim da era Vargas vinham sendo propagadas e defendidas por seus editoriais, como a contrariedade ao monopólio da exploração do petróleo, foram abandonadas para aderir as teses desenvolvimentistas do governo autoritário de Ernesto Geisel (1974-1979), por exemplo¹³⁴. Mais uma vez, são os interesses econômicos da empresa jornalística que falaram mais alto.

¹³³ Roberto Marinho influenciou durante sete décadas. *Folha de S. Paulo*, 07/08/2003. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml> > acesso em 08 ago. 2024.

¹³⁴ PIMENTEL, P. “**Não vai mesmo ter golpe**”: Um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos **impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2019, p. 68.

Estrategicamente, havia uma convergência de interesses com a Embratel comandada pelos militares. Uma biografia laudatória das obras de Marinho admite sem pejo algum que “[...] onde chegasse um novo braço da Embratel lá iam em seguida os executivos da *TV Globo*, ver se valia a pena adquirir uma nova emissora concessionária na região¹³⁵”. É a doutrina da “integração nacional” que abria estradas rumo aos sertões para legar o tal do progresso que destrói o meio ambiente, derruba as matas, envenena as águas, avilta a dignidade de ribeirinhos e ataca a vida dos povos originários. Sob o lema “integrar para não entregar”, ditadores encheram as burras da família Marinho ao entregar um mapa da mina forjado com o sangue dos povos indígenas e o clamor exasperado da mãe-terra.

Enquanto isso, o *Estadão*, que tem o histórico de representar certos segmentos da classe proprietária paulista, foi sistematicamente censurado pela ditadura civil-militar. Já são clássicas as histórias dos versos de Camões que apareciam em suas páginas cerceadas, ou das receitas de bolos que periodicamente eram publicadas pelo jornal vespertino da empresa jornalística para denunciar o amargor da censura. Ainda que a grande razão para as críticas do jornalão de Júlio de Mesquita Filho aos militares de 64 diga mais sobre como a ditadura frustrou seus planos para o *day after* do golpe, como já mencionei, do que propriamente contra o regime autoritário¹³⁶, há que se destacar o papel do periódico no período, enquanto outros jornais eram cooptados pelo regime.

Enquanto Roberto Marinho demonstrava o prestígio e o poder conquistados com o crescimento de seus negócios obtido pela cooperação com o regime e com o ambiente ditatorial que sufocava a existência da pluralidade de impressos, Júlio de Mesquita Filho assegurava aos ditadores que não faria autocensura em seus jornais, fazendo com que censores ficassem quase um mês depois do AI-5 nas suas oficinas de forjamento jornalístico, suas redações. Diuturnamente, os capachos da ditadura fincavam pé na empresa para lhe subtrair a voz.

Inclusive, a edição do dia 13 de dezembro de 1968 que continha um editorial crítico ao ditador Costa e Silva foi apreendida e impedida de circular como prenúncio do ato mais repressor do período que seria divulgado nas sombras daquela tenebrosa

¹³⁵ BIAL, P. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 180.

¹³⁶ Vale lembrar que o dirigente já era consultado sobre a derrubada de Jango anos antes do ocorrido e que até mesmo preparou uma minuta do golpe, eufemisticamente chamada de roteiro da revolução – publicada, inclusive, pelo jornal anos depois (Roteiro da Revolução, *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 1964)

noite¹³⁷. É dito pela sua família que esse episódio teria feito o patriarca da segunda geração dos Mesquita adoecer por causa do “trauma moral” que sofreu e falecer após sete meses de sofrimento psicossomático. Não sei ao certo se pela morte da democracia ou pela morte de suas ambições elitistas pelo poder, tal qual ele tinha idealizado por décadas.

Quanto a Roberto Marinho, a clássica frase do comandante das *Organizações Globo*, “dos meus comunistas, cuido eu”, representava uma sobreposição de sentidos. Ao mesmo tempo em que parecia significar algum tipo de “proteção-tutelada” a alguns de seus funcionários, também passava um certo ar de arrogância pretensiosa e celebração do poder conquistado. Após a redemocratização, Marinho falava à imprensa internacional:

Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder para consertar tudo o que não funciona no Brasil. Nós dedicamos todo nosso poder para isso¹³⁸.

À altura da divulgação dessa entrevista, o conglomerado de mídia da Globo já era o maior do país, tendo uma enorme influência sobre os governos que foram montados após a ditadura¹³⁹. Já o *Estadão* tentava sobreviver financeiramente, ainda mais depois da contratação de dívidas bilionárias em dólar que quase asfixiou a empresa no fim da década de 70.

Já nesse processo de distensão política e da abertura lenta do regime, os interesses dos jornais impressos de circulação nacional que sobreviveram ao período mais autoritário passaram a adotar àquela agenda político-econômica dos governos Thatcher-Reagan, o neoliberalismo, a síntese programática e ideológica dos ventos mais destrutivos aos direitos conquistados a duras penas pela classe de trabalhadoras e trabalhadores. Pressupostos esses que vão ser internalizados pelo oligopólio midiático brasileiro que irá fazer as vezes de vanguarda ideológica do que Francisco Fonseca chamou de “consenso forjado”¹⁴⁰.

¹³⁷ SEVERIANO, M. op. cit., p. 133.

¹³⁸ Entrevista de Roberto Marinho concedida em 1987 e traduzida para a língua portuguesa por Venício de Lima. LIMA, V. *Globo e Política: 'Tudo a ver'*. in: **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

¹³⁹ ARÊAS, J. op. cit., pp. 90-91.

¹⁴⁰ FONSECA, F. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

Os jornais imprimirão a visão de que os ventos neoliberais são inescapáveis para o bom funcionamento das democracias modernas e da economia de mercado. Aderindo, assim, ao lema thatcheriano, “*there’s no alternative*”, as grandes empresas de comunicação brasileiras vão combater quaisquer ideias que ameacem esse consenso forjado que, a bem da verdade, atende aos seus próprios interesses financeiros e comerciais que passaram por uma grande mudança entre os idos dos anos 70 e 80.

Grandes investimentos na modernização dos parques gráficos das empresas jornalísticas foram importantes para a crescente adesão ao ideário neoliberal nessas décadas, segundo Fernando Azevedo. O autor ainda afirma que essas mudanças foram acompanhadas por profundas transformações nas políticas comerciais e no modelo de marketing dos grandes jornais brasileiros. “Essas transformações foram realizadas sob a pressão de uma acirrada competição comercial entre os principais jornais de circulação nacional”¹⁴¹.

Nesse sentido, as disputas comerciais geraram a necessidade de um constante aprimoramento das tecnologias e dos maquinários próprios para fazer frente aos concorrentes. Além disso, a relação próxima com setores do empresariado que aderiram às campanhas de desestatização – desde o fim dos anos setenta – fizeram com que os conglomerados de mídia se engajassem pela redução das restrições às importações, pela quebra da reserva de mercado em diversos setores, por uma abertura maior ao capital estrangeiro e pela melhoria do ambiente econômico que só seria alcançado, em sua visão, pela redução do papel do Estado na economia.

Às vésperas da década de noventa, os oligopólios privados que dominavam os organismos de imprensa já faziam as vezes de vanguarda ideológica em prol do neoliberalismo, promovendo uma ampla campanha pela adesão dos governantes aos seus princípios¹⁴². Em dissertação de mestrado, também afirmei que “os grandes jornais tiveram um papel importante para difundir tanto a agenda liberal no Brasil, quanto, também, para a conformação de um ambiente propício a uma personalidade política messiânica” que abraçasse os ventos destrutivos do neoliberalismo¹⁴³. É nesse momento que é criado o fenômeno midiático, Fernando Collor de Melo.

¹⁴¹ AZEVEDO, F. *op. cit.*, p. 40.

¹⁴² ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 55.

¹⁴³ PIMENTEL, P. *op. cit.*, p. 78.

[...] as temáticas privilegiadas pela mídia foram habilmente incorporadas pelo discurso do candidato vitorioso e redirecionadas para o público. Assim, a condenação ao papel do Estado, não só como agente controlador da economia, mas também como gerador da própria crise, os motes da caça aos marajás, da austeridade, do enxugamento da máquina estatal, da modernização da economia e do suposto anacronismo das supostas propostas estatizantes da esquerda, foram repetidos a exaustão, com o respaldo de todo o noticiário, transformando-se, por fim, em verdades históricas necessárias e incontestáveis¹⁴⁴.

Fernando Azevedo faz a seguinte afirmação sobre as eleições presidenciais de 1989:

[...] a cobertura da grande imprensa foi abertamente favorável, tanto na mídia eletrônica quanto impressa, a Collor [...] Os principais jornais e revistas de circulação nacional defendiam em suas páginas opinativas as teses neoliberais e atacavam as concepções estatais e nacionalistas, bem como de projetos socialistas. Essas posições [foram] anunciadas de modo aberto e direto nos editoriais e na maioria das colunas e artigos assinados¹⁴⁵.

É nesse contexto que Fernando Collor encampou um discurso que encarnava o desejo de mudança e de modernidade, ao mesmo tempo em que se transformou no único candidato capaz de materializar a agenda neoliberal encampada pelos segmentos empresariais que temiam a eleição de candidatos da esquerda como Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. Este último que ao enfrentar o personagem forjado nas páginas jornalísticas sofre sua primeira derrota à Presidência. Sim, foi a primeira, mas não seria a última.

O caldeirão que funde o metal ainda arde. Aquele som ensurdecador do martelo forjador ainda ecoa. É possível escrutinar a oficina da história forjadora e vislumbrar em suas paredes as tantas imagens das armas utilizadas para os combates devastadores contra tudo aquilo que vem do bom, do belo e do justo. Da Forja entremeada pelo jogo de sombras e luzes do material fervente e borbulhante que incandesce e arrefece num movimento de forjamento que não cessa, ouve-se o brado: o combate, a luta, a guerra contra a democracia permanece.

¹⁴⁴ CARNEIRO, A. D.; LATTMAN-WELTMAN, F.; RAMOS, P. A. **A Imprensa faz e desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

¹⁴⁵ Azevedo, F. *op. cit.*, p. 40-41.

SUSPIROS DEMOCRÁTICOS

Sob a tal luz da esperança de um povo, ergue-se um discurso fervoroso;
 Lamento, tais não são puritanos.
 Logo, redijais: “a vós o respeito não prevalece! Como há de me exigir?”

Oh, tão pouca a justiça,
 tão pouco o amor
 A roda gira, os ciclos se repetem, enquanto os poderosos em seus tronos se
 aquecem.

Lute proletário, lute pelo exíguo!
 Como sentes? Alcançando o mínimo da não segregação?
 Nas entranhas do sistema se ecoa apenas quem a “voz meritória” tem.

Entre votos e discursos envernizados, mascara-se a sua não igualdade.
 Sob o véu da falácia, esconde-se a desigualdade e a falsidade;
 Perpetuando-se nossa agrura.

No âmago do crepúsculo,
 sinto-me com a tal ‘luz falsa’
 Pairando minha mente, consumindo-me, que és?
 Oh, “suspiros democráticos” florescendo na massa rebaixada.
 Um dever então;
 Ignorais a sombra astuta do ego, cabendo a nós, manter vivo o ideal, na luta por
 igualdade e penitência.

Levantais a bandeira, proletário.
Que a democracia seja sempre uma promessa, de um futuro onde a justiça ínfima
não resista;
Com coragem e determinação,
Pela democracia verdadeira!

Curitiba, 17 de maio de 2024.
Poesia de minhas estudantes da 1ª série do Ensino Médio,
L. S. e R. C¹⁴⁶.

¹⁴⁶ A identidade das estudantes foi mantido em sigilo, deixando apenas as siglas de seus nomes, em respeito a não exposição das adolescentes, ainda que tenham autorizado a inserção do poema na tese.

Ato I



A FEITIÇARIA DESANDOU

Que se abram as cortinas para a “grande teatralização da vida¹⁴⁷”, o *Theatrum mundi* narrado pelos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, a partir de sua poderosa forja editorial, manipulando temporalidades, significando a realidade, configurando os personagens e seus conflitos para tecer – a partir de um regime próprio de historicidade – a grande intriga dessa saga que se pretende História definitiva do presente.

Não me furto de lembrá-los, caros leitores e leitoras, que esta narrativa historiográfica remontada por este que vos escreve não se arvora no discurso de autoridade. A história que aqui articulo abdica de qualquer pretensiosa verdade unívoca. Ao situar-me – de forma franca, aberta e honesta – num lugar social e político específico, como pesquisador latino-americano, soteropolitano, rebento de uma ancestralidade fincada nos sertões nordestinos e que habita, assim como tantos outros corpos baianos, uma terra hostil a sua existência, busco com este trabalho fazer emergir das turvas águas míticas da neutralidade e objetividade do jornalismo brasileiro, o lugar e o papel exercido pelas empresas jornalísticas aqui estudadas no contexto dos ataques frontais à democracia e aos direitos políticos e sociais dos últimos anos. Quem sabe assim, acendamos uma “pequena centelha” de esperança, já anunciada por um grande pensador, para derrotarmos o inimigo que não dá descanso nem mesmo aos mortos e que nesta quadra histórica não tem cessado de vencer.

Junho de 2013.

Grandes manifestações se espalham pelos grandes centros urbanos do país. O protesto que começa, com destaque em São Paulo, contra um aumento de vinte centavos do transporte público transmuta-se numa relevante energia catártica que leva milhões de pessoas às ruas em vários dias daquele mês com uma profusão de reivindicações e, para utilizar um termo que já virou lugar comum nas análises, de pautas difusas.

¹⁴⁷ MENESES, S. **A Operação Midiográfica**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 135.

Vários escritores e pesquisadores tentaram produzir uma síntese explicativa para dar conta de um processo que foi visto como inédito, disruptivo do tempo histórico em que vivíamos e um divisor de águas para muitos processos políticos num momento em que Dilma Rousseff já tinha passado da metade de seu mandato na Presidência. Para uns, uma revolta das classes médias¹⁴⁸, para outros, o ponto de chegada de várias articulações e redes políticas que já estavam se formando¹⁴⁹. Algumas análises dão conta de uma articulação insuflada ou mesmo capturada pela mídia oligopolizada e pela direita para combater os anos de lulismo, enquanto outras percebem as mobilizações como a revolta dos precarizados ou de indivíduos atomizados que saem à praça pública pela primeira vez na vida¹⁵⁰.

Essa profusão de análises distintas que provoca vertigens a qualquer pesquisador desses eventos ocorridos já há mais de dez anos, indica a enorme disputa pelos seus significados desde sua irrupção. Não seria diferente com os jornais que estamos estudando, inda mais num contexto de certos enfrentamentos que o governo Dilma estava encampando e do conflito redistributivo que começava a se desenhar, sendo de fundamental relevância na série de eventos dos anos seguintes.

No dia 4 de julho de 2013, o *Estadão* publica um editorial intitulado “A feitiçaria desandou”. O texto opinativo criticava a presidenta Dilma pela principal resposta de seu governo às grandes manifestações que ocorreram no mês anterior, uma reforma política através da consulta popular, um plebiscito (ainda voltaremos a esse tema na análise da tessitura das narrativas dos jornais). Porém, ao mencionar a revolta contra a proposta por parte significativa da base aliada dos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, fruto da conciliação de classes do lulismo, o jornal paulista afirma que “aprendiz de feiticeira, ela [Dilma] não previu que a feitiçaria poderia desandar¹⁵¹”

Temos aqui alguns elementos de uma narrativa em seu estágio ainda embrionário. Essa frase, que parece ter saído dos contos de fantasia, metaforiza uma síntese ideológica construída pelo *Estadão* e que julgo ser compartilhada por *O Globo*. Há um feitiço, uma aprendiz de feitiçaria e, implicitamente, um mestre-feiticeiro. Já mencionei no *Prólogo* deste trabalho que considero o lulismo, para além de um

¹⁴⁸ ALTMAN, B. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

¹⁴⁹ ALONSO, A. Treze: a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Cia das letras, 2023.

¹⁵⁰ ANDRÉS, R. A razão dos centavos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

¹⁵¹ A feitiçaria desandou, *O Estado de S. Paulo*, 4 jul. 2013, p. A3.

fenômeno eleitoral e um arranjo conciliatório, um poderoso discurso legitimador que é configurado pela *persona* política de Luiz Inácio Lula da Silva através de seus elementos simbólicos encantatórios. São esses elementos ficcionais que conferem poder centrífugo para o projeto lulista atrair as alianças pragmáticas partidárias e interclasses para si. Nesse sentido, Lula é o ator carismático que produz essa energia mobilizadora política chamada lulismo, enquanto que Dilma seria a herdeira apontada pelo líder dessa força discursiva.

Contudo, a partir de um paradigma moral conservador, preconceituoso e depreciativo, o *Estadão* engendra a ideia de que em vez de um líder político encantador, Lula seria o mestre-feiticeiro e Dilma seria a aprendiz da feitiçaria. Em vez de motivo encantatório, o lulismo seria o próprio feitiço maléfico que ao ser lançado sobre o eleitorado e sobre o sistema político os aprisionaria por mais de uma década. Nesse sentido, assim como um anjo de luz degenera transformando-se em diabo na narrativa bíblico-cristã, o lulismo passa a ser apresentado pelas empresas jornalísticas com o termo “lulopetismo”, denotando um projeto corrompido de poder. Note como o *Estadão* remonta a saga dessa degeneração no último dia de junho para explicar como o feitiço “lulopetista” operou ao longo dos anos até, segundo o jornal, esmaecer com as manifestações.

O fato é que o lulopetismo, do alto de sua soberba, messiânico e populista, a partir de 2003 tomou enorme gosto pelo poder e passou a cultivar a obsessão de nele se perpetuar. Uma ambição até legítima, se sustentada de forma genuinamente democrática. Mas está longe de ser democrático quem sustenta seu poder – para ficarmos apenas no caso do Congresso Nacional – por meio da subjugação das instituições, exatamente aquelas que têm a missão constitucional de representar os cidadãos (a Câmara dos Deputados) e as unidades federadas (o Senado Federal) além de fiscalizar os atos do Executivo. Pois foi exatamente essa tarefa a que, inicialmente sob o desastrado comando do mensaleiro José Dirceu, o PT se dedicou com afinco: transformar o congresso nacional num mero balcão de negócios, silenciando a discussão das grandes questões políticas do país com a generosa distribuição de toda a sorte de vantagens pessoais, inclusive de nacos de poder. Afinal, para que debate, se os iluminados donos do poder sempre souberam perfeita e exatamente o que o povo quer? É claro que, a partir do instante em que senadores e deputados se mostram incapazes e desinteressados de atuar em sintonia com o sentimento popular, se abre espaço para o clamor das ruas. [...] o lulopetismo vinha tentando impor-se absoluto e incontestável na missão de definir os rumos do País. Vinha – até que as ruas se tingiram de verde-amarelo e chamaram para si a definição política prioritária e aos atônitos governantes não restou senão correr atrás do prejuízo (A política nas ruas, *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 2013, p. A3).

Para o jornal *O Globo*, esse controle era pensado, no mês de junho de 2013, como uma força que capturava, cooptava e mantinha em silêncio as forças políticas e

sociais. Para o jornal carioca, o “lulopetismo” teria contado com o silêncio dos movimentos sociais na década anterior às manifestações por conta da cooptação através da entrega de cargos e recursos públicos¹⁵². Da mesma forma que *O Estado de S. Paulo*, a empresa jornalística da família Marinho promove um olhar para o passado para rememorar o que teria sido a história desse projeto de poder liderado por Lula.

... a questão do transporte público apenas como uma chave que destampa e coloca nas ruas a insatisfação acumulada nos últimos anos com uma sucessão de distorções. É a tal da sensação difusa de desconforto com “tudo que está aí”, amplificada pela volta da inflação. [...] No Brasil, país democrático, vivia-se um longo período de inércia política. A situação, confortável no poder, e a oposição, também passiva, incapaz de metabolizar a fermentação das insatisfações que há tempos trafegam nas redes (Decifrar as mensagens da rua, *O Globo*, 19 jun. 2013, p. 22).

Interessante notar que *O Globo* acredita que mesmo a oposição ficou inerte e emudecida com a hegemonia política lulista. O bloco oposicionista que reunia PSDB, Democratas e PPS não teria o domínio sobre uma suposta e latente insatisfação dos que trafegavam pelas redes. Esse trecho é instigante. O jornal aponta uma insatisfação antipetista que “há tempos” fermentava nas redes sociais, mas que estaria sem representação e sem voz no sistema político. Grupos que sem canais institucionais para desaguar sua revolta contra o famoso “tudo que está aí” explodem em 2013. Seria isso apenas um recurso retórico de *O Globo*, ou realmente já existiam grupos com tal potência disruptiva? Recorro à minha memória e não consigo me recordar que numa época de auge do lulismo houvesse tamanha articulação oposicionista por fora do sistema partidário.

Para responder a essas minhas inquietações, fui em busca de referências, pistas que iluminassem essa questão. Me deparo então com a tese de doutorado da cientista política Camila Rocha que foi publicada em livro intitulado *Menos Marx, Mais Mises*. De saída, me surpreendo com a carga de narratividade muito bem vinda em seu trabalho e que tem feito falta, ao meu ver, nos trabalhos do campo tão marcados por certa linguagem fria e cientificista. A autora faz uma genealogia e o percurso do que tem sido chamado de “novas direitas”. De fato, Rocha afirma que desde a época de alta popularidade de Lula já existiam comunidades e redes na internet que passaram a se organizar, segundo a pesquisadora, com o enfraquecimento do ideário

¹⁵² A volta das manifestações de rua, *O Globo*, 15 jun. 2013, p. 18.

neoliberal, principalmente no segundo governo Lula e começo do governo Dilma. Esses grupos “discutiam ideias polêmicas, como a necessidade de uma intervenção militar, ou de que a cobrança de impostos seria equivalente a um ‘roubo’ praticado pelo Estado¹⁵³”, ideia defendida por militantes ultraliberais. Rocha também afirma que esses militantes, além de defender de forma radical o livre-mercado, também defendiam pautas conservadoras contra os ativismos pelos direitos humanos e contra os movimentos feministas, LGBTQIA+, negro, indígena e quilombola. Segundo a autora, esses grupos se unificariam através do anti-esquerdismo e antipetismo, principalmente pela massificação das ideias de Olavo Carvalho¹⁵⁴.

O argumento da politóloga Camila Rocha me provocou sobremaneira. Todos esses elementos conjugados representam uma síntese do que cinco anos depois era defendido pelo candidato de extrema-direita que ganhou as eleições, moldando aquilo que passou a ser chamado de bolsonarismo. Minha colega da Ciência Política realmente confirma que é essa “nova direita” que chega ao poder no longo inverno que dura até 2022. Mas aqui preciso parar um pouco a leitura para tecer uma crítica que pode parecer, a primeira vista, meramente semântica, mas não creio que assim o seja. É preciso ser direto e franco para de forma assertiva pontuar que não estamos falando de grupos que vem trazer uma novidade para a política, ou novos ares para arejar um espectro do sistema partidário. Estamos falando aqui do “ovo da serpente”, da gestação do que pode ser chamada, sem sombra de dúvida, de extrema direita.

A própria Camila Rocha afirma que “durante o auge do lulismo, a defesa destas ideias era realizada muitas vezes por meio de um discurso que combinava agressividade com um humor ácido, ressaltando seu caráter performático¹⁵⁵”. Esse caráter performático não é meramente uma forma, é conteúdo raivoso e ressentido indissociável de sua pregação extremista. Parece-me que realmente é a partir de 2013 que esses grupos das redes – entre eles, o Revoltados online, MBL, Nas ruas, Endireita Brasil – conjugadas a *think tanks* ultraliberais ligados inclusive a órgãos dos Estados Unidos para disseminarem a ideologia liberal no país – como o Instituto Millenium, Instituto Liberal, Instituto Mises e Estudantes pela Liberdade – começam a se organizar e a disputar as ruas, ainda que nem de longe representassem todos àqueles que participaram das manifestações.

¹⁵³ ROCHA, C. “**Menos Marx. Mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2018, p. 18.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 19.

¹⁵⁵ *Ibid.*

Conversando com a socióloga Ângela Alonso, através da obra *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*, percebo que 2013 foi um marco para várias redes de grupos políticos – desde a esquerda radical, os autonomistas até os extremistas de direita que acabo de mencionar – que não se viam representados pelos maiores partidos brasileiros e que já vinham se articulando há muito tempo para tomar as ruas mostrando uma diversificação dos ajuntamentos nas manifestações.

Depois de toda essa discussão, afirmo que o jornal *O Globo*, então, insere os grupos extremistas de direita, os antipetistas das redes na sua narrativa literária editorial para dar um lastro popular a esses movimentos e tomar esses grupos que eram parte, reitero, uma pequena parte – ligada principalmente às manifestações em São Paulo – como se equivalesse ao todo. Em outras palavras, e sintetizando essa breve discussão, ainda que a narrativa sobre o “lulopetismo” estivesse no processo inicial de forjamento, a oficina editorial do principal jornal do maior conglomerado de mídia do país buscava jogar luz sobre grupos antidemocráticos que estavam se articulando por fora da visibilidade pública, mas que ganham vida e papel político através do gênero editorial da empresa.

Agora, se a extrema direita ainda não estava plenamente representada nos espaços institucionais e a direita tradicional não conseguia ganhar os corações, quem faria o discurso de oposição, desta forma? É reveladora uma matéria que o próprio jornal *O Globo* publicou em 2010, contendo uma entrevista – já no fim do segundo governo Lula – com Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional dos Jornais à época. Ela declarou que as empresas de comunicação no Brasil estavam “[...] fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo¹⁵⁶”.

Porém, preciso fazer uma ressalva importante. Nesse primeiro período, a mobilização do termo “lulopetismo” não é massiva e constante. Isso é um dado relevante. Ainda que já fosse possível perceber como as empresas jornalísticas enquadravam, inicialmente, o que chamavam de “lulopetismo”, os seus significados

¹⁵⁶ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045> > acesso em 22 jul. 2024.

vão se alterando ao longo do tempo, obedecendo a certas ênfases de acordo com os contextos que viriam à frente e os objetivos políticos.

É possível perceber, analisando os editoriais do período, que *O Globo* parece olhar com mais bons olhos o processo das jornadas de junho do que *O Estado de S. Paulo*. Um dos indicativos para essa minha afirmação é a constante tentativa de mobilizar uma série de camadas de temporalidades para “monumentalizar” o evento, fazendo parte daquela ação que Sônia Meneses denominou de *operação midiográfica*.

A estimativa de que cerca de 240 mil pessoas estavam nas ruas, no início da noite de terça-feira, em 11 capitais, para protestar já é algo significativo. Mais do que isso, são imagens e o sentimento do que aconteceu anteontem neste país que colocam a data de 17 de junho de 2013 no calendário dos grandes acontecimentos políticos e sociais dos últimos 28 anos, desde o início da redemocratização, em 1985 ... (Decifrar as mensagens da rua, *O Globo*, 19 jun. 2013, p. 22).

... tudo indica, muita coisa na política brasileira não será mais como antes depois da erupção de insatisfações que tomou conta do asfalto, à margem de partidos, sindicatos, organizações ditas sociais, e apesar de todo o poder de cooptação demonstrado pelo governo federal nos últimos 10 anos. (Desdobramentos da mobilização, *O Globo*, 21 jun. 2013. p. 22).

Já no *Estadão*, o primeiro editorial para comentar as manifestações contra o aumento da passagem foi escrito de forma dura e ríspida contra o que chama de vândalos e baderneiros, clamando para que as forças de segurança reprimissem com mais vigor as interdições das vias públicas.

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com mais rigor do que vem fazendo, ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. [...] os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população. [...] Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição [...]. A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad [...] à fúria dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo (Chegou a hora do basta, *O Estado de S. Paulo*, 13 jun. 2013, A3)

O dado interessante é que nesse dia da publicação do editorial, realmente, atendendo a esses pedidos, a Polícia Militar paulista reagiu aos protestos com uma

brutalidade que não se via há muito tempo contra manifestações políticas¹⁵⁷. Porém, as reações estupefatas com a raivosa repressão policial, o alargamento do perfil dos manifestantes bem como o aumento substancial da multidão nas ruas, faz o *Estado* dar uma guinada em seu posicionamento.

Mas com a PM dessa vez determinada [...] a conter o protesto naquele ponto, atirando bala de borracha e bombas de gás lacrimogênio, o conflito se agravou e mesmo quem nada tinha a ver [...] foi atingido. A facilidade com que os grupos que organizam os protestos conseguem mobilizar descontentes de todos os tipos pelas redes sociais dá o que pensar. O mesmo se pode dizer de depoimentos de alguns manifestantes [...] outros participantes dos protestos já estão levantando, ao lado do aumento das tarifas de transporte coletivo, problemas nas áreas de saúde e educação. Sem falar no descontentamento com as despesas bilionárias da Copa. Parece haver aí algo que ultrapassa as fronteiras partidárias e ainda não foi bem compreendido. E isso é fundamental para que as autoridades possam saber em que terreno estão pisando. Mas, independentemente desse entendimento, é fundamental que todos os que tem uma parcela de responsabilidade na questão, especialmente os que cuidam da segurança pública, mantenham o sangue-frio. A polícia precisa agir com rigor [...]. Tudo deve ser feito, porém, para evitar excessos, até mesmo para não dar aos radicais o pretexto que querem para novos atos de vandalismo (Entender as manifestações, *O Estado de S. Paulo*, 15 jun. 2013, A3).

Os títulos desses editoriais – “Chegou a hora do basta” e “Entender as manifestações” – já dão o tom dessa mudança narrativa, da repressão à reflexão. Ainda que continue a pedir rigor na atuação da polícia, o jornal paulista parece modular sua postura para sinalizar que os grandes protestos estariam assumindo um conteúdo para além do local. Uma nacionalização das manifestações a partir de uma crítica aos serviços prestados pelo Estado, ao mesmo tempo em que combate a política econômica de Dilma Rousseff é o foco do discurso do *Estado* sobre aquele período. Ao meu ver, esse é o tema-chave dessa narrativa inicial do periódico da família Mesquita: o que considera a péssima condução das políticas de Estado.

Nesse sentido, os manifestantes, retratados de forma ambivalente, ora como valorosos, ora como alvo de preocupação, não são os personagens principais dessa narrativa. A intriga aqui que configura e elabora o tempo narrativo tem como grande vilã uma suposta concepção de Estado voluntarista e autocentrado – que na visão do jornal era empreendido por Dilma –, enquanto caberia ao próprio jornal, se unindo e se apropriando do conteúdo de uma certa fração dos manifestantes, o combate contra essa visão, sendo o narrador protagonista de sua própria narrativa.

¹⁵⁷ Disponível em < <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1768143756221138-violencia-policial> > acesso em 09 ago. 2024.

Deu uma vontade de falar que não se sabe como, quando ou se será aplacada: contra os padecimentos que o Estado impõe ao povo com os seus serviços de primeira, a começar da saúde e educação públicas; contra os políticos e autoridades em geral que só cuidam dos seus interesses e são tidos como corruptos por definição; contra a selvageria do cotidiano por toda parte; contra a truculência das PMs; contra a lambança dos gastos com a Copa [...] e tudo mais o que se queira denunciar. Afinal, os jovens não se sentem representados por nenhuma instituição e desconfiam de todas. [...] O lado bom das jornadas dos últimos dias, além do caráter geral pacífico das manifestações, foi a preocupação com o país. ‘Parem de falar que é pela passagem’, comentou um jovem. ‘É por um Brasil melhor (Vontade de falar, *O Estado de S. Paulo*, 19 jun. 2013, A3).

Importa lembrar que o “Brasil melhor” que o jornal paulista prega é o fim de qualquer vislumbre de um Estado social. Quando eclodiram as manifestações de junho, o ensaio desenvolvimentista de Dilma já apresentava sinais de ir às calendas. Vale recordar que a presidenta bancou um enfrentamento direto aos lucros do mercado financeiro obtidos, entre outros motivos, pelos altos juros e pelos chamados *spreads* bancários.

Utilizando os bancos públicos para forçar a derrubada dos juros dos bancos privados, Dilma teria cutucado com vara curta as onças do mercado financeiro. Ela esperava o apoio do setor produtivo que ansiava por custos mais baixos do crédito para alavancar seus investimentos. Além do ataque aos juros, que conseguiu baixar até seu menor índice histórico, Dilma levava à frente aquilo que estou chamando, inspirado por Laura Carvalho, de agenda Fiesp. Atendendo aos pedidos da Federação das Indústrias de São Paulo, uma série de medidas foram tomadas, inclusive as grandes desonerações tributárias para vários setores empresariais. A presidenta realmente acreditava que poderia fazer acordo entre trabalhadores organizados e o empresariado industrial, o que não vingou. Inclusive o *Estadão* chega a fazer chacota da Fiesp, questionando se a federação tinha virado bolivariana por defender o Mercosul, caro aos projetos políticos dos governos petistas¹⁵⁸.

Quando Dilma levava à frente seus projetos, começou a haver um conflito redistributivo. Em dois anos de governo, o crescimento econômico foi apenas metade do último ano de Lula na Presidência, sendo que em 2012 o PIB só aumentou 1,9%. Laura Carvalho acena com a ideia de que houve uma perda relativa da margem de lucro das empresas no período. E então para pagar a conta tanto da falta de retorno financeiro dos investimentos feitos com base no crescimento do último ano de governo Lula, quanto garantir as margens de lucros, as isenções fiscais serviram unicamente

¹⁵⁸ Uma Fiesp bolivariana? *O Estado de S. Paulo*, 20 jun. 2013, p. A3.

para segurar o fluxo financeiro das empresas e não para aumentar a contratação de trabalhadores e prover ainda mais investimentos. Sendo assim, a corda começou a ser tensionada.

Ao mesmo tempo, Dilma conseguiu manter os níveis de desemprego a níveis muito baixos, enquanto o rendimento do trabalho aumentava. O poder de barganha da classe trabalhadora organizada era mais significativo, fazendo com que as negociações salariais fossem mais favoráveis e mesmo o número de greves e mobilizações pudessem atingir sua maior incidência desde os idos do malfadado governo Collor.

O conflito distributivo se estabelece. Com a inflação em alta, desemprego em baixa, o assédio dos atores neoliberais, do mercado financeiro e mesmo dos setores produtivos da economia fazem com que o Banco Central comece a elevar os juros, numa medida recessiva para frear a economia, provocar certo desemprego e chantagear o governo exigindo cortes profundos de gastos, e reformas econômicas que joguem nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras o ônus de uma crise contratada para restabelecer a ordem social e os lucros do capital. A utopia desenvolvimentista de Dilma estava ruindo já às vésperas de Junho.

Enquanto a narrativa vai ser sendo tricotada, o *Estado* não perde uma única oportunidade para adjetivar negativamente Dilma Rousseff. A caracterização de sua personagem na intriga vai desde autoritária, intimidadora, fria, oportunista e robótica, até irresponsável, despreparada, pequena, inapta e “poste” de Lula. O jornal faz questão de diminuí-la em relação ao seu antecessor para descredibilizá-la: “O pior é que Dilma, depois de 2 anos e meio no Planalto, continua a precisar dele [Lula] para ligar a luz”¹⁵⁹.

No jornal *O Globo*, a narrativa editorial apresenta uma outra intriga, enquanto os manifestantes saem às ruas despertando as energias acorrentadas pela suposta cooptação do governo do PT (o termo “lulopetismo” é mencionado em duas oportunidades no mês) para mudar a política brasileira através de um saneamento ao mesmo tempo moralizante, e, de forma tópica, institucional. A empresa jornalística apontava que “numa das mais importantes manifestações de rua dos últimos 28 anos [...] pela primeira vez na história o PT perde espaço em um ato público. Sinal dos tempos” (Ultrapassou os limites, *O Globo*, 22 jun. 2013, p. 26). Rompendo então, com

¹⁵⁹ ‘Sem violência’ e sem controle, *O Estado de S. Paulo*, 20 jun. 2013, p. A3.

uma temporalidade que julgava interdita pelo partido do governo, os manifestantes conseguem a sua libertação.

O fenômeno é de outra natureza e passa ao largo da estrutura partidária e de organização de longa história de militância, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e sindicatos, anestesiados pelo convívio próximo com o poder e suas benesses, nestes últimos 12 anos de PT e aliados no Planalto. Foram todos surpreendidos pelo crescimento desta onda de críticas a “tudo isto que aí está”, cuja faísca de ignição foi o custo do transporte urbano, no qual milhões de brasileiros padecem todos os dias. Elucidativo que alguns ativistas levem cartazes com a mensagem de que ‘nenhum partido me representa’. Reflete o enorme distanciamento entre legendas e a sociedade, construído com a ajuda de absurdas distorções (A crise de representatividade dos partidos, *O Globo*, 18 jun. 2013, p. 18).

Possivelmente, as distorções as quais *O Globo* se refere nesse editorial se relacionam não só a algumas questões institucionais-partidárias, mas também à corrupção e ao fisiologismo como forma de angariar poder. “Existem diversas formas de abusos. No desprezo de políticos e governantes pela ética, por exemplo. Se era urgente, diante do ronco das ruas tornou-se emergencial retomar a reforma da moralização do degradado quadro político-partidário” (Decifrar as mensagens da rua. *O Globo*, 19 jun. 2013, p. 22). Durante a tessitura de sua narrativa, *O Globo* evoca algumas mudanças como a aprovação da lei da ficha limpa, a cláusula de barreira pra diminuir a pulverização de partidos e evitar compra de apoio de maioria parlamentar – que a empresa jornalística aponta como responsável pelo mensalão¹⁶⁰. Além disso, também é criticada a quantidade de siglas, o fundo partidário, as coligações e o tempo de propaganda eleitoral para os partidos pequenos.

Esse elemento moralizador da política nacional explica sua contrariedade total a PEC 37, uma proposta de alteração na Constituição para asseverar que o poder de investigação fosse privativo aos órgãos policiais e não ao Ministério Público.

... a PEC-37, sugestivamente batizada de “PEC da Impunidade”, tem atraído certos apoios, devido a seu conteúdo. É visível como alas petistas se entusiasmam com a emenda constitucional, por entenderem ser ela arma de revide contra o MP” por causa da acusação aos “mensaleiros” (É perigoso afastar o MP das investigações, *O Globo*, 16 jun. 2013, p. 14).

Já o *Estado de S. Paulo*, ainda que não tenha apoiado abertamente a PEC 37, concordava com os argumentos da justificativa à emenda constitucional por achar

¹⁶⁰ Decifrar as mensagens da rua. *O Globo*, 19 jun. 2013, p. 22.

que certos membros do Ministério Público exorbitavam de suas funções atrapalhando o andamento da máquina pública e perseguindo politicamente alguns “gestores”¹⁶¹. Esse posicionamento pode ser explicado pela relação direta e histórica da empresa jornalística da família Mesquita com atores públicos e a vida partidária como um todo. Próximo a personagens do PSDB, o *Estadão* tem uma história de apoio às candidaturas tucanas, tanto à Presidência, quanto aos governos estaduais.

O *Globo*, mais pragmático para tocar a administração de seu jornal, forja o seu lugar de poder saindo um pouco de certa imagem oposicionista para ser um crítico da política brasileira no geral. Contudo, e aqui vai um recurso narrativo interessante, por mais que o jornal enxergue a si como esse crítico mordaz dos personagens políticos e do quadro político nacional, ele ressalva que há que se ter cuidado em “atingir objetivos políticos à margem dos partidos. O problema é que, se goste deles ou não, pensar em alguma tramitação ao largo dos partidos é enveredar por atalhos golpistas”¹⁶². Sintetizando o argumento: a tentativa é de dissociar suas críticas ao *modus operandi* da política brasileira de um discurso de criminalização da política.

Não tenho dúvida de que seja perfeitamente possível essa dissociação, porém, chafurdando um pouco mais as linhas escritas pelos editorialistas no mês de junho, é possível perceber que há um certo flerte com o discurso antipolítico, não só pela ênfase reiterada da política enquanto escândalo, mas também pela forma genérica com que é apresentada, perdendo a análise das minúcias, das diferenças de projetos e de estratégia, dos conflitos representacionais. O “Poder” ou o “Sistema” – o famoso *establishment* – passa a ser entendido como o sistema político como um todo e não os grandes oligopólios privados. Seria o divórcio entre as aspirações dos eleitores e seus representantes políticos o grande problema da democracia e não o domínio de setores econômicos sobre a vontade popular e a exclusão e subalternização que estrutura nossa sociedade.

Comentando as ideias de Dilma para atender às vozes de Junho, O *Globo* afirma que “...o foco do problema [da corrupção] [...] é o fato de parte do Ministério ter sido constituída na base do fisiológico toma lá da cá. Mas reconhece-se a dificuldade de ela enveredar por este caminho”¹⁶³. Essa associação entre a montagem do gabinete ministerial e uma certa barganha corrupta com os partidos e parlamentares

¹⁶¹ O cerco ao Ministério Público, *O Estado de S. Paulo*, 18 jun. 2013, p. A3.

¹⁶² Ultrapassou os limites, *O Globo*, 22 jun. 2013, p. 26.

¹⁶³ A polêmica agenda do governo Dilma, *O Globo*, 25 jun. 2013, p. 20.

ignora a forma como se formam maiorias parlamentares em sistemas políticos pluripartidários nas democracias liberais. Percebam, caros leitores e caras leitoras, que a empresa jornalística investe na produção de sentidos sobre os acontecimentos de 2013, disputando seus significados, produzindo imaginários potentes que movimentam a percepção da realidade e sinalizam qual futuro é desejável.

Nessa operação de significação simbólica, os editoriais não só forjam um futuro possível quanto interditam outros de acordo com seus interesses. *O Globo* afirmava que seria “... necessário não se deixar dissipar a energia mobilizada em todas essas manifestações, para o encaminhamento de reforma com vistas à melhoria do quadro político e da administração pública, mas tudo sempre dentro dos marcos legais¹⁶⁴”.

Porém, quando Dilma lança no dia 24 uma série de pactos políticos para promover mudanças institucionais¹⁶⁵, um deles causa um grande alvoroço, tanto para a empresa jornalística carioca, quanto para a paulista. A presidente sugere um plebiscito – como mencionei linhas atrás –, primeiramente para a convocação de uma Assembleia Constituinte visando uma reforma política e depois modulando sua proposta para que o plebiscito já votasse diretamente os termos de tais mudanças institucionais, focando, principalmente, no fim do financiamento empresarial das campanhas e na votação para o legislativo por lista fechada, ou seja, focando mais na representação politico-ideológica e menos no personalismo.

De forma concertada, as duas empresas jornalísticas saem à luta para matar a ideia ainda em seu nascedouro. *O Globo* constrói o discurso do medo do “socialismo do séc. XXI” representado pelo chavismo ou bolivarianismo relacionando inclusive ao “lulopetismo”. A lógica subjacente a essas associações era que apenas quem dispusesse de maior organização partidária e militância teria o poder de manipular ao seu favor o plebiscito para implantar o que seria chamado de “democracia direta”¹⁶⁶. Na visão do jornal, os grupos e movimentos sociais supostamente cooptados – ou, utilizando a metáfora, enfeitados – por setores do PT iriam substituir os partidos que ficariam subordinados a um grande líder.

¹⁶⁴ Desdobramentos da mobilização, *O Globo*, 21 jun. 2013. p. 22.

¹⁶⁵ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html> > acesso em 09 ago. 2024.

¹⁶⁶ A manipulação do plebiscito, *O Globo*, 27 jun. 2013, p. 20.

Dilma acolheu antigo projeto das alas mais à esquerda do PT e converteu em um dos pactos num plebiscito para a convocação de uma Constituinte exclusiva, apenas para tratar de reforma política. A ideia é de inspiração chavista, pois foi Hugo Chávez quem se utilizou da artimanha de aprovar uma Constituinte, eleger sua maioria e, assim, fazer as reformas que necessitavam para instalar o “socialismo do século XXI”. [...] Aproveitam-se afora, os ataques a partidos e políticos feitos nas manifestações de rua, para se retirar da gaveta este projeto de alto risco. [...] Por exemplo, via aprovação de mecanismos de “democracia direta” que tornem o regime prisioneiro de grupos organizados da sociedade” (A polêmica agenda do governo Dilma. *O Globo*, 25 jun. 2013, p. 20).

Resultado de um lance de oportunismo de alas do PT embevecidas pela ‘democracia direta’ chavista a Constituinte exclusiva, ideia afastada por flagrante ilegalidade [...] foi convertida em plebiscito. Ao vislumbrar uma brecha para contrabandear este sonho antigo do partido [...], a legenda desembocou numa consulta popular que o governo Dilma precisa viabilizar junto ao Congresso. [...] (A falsa solução do plebiscito. *O Globo*, 02 jul. 2013, p. 16).

Surgido do fracasso do projeto lulopetista da “constituinte”, por inconstitucional, o remédio do plebiscito sobre reforma política vai pelo mesmo caminho – como se prevê desde o anúncio deste “plano B” elaborado às pressas para salvar a face do partido, manter o Congresso sob pressão e servir de escudo ao governo diante das ruas. (Manobra do plebiscito é inviável. *O Globo*, 4 jul. 2013, p. 18).

O *Estadão* também se revolta contra a proposta afirmando que se tratava de “delírio político e jurídico”¹⁶⁷. O jornal afirmava que “[...] os messiânicos da reforma parecem ignorar que, em última análise, não é mudando as regras do ofício que os políticos se tornarão automaticamente avessos à corrupção, abandonando práticas entranhadas”¹⁶⁸. Mais uma vez, o *Estadão* utiliza de diversos recursos como o deboche e a ironia para ridicularizar a proposta de Dilma, e ressalta que essa ideia pertence não a ela, mas ao seu antecessor, Lula. O grande medo da empresa jornalística era que as manifestações passassem a defender explicitamente a medida. No dia 25, o jornal afirmava que “a rua também pode achar que a reforma política é a panaceia para a corrupção, e o desdém dos eleitos pelos eleitores. Não é”¹⁶⁹.

Ao lançar às multidões de manifestantes uma certa irracionalidade que poderia ser perigosa para a democracia, o jornal pede o fim dos protestos tanto para que a violência não tomasse maiores proporções, quanto para que a força mobilizadora dos mesmos não contaminasse os representantes dos poderes no sentido de atender demandas que não se conformassem aos interesses da empresa.

¹⁶⁷ Para a rua ver, o Estado de S. Paulo, 25 jun. 2013, p. A3.

¹⁶⁸ A aventura e o vespeiro, *O Estado de S. Paulo*, 29 jun. 2013, p. A3.

¹⁶⁹ Para a rua ver, *O Estado de S. Paulo*, 25 jun. 2013, p. A3.

O país está diante de um movimento que ficou maior do que podiam imaginar [...]. Nessa mesma medida, nem os ativistas do chamado Passe Livre nem a imensa maioria pacífica dos manifestantes conseguem controlar os grupelhos que a eles se juntam para provocar, depredar, pilhar e destruir. Quando os que saem às ruas – praticamente sem lideranças organizadas – se transformam em multidões, a mudança não é apenas de ordem de grandeza. Multidões tendem a ser disformes, impulsivas, imprevisíveis – e propensas à violência. (A violência das minorias. *O Estado de S. Paulo*, 22 jun. 2013, p. A3).

...é da ordem natural das coisas que a rua, esgotada a sua paciência e tendo redescoberto o seu poder de pressão, queira para já as mudanças que façam do Brasil, em síntese, um país sem corrupção e com serviços públicos equiparáveis em qualidade ao volume de impostos que se pagam por eles. Afinal, se duas semanas de manifestação levaram à anulação do aumento dos preços das passagens em dezenas de cidades e obrigaram a presidente Dilma Rousseff a legitimar a rua como interlocutora do governo – ‘eu estou ouvindo vocês’, assegurou, muitos hão de se sentir estimulados a adotar a palavra de ordem do Maio de 1968, na França: ‘Sejam realistas, exijam o impossível’ (Para a rua ver. *O Estado de S. Paulo*, 25 jun. 2013, p. A3).

Era preciso controlar as massas. *O Globo* asseverava que “as ruas são apenas parte dos processos de mobilização política. Uma etapa que se esgota, como a atual se esgotou”¹⁷⁰. Com o aumento de protestos que usavam táticas mais radicais e a circulação de propostas de mudanças sociais mais profundas – como as encampadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto –, *O Globo* clama para que as energias das mobilizações se voltem para os canais institucionais. A justificativa para filtrar a agenda das ruas no Parlamento guardava relação com o que o jornal considerava “demandas por mais gastos, indícios de que as manifestações começavam a ser usadas como gíria para abrir os cofres públicos, sob pretextos de melhorar os transportes públicos”¹⁷¹. Preocupado com algum aumento de gastos públicos para atender aos manifestantes, *O Globo* questiona, ironicamente, se “existe PIB suficiente para atender todas as reivindicações”¹⁷².

O Estadão faz coro com todo esse quadro que julgava preocupante das contas públicas e, até mais que *O Globo*, ataca frontalmente a política econômica do governo Dilma. O jornal dispara contra Dilma após ela elencar a responsabilidade fiscal como um dos primeiros pactos propostos como resposta às ruas: “Eis um faz de conta: ninguém contribuiu tanto para desmoralizar esse princípio do que o atual governo com a ‘contabilidade criativa’ a que recorre para tapar os seus desmandos fiscais”.¹⁷³

¹⁷⁰ Ultrapassou os limites, *O Globo*, 22 jun. 2013, p. 26.

¹⁷¹ A polêmica agenda do governo Dilma, *O Globo*, 25 jun. 2013, p. 20.

¹⁷² A distância entre a intenção e o possível, *O Globo*, 29 jun. 2013, p. 22.

¹⁷³ O despreparo confirmado, *O Estado de S. Paulo*, 26 jun. 2013, p. A3.

Não há nenhuma necessidade de pacto para se assegurar a gestão rigorosa das finanças do governo de acordo com o interesse público. Nesse campo, o país necessita, isto sim, é que o governo chefiado pela autora da proposta comece, afinal a praticar a responsabilidade fiscal de maneira clara, sem subterfúgios ou artimanhas [...].

Além de cumprir estritamente o que está na lei, uma política responsável precisa ser clara e confiável. Práticas reiteradas do governo Dilma, porém mostram o contínuo afrouxamento da política fiscal, que se torna cada vez menos confiável. Os gastos continuam a crescer, muitas vezes sem produzir os resultados esperados [...]. (A responsabilidade necessária. *O Estado de S. Paulo*, 27 jun. 2013, p. A3)

Esse desdém e crítica voraz contra a política econômica de Dilma, a chamada “nova matriz econômica” – ou “agenda Fiesp” –, parece ser parte de um esforço em relacionar as manifestações do mês a uma insurgência contra o governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores, tentando ligar o baixo crescimento econômico do ano anterior¹⁷⁴, o aumento dos juros e da inflação como resultado direto de uma “gastança” e de uma maquiagem fraudulenta das contas públicas. Essa tentativa de associação é até afirmada, mesmo que com certo cuidado. “É tentador, mas arriscado, estabelecer uma relação direta e exclusiva entre a volta da inflação e os pibinhos, de um lado, e a eclosão do descontentamento, de outro. Mas seria míope negar qualquer nexo entre a economia em baixa e a insatisfação em alta¹⁷⁵,” diz o jornal.

Se o *Estado* anda tinha certo receio ou titubeio para afirmar que os protestos de Junho se ligavam ao estado da economia brasileira, no último dia do mês, a narrativa da empresa jornalística, sem pudores e sem escrúpulos, define o grande responsável por todo o caos. Emergindo na tessitura, ao final da remontagem que este autor elabora sobre as jornadas de 2013 nos jornais, é dado o veredicto da “razão da revolta dos centavos”. É aqui que nosso personagem central aparece textualmente pela primeira vez em junho no *Estado de S. Paulo*: o famigerado “lulopetismo”.

As manifestações populares que tomaram as ruas nas últimas semanas, [...] colocam a nu a monumental realização de Lula e do PT em pouco mais de dez anos: a debilitação, quase anulação, do debate político em seu maior foro institucional, o Parlamento. Na falta de quem exprimisse seus anseios e necessidades mais prementes [...], o cidadão saiu às ruas para dizer o que pensa e o que quer do governo. É simples assim. Menos mal, é claro, que vivemos num país em que o cidadão tem a liberdade de sair às ruas para se manifestar. Mas é muito ruim que seja forçado a esse exercício democrático porque se cansou de ver obstruídos os canais institucionais que, por definição, existem para representá-lo. Esse gravíssimo sintoma do mau funcionamento do sistema democrático só pode ser debitado na conta de

¹⁷⁴ Em 2012, o crescimento do PIB foi de apenas 0,9%, sendo que no ano anterior, em 2011, foi de 2,7% e em 2010, último ano do governo Lula, de 7,5%.

¹⁷⁵ Vontade de falar, *O Estado de S. Paulo*, 13 jun. 2013, p. A3.

quem tem a responsabilidade de manejá-lo: o governo. [...] se o governo tivesse tido a competência de fazer antes, no tempo certo, o que está tentando fazer agora, sob pressão do clamor popular, os brasileiros estariam hoje celebrando em paz o país de sonho que o PT prometeu e não entregou. [...] Aqui, lamentavelmente, o lulopetismo alterou em seu benefício o equilíbrio entre os Poderes da República ao impor o fisiologismo como moeda corrente da vida pública nacional. Despolitizou o Parlamento. O resultado está nas ruas (A política nas ruas. *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 2013, p. A3).

Em suma, talvez tenha sido nesse momento que se iniciou aquele *meme* que já se tornou célebre nas bolhas das redes: a culpa é do “Pe-Tê”. Deboche, à parte, me parece que estamos aqui numa encruzilhada. Usando os termos de Sônia Meneses, o acontecimento já foi inscrito na cena pública e monumentalizado. Forja-se agora a *representância* após a *acontecência*¹⁷⁶. Da disputa pelos sentidos daquela energia galvanizada pelas ruas, as empresas jornalísticas teceram um ponto disruptivo na história política brasileira e apontaram sua direção. Interpretando o presente e prevendo o futuro, a literatura editorial dos jornais elege um mito fundador do que poderia ser uma revolução conservadora em marcha.

Contudo, havia outras formas de se compreender e significar aqueles eventos. Em 2013, havia muitas possibilidades e muitos projetos em disputa, até mesmo mais emancipadores. A própria presidenta falava que era preciso aproveitar essa “nova energia política, [...] [para] fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas¹⁷⁷”. Naquele momento, a guerra pelo poder tem um momento fulcral. Reforma política plebiscitária ou capitulação aos podres poderes que ambicionavam reformas austericidas? As narrativas testadas nesse momento são investidas de vanguarda do neoliberalismo. Qual seria seu efeito? Através de seus recursos literários, estetizando e engendrando o real, os jornais fomentam um ambiente hostil à política, vista como campo da corrupção, e sobretudo ao governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores.

A aprovação de Dilma Rousseff despencaria pela metade. As eleições de 2014 se aproximavam. Seria possível derrotar o poderoso discurso lulista? Depois de uma década de hegemonia eleitoral petista, seria possível ter achado uma brecha na armadura?

¹⁷⁶ MENESES, S. **A operação midiográfica**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 14.

¹⁷⁷ Discurso de Dilma Rousseff, no dia 21 de junho de 2013. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta?b_start:int=600> acessado 09 ago. 2024.



A MENSAGEM DAS URNAS

As eleições gerais de 2014 se aproximavam. Era chegada a hora da disputa que se anunciava como a mais difícil para o projeto lulista desde sua ascensão à Presidência. Segundo Laura Carvalho, a economia andava de lado. As expectativas por um crescimento econômico foram se deteriorando ao longo do ano. A dívida pública voltou a crescer, em boa medida por conta do contínuo aumento dos juros iniciado em 2013 devido à pressão do mercado financeiro para desaquecer o mercado de trabalho e arrefecer a inflação. Logicamente, com o freio de mão puxado pela política monetária contracionista, o Estado começa a apresentar uma grande perda de arrecadação. Enquanto as receitas decaem, as grandes desonerações e subsídios sobem a um custo de mais 100 bilhões de reais no ano eleitoral¹⁷⁸. O conflito distributivo que já se instalara no ano anterior, agora chega em sua tensão máxima.

A campanha presidencial tem como funesto prólogo o trágico acidente aéreo que envolveu o então candidato Eduardo Campos (PSB) que falece. A candidata a vice na chapa era Marina Silva que não tinha logrado a formalização de seu partido, Rede Sustentabilidade, à tempo. Sendo assim, ela assume a candidatura à Presidência e dispara nas pesquisas empatando tecnicamente com Dilma e liderando a disputa contra a então presidenta no segundo turno. A oposição tucana, liderada pelo senador e então candidato Aécio Neves (PSDB) não sabe o que fazer para ser visto como a antítese de Dilma e seu antecessor Lula.

A forja continua acesa. Os jornais *Estado* e *O Globo* combatem, diuturnamente através de seus editoriais, tanto o legado daquilo que passaram a chamar de “lulopetismo”, quanto a presidenta Dilma que é interpelada de forma ácida pelas duas empresas jornalísticas, mas principalmente pelo *Estado de S. Paulo*. Fazendo as vezes de oposição, as narrativas engendradas pelos periódicos parecem mais eficientes na demonização e no ataque ao lulismo e a Dilma do que os próprios contendores, num período em que se começa a falar de possíveis delações premiadas dos dois primeiros presos de uma operação da Polícia Federal e Ministério Público: a Lava Jato.

¹⁷⁸ CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018, p. 89.

A República de Curitiba¹⁷⁹ começava a ganhar a simpatia dos jornalões que a percebem como grande trunfo para a derrubada eleitoral do lulismo, e por isso fazem questão de disputar a memória dos doze anos de governos Lula e Dilma como uma era de rebaixamento dos valores e da moral pública. Da mesma forma, as empresas jornalísticas operam um grande assédio à política econômica de Dilma. Em sua visão, era preciso mudar urgente e radicalmente os rumos da economia. Era preciso abandonar o que elaboravam como “estatismo” e as “gastanças do Estado”, fazendo duras reformas econômicas para sanear as contas públicas. A campanha pelo austericídio chegou ao paroxismo. Em consonância com atores institucionais e econômicos, os jornais vaticinam que qualquer candidato que vencesse as eleições deveria fazer um duro ajuste fiscal para acabar o que julgavam como excesso de Estado. Era o discurso da pretensa “técnica” contra a “gastança irresponsável”, ou o “populismo fiscal”.

Refletindo sobre todas essas questões, e analisando e remontando a tessitura da narrativa das empresas jornalísticas no período eleitoral, percebo que os jornais organizavam suas investidas contra o “lulopetismo” a partir de temáticas muito comuns aos debates eleitorais. Ao ler os posicionamentos dos jornais, parecia que vinham a minha mente cenas, falas, expressões dos duros embates nos quais os candidatos se engalfinhavam naquele tempo.

A partir disso, um pensamento se fez presente e não me largou mais ao construir este texto. E se as narrativas editoriais dos jornais que estamos estudando se corporificassem e realmente comparecessem a um debate cara-a-cara com a presidenta Dilma Rousseff? O filósofo italiano Giorgio Agamben afirma poeticamente que “a linguagem não é um instrumento, é nosso rosto, o aberto no qual estamos. O rosto é a coisa mais humana; [...] porque habita o aberto, porque em seu rosto se expõe e comunica. Nosso tempo impolítico não quer ver o próprio rosto, o mantém a distância, o mascara e o recobre”¹⁸⁰. Por que, então, não imaginar o rosto, os gestos, os traços, o andar dessas empresas jornalísticas ao se condensarem a um corpo para

¹⁷⁹ Em áudio gravado pela Polícia Federal e divulgado pelo então juiz Sérgio Moro, Lula reclama com interlocutores da perseguição política da operação Lava Jato, batizando sua força-tarefa de República de Curitiba. Trata-se de uma referência à “República do Galeão”, o grupo de militares da Aeronáutica que estava investigando o atentado a Carlos Lacerda em agosto de 1954. Esse grupo de investigadores que foram cruciais na crise que atingiu duramente Getúlio Vargas.

¹⁸⁰ AGAMBEN, G. **Quando a casa queima: Sobre o dialeto do pensamento**. Belo Horizonte: Editora âyné, 2021, p. 17.

desnudar sua face, retirar suas máscaras e enxergar, limpidamente, seu papel e seu lugar nesse processo histórico?

Minhas estimadas leitoras e meus estimados leitores, queria propor um exercício provocativo que talvez, num primeiro momento, pareça estranho a quem já é habituado a uma leitura historiográfica. Porém, como evoca o historiador Arthur de Ávila, “a oposição entre investigação racional do passado e ‘representações imaginativas’ é falsa [...] – que o digam, por exemplo, os e as romancistas que expandiram nossa compreensão (sim, compreensão!) do passado e do presente”¹⁸¹. O escritor sustenta que incentivar outras formas de representação de processos pretéritos e da atualidade é aceitar que historiografia é um tipo de performance ficcional. Como sempre gosto de recordar e insistir, tomando a premissa de Jacques Rancière, “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”¹⁸².

Lembro aqui, por exemplo, das fantásticas obras *Perder a mãe* e *Vidas rebeldes, belos experimentos* de Saidiya Hartman¹⁸³, que se utilizam da chamada fabulação crítica, uma forma de “contar uma história impossível e amplificar a impossibilidade de que seja contada”¹⁸⁴. A autora elabora uma incrível narrativa que elege a imaginação como maneira de apontar não só os limites dos arquivos sobre os marginalizados, mas, também, de denunciar esses mesmos limites como uma produção do processo de dominação e violência a que foram submetidos. Nas palavras da autora, “é uma escrita impossível que tenta dizer o que resiste a ser dito [...]. É uma História de um passado irrecuperável; é uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido; é uma História escrita com e contra o arquivo”¹⁸⁵.

Creio que é possível promover histórias que libertem nossa imaginação da poeira racionalista para ampliarmos, criticamente, nosso olhar. Se nas obras de Hartman, a imaginação é um instrumento político para contar o que não pode ser verificado sobre pessoas subalternizadas nos documentos produzidos pelo poder, a imaginação que pretendo realizar aqui se relaciona a ideia de apontar os holofotes para os personagens e atores políticos que insistem em submergir na conveniente

¹⁸¹ ÁVILA, A. “O que significa indisciplinar a história?” in: **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019, p. 37.

¹⁸² RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 58.

¹⁸³ A seguir, as referências completas das obras citadas da autora: HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021; HARTMAN, S. **Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

¹⁸⁴ *Id.*, *Vênus em dois atos*. **Revista Eco-Pós**, 23(3), 2020, p. 28.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 30.

estratégia da neutralidade jornalística. Proponho, então, uma subversão ficcional para historicizarmos as narrativas jornalísticas dessas eleições que abrem uma série de possibilidades políticas que estão em disputa: um debate político entre *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e Dilma Rousseff às vésperas das eleições de 2014.

Moderador: *Caros debatedores, de acordo com o sorteio realizado previamente, começaremos esse debate com as considerações iniciais da incumbente. As primeiras perguntas para os três contendores é: Qual é o legado de Dilma Rousseff e do lulismo no poder? Os eleitores devem conceder mais um mandato presidencial ao projeto lulista em 2014?*

Levantando-se de forma tranquila e resoluta, Dilma se aproxima lentamente do púlpito. Com seus ombros arqueados para frente, braços caídos sempre ao lado do corpo, porém como rosto erguido e imponente, ela anda pelo palco até chegar ao lugar destinado a sua resposta. Buscando com os olhos o moderador, à espera de um sinal para iniciar sua fala, Dilma ajeita a altura dos microfones. Candidata à reeleição, ela transparece mais segurança para enfrentar seus opositores em um debate do que há quatro anos, ainda que seja possível notar seu já costumeiro desconforto. Tendo seu olhar assentido pelo moderador, ela começa seu discurso inicial com sua mui característica fala pausada como a buscar tempo para que as palavras venham à tona. Com certa dificuldade para articular verbalmente a saudação aos presentes, a presidenta se delonga ganhando alguns segundos a mais para ajustar sua respiração e, então, ir direto ao ponto fulcral de sua estratégia discursiva.

Dilma Rousseff: *[...] Eu agradeço essa oportunidade pra poder apresentar minhas propostas. Eu estou defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes, até 2002. Um Brasil que emprega, ao contrário de um Brasil que desemprega. Um Brasil que cria oportunidades iguais para todos, contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade. Um Brasil que vai governar para todos, contra um Brasil que não foi governado para todos. Eu faço parte de um projeto que resgatou 36 milhões de brasileiros da pobreza, tirou-os do mapa da fome, e elevou 42 milhões às classes médias. Faço parte de um projeto que quer e construiu as bases para um Brasil moderno, mais inclusivo, mais produtivo e mais competitivo, onde a educação*

*estará no centro de tudo. Faço parte de um projeto que não vê, a não ser na justiça social, as condições para a união nacional. Um projeto que quer levar avante segurança, saúde, transporte de qualidade. Eu peço o voto de vocês e peço que nos acompanhem para entender as nossas propostas*¹⁸⁶.

Dilma volta à bancada destinada a ela sentindo que foi bem sucedida em sua tática, ao reduzir à disputa eleitoral a dois projetos antagônicos: a luta das oportunidades criadas pelo lulismo a partir de 2003 contra a exclusão e segregação promovidas pelas elites do atraso.

O moderador, então, chama ao púlpito, o mais ácido e ardente opositor da presidenta¹⁸⁷. Balançando a cabeça negativamente e abrindo um irônico sorriso de canto, o Estadão se levanta ajeitando seu terno *Louis Vuitton* risca de giz preto e começa andar em um compasso acelerado, fazendo com que o som da sola de seus sapatos forrados de um brilhante couro *glove-soft* ecoe por todo o recinto. Chegando ao púlpito, ele ajeita seus óculos que estavam baixos e inicia seu discurso mirando os olhos impacientes de Dilma. Com um arrogante olhar típico das tradicionais famílias da plutocracia paulista, ele ergue sua voz e começa seu discurso de forma incisiva, sem esquecer um leve toque de deboche em seus lábios.

Estado de S. Paulo: [...] *atentar para as principais diferenças entre os discursos das duas – pelo menos, até agora – mais importantes forças concorrentes no próximo pleito presidencial: o lulopetismo no poder e a oposição tucana. [...] Para o lulopetismo, o governo é o grande provedor do bem comum, o todo-poderoso gerente-oficial da felicidade dos cidadãos e fora dele não há garantia de conquistas sociais e progresso. Para os tucanos, no Brasil de hoje o maior problema é o próprio governo do PT, que desde que o País deixou de surfar na onda internacional de prosperidade tragada pela crise de 2009 meteu os pés pelas mãos e, especialmente durante o mandato da atual presidente, não tem sido capaz de conter o retrocesso econômico que ameaça comprometer até mesmo as conquistas sociais e econômicas da administração Lula. Dizer que as divergências entre os dois grupos são de natureza*

¹⁸⁶ Trecho retirado do debate de 2º turno entre Dilma Rousseff e Aécio Neves realizado no SBT. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=FMx6PTVqPnU&t=1986s> > acessado em 04 ago. 2024.

¹⁸⁷ A seguir, listo alguns editoriais do período eleitoral em que o *Estadão* apresentava Dilma Rousseff de forma virulenta: A presidente no sufoco, *O Estado de S. Paulo*, 20 ago. 2014, p. A3; Tortuosos trajetos do dilmês, *O Estado de S. Paulo*, 15 set. 2014, p. A3; A evidência de um fracasso, *O Estado de S. Paulo*, 22 set. 2014, p. A3; O autorretrato de Dilma, *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 2014, p. A3.

ideológica implicaria admitir que o balaio de gatos que abriga os atuais detentores do poder – petistas e “base aliada” – seja fiel a alguma ideia que não a do mero apego ao poder. O PT nasceu como resultado da associação do voluntarismo obreirista com os influxos progressistas da militância católica e a arrogância autoindulgente de intelectuais e acadêmicos de “esquerda”. O tempo se encarregou de fazer vaziar pelo ralo do fisiologismo as veleidades “redentoras” do partido “dos trabalhadores” e acabou sobrando apenas o séquito dos deslumbrados com as benesses do poder. [...] na hipótese da tese da reeleição de Dilma o que se pode esperar é mais do mesmo estatismo populista que, a continuar evoluindo na contramão da História, estará abrindo para os brasileiros as portas do paraíso bolivariano. [...] O que importa é que existe, sim, uma diferença essencial entre a visão de mundo inerente ao discurso e à prática lulopetista de que a sociedade precisa ser tutelada por um Estado Todo-poderoso e onipresente, e à convicção oposta, escorada nos fundamentos da sociedade democrática, de que o poder deve ser exercido em nome dos interesses da cidadania e não ser monopolizado por autointitulados benfeitores da Humanidade incapazes de enxergar além do próprio umbigo¹⁸⁸.

Dilma manteve o olhar fixo a cada palavra desferida como golpe de espada contra si e contra o projeto político que julga ser uma continuadora e aceleradora, chamado de forma odiosa pelo Estadão de “lulopetismo”. Tal olhar devolve o mesmo deboche lançado por seu opositor a cada vez que de sua boca se pronunciava, ou melhor, se destilava com ojeriza os termos “estado”, “estatismo” “trabalhadores”, “PT” e “bolivariano”. Dilma não se surpreende ao ver o Estadão defender os governos do PSDB como projeto alternativo e oposto ao seu como solução para o país. Ele já tinha se posicionado contra a petista em favor de José Serra no segundo turno de 2010 e, convenhamos, é histórico o seu apoio às candidaturas tucanas.

Agora seria a vez do Globo. Sem esperar o chamado ao palco, ele já se antecipa e se lança diretamente ao ataque contra Dilma. Apesar de seu histórico embate contra o PT e suas proposições econômicas, o opositor é conhecido por seu pragmatismo. Ora arrefece, ora endurece o discurso, mas o momento aberto pelas manifestações de junho de 2013 fez com que a aprovação popular do lulismo diminuísse sobremaneira, principalmente nos estados de centro-sul. O Globo não

¹⁸⁸ Semelhanças e diferenças, *O Estado de S. Paulo*, 24 ago. 2014, p. A3.

desperdiçaria essa janela de oportunidade para atacar Dilma Rousseff. Sentindo-se muito à vontade, com sua poderosa voz e presença, ele vai ao ponto de sua crítica.

O Globo: [...] o terceiro mandato petista consecutivo construiu uma herança esta sim, de fato maldita, de responsabilidade em grande parte do governo da presidente candidata à reeleição, Dilma Rousseff. O quadro faz jus a uma “tempestade perfeita” [...] Nada é por acaso. Ao aprofundar o modelo intervencionista, heterodoxo, [...] desestimulou os investimentos privados [...] ¹⁸⁹.

A história deste governo Dilma é a história do desdobramento de uma “política econômica” desenvolvimentista, cujas fundações começaram a ser lançadas na fase final do primeiro governo Lula. [...] Eleita presidente, ela teve espaço livre para arriscar o tal “novo marco macroeconômico”, o suprasumo do intervencionismo: juros no chão, câmbio desvalorizado e pé no acelerador dos gastos. Tudo na base do voluntarismo, nos atos de vontade de quem manda. O poder, no entanto, não é suficiente para mudar a realidade, mostra de maneira copiosa a História. Foi assim que o país chegou à incomoda mistura de virtual estagnação com inflação elevada e resistente, além de contas externas no vermelho e as internas caminhando na mesma direção, tanto que piruetas contábeis são realizadas para maquiar a preocupante realidade ¹⁹⁰.

[...] a candidata-presidente Dilma Rousseff [também] teve de se deparar com o espinhoso caso – para ela e o lulopetismo – dos desvios ocorridos na obra bilionária da Refinaria Abreu e Lima, sob a administração do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, cumprindo prisão em Curitiba. Não é assunto fácil para ela, por ter ocupado à estatal: ministra das Minas e Energia de Lula, antes de passar pela Casa Civil, assumir a própria Presidência da República ¹⁹¹.

Se, no primeiro mensalão, aproveitou-se um aparelho sindical petista montado na diretoria do Banco do Brasil a fim de bombear recursos da instituição estatal para a lavanderia de Marcos Valério, desta vez a estatal saqueada foi a Petrobrás. E o destino dos recursos surrupitados, segundo depoimentos vazados, feitos ao Ministério Público por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da empresa, foi o mesmo: políticos da base governamental, especificamente do PT, do PMDB e do PP. [...] A história do novo mensalão parece mais longa. [...] Lula deverá repetir o “nada sei” do primeiro

¹⁸⁹ Constrói-se uma verdadeira “herança maldita”, O Globo, 02 out. 2014, p. 20.

¹⁹⁰ Dificil tentativa de agradar ao empresariado, O Globo, 17 set. 2014, p. 22.

¹⁹¹ Escândalo na Petrobras não para de crescer, O Globo, 23 set. 2014, p. 20.

mensalão. Dilma [...] já afirmou ontem o mesmo. Outros diretores precisarão ser ouvidos, a começar por José Sérgio Gabrielli, ex-presidente, símbolo do lulopetismo na estatal. [...] O lema de esquerda de que “os fins justificam os meios” justificou mais delinquências do que se pensava. Tudo pela perpetuação no poder¹⁹².

Moderador: *Aproveitando o ensejo, o próximo tema é: corrupção. Presidenta Dilma, como a senhora se defende das acusações de que seu governo e base aliada estão envolvidos nos desvios que começaram a ser investigados pela chamada Operação Lava Jato?*

Dilma Rousseff: *Eu gostaria de dizer que em relação a tudo o que está acontecendo na Petrobrás, quem investigou, a Polícia Federal que foi levada a investigar e que ao contrário do passado não era dirigida por filiados ao PSDB, como foi o caso da Polícia Federal no governo tucano, a Polícia federal investigou e vai punir implacavelmente porque construiu provas, passou pelo Ministério Público, e agora [...] a justiça vai julgar e isso significará que o Brasil, pela primeira vez vai ter de fato o combate sistemático a corrupção. [...] Onde estão os corruptos da compra dos votos pra reeleição? Todos soltos. Onde estão os corruptos do metrô de São Paulo e dos trens? Todos soltos. Onde estão os corruptos da pasta rosa? Todos soltos. Onde estão os corruptos do processo SIVAM? Todos soltos. Onde estão os corruptos da privaria tucana? Aquela, do limite da irresponsabilidade? Todos soltos. [...] Eu quero dizer pro senhor, eu tenho um compromisso diferente, meu compromisso é investigar e punir. Aqueles governos que não investigam, não acham [...] ¹⁹³.*

Dilma se regozija da sua resposta. Ela sabia que esse seria o maior flanco de ataque de seu opositores. Obediente à premissa de que a melhor defesa é o ataque, ela volta a contrapor os governos petistas aos governos tucanos na relação institucional com os órgãos de investigação. Ela crê que sua assertividade e firmeza na dura resposta foi convincente. Mas talvez se auto enganara ao pensar que os outros debatedores se dariam por vencidos. O Estadão e O Globo sabem o quanto os escândalos midiáticos causam sérias avarias em seus inimigos políticos. Foi assim com Getúlio, foi assim com Juscelino e Jango. Até mesmo com sua criatura, o empolado e playboy Fernando Collor, eles lograram defenestrá-lo após perceberem

¹⁹² Os ‘fins justificam os meios’ também na Petrobras, O *Globo*, 9 set. 2014, p. 20.

¹⁹³ Trecho retirado do debate de 2º turno entre Dilma Rousseff e Aécio Neves realizado no SBT. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=FMx6PTVqPnU&t=1986s> > acessado em 04 ago. 2024.

que o ex-presidente não teria mais condições de servir aos seus interesses. Lula era a exceção. Golpeado com as denúncias de corrupção de seu governo no famoso “mensalão”, se esperava que o ex-metalúrgico não resistisse. Não só resistiu, como foi reeleito e elegeu sua sucessora terminando com aprovação recorde. Sem demora, e em total sinergia, o Estadão e o Globo fazem suas réplicas se contrapondo de forma combinada aos argumentos de Dilma.

Estado de S. Paulo: *Em resumo: o PT não gosta de ser fiscalizado e, muito menos, investigado. Qual a credibilidade de Dilma Rousseff, portanto, para falar em “combate sem tréguas à corrupção”? [...] Nunca antes na história deste país se viu tanta corrupção no governo. O mensalão e o mais recente escândalo do desvio de dinheiro da Petrobrás para o bolso de políticos governistas, exemplos mais luzídios do mar de lama em que o Brasil oficial chafurda, dão a medida de até que ponto os 12 anos de governos do PT degradaram a moral pública*¹⁹⁴.

*Esse é o resultado do completo aparelhamento da máquina governamental promovido pelo lulopetismo – por ironia, a pretexto de garantir a governabilidade – com o único propósito de criar condições para sua perpetuação no poder. [...] Não foram Lula e o PT que inventaram a corrupção. Na verdade, o combate a ela sempre foi uma de suas principais bandeiras antes de chegarem ao Palácio do Planalto. [...] O lulopetismo tem apenas dedicado seus 12 anos no poder a aprimorar em benefício próprio os métodos da corrupção, como demonstram, o processo do mensalão, e agora, o escândalo da transformação da Petrobrás em fonte de recursos a serviço dos interesses políticos do PT e aliados*¹⁹⁵.

*É praticamente impossível escapar à conclusão de que Dilma, a detalhista, não quis saber do enraizado sistema de fraudes que, ao beneficiar políticos da base aliada do Planalto, contribuía objetivamente para consolidar a agigantada coligação de nove partidos com a qual espera. [...] O fato é que Dilma, podendo fazê-lo, não moveu um dedo para suturar as veias abertas da Petrobrás. Elas continuavam a verter, com toda a probabilidade até a Polícia Federal desencadear a Operação Lava Jato. [...] a presidente da República quando podia coibir o assalto aos cofres da Petrobrás não o fez. Agora, pelo menos demonstre algum respeito pela inteligência do público*¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Dilma Rousseff e a corrupção, *O Estado de S. Paulo*, 28 set. 2014, p. A3.

¹⁹⁵ A evidência de um fracasso, *O Estado de S. Paulo*, 22 set. 2014, p. A3.

¹⁹⁶ Dilma nas nuvens, *O Estado de S. Paulo*, 10 set. 2014, p. A3.

O Globo: *Já virou tediosa – não por desimportante, mas pelo renitente descaso do lulopetismo com a coerência de ideais defendidas antes da chegada ao poder – a discussão sobre o abandono de princípios adotados pelo PT quando o partido, e suas bases aliadas, eram contra “tudo isso que aí está”*¹⁹⁷.

*A marca registrada das três administrações petistas, divididas entre Lula e Dilma, é a cooptação pela via do fisiologismo. Por isso foi necessário estender uma teia de 39 ministérios para abrigar tantos aliados [...] A cooptação fisiológica é mazela a ser exorcizado no próximo mandato presidencial*¹⁹⁸.

*[...] O escândalo em curso na Petrobrás segue, até agora, pelo mesmo caminho. Maior empresa do país, ela foi dominada por uma corrente lulopetista com ramificações sindicais. Uma aliança poderosa. Mas incapaz de impedir desdobramentos, indesejados pelo PT, da investigação realizada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pela Justiça Federal do Paraná sobre a lavanderia bilionária do doleiro Alberto Youssef, da qual o diretor de Abastecimento da Petrobras era cliente [...]. Assim como no mensalão, poderosos de turno não tem interesse em que a investigação prossiga. Paciência*¹⁹⁹.

*[...] as evidências de roubalheira na Petrobrás e suposições de drenagem de dinheiro da estatal para financiar políticos do PT e aliados do governo passam a ter sustentação de documentos e do testemunho de alguém que trabalhou nas armações. Pode-se dizer que o escândalo começa a ganhar dimensões de um outro mensalão de petistas, desta vez em sociedade com aliados próximos. [...] A presidente Dilma diz que a Petrobrás é alvo de “factóides políticos”. Não parece. Alvo ela foi de um aparelhamento que resultou em um escândalo formado por dois negócios desastrosos: as refinarias de Pasadena e Abreu e Lima. E ele começa a crescer*²⁰⁰.

Moderador: *O tempo de réplica se encerrou. Vamos agora a tréplica da candidata Dilma.*

Dilma Rousseff: *Quero dizer que no que depender de mim este debate vai ser muito propositivo e ... [procurando as palavras] eu pretendo discutir propostas. Gostaria de dizer que nessa campanha eu propus medidas concretas contra a*

¹⁹⁷ Dispendiosa caixa-preta, *O Globo*, 8 set. 2014, p. 12.

¹⁹⁸ Coalizões são problema para todo governo, *O Globo*, 05 set. 2014, p. 22.

¹⁹⁹ Instituições funcionam no caso Petrobras, *O Globo*, 13 set. 2014, p. 4.

²⁰⁰ Cresce o escândalo de corrupção na Petrobras, *O Globo*, 12 ago. 2014, p. 16.

corrupção. Destaco a proposta de transformar o caixa 2 em crime eleitoral, [ela passa a ler seu amassado calhamaço de papel com anotações] a imposição de julgamentos mais rápidos, penas mais severas e conquistas... e... confiscos de bens para todos aqueles servidores públicos que cometerem atos de corrupção e a criação de uma nova estrutura junto aos tribunais superiores visando acelerar e agilizar julgamentos de crimes que tenham pessoas ligadas... e... com foro privilegiado. Todas essas propostas tem como objetivo acabar com a impunidade. Quero dizer que [falando com pausas em cada palavra] no caso da Petrobrás, eu demiti esse diretor que está envolvido agora nesse escândalo e autorizei em todas as questões relativas a Petrobrás que houvesse ampla e total abertura à investigações.

[...] Olha, não acho que sejam alianças que definem corruptos, acho que corruptos há em todos lugares. O que é necessário é que as instituições sejam capazes de investigar. A abertura à CGU, a abertura para todas as atividades de investigação é uma característica do meu governo. Eu tive o cuidado de aprovar leis que garantem que todos os crimes serão investigados e punidos. Doa a quem doer! [pronuncia o jargão com veemência e firmeza]. E quero dizer uma coisa: não acredito que tenha alguém acima de corrupção, acho que todo mundo pode cometer corrupção. As instituições é que tem que ser virtuosas e impedirem que isso ocorra²⁰¹.

A gafe ao falar que “todo mundo pode cometer corrupção” não ajuda Dilma em seu argumento. A eficácia política do discurso anticorrupção, realmente, fala mais alto, é mais fácil, cola mais e atinge seu objetivo.

Precisamos, congelar agora as cenas ficcionais que teci para historicizar melhor os discursos das empresas jornalísticas naquela quadra histórica. Dois elementos aqui se sobressaem nesses elaborados construtos simbólicos que buscam a derrocada do lulismo: a corrupção e política econômica. Começemos pelo último. Em tópico anterior, com base no diálogo com analistas do projeto econômico (lógico, pensadores e não porta-vozes do mercado financeiro), percebemos que Dilma fez uma aposta em uma suposta divisão dos atores do mercado. Uma oposição entre o rentismo de um lado e o produtivismo de outro. Enfrentando o mercado financeiro para

²⁰¹ Trecho retirado do debate de 1º turno entre os presidentiáveis realizado na Globo. Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/3670439/> > acessado em 04 ago. 2024.

baixar os juros, que chegaram aos menores índices até então, a presidenta adotou uma série de medidas que achava que tornaria o setor industrial mais competitivo e produtivo – em vários debates ela repete essas duas palavras.

Sabendo que não sairia desse embate sem avarias, ela reconhecia que haveria muitas dificuldades em seus propósitos, mas acreditava piamente na possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento que unisse trabalhadores e setores patronais nacionais. Ela afirmava em debates que já estavam lançadas as bases para um novo ciclo de desenvolvimento. Nos termos de André Singer, tratava-se da aceleração do lulismo num ambicioso ensaio desenvolvimentista. Nas palavras de Laura Carvalho, uma adesão a agenda Fiesp, com uma série de medidas que intencionaria facilitar a produção industrial brasileira, porém, na prática só serviu a uma distribuição de renda às avessas, permitindo que setores empresariais beneficiados com as desonerações tributárias mantivessem sua margem de lucros em vez de aumentarem seus investimentos e suas contratações numa época de certa aversão a riscos.

Com a piora dos índices econômicos em 2014, e com a derrota na quebra de braço com o setor financeiro que vê os juros voltarem a subir, como já mencionei, o conflito redistributivo se eleva. Nesse contexto, um dos principais elementos discursivos promovidos pelos agentes do neoliberalismo é a ideia de que o orçamento público é similar ao orçamento familiar e que, dessa forma, era preciso não gastar mais do que se tem. Por isso, seria importante que o Estado fosse austero nas contas públicas da mesma forma que um pai ou uma mãe zelosa o é no cuidado dos recursos da família.

Austeridade é a palavra-chave aqui. Presente em diversos discursos de setores políticos, econômicos e midiáticos, o conceito de austeridade é mobilizado com elemento legitimador do corte brutal dos investimentos sociais, da quebra total de toda a arquitetura da seguridade social e do desfazimento de bens públicos em prol do fortalecimento da iniciativa privada que racionaliza ou, em outras palavras, mercantiliza aquilo que deveria ser direito social, agora transformado em produto. Por isso, realmente prefiro o termo *austericídio* falado por muitos críticos.

Uma recente obra tem impactado a discussão sobre esse conjunto de medidas econômicas, ditas austeras. *A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o Fascismo*, da economista italiana Clara Mattei, promove um trabalho interdisciplinar para analisar a história da

austeridade após a Primeira Guerra. A pesquisadora demonstra como que a austeridade foi imposta às populações britânica e italiana no entreguerras, não como forma de promover uma saída para as crises econômicas e sim para ser um anteparo a uma possível crise do capitalismo.

Mattei cita o cientista político Mark Blyth, que nomeia a aplicação repetitiva do discurso e das medidas de austeridade como “forma de loucura”, para lembrar que seus objetivos – ao menos os declarados – nunca funcionaram. A autora então propõe que os reais objetivos de tal conjunto de medidas serviriam a outro propósito, a saber, a manutenção de uma “certa ordem sociopolítica, ou ordem do capital²⁰²”. Mattei assevera que as medidas de austeridade se destinavam unicamente a “salvaguardar as relações capitalistas de produção em um período de organização social e agitação públicas sem precedentes por parte das classes trabalhadoras²⁰³”.

O escritor francês Grégoire Chamayou, comentando sobre como os setores empresariais e do capital financeiro enxergavam qual deveria ser o papel do Estado nesses momentos de aguçamento de conflito fiscal, afirma que:

O Estado deve permanentemente salvar o capitalismo de suas tendências autodestrutivas, sem nunca atingir as relações econômicas fundamentais que as determinam. A partir do momento em que ele se aventura a tomar medidas de regulamentação social, por mais indispensáveis que sejam segundo uma lógica bem compreendida de interesse, elas são sentidas pelo capital como entraves intoleráveis à liberdade econômica²⁰⁴.

Por serem consideradas medidas populistas, no sentido do aumento de gastos irresponsáveis no social para obter dividendos eleitorais, o Mercado entende que deve intervir contra o que considera interesses particulares dos políticos para reestabelecer a saudável governança do orçamento público. Entenda-se, governar para os interesses do próprio capital.

Voltando às proposições de Clara Mattei, elas me parecem muito clarividentes ao colocar em evidência o não dito das medidas austericidas. O combate às greves, aos sindicatos e a pressão pelo arrocho salarial de trabalhadoras e trabalhadores que diminuía sobremaneira sua capacidade de negociação por melhores condições de trabalho serviam como forma de promover a ordem do capital como única forma

²⁰² MATTEI, C. **A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

²⁰³ *Ibid.*, p. 21.

²⁰⁴ CHAMAYOU, G. **Sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu editora, 2018, p. 317.

possível de existência. É perceptível como se dá o casamento discursivo e programático dessas práticas político-econômicas com o que podemos chamar de racionalidade neoliberal.

Nesse sentido, o neoliberalismo e sua linguagem tecnocrática se apropria das medidas de austeridade para atacar diretamente a classe trabalhadora, pretendendo destruir sua capacidade de organização. Afinal, como chama a atenção Chamayou, as ideias neoliberais “[...] embora se apresentem como doutrinas neutras, foram conhecidas expressamente como armas intelectuais para a defesa de um capitalismo contestado²⁰⁵”.

Dessa forma, a conscientização de que seria possível uma transformação da realidade torna-se parca. Na verdade, cria-se a ideia de que ao não haver alternativas possíveis, não existe uma luta coletiva possível. A escolha se daria entre o trabalho precarizado e mal remunerado ou desemprego e a miséria. De forma direta, sofrer ou morrer. O futuro está interditado. O horizonte não se vê. A aurora não vem. Fim da história. *C’est la vie!*

Dentro desse quadro teórico-histórico, Laura Carvalho afirma que

[...] boa parte dos analistas econômicos e políticos passou a atribuir ao conjunto de governos do PT a responsabilidade por um suposto colapso fiscal, causado pela ganância, o excesso de Estado, a distribuição de renda. Desde então, a defesa do ajuste fiscal se confundiu com a defesa de um Estado menor, que se tornou também a própria agenda de crescimento econômico. [...] o acirramento dos conflitos redistributivos sobre o orçamento público e renda gerada no país levaram boa parte do próprio setor empresarial – principal beneficiado pela expansão fiscal do primeiro governo Dilma, que se deu sobretudo pela via das desonerações tributárias e outras formas de subsídio às margens de lucro – a defender essa estratégia²⁰⁶.

As próprias empresas de comunicação eram beneficiárias da política de desonerações de Dilma Rousseff²⁰⁷. Mas, parafraseando Clara Mattei, era preciso salvar as relações capitalistas de produção, manter a ordem do capital no momento em que o conflito se aguçava. Atenção ao que o *Estado* arroga.

[...] [com] a hipótese de reeleição da petista já no primeiro turno, o Ibovespa caiu 4,52%, o maior tempo em um único pregão dos últimos três anos, e o dólar fechou a R\$ 2,451, a mais alta cotação desde dezembro de 2008, no auge da crise internacional. Trata-se de uma reação impressionante pela

²⁰⁵ CHAMAYOU, G. *Op. cit.*, p. 154.

²⁰⁶ CARVALHO, L. *Op. cit.* pp. 96-97.

²⁰⁷ Disponível em < <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/saiba-quais-sao-os-17-setores-impactados-com-o-fim-da-desoneracao/> > acesso em 6 ago. 2024.

intensidade e racional pelo que a motivou. É um enfático voto de protesto da comunidade econômica, depositado na urna dos mercados financeiros, diante da perspectiva, agora mais nítida de que os próximos quatro anos podem ser um replay destes que estão para terminar. [...] Olhem-se pelo ângulo que se queira os resultados da “política econômica” dilmista e o que se enxerga é um país despencando ribanceira abaixo. [...] Nenhum agente econômico que se preze pode ignorar essa realidade – e o seu prolongamento por mais quatro anos se as urnas confirmarem as últimas pesquisas. Quem se encarrega de fundamentar as piores previsões é a presidente em pessoa. Diante do desmazelo das finanças públicas, por obra da gastança erigida em política de Estado, Dilma deixa explícito que dela não se espere, no segundo mandato, o choque fiscal imprescindível para resgatar a economia do buraco²⁰⁸.

Benefícios fiscais não são nada comparados ao medo da perda dos rumos do capitalismo brasileiro pelos setores patronais. As narrativas jornalísticas, então, buscam fundamentar suas premissas criando uma relação entre a instabilidade na economia e a interferência de um “Estado onipresente Todo-poderoso”.

Nesse ponto se insere toda a questão da corrupção. O Estado seria corrupto em essência. Roubar em empresas estatais seria semelhante a roubar o povo pelos impostos. Ou seja, o problema é a demonização do Estado tão presente em autores clássicos neoliberais como Friedrich Hayek. O Estado de bem estar social seria o caminho para a servidão e para o totalitarismo²⁰⁹. A premissa é que o Estado não pode ser democrático porque sempre retira a liberdade dos indivíduos. Sendo o “lulopetismo” um projeto de captura do Estado, quer pela cooptação de políticos e funcionários públicos, quer pela corrupção, quer pela cobrança de impostos e quer por qualquer outra ação que promova distribuição de renda, ele sempre será autoritário.

Por isso, considero que a ideia, reiterada diversas vezes durante o pleito eleitoral de 2014, de que o “lulopetismo” seria um projeto sedento de poder e que por isso tinha a intenção de estender suas garras sobre o aparato estatal para se perpetuar – através da corrupção e distribuição de benesses em detrimento de um povo acorrentado as suas obrigações para com o poder/sistema – é uma estratégia ficcional voltada não somente a derrotar Dilma e o PT, mas a lançar as bases ideológicas para arregimentar um ataque brutal contra um mísero vislumbre de possibilidade de um Estado social no Brasil.

²⁰⁸ Voto de protesto, *O Estado de S. Paulo*, 01 out. 2014, p. A3.

²⁰⁹ HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla, José Italo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

Moderador: *Vamos então para a próxima pergunta. O tema sorteado para esse bloco é: política externa. Caros debatedores, qual foi a grande marca do governo Dilma nas relações internacionais? As prioridades da política externa dos governos petistas foram acertadas?*

Dilma se encaminha para o palco, folheando seu calhamaço para encontrar o tópico sorteado pelo moderador. Tentando reverter a posição de encurralamento em que foi colocada no debate sobre a corrupção, ela resolve não adotar mais o tom de enfrentamento para aderir a uma postura que julga mais presidencial. Falando com uma cadência menos apressada, ela começa a ler o discurso produzido pelos seus assessores da área internacional.

Dilma Rousseff: *Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global. Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. [...] Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe. Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul –, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas. É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos²¹⁰.*

²¹⁰ Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/448217-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso/>> acesso 04 ago. 2024.

Dilma termina a leitura de seu discurso que defende a política sul-sul como forma da construção da solidariedade entre os países que não estão no centro do sistema capitalista. Buscando defender a ênfase da política externa dos anos do lulismo, porém tentando apontar para o futuro, ela reitera a política externa de fomento ao desenvolvimento coletivo entre os países das regiões que já foram colonizadas. Ela percebe que as perguntas visam mais o passado, no desafio do legado lulista na Presidência. Ainda que tente, parece que o futuro realmente está interditado. O que está em disputa aqui é não só o legado, mas principalmente a construção de uma memória sobre o que seus opositores chamam de “lulopetismo”.

Para os inimigos do lulismo, as escolhas e aliados preferenciais na política externa seriam usados, mais uma vez, como forma de construir uma imagem sobre Lula, Dilma e PT que a associaria ao autoritarismo e à sede de se perpetuar no poder. O Estadão se prontifica para abrir o bloco e, como a continuar as palavras de Dilma, ele estende a mão esquerda com a palma virada para cima, apontando para a presidenta e diz:

Estado de S. Paulo: [...] *uma visão distorcida do que vem a ser o interesse nacional, deliberadamente confundido com o interesse do partido ao qual Dilma pertence. Logo ao defender as supostas realizações da era lulopetista, como se elas qualificassem o Brasil no cenário internacional, Dilma sacramentou a diplomacia partidária que vem carcomendo a credibilidade brasileira. [...] obrigar a diplomacia brasileira a atuar como braço do PT, alinhando o Brasil a países párias e a ditaduras, somente porque estes compartilham da ideologia companheira, e amarrando o País a compromissos que o impedem de fazer acordos comerciais que o tornariam mais competitivos do mercado internacional*²¹¹.

[...] *[uma] veneração de petistas pelo modelo cubano, no qual a imprensa é monopólio estatal, e seu reverente entusiasmo pelos regimes bolivarianos, que sufocam a liberdade de expressão*²¹².

Voltando ao seu lugar marcado, o Estadão se dá por satisfeito. Ele percebe que uma retórica mais virulenta contra Dilma e o PT, exerce certo fascínio em frações das classes médias brasileiras. Esse vai ser o tom do discurso até o fim. Logo depois

²¹¹ Dilma e a diplomacia petista, *O Estado de S. Paulo*, 30 set. 2014, p. A3.

²¹² Sobre credibilidade, *O Estado de S. Paulo*, 17 ago. 2014, p. A3

o Globo começa a discursar. Abusando de certo didatismo na exposição da resposta, ele parece, agora, adotar um tom professoral para não destoar tanto da então presidenta que adoraria destronar do Palácio do Planalto.

O Globo: *Entre as marcas fortes destes 12 anos de administração petista, inclui-se a partidarização da política externa. Assim, tão logo Lula assumiu a nova diplomacia brasileira começou a trabalhar contra a negociação com os americanos em torno da Alca... sob aplausos do nacional-populismo, já reinstalado no continente – Venezuela e Argentina, seus representantes mais proeminentes. De fato soterrou-se aquele projeto de integração norte-sul, e a diplomacia companheira fez o país mergulhar em outra direção, na política Sul-Sul, equivocada, como sabido*²¹³.

*O Brasil, nos últimos 12 anos, período em que o PT se mantém no Planalto, adotou uma diplomacia de aproximação com a América Latina. Infelizmente, com o pior do continente, o bolivarianismo chavista. No entanto, ainda bem, a nação repele a importação do pacote chavista completo: a subordinação do Poder Judiciário ao Executivo, a captura, enfim das instituições do Estado por um partido ou corrente político-ideológica*²¹⁴.

*Não se tem notícia de uma fase como esta dos 12 anos de hegemonia do PT, em que o Itamaraty tenha estado tão distante das formulações da diplomacia do país. Desde 2003, tornou-se um possível qualquer desalinhamento entre ideologia dos inquilinos do Planalto e a política externa, mesmo para defender interesses nacionais estratégicos. O Itamaraty passou a ser guiado pelas visões terceiro-mundistas e antiamericanistas do partido. [...] O comércio exterior, em boa medida, passou a refletir as opções ideológicas de Brasília. Atreladas ao Mercosul, no qual a visão autárquica do governo brasileiro foi temperada pelo chavismo venezuelano e anabolizada pelo populismo argentino, as exportações brasileiras, principalmente de manufaturados, tivera perigosamente ampliada a dependência ao bloco de comércio sul-americano*²¹⁵.

“Como escapar dessa retórica? Como discordar dessa conjunção de símbolos que parecem aterrorizantes ao eleitor médio (se é que ele realmente exista)?”, pensa a atual mandatária. Dilma, então, ergue-se, olha para o fundo e para o alto, onde se poderia ver a plateia de indecisos convidados pela produtora do debate. Depois vira seu rosto aos seus opositores e lança aquele olhar altivo com as sobrancelhas

²¹³ Custos da diplomacia eleitoreira, *O Globo*, 26 set. 2014, p. 22.

²¹⁴ Instituições funcionam no caso Petrobras, *O Globo*, 13 set. 2014, p. 4.

²¹⁵ Ideologização de política externa isola país e afeta economia, *O Globo*, 27 set. 2014, p. 22.

elevadas como a encostar na testa, expressão própria das vezes em que percebe a perfídia de seus inimigos. Sem mas nenhum gesto, sem nenhum aceno ou fala de despedida, ela se vira para a porta dos estúdios e de forma lenta começa a se dirigir para a saída. Chegando aos portões, ela lança seu último olhar para O Globo e para O Estadão. Olhos que enunciam um quê de incredulidade e ao mesmo tempo de superioridade moral.

Ao bater a porta e largar a maçaneta, ela é rapidamente abordada por apoiadores que a aclamam bradando: “Dilma, Guerreira da Pátria brasileira! Dilma, Guerreira da Pátria brasileira”! Ela então tira todo o peso de seus ombros e de forma descontraída começa a falar e animar a militância. Entre gritos como “O povo não é Bobo, abaixo a Rede Globo” e “quem não pula é tucano, quem não pula é tucano”, Dilma entra em seu carro de campanha revigorada e pronta para enfrentar mais alguns poucos dias de campanha até o dia do voto.

Estadão e Globo saem satisfeitos, eles percebem que a única saída para Dilma é reforçar seu discurso em defesa do lulismo que já não demonstra a mesma potência de anos atrás, por isso acreditam ser essa a explicação de sua saída. Não havia argumentação coerente e válida, ainda que verdadeira, para vencer a discussão. Só poderia voltar-se aos seus e reforçar sua ligação com aqueles que se mantêm ligados a toda energia mobilizada pelo lulismo. Percebem que criaram uma poderosa imagem contrária ao projeto de Lula, Dilma e PT. Celebram porque criaram um poderoso discurso com potencial de alcançar a muitos. Um discurso que trabalha não com certos arrazoados teóricos, mas sim com a elaboração de sentidos que impactam a vida das pessoas.

Na verdade, pensando e refletindo sobre o que foi criado, estamos falando de algo a mais do que uma imagem. Algo a mais do que uma representação. Uma coisa que fala com certos medos cotidianos, tradições de pensamento. Algo que não se pode falar que é uma mera mimese do original, uma vez que parece tão palpável e real para tantos. Assim como os jornais foram corporificados de forma ficcional neste exercício imaginativo que acabo de realizar – nesse momento acalorado da disputa política – um ser foi realmente criado. Um ser que não é, mas tem corpo, que tem intelecto, que tem garras, que tem estratégias de dominação. Um ser que não é, mas que se faz desprezível e abominável. Um ser que parte de certa crença mitológica, de um certo imaginário da população brasileira. Um ser que precisa ser derrotado.

Um ser *inexistível*, ainda que não inexistente. *Inexistível* porque não pode existir, mas existe para tantas pessoas mesmo sem poder.

Aqui, nesse momento, foi criado o monstro do Lulopetismo. Sim, passo agora a tirar as aspas e a inicial minúscula. O Lulopetismo é um ser gestado, engendrado. Lhe foi soprada a vida. Vida essa que é sem ser, mas que se torna uma ameaça à liberdade e à vida daqueles que a reconhecem em sua monstruosidade. Lulopetismo esse que seria irmão de outro “monstro” que mora ao lado, o Chavismo ou Bolívarianismo.

Sendo assim, como convencer o eleitor de que o projeto político iniciado por Lula não comporta os mesmos caminhos, objetivos e práticas do tal do “socialismo do século 21”? Toda ação que visava a democratização de certas práticas institucionais²¹⁶, cada medida que visava o combate, ainda que de forma superficial e tópica, às desigualdades, logo eram enquadradas como uma ameaça à própria democracia. O *Estadão* assentia que “[...] o fato é que elas sinalizam a consolidação de um pensamento autoritário que o lulopetismo pretende entranhar nas instituições políticas brasileiras”²¹⁷.

Marx já falava que

A sociedade é “salva” [ante o grito: Propriedade, família, religião, ordem] tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um “atentado à sociedade” e estigmatizada como “socialismo”²¹⁸.

Não importam argumentos ponderados, recorrendo a dados e estatísticas. Não importa recorrer a especialistas, a cientistas políticos, sociólogos ou historiadores. O semioticista Paolo Demuru afirma que somente quando se busca o fascínio e a maravilha se pode combater essas narrativas uma vez que:

Mais que teorias, essas histórias são verdadeiras fantasias, contos maravilhosos, magias, feitiços que encantam de maneiras múltiplas e

²¹⁶ ‘Aperfeiçoando’ a democracia, *O Estado de S. Paulo*, 16 ago. 2014, p. A3.

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 31-32.

diversas, mobilizando diferentes aspectos da experiência humana e da vida em sociedade. Antes de tudo, elas encantam porque produzem o que o semioticista italiano Umberto Eco [...] chamava de “excesso de deslumbramento”. Toda narrativa conspiratória, dizia Eco, funda-se na suposta existência de um segredo — um segredo que irá proporcionar, a quem conseguir desvendá-lo, deslumbre e prazer. [...] O que observamos acima revela outro ponto crucial do extremismo de direita: as fantasias de conspiração que promove só têm sentido se forem vivenciadas coletivamente. Nelas, o que encanta não é a mera descoberta dos indícios que as comprovam, mas o fato de que todo achado é compartilhado com outros pares.

Estamos falando no nível da crença, dos valores e de tradições arraigados em vários estratos da sociedade brasileira. Talvez estejamos falando de uma “ideia sem palavras”, termo apropriado pelo crítico literário e historiador Furio Jesi. Conversando com o pensador italiano, ele nos diz que “ideias sem palavras” se tratam de

uma linguagem literária verdadeira e própria [...], isto é, linguagem construída com palavras tão espiritualizadas, tão distantes do ‘materialismo’[...] que evidentemente, podiam funcionar como veículo apropriado as ‘ideias sem palavras’. [...] Era uma linguagem criada no interior da cultura burguesa, amadurecida durante a alternância das relações com o passado configuradas por essa cultura e pronta para uso²¹⁹.

Em diálogo com Jesi, é possível afirmar que se trata de uma linguagem, um certo ritualismo de gestos que poderiam ser percebidos, por exemplo, no comportamento de soldados e grupos de extermínio nazistas. Segundo essa linha de pensamento, para além de meros seguidores de ordens hierárquicas, esses soldados operavam como profissionais de cultura, mobilizando todo um arcabouço de mitos, ritos, medos arraigados a gerações, a partir de certa cultura que julgo de extrema-direita que tinha aversão ao diferente e medo de perder o chão, o estável, o seu lugar no mundo. Lugar esse posicionado no centro, mas que poderia ser tomado pelos *outros*, pelos *diferentes*, que ao mesmo tempo são indignos, mas possuem alguma coisa a mais que lhes foi retirado. Esses elementos, essa linguagem, essas *ideias sem palavras* poderiam ser encontradas nas imagens, textos, discursos, em todo aparato simbólico-estético do nazismo que garantia um fundo, uma narrativa organizada pelas ideias sem palavras.

As narrativas engendradas pelo *Estado de S. Paulo* e por *O Globo* parecem recorrer a esses mesmos expedientes estéticos e simbólicos para criar um poderoso

²¹⁹ JESI, F. **Cultura de Direita**. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2021, pp. 25-26

discurso para combater a energia encantatória do lulismo. De forma intencional, mas também a partir de uma tradição cultural arraigada pelos estratos sociais e políticos e compartilhada com vários segmentos da sociedade brasileira, os jornais foram ensaiando, testando, aí sim, de forma plenamente estratégica e tática a narrativa sobre a saga de doze anos em que o Lulopetismo se agarrara ao poder.

Para aqueles que vivem imersos no caldo de cultura elitista, anticomunista, com contribuições de vários estigmas e preconceitos forjados nas relações de poder estruturais existentes em nosso país, a criação desse ser não só é plenamente crível, como precisa ser combatida a todo custo. Perceba que estamos falando aqui de uma narrativa que disputa memória, que se utiliza de símbolos muito presentes no imaginário social e que aglutina identidades, forja uma comunidade que precisa se unir em defesa de seus valores, de sua liberdade e de sua vida (nessa exata ordem).

Vale lembrar desde 2013, *O Globo* já conferia alguma visibilidade para grupos mais extremistas que se articulavam pelas redes sociais e tiveram seu debut nas ruas com as manifestações de Junho. Os jornais, investem nas eleições de 2014 com força no antipetismo, associando suas narrativas às visões de mundo dessa extrema direita que perdeu sua vergonha de existir, que passa não só a ser normalizada como também amplificada e massificada pelas empresas jornalísticas. Lembrando inclusive que alguns nomes de economistas e personagens ligadas a *think tanks* ultraliberais obtiveram colunas periódicas durante esse período como Rodrigo Constantino e Paulo Guedes (não esquecendo que até mesmo Olavo de Carvalho tinha uma coluna em *O Globo*, porém em tempos anteriores).

Dessa forma, é Aécio Neves e não Marina Silva que consegue encarnar melhor em seu discurso essa virulência contra o Partido dos Trabalhadores e passa ao segundo turno das eleições contra Dilma. *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* já debatiam em seus editoriais uma não conformação de Marina para ser esse personagem e investem tempo em lançar dúvidas sobre suas propostas e filosofia política²²⁰. *O Estado de S. Paulo* chega até mesmo a falar que eleger Marina Silva como presidente era fazer tudo aquilo que Lula queria naquele momento para se eleger em 2018.

²²⁰ Para ver como as narrativas dos jornais enquadram Marina Silva em 2014, listo alguns editoriais: Marina Silva ajusta percurso para campanhas, *O Globo*, 23 ago. 2014, p. 14; Dúvidas sobre a democracia de Marina Silva, *O Globo*, 02 set. 2014, p. 20; A candidata impõe medo, *O Estado de S. Paulo*, 23 ago. 2014, p. A3; Marina e a democracia, *O Estado de S. Paulo*, 26 ago. 2014, p. A3.

É cada vez menor o número dos que duvidam hoje da derrota de Dilma Rousseff nas urnas de outubro. **Mas a probabilidade da vitória de Marina Silva poderá resultar em enorme decepção para quem acredita que o voto na ex-senadora é o melhor caminho para livrar o País do Lulopetismo.**

[...] Lula, portanto, parou para pensar em si mesmo, entregar os anéis para salvar os dedos e se concentrar em 2018, quando ele próprio poderá tentar, com prestígio popular que lhe tiver restado, uma volta triunfal ao Palácio do Planalto. E, pelo que dizem ser seu cálculos, a eleição de Marina Silva agora seria útil a esse objetivo do que a reeleição de Dilma.

[...] O próximo ocupante da cadeira presidencial receberá uma verdadeira herança maldita. Reeleita, Dilma terá de mostrar uma competência que já provou não ter para evitar que a inflação estoure, a recessão econômica se instale, os programas sociais definham e a companheirada em desespero piore as coisas tentando “salvar o seu”. E aí provavelmente nem mesmo Lula seria capaz de operar o milagre de manter o PT no poder em 2018.

Já Marina Silva na Presidência, com um programa repleto de boas intenções, mas sem nenhuma perspectiva concreta de apoio parlamentar para aprová-lo e de uma ampla e competente equipe técnica para realizá-lo, seria presa fácil de um PT que, na oposição, estaria a vontade para fazer aquilo em que é especialista: atacar, destruir. E depois de devidamente demolida a imagem de Marina, Lula poderia surgir, mais uma vez, como salvador da pátria.

[...] o PT estaria tanto quanto seu líder máximo, preservado do inevitável desgaste de mais quatro anos de barbearagens políticas e administrativas.

A ser isso verdade, votar em Marina com a intenção de cravar uma bala de prata no coração do lulopetismo seria comprar gato por lebre (As coisas podem não ser o que parecem, *O Estado de S. Paulo*, 07 set. 2014, p. A3, grifos deste autor).

O irônico é que em meados do mês anterior a esse editorial, *O Estadão* afirmava que, na verdade, Lula precisava muito da reeleição de Dilma porque uma vez que se “as urnas de outubro interromperem o ciclo de 12 anos do PT no poder, a nova configuração política, o modo de exercer o governo [...], a mudança de rumos que fatalmente virá conduzirão, na sucessão seguinte, ao esgotamento da era Lula”²²¹. O jornal chega até a publicar editorial em 13 de agosto com título *Compre Dilma, leve Lula*²²². Ausente, nesse momento nas narrativas de *O Globo*, no jornal paulista o ex-presidente Lula sempre é trazido à superfície da trama, como a mente por trás de sua sucessora ao mesmo tempo em que considera que Dilma apenas estaria guardando a cadeira presidencial para àquele que é chamado ironicamente pela empresa dos Mesquita de *demiurgo de Garanhuns*.

Ao aproximarmos do dia 26 de outubro, dia das eleições que finalizaria uma das campanhas mais renhidas da nova República, os jornais lançam suas últimas cartadas. *O Estadão* prega que

²²¹ Por que ele precisa dela, *O Estado de S. Paulo*, 14 ago. 2014, p. A3.

²²² Compre Dilma, leve Lula, *O Estado de S. Paulo*, 13 ago. 2014, p. A3.

Dividindo os brasileiros entre “nós” e “eles”, “bons e maus”, “ricos e pobres”, inspirada na lógica da luta de classes que ruiu como o Muro de Berlim, o lulopetismo se proclamou detentor do monopólio da virtude e da representação dos fracos e oprimidos. [...] O combustível dessa pretensa luta dos oprimidos contra os opressores comandada pelo PT é o ódio, arditamente insuflado com argumentos essencialmente emocionais. Lula ensina as pessoas a odiar porque... são odiadas. É portanto, um ódio do bem, legítima defesa. Lula sempre se esmerou em disseminar o ódio. E sempre teve esmerados aprendizes (A esperança contra o ódio, *O Estado de S. Paulo*, 19 out. 2014, p. A3).

Para o jornal paulista, mais importante do que atacar Dilma, era atacar a razão de ser de seu projeto; na visão do *Estado*, o projeto se resumia a Luiz Inácio Lula da Silva. Pedindo um voto pela reconciliação política do país, *O Estado de S. Paulo* prega que para conter a ameaça do ódio, somente “votando no candidato que se propõe – e está credenciado para a tarefa – a reconciliar o Brasil consigo mesmo: Aécio Neves”²²³.

O Globo, mais uma vez, deixando seu pragmatismo falar, não apoia, explicitamente, Aécio Neves. Porém, com editorial que parece feito sob medida e combinação intitulado “O momento é de conciliação”²²⁴, o jornal evoca os momentos da redemocratização do país para afirmar que essas eleições teriam uma “overdose de emoções” e que era preciso que, ao se encerrarem as urnas, a campanha de difamação e vilania – que considerava fomentada pelo PT – termine, apelando para que vitoriosos e derrotados respeitem as eleições. O que parece um pedido sensato, na verdade é a exposição do medo de que Dilma não aceitasse o resultado e que o Lulopetismo quisesse cavar uma trincheira ao redor da cadeira presidencial.

Dilma Rousseff venceu com aproximadamente cinquenta e quatro milhões de votos, apenas três milhões e meio de votos a mais do que Aécio Neves. A votação mais apertada, até então, desde a redemocratização. O grupo petista teria mais quatro anos de mandato. *O Globo* ataca o eleitorado fiel ao lulismo afirmando que o PT virou uma “legenda dos pobres, mal instruídos, dos grotões”. E que se não repensasse suas propostas e filosofia ficaria “irrelevante à medida que o país se desenvolver”²²⁵. Em editorial intitulado *A mensagem das urnas*, o jornal do maior conglomerado de mídia do país diz:

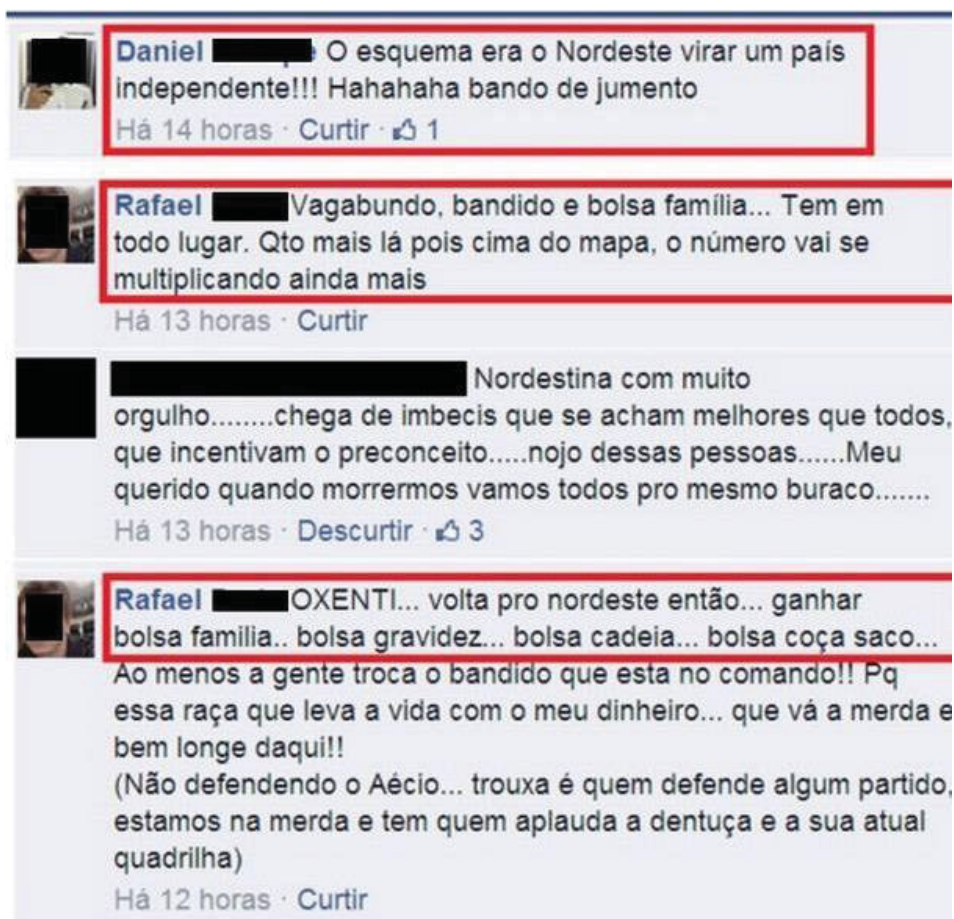
²²³ Um voto pela reconciliação nacional, *O Estado de S. Paulo*, 26 out. 2014, p. A3.

²²⁴ O momento é de conciliação, *O Globo*, 26 out. 2014, p. 20.

²²⁵ PT se fortalece como o partido dos grotões, *O Globo*, 12 set. 2014, p. 20.

Fica evidente que o país que produz e paga impostos – pesados, ressalte-se – deseja o PT longe do Planalto, enquanto aquele Brasil cuja população se beneficia dos lautos programas sociais – não só o Bolsa Família – financiados pelos impostos, não quer mudanças em Brasília, por óbvias razões (A mensagem das urnas, *O Globo*, 28 out. 2014, p. 24).

Figura 1: Ataques xenófobos aos nordestinos após as eleições de 2014



Fonte: Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/vitoria-de-dilma-nas-regioes-norte-nordeste-retoma-comentarios-ofensivos-nas-redes-sociais-14163277> > acesso em 06 ago. 2024.



CHEGA A HORA DO LULOPETISMO

Começa o segundo mandato de Dilma Rousseff. A militância petista e os eleitores da presidenta celebram o novo lema do governo, Pátria Educadora. Ao mesmo tempo, em uma reviravolta, Dilma faz a substituição que pareceu música para os ouvidos do Mercado: sai Guido Mantega, entra Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Apesar da vitória de Dilma nas eleições de 2014, são os planos econômicos do candidato derrotado que são adotados. Levy é escolhido por ser um economista ortodoxo neoliberal e toma posse para fazer um duro ajuste fiscal através de um profundo corte de gastos públicos; um “remédio amargo”, segundo ele, para reequilibrar as contas do governo e garantir o superávit primário para o gozo do mercado financeiro²²⁶. O cavalo de pau na condução econômica deixa os setores progressistas desorientados. Ela tinha vencido contra todas as apostas dos setores empresariais, dos agentes do mercado financeiro e das empresas de comunicação, mas entrega os rumos do país aos mesmos. A *vitória de Pirro* se transformou em prostração a *Mamon*, o deus Capital.

O fim do represamento artificial de tarifas administradas nas estatais provoca alvoroço nas classes médias que vê seu poder de compra cair drasticamente. A aprovação da presidenta logo sofre um grande abalo. Ela passa a ser aprovada somente por 24% da população e rejeitada por 44%, uma inversão total dos índices²²⁷. A palavra *impeachment*, com apenas 3 meses de seu segundo mandato, já começa a ser ouvida nos bastidores do poder e nos bares e esquinas das grandes cidades brasileiras. A partir desse quadro, alguns movimentos, que foram surgindo pelas redes desde 2013 como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra rua, convocam uma manifestação para pedir a derrubada de Dilma, afirmando que ela cometeu um estelionato eleitoral e que está acobertando os escândalos de corrupção na Petrobrás, agora chamados pela imprensa de “petrolão”.

²²⁶ Recomendo a leitura deste artigo de opinião sobre o plano econômico de Joaquim Levy à frente da Fazenda em 2015. Disponível em < <https://diplomatie.org.br/o-plano-levy-e-seu-previsivel-insucesso/> > acesso em 10 ago. 2024.

²²⁷ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/aprovacao-dilma-cai-para-13-diz-datafolha.html> > acesso em 10 ago. 2024.

Os dias anteriores à primeira grande manifestação contra o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores – ocorrida num domingo, 15 de março – foram de uma intensa elaboração de representações sobre o projeto político encampado pelos governos petistas no gênero editorial do *Globo* e *Estadão*. Os eventos episódicos selecionados pelos editoriais se conectam a partir de uma elaboração de intriga em que era preciso recordar o que, na construção discursiva dos jornais, era o “famigerado” Lulopetismo. Porém, as narrativas tecidas nos editoriais do período se distinguem em relação aos aspectos ou características marcantes atribuídas ao que agora representam como um projeto de poder em decadência. Por isso, a partir desse momento da escrita, remonto as narrativas dos jornais separadamente.

O Globo

Em *O Globo*, a narrativa vai sendo engendrada a partir da abordagem dos depoimentos e vazamentos de delações premiadas da operação Lava Jato. A evocação do termo Lulopetismo pelo jornal é importante para a intriga no sentido de configurar o que seria o grande antagonista da narrativa. Por mais que Lula seja pensado como o fundador desse movimento político e Dilma como a presidenta a representá-lo naquele momento, os atores políticos aparecem na trama menos relevantes do que o próprio Lulopetismo. Na narrativa, o Lulopetismo adquire características de um personagem que age, sente, recua, avança, reage. Como ilustração, o jornal afirma que “o momento é delicado porque nunca o lulopetismo esteve tão acuado” (É prioritária a defesa das instituições, *O Globo*, 13 mar. 2015, p. 22); ou, em uma assertiva que parece atribuir ao projeto lulista as características de um mafioso pronto a calar possíveis testemunhas de seus crimes: “[...] a diretoria de Serviço, de [Renato] Duque, captaria dinheiro sujo exclusivamente para o PT. Não deve interessar ao lulopetismo que ele fale” (Chega a hora do lulopetismo no petrolão, *O Globo*, 18 mar. 2015, p. 18) .

O Globo qualifica esse personagem/movimento como um projeto de poder corrompido e corruptor da política e das empresas envolvidas na investigação. Os editoriais já constroem e antecipam a narrativa da Lava Jato sobre o escândalo do “petrolão”. Não se trata apenas da corrupção na Petrobrás, mas como ele se liga a um projeto de governabilidade corrompida que teria o objetivo de se perpetuar no poder.

As delações premiadas que começam a ser divulgadas agora revelam detalhes de como o fisiologismo foi um dos alicerces do grande assalto à Petrobrás. [...] Portanto, o método do toma lá da cá, pelo qual Lula e Dilma estruturaram seus governos e base parlamentar, encontra-se na antessala da corrupção. Está a um passo da cobrança de propinas e outros 'malfeitos' (Delação premiada serve de aula de fisiologismo, *O Globo*, 11 mar. 2015, p. 14).

... o depoimento de Barusco serviu para demonstrar como o esquema de corrupção montado na maior estatal do país sob as bênçãos do lulopetismo, em sociedade com os aliados PMDB e PP, foi uma roubalheira em escala industrial. [...] o lulopetismo fica com a primazia de ter instituído o roubo sistemático (A corrupção em escala industrial na Petrobras, *O Globo*, 12 mar. 2015, p. 14).

Identifico nessa abordagem a tentativa de associar os casos de corrupção a uma “natureza” do projeto político petista, como se fosse o *modus operandi* do próprio Lulopetismo o exercício de uma governabilidade fundada no fisiologismo e na corrupção. Em outras palavras, *O Globo* opera uma estratégia narrativa que entra de vez na criminalização do movimento/projeto do PT bem como dos governos de coalizão liderados pelo partido. A crítica política se confunde com denúncia criminal.

É interessante como o escândalo do mensalão é sempre rememorado pelo jornal, como se fosse, ao mesmo tempo, o mito de origem e a prova de que o modo corrupto e corruptor de governar do Lulopetismo sempre esteve em seu “DNA”.

... Petrolão e mensalão – ambos esquemas montados para subtrair dinheiro público a fim de lubrificar alianças do PT [...] (Delação premiada serve de aula de fisiologismo, *O Globo*, 11 mar. 2015, p. 14).

Àquela altura de 2005, o escândalo do mensalão mal acabara de ganhar vida própria a partir da entrevista de denúncia concedida à “Folha de S. Paulo” pelo então deputado Roberto Jefferson. A ideia de o PT ser um partido com velhos e distorcidos costumes da política brasileira já não era inconcebível, mas comprovadamente fazer traficância financeira pelas Bahamas foi uma novidade (A corrupção em escala industrial na Petrobras, *O Globo*, 12 mar. 2015, p. 14).

Quanto à atribuição dos papéis aos personagens da trama, a representação formulada sobre a presidenta Dilma no período é no mínimo curiosa. Se por um lado, a então presidenta é simbolizada como aliada de Lula e executora dos objetivos lulopetistas na manutenção de um modo de governar corrompido, por outro lado, a narrativa não crava a participação ativa dela em esquemas de corrupção e ainda faz apelos para que a então presidenta tome providências distintas do que o jornal entende ser as intenções do projeto de poder que ela representa.

Em editorial publicado no dia 11 de março, *O Globo* comenta, a partir da delação do doleiro Alberto Youssef, sobre uma substituição de ministros afiliados ao Partido Progressista. O delator afirmava que a razão para a mudança ministerial teria sido a não generosidade do ministro demissionário na distribuição de propinas dentro do partido. O jornal afirma que “não se sabe é se quem assinou a troca de ministros, a presidente Dilma, foi informado dos motivos da perda de apoio de Negromonte no PP” (Delação premiada serve de aula de fisiologismo, *O Globo*, 11 mar. 2015, p. 14). Mais à frente, pretendo lançar algumas hipóteses sobre essa ambiguidade no tratamento editorial à Dilma Rousseff.

Ainda buscando compreender a atribuição de papéis nesse recorte da narrativa do jornal *O Globo*, a operação Lava Jato ocupa um lugar importante como protagonista da desestabilização do lulismo. As práticas e o modelo de combate à corrupção do grupo de procuradores e as decisões do, até então, juiz Sergio Moro são defendidas sem alguma criticidade. Levanto a hipótese de que o jornal tenha apostado na operação percebendo uma janela de oportunidade para a inflamação de um discurso oposicionista que jogasse contra a parede o governo, revelando o que o periódico entendia como a “verdadeira face” do Lulopetismo.

Graças a acordos de delação premiada, com presos aceitando a atenuação de penas em troca de denunciar outros envolvidos e detalhar como operava a rede de propinas, a Operação Lava-Jato ganhou um alcance que, afinal, revelou a real dimensão do maior caso de corrupção da História do país. [...] Além disso, registre-se que as delações foram acertadas sem que seus beneficiários tenham sofrido qualquer tipo de coação. Deu-se aos presos o direito, de resto não condenável, de negociar punições mais leves. Os acordos fechados com os envolvidos na rede de corrupção lulopetista têm de ser sancionadas em juízo (Legal e eficaz, *O Globo*, 09 mar. 2015, p. 16).

... Para dar sustentação às denúncias, o MP tem rastreado pagamentos da Petrobras e empreiteiras – certamente em contratos superfaturados – que correspondem, logo em seguida, a doações dessas empresas a diretórios petistas. Uma transferência ilegal de dinheiro público para o partido, mas por via legal. Não há perspectiva de que melhore o tempo para os lulopetistas no petrolão (Chega a hora do lulopetismo no petrolão, *O Globo*, 18 mar. 2015, p. 18).

Nesse último editorial, já após as manifestações do dia 15, *O Globo* chega até pressionar um ex-diretor da Petrobrás, Renato Duque, a realizar uma delação premiada para evitar a sua permanência na prisão – prática criticada por juristas e atores políticos como forma de chantagem para obtenção da delação. É importante lembrar que, segundo a operação, Duque seria o operador dos interesses do Partido

dos Trabalhadores na Petrobrás no intuito da arrecadação de fundos ao partido. Uma delação do dirigente da estatal poderia representar um movimento importante da Lava Jato contra os líderes petistas.

[O ex-diretor Renato Duque] terá de optar: aceita firmar acordo de delação premiada e poderá até ser beneficiado com prisão domiciliar, como o também ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, ou mantém o silêncio e ficará em companhia de Nestor Cerveró, [...] hospedado na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, em prisão preventiva (Chega a hora do lulopetismo no petróleo, *O Globo*, 18 mar. 2015, p. 18).

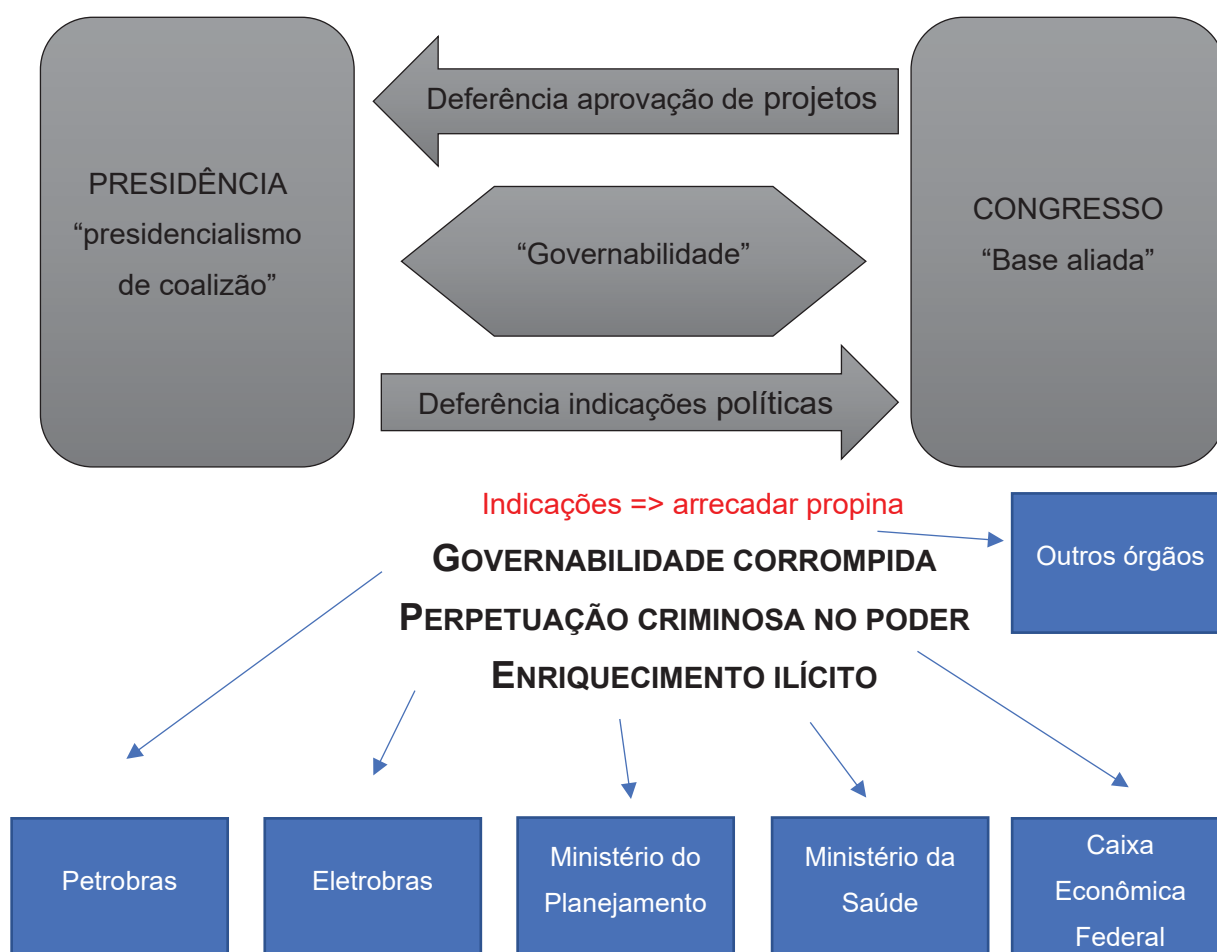
Dessa forma, destaco o teor lavajatista da cobertura editorial de *O Globo* como carro-chefe do discurso e da disputa simbólica contra o lulismo. A simbiose entre a tese dos procuradores da operação e a narrativa lavajatista da empresa jornalística carioca sobre o significado do projeto político dos governos do PT é evidente. Cito um exemplo disso: o evento de apresentação da primeira denúncia contra Lula promovida pelos procuradores da força-tarefa de Curitiba.

A apresentação da denúncia contra o ex-presidente foi utilizada para lançar a mesma tese já comentada pelos editoriais do *Globo*. Entre falas como “Lula era o maestro de uma orquestra criminoso”, ou “Lula era o comandante máximo do esquema de corrupção investigado na Lava-Jato”, o ex-procurador Deltan Dallagnol afirmou que “em suma, Lula nomeou altos cargos da administração [...] para arrecadarem propina para partidos a fim de garantir uma governabilidade corrompida, a perpetuação criminoso do poder, e o enriquecimento ilícito”. Um dos já “célebres” slides da apresentação da denúncia ilustrava esse enquadramento (ver figura 1).

Tal estratégia narrativa se assemelha à representação simbólica que o gênero editorial do *Globo* constrói sobre o Lulopetismo como projeto corrompido de perpetuação no poder. Dessa forma, o jornal não só confunde crítica política com denúncia criminal, como também lança para fora dos marcos democráticos os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa confusão, evidentemente, não é ocasional. A criminalização da montagem dos governos de coalizão comandados pelo PT investe na fórmula moralizante de que os interesses dos partidos aliados e os pressupostos “ideológicos” atrapalham a boa gestão dos recursos públicos que deveria ser, nessa visada, unicamente técnica.

Figura 2: Slide sobre a “governabilidade corrompida” dos governos petistas segundo a Operação Lava Jato



Fonte: Adaptação deste autor

A utilização desse argumento visa não só desacreditar a arena política institucional em geral – que considero existir críticas razoáveis – mas, preferencialmente, demonizar governos de coalizão comandados por partidos de esquerda, apontando para supostos vícios que tal montagem da governabilidade adquiririam, como se a política devesse se render à técnica, esta vista como pura e objetiva. É evidente que tal lógica trata de um discurso de poder que estabelece a universalização da razão neoliberal. Em outras palavras, a promoção da “apolítica” para promover um projeto de rapinagem radicalmente político.

Com a aproximação das grandes manifestações de rua, o periódico antecipa os eventos elaborando e produzindo os sentidos dos acontecimentos antes mesmo de sua ocorrência. Duas manifestações estavam marcadas: na sexta, dia 13, protestos pela defesa do mandato de Dilma – porém com críticas às medidas de

austeridade fiscal promovidas pelo governo; e, no dia 15, pelo impeachment da então presidenta, contra Lula e o PT. *O Globo* abordou essas manifestações afirmando que “de lado a lado, há radicalização. Se existem saudosos da ditadura militar [...], existe o fascismo vestido de vermelho de organizações como o MST e outras” (É prioritária a defesa das instituições, *O Globo*, 13 mar. 2015, p. 22). O jornal lança para os extremos as duas manifestações e se preocupa com a manutenção do funcionamento das instituições ainda que volte a focar numa natureza autoritária do Lulopetismo.

... nunca o lulopetismo esteve tão acuado. [...] lulopetistas precisam se convencer da inviabilidade do projeto de se eternizar no poder por vias que não sejam as da democracia representativa. Não há espaço mais no Brasil para surtos de autoritarismos, não importa de que lado venham (É prioritária a defesa das instituições, *O Globo*, 13 mar. 2015, p. 22).

É intrigante, nesse editorial, a forma como *O Globo* representa o projeto político do PT: sentencia-se que os correligionários de Lula e Dilma possuem um objetivo autoritário e antidemocrático, mas, ao mesmo tempo, espera-se que sejam travados pelas instituições e até mesmo pelo próprio governo. É como se o Lulopetismo fosse um mal enjaulado, cabendo a essas instâncias administrativas a contenção de suas práticas e teses.

Depois da ocorrência dos protestos, *O Globo* os insere na narrativa editorial no dia 17 de março. A citação abaixo traz o trecho mais significativo para a nossa trama.

Sexta, foi a vez do PT e aliados se mobilizarem em apoio à presidente, contra a proposta “golpista” do impeachment e, contraditoriamente, em repúdio ao ajuste fiscal da própria Dilma. No domingo, multidões convocadas por diversos movimentos, sem vinculações partidárias, passaram o dia, também pelo país afora, em protestos contra Dilma, PT e políticos corruptos. Serviu de resposta contundente aos atos governistas: apenas na Avenida Paulista, SP, e adjacências aglomerou-se 1 milhão de pessoas, algo comparável a alguns comícios históricos da campanha pela volta das eleições diretas, em 1984. Houve um ou outro excesso. No lado chapa-branca, o capo do MST, Joao Pedro Stédile, voltou a ameaçar com seu “exército”, termo usado pelo ex-presidente Lula. E, no domingo, desfilaram faixas com pedidos de golpe militar, algo inaceitável tão absurda e delirante quanto as ameaças de Stédile. Mas tudo transcorreu em ordem, em mais uma demonstração de que a democracia brasileira tem bases sólidas, a serem defendidas, sempre. A desproporção entre a sexta vermelha e o domingo verde amarelo forçou o governo a pensar. E não apenas pela maior adesão às manifestações de oposição, mas também pela qualidade delas: na sexta, quase exclusivamente militantes convocados pelas máquinas do partido, sindicatos, UNE e organizações ditas sociais. Havia até manifestantes pagos. E, no domingo, adesão espontânea (Governo precisa ter discurso único sobre protestos, *O Globo*, 17 mar. 2015, p. 18).

Mais uma vez, o jornal investe em atacar o que considera excessos das duas manifestações – inclusive posicionando falas de Lula num lugar de extremismo. Ainda assim, o editorial configura o que seria uma diferença de “qualidade” entre manifestantes dos dois protestos de rua. Enquanto que para *O Globo*, os manifestantes opositores teriam aderido aos eventos de forma espontânea e sem interesses partidários, aqueles que foram às ruas defender o mandato de Dilma seriam “militantes da máquina do partido” e de “organizações ditas sociais”, desqualificando a manifestação ao afirmar até que haveria pessoas pagas. As representações sobre os movimentos sociais que possuem uma relação histórica com os partidos de esquerda são constantemente elaboradas de forma negativa, como se fossem movidos por interesses escusos e, ao mesmo tempo, por um “radicalismo ideológico” que divide a sociedade.

Mesmo deslegitimando os protestos de sexta e enaltecendo os de domingo como históricos, o jornal parece não embarcar ainda na derrubada de Dilma. *O Globo* clama, no final do editorial, para que o Executivo tenha uma comunicação melhor sobre os protestos e que esteja aberto ao diálogo. Ainda que critique as soluções propostas por Dilma, o editorial termina com um “a ver”, denotando estar num compasso de espera.

Minha hipótese é que o jornal ainda apostava no ajuste fiscal prometido pela equipe econômica do governo, política econômica esta defendida abertamente pelo periódico, que pregava, naquele momento, a ideia de que a razão para a crise econômica que se aprofundava era derivada da “gastança do Estado”. De acordo com seus interesses econômicos e ideológicos, a empresa jornalística do maior conglomerado midiático brasileiro fazia coro com outros atores das elites econômicas para que a conta da crise recaísse sob a forma de corte dos investimentos públicos.

Investir de forma aberta e escancarada no impeachment de Dilma, ainda no início de seu segundo mandato, poderia atrapalhar a articulação política necessária entre o Congresso e o governo para a efetivação das medidas de austeridade. Em prol dessa hipótese, editoriais do mês de março ainda defendem e cobram de Dilma o apoio necessário ao conjunto de medidas econômicas e o diálogo político para solucionar o impasse: “O mais importante é que Dilma passou a olhar para frente com uma visão distinta, apoiando o que precisa ser feito. Para o bem do país e não apenas

do seu governo” (Dilma olha para frente o apoiar ajuste na economia, *O Globo*, 18 mar. 2015, p. 18).

Fora o compromisso com o ajuste fiscal, *O Globo* utiliza os recursos da ironia para ridicularizar outras propostas do governo para responder aos protestos, como num anúncio de um pacote anticorrupção que, para o jornal, contém “ingredientes requentados e alguma coisa nova, mas atrasada no combate aos ‘malfeitos’”. Entende-se a sofreguidão do Planalto em dar respostas às ruas. [...] O histórico dos governos do PT no ramo da melhora do arcabouço legal da repressão à corrupção não é brilhante” (A melhor reforma política é tópica e não salvacionista, *O Globo*, 19 mar. 2015, p. 20). Outra proposta governista foi o incentivo, mais uma vez, a tão sonhada reforma política.

A crise política [...] tem sido aproveitada pelo partido para novamente agitar a bandeira da reforma [...]. Sintomático que apenas nas manifestações das máquinas petistas e de aliados, na sexta-feira, tenham aparecido faixas e cartazes sobre o assunto. As grandes multidões passaram ao largo do tema. Esta reforma ganha destaque também no discurso governamental, como elixir contra todos os males da corrupção. Um exagero (A melhor reforma política é tópica e não salvacionista, *O Globo*, 19 mar. 2015, p. 20).

Ao criticar a proposta, o jornal volta a associar o PT a um grupo autoritário ao pretender convocar uma assembleia constituinte exclusiva para debater o tema. Para *O Globo*, tal proposta seria “um golpe, porque Constituinte só se elege em rupturas institucionais”. Além desse editorial, o jornal também associa o projeto político petista ao autoritarismo ao abordar o vazamento do plano de comunicação do governo para enfrentar a crise política, afirmando que estaria se destinando verbas públicas para o partido do governo. Segundo *O Globo*, isso demonstraria que o PT confunde partido, governo e Estado e que teria a ilusão de manipular a opinião pública como em regimes totalitários.

Estadão

No *Estado de S. Paulo*, a narrativa sobre o Lulopetismo possui ênfases distintas. A retórica do editorial é repleta de deboche, acidez, ironia e, até mesmo, virulência com o projeto político do Partido dos Trabalhadores e seus principais atores políticos. Como já puderam notar, a mobilização desses recursos narrativos é uma das grandes marcas da construção da opinião editorial do jornal ao longo dos anos de crise do lulismo.

Enquanto no *Globo*, o Lulopetismo em si é compreendido mais como o personagem antagonista da trama, corrompido e corruptor da política nacional, no *Estado* é acentuado um caráter autoritário de uma organização política com sede de se perpetuar no poder. O Lulopetismo seria a representação de uma força ideológica de esquerda que fomenta um radicalismo virulento antidemocrático. O jornal afirmava que o “Planalto não tem qualquer pudor em explicitar que, na sua ótica, a lei é apenas para os inimigos. Para o lulopetismo, os laços de amizade – e de proximidade ideológica – estão acima das leis do País (Ação entre amigos, *O Estado de S. Paulo*, 10 mar. 2015, p. A3). Em outro editorial, sentencia-se que “tolerância, diálogo e respeito é tudo o que o PT jamais praticou em mais de 20 anos de oposição e 12 anos de governo. Muito menos convergência. O lulopetismo sempre tratou os adversários como inimigos a serem eliminados [...]” (É hora de cair na real, *O Estado de S. Paulo*, 11 mar. 2015, p. A3).

A narrativa sobre o Lulopetismo construída pelo *Estado* possui um recurso linguístico muito elucidativo sobre suas intencionalidades. O Lulopetismo aqui aparenta ser uma manifestação – ou mesmo uma projeção mimética – intrinsecamente atrelada ao corpo político de Lula, refletindo suas vontades, ações e caráter. Esse recurso narrativo é essencial para a composição da intriga na narrativa do jornal paulista. Lula é o grande personagem/antagonista da trama, ainda que não participe ativamente dos episódios retratados. As situações episódicas são interligadas pela ação desse protagonista por trás dos personagens, como se ele estivesse a manipular e movimentar peças como um enxadrista sedento por seu projeto de poder.

Em suma, Lula é concebido como o grande inimigo do próprio jornal que tem a missão de retirar a “máscara” desse personagem político, revelando aos leitores a “verdade” sobre ele e seu projeto político.

Os mais recentes movimentos de Lula nada mais são do que uma tentativa de desatrelar-se das trapalhadas da presidente para continuar se apresentando como o herói das classes desfavorecidas na luta contra “eles” – isto é, contra os supostos conspiradores, representantes das “elites” que tramam a queda de Dilma, e mais que isso, urdem a derrota do PT e seu projeto redentor. Lula nunca teve pudores de abandonar pelo caminho seus companheiros de viagem, quando isso foi necessário para a manutenção de seu projeto de poder. [...] Lula conduz o jogo para o terreno que lhe é favorável – o da confusão e da anarquia. A intenção é transformar o PT e as classes pobres que o partido diz defender em vítimas do ódio das tais “elites” [...] (Confusão é tudo o que Lula quer, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2015, p. A3).

Esse mesmo editorial, publicado no domingo anterior aos protestos do dia 15 de março, já abordava a futura manifestação antipetista. Isso demonstra a importância que o jornal estava conferindo à produção de sentidos e significados ao evento que ainda estava para acontecer. Pensando a partir do conceito cunhado por Sônia Meneses, “operação midiográfica”, o jornal já manipulava as temporalidades buscando inscrever o evento na cena pública, antecipando os sentidos sobre a manifestação.

Porém, mesmo que o *Estadão* eleja o Lulopetismo como inimigo antidemocrático a ser desmascarado, o jornal não apoia os protestos pelo impeachment de Dilma. Mais: desaprova a convocação como “inoportuna” e como fruto de um radicalismo. Essa instigante construção de opinião é justificada da seguinte forma:

O efeito imediato das manifestações [...] será o acirramento dos ânimos e a radicalização. Tal atmosfera de instabilidade ofereceria àqueles que se sentem acuados pela crise a oportunidade de reagir de forma violenta, transformando em “golpistas” todos os que se opõem ao governo Dilma [...]. O ex-presidente Lula, por exemplo, já disse que açulará o “exército de Stédile – o chefe do MST – contra quem for às ruas pedir a saída de Dilma. [...] Quando Lula incita seus sabujos a atacar os opositores da presidente nas ruas, não é a Dilma que ele está defendendo, mas a si mesmo. [...] Nesse sentido, os movimentos que defendem o impeachment de Dilma servem aos propósitos do lulopetismo, pois jogam no tudo ou nada anunciado por Lula. Nascidos à margem dos inoperantes partidos de oposição, esses movimentos acreditam que só a radicalização nas ruas será capaz de remover os petistas no poder. Mas são amadores nesse perigoso mister. Conhecendo a força da militância do PT e de seus satélites nos sindicatos e movimentos sociais, é possível imaginar a violência da reação a essa afoiteza. Pois essa é uma militância paga e profissional, pronta para a truculência (Confusão é tudo o que Lula quer, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2015, p. A3).

O *Estadão* mobiliza uma retórica desabonadora dos protestos contra Dilma afirmando que estariam caindo numa armadilha criada pelo movimento/projeção (Lulopetismo) das vontades de Lula, este elaborado pela empresa jornalística como senhor do caos e da anarquia. Considero essa construção narrativa intrigante porque o jornal se utiliza de seu próprio papel de “ficcional” a realidade para forjar uma suposta ameaça autoritária do Lulopetismo e, paradoxalmente, fazer disto uma razão para se posicionar contra o transbordamento da crise política para as ruas.

No dia 11 de março, o jornal volta a projetar as manifestações do domingo. No editorial intitulado “É hora de cair na real”, o *Estadão* ridiculariza as respostas dos

dirigentes petistas à queda da aprovação pública, mas também continua a desaprovar manifestações que pudessem provocar o aprofundamento da crise.

Apesar de haver setores radicais propondo a deposição legal da chefe do governo, está claro que a maior parte da oposição, na política e nas ruas, entende, sensatamente, que não é a hora de falar em impeachment. O argumento de que a oposição está tentando promover o “terceiro turno” das eleições presidenciais é risível, retórica apelativa, própria da maneira singular de o PT pensar e fazer política. [...] São legítimas e democráticas, para o PT, apenas as manifestações populares por ele próprio orquestradas, ou pelas organizações sociais, sindicais e estudantis que manipula. Fora disso está tudo politicamente desqualificado, por vício de origem: ser contra o PT é o mesmo que ser contra o povo. O lulopetismo sempre tratou os adversários como inimigos a serem eliminados [...] (É hora de cair na real, *O Estado de S. Paulo*, 11 mar. 2015, p. A3).

Mesmo continuando a representar o Lulopetismo como antidemocrático, o *Estadão* não só desaprova os protestos que aconteceriam no domingo como avalia que apenas setores radicais pretendiam pedir o impeachment de Dilma, enquanto a maioria acreditaria que não seria a hora adequada – mesmo que a deposição da presidenta fosse a pauta dos movimentos. Aqui é perceptível como a empresa jornalística está disputando os sentidos e rumos dos movimentos contrários ao governo de Dilma. É como se o jornal pretendesse dizer o que os protestos deveriam significar.

A partir dessa análise, penso que, àquela altura dos acontecimentos, o interesse do *Estadão* não era propriamente desestabilizar o governo Dilma – ainda que o jornal atribua termos jocosos à presidenta (discutirei a seguir). Essa aparente dissonância aponta para a interpretação de que o interesse do periódico era a desestabilização do lulismo e de suas motivações encantatórias. Trata-se de uma guerra discursiva contra um discurso poderoso de legitimação política configurado pelo corpo político de Lula.

Da mesma forma que *O Globo*, levanto a hipótese de que o *Estadão* ainda apostava no ajuste fiscal encampado pela equipe econômica do governo. Curiosamente, o jornal parecia ainda ter alguma esperança de que Dilma não servisse aos propósitos do Lulopetismo e apoiasse com mais vigor seu ministro da Fazenda e suas medidas. Ainda no dia 8 de março, o *Estadão* afirmava que “apesar da crise política, o Brasil poderá chegar ao fim do ano com as contas do governo em melhor estado e com a inflação a caminho da meta, se a presidente Dilma Rousseff apoiar

com determinação a equipe econômica” (Dilma pode agir sem o Congresso Nacional, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2015, p. A3).

Contudo, mesmo que o jornal fizesse apelos à então presidenta, a forma como Dilma é apresentada na trama é bem virulenta. O *Estadão* não economiza nos traços misóginos. Existe uma tentativa de diminuir a então presidenta em uma profusão de representações que a retratava de forma agressiva, irônica e debochada. Comentando o pronunciamento de Dilma no dia internacional da mulher, o jornal a desqualifica como incompetente, atrapalhada e desnordeada para afirmar que

Atrás da sua soberba assoma a absoluta incapacidade de admitir os próprios erros, uma característica marcante de Lula e do PT que ela se encarregou de levar a extremos e que a torna uma governante medíocre. Não reconhecendo os próprios erros, ela escamoteia a verdade, dissimula. E como uma mentira puxa outra, Dilma encontra-se refém das fabulações com que tem insultado a inteligência dos brasileiros (A grande mentira, *O Estado de S. Paulo*, 10 mar. 2015, p. A3).

Quatro dias depois, o jornal criticava a tentativa de Dilma de melhorar a articulação política com uma minirreforma ministerial nos seguintes termos:

Ela vai ter de se superar, considerando a enorme dificuldade que tem de entender-se com quem quer que seja fora de seu círculo íntimo. É nesse ambiente que ela fica à vontade para exercitar seu autoritarismo e intolerância. Resta saber até que ponto está disposta a mudar, não apenas a composição de sua equipe de comando, mas a si própria. [...] Se continuar assim, vai acabar forçando Lula, que é esperto o suficiente para não lhe oferecer um abraço de afogado, a encontrar outros meios para viabilizar sua ambição de voltar à Presidência, ancorado no projeto de poder pelo qual o PT se tornou obcecado (Dilma diz que vai mudar política, *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 2015, p. A3).

Ao realizar esta remontagem da intriga, é possível seguir a história – nos termos de Ricoeur – para afirmar que mesmo os ataques a Dilma visavam atacar não só suas próprias características, mas atacar, também, Lula. Mesmo sem participar ativamente dos episódios, o ex-presidente sempre é trazido para a trama e aparece como fundo e tema-chave da narrativa.

Antes de prosseguir a abordagem das manifestações contra Dilma, ainda gostaria de reforçar a visão que o *Estadão* constrói sobre os movimentos sociais como milícias militantes, tropas radicais a mando do Lulopetismo. No dia 13 de março, o jornal publicou um editorial criminalizando o MST e atribuindo essas marcas distintivas ao movimento.

Como organização ilegal que é, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre fez das ações criminosas a principal ferramenta para manifestar sua pauta de reivindicações. [...] Mas hoje esses grupos têm status de associados do governo petista [...]. O MST é hoje uma espécie de milícia lulopetista. Não surpreende que, em meio a toda a balbúrdia protagonizada pelo movimento País afora, seu principal líder, Joao Pedro Stédile tenha sido recebido pelo ex-presidente Lula [...]. Do que conversaram, pouco se sabe. Mas não é preciso muita perspicácia para supor que boa coisa não foi – ainda mais considerando-se que Lula considera o MST um ‘exército’ pronto para defender seu legado (O calendário do MST, *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 2015, p. A3).

Considero que a associação que o jornal realiza entre o MST, Lula e o Lulopetismo tem por objetivo estigmatizar movimentos sociais e partidos de esquerda, em específico o PT. Ignorando as diferenças e as funções de cada uma dessas organizações, o *Estadão* homogeneiza as esferas de ação política à esquerda. Se, nesse período inicial de 2015, a abordagem narrativa do *Globo* – com o mote da luta contra a corrupção sistêmica – acaba por insuflar um sentimento antipolítico que tem como frente o antipetismo, *O Estado de S. Paulo* – reforçando a luta contra o radicalismo ideológico autoritário – não só criminaliza como demoniza a esquerda, o PT e Lula como principal expoente desse espectro político.

Retornando ao seguimento da narrativa, no domingo, dia da grande manifestação, o jornal volta a abordar os protestos preparando o ambiente.

Hoje milhares de brasileiros estarão nas ruas das principais cidades para exercer o direito democrático de protestar contra um governo com o qual não estão satisfeitos. É um ato político saudável como são todos aqueles que permitem a expressão do sentimento da cidadania [...]. Desde, enfim, que sejam pacíficos. [...] O que se espera das manifestações de hoje, portanto, é que venham a significar um importante passo adiante na luta permanente pelo bem do Brasil, evitando as armadilhas que podem levar ao retrocesso. Essas armadilhas são muitas (Tudo tem sua hora, *O Estado de S. Paulo*, 15 mar. 2015, p. A3).

O editorial, carregado de um clima de expectativa, passa agora a representar as manifestações do dia de forma positiva. A empresa jornalística agora ressalta que os protestos antipetistas se configurariam como passo importante no que considera uma luta pelo bem do país.

Ao mesmo tempo, o texto editorial alerta para que fossem tomados cuidados em relação ao que considerava como armadilhas do Lulopetismo. Para o jornal, essas arapucas tinham relação tanto com possíveis confrontos com militantes, quanto pelo pedido de impeachment de Dilma. Por mais que o *Estadão* ressalte o processo de impeachment como um julgamento político e não um golpe, o jornal afirma que seria

preciso que se configurasse requisitos legais que ainda não estariam dados. A partir dessa justificativa, o jornal afirma que

Não é, portanto, questão a ser resolvida apenas com base no genuíno sentimento de revolta a que os desmandos de Dilma Rousseff e do PT têm levado um número cada vez maior de brasileiros. Os brasileiros honestos devem exigir, pelos meios democráticos à sua disposição, que o governo e os homens públicos se comportem eticamente [...]. Tudo tem sua hora – e esta não é a do impeachment. (Tudo tem sua hora, *O Estado de S. Paulo*, 15 mar. 2015, p. A3).

Existe aqui nesse trecho o começo de uma mudança de perspectiva do *Estado* no sentido de se aproximar dos movimentos de rua, se colocar no mesmo campo de ação política para então disputar os significados, as pautas e os direcionamentos do campo oposicionista – no caso, defender a posição de que ainda não era a hora do impeachment.

Dois dias depois, o jornal lança editorial para comentar as manifestações de domingo e seus efeitos. O título “Os brasileiros falaram” já apontava o direcionamento do periódico para a representação do evento. A utilização de recursos narrativos que associam as vozes dos manifestantes a uma única voz da nação ou do povo brasileiro produz um efeito de autoridade que seleciona certos discursos como válidos e exclui discursos divergentes. Trata-se aqui de uma retórica autoritária de atribuir a uma parte do jogo político a verdade histórica. Tal recurso tende a marginalizar as múltiplas vozes da sociedade e monopolizar o discurso político. Essa construção é realizada no editorial a partir de um enaltecimento das manifestações verde-amarelas.

Os brasileiros saíram às ruas – cerca de 1 milhão só em São Paulo – para dizer que não aceitam os caminhos pelos quais a presidente Dilma Rousseff e o PT estão conduzindo o País. Foi uma contundente manifestação espontânea, com o predomínio da classe média – assalariados, profissionais liberais, pequenos empreendedores, jovens e idosos – a exigir dos governantes probidade e competência na gestão da coisa pública. O desprezo pela probidade por parte do partido que dirige o País há mais de 12 anos está cruamente exposto na sucessão de dois grandes escândalos de corrupção: o mensalão e o da Petrobrás. [...] Os brasileiros que saíram às ruas em 15 de março disseram basta a tudo isso, inclusive à teimosia da presidente da República em não admitir seus erros. E o povo falou que Dilma – reeleita há quatro meses – já não merece sua confiança. Falou que não quer mais, encastelada no governo, uma quadrilha que assalta sistematicamente a Fazenda Pública. Falou que não mais tolera uma administração que não trabalha para benefício de todos, e sim para a perpetuação de um projeto de poder que repudia, por antidemocrático e divorciado do interesse nacional. Falou, enfim, que não quer sustentar com seu suado trabalho uma oligarquia que se refestela no engodo, na corrupção

e na desmoralização das instituições (Os brasileiros falaram, *O Estado de S. Paulo*, 17 mar 2015, p. A3).

Assim como *O Globo*, o *Estado de S. Paulo* reforça não só a quantidade de manifestantes nas ruas como uma suposta “qualidade moral”. A escolha textual de justificar a espontaneidade da manifestação através da citação de diversos setores etários e profissionais se encaixa numa estratégia narrativa de conferir amplitude ao movimento e de ratificar uma suposta universalização do sentimento oposicionista como nacional.

Interessante também é a volta do tema da corrupção nos governos petistas como razão para a insatisfação das ruas. E aqui cabe uma observação na distinção de como os jornais situam esse tema na tessitura da narrativa sobre o Lulopetismo. Enquanto que no *Globo* a característica chave do Lulopetismo é sua natureza corrompida e corruptora das instituições, no *Estado* a corrupção ocupa um lugar importante na caracterização do projeto lulista, mas não fundante. Como já comentei, o radicalismo virulento ideológico fruto da projeção dos desejos de poder de Lula indica a característica fulcral do Lulopetismo engendrado pelo *Estado*. A corrupção seria uma das ferramentas desse projeto de poder ficcionado pelos editoriais da empresa jornalística.

Outro elemento discursivo relevante da narrativa editorial sobre os protestos, trata sobre quais seriam seus efeitos políticos. Afora o discurso moralizante sobre o erário público e outras platitudes, o jornal tece o seguinte enunciado:

Nesse sentido, embora as manifestações de protesto tenham sido focadas em Dilma e no PT, abrangeram como um todo o ente governamental – ou “a política” – e podem por essa razão produzir no Congresso o efeito positivo de facilitar a aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pelo Executivo. Afinal, os parlamentares estão empenhados em afirmar diante do Executivo a autonomia do poder que representam, mas sabem perfeitamente de onde vem os votos que os elegem (Os brasileiros falaram, *O Estado de S. Paulo*, 17 mar 2015, p. A3).

Aqui fica evidente a tentativa de deslocar os sentidos do dia de manifestações para empoderar o Congresso a aprovar as medidas de austeridade propostas pelo governo. Chega a ser engraçado, uma vez que qualquer efeito prático desses protestos, logicamente, é o enfraquecimento do próprio governo. Esse discurso demonstra, mais uma vez, a confluência do jornal com a política econômica neoliberal. Por mais que as narrativas jornalísticas para representar a saga do Lulopetismo em março de 2015 se

distinguem, os jornais confluem na decisão de não embarcar, àquela altura dos acontecimentos, na derrubada de Dilma. O objetivo primário seria o de pressionar o governo na aplicação da agenda de austericídio.

Nos dias seguintes, o *Estadão* continua a repercutir os ecos das manifestações e as tentativas de resposta do governo. O foco parece indicar uma descrença de que Dilma poderia ouvir os apelos dos setores econômicos e realmente cumprir as medidas apoiadas pelo jornal. O *Estadão* descredibiliza e desqualifica Dilma utilizando termos como autossuficiente, autoritária e pouco disposta a ouvir. Outra grande desconfiança em relação ao compromisso fiscal do governo é a relação da presidenta com Lula e o PT. Para o *Estadão*, o Lulopetismo poderia a qualquer momento descartar Dilma para manter seu projeto de poder.

...desde que chegaram ao poder, Lula e o PT se empenharam em propagar a versão de que 'nunca antes na história deste país' houve governos tão maravilhosos. Enquanto tinha algum lastro na realidade, com investimentos sociais fortemente propagandeados e crescimento econômico baseado em fundamentos sólidos e favorecido pela conjuntura internacional, o 'nunca antes' funcionou bem a ponto de garantir mais três eleições presidenciais para o lulopetismo. Aí Dilma Rousseff entrou em cena e se encarregou de fazer tudo errado (A manipulação da comunicação, *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 2015, p. A3).

O PT, na verdade, está menos preocupado com os problemas reais que Dilma enfrenta do que em encontrar para si a porta de saída de uma crise que pode levá-lo a se confrontar com a temida e indesejável alternância no poder. Prestar atenção ao que Lula tem dito e feito ajuda a ilustrar esse cenário (A humildade de Dilma, *O Estado de S. Paulo*, 18 mar. 2015, p. A3).

Outra vez, Lula é trazido intencionalmente para a trama como um personagem que age nas trevas, por trás dos bastidores do jogo político para perpetuar seu projeto de poder. Essa estratégia de desestabilização do lulismo através da demonização de Lula, seu partido e seu projeto político – ao mesmo tempo que não investe todas as suas armas na deposição da então presidenta – converge com declarações de lideranças oposicionistas, principalmente do PSDB de São Paulo.

Como exemplo, o tucano Aloysio Nunes, em 10 de março de 2015, afirmava que “prefere ver a petista [Dilma] “sangrar” nos próximos quatro anos, quando encerrará o seu segundo mandato. [...] embora seja contra o impeachment de Dilma, enxerga a manifestação de forma positiva por representar um protesto contra o governo federal por uma série de fatores, como os escândalos de corrupção na

Petrobrás e as medidas de ajuste fiscal anunciadas recentemente que foram negadas pela presidente durante a campanha eleitoral²²⁸”.

É possível perceber que o *Estado*, que tem um histórico de apoio a lideranças tucanas, estabelece o que parece uma sinergia com o discurso e os interesses políticos e econômicos da oposição institucional e do grande empresariado, almejando uma presidenta fraca que cumprisse a agenda neoliberal para se manter no Planalto e um sentimento antipetista poderoso que impedisse uma futura volta de Lula ao poder, demonizando constantemente seu personagem e seu projeto político.

Ouçam, ó arautos dos destrutivos ventos neoliberais, seu desprezível gozo se aproxima. Ventos impetuosos agitam os quatro cantos da terra. O mar se revolta à espera do sinal para romper seus limites e adentrar com fúria, sem obstáculos e barreiras, o chão movediço das fugidias conquistas sociais logradas com tanta luta, suor e lágrimas. Estávamos em estado de alerta suficiente? Nossos olhos estavam abertos para o combate que já tinha se estabelecido? Poderíamos ter feito mais? Conseguiríamos conter a devastação neoliberal?

²²⁸ Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/nao-quero-impeachment-quero-ver-dilma-sangrar-diz-tucano-15543658> acesso em 20 ago. 2023.

Ato II



QUAL É O VERDADEIRO LULA?

Exatos 12 meses depois, em março de 2016, a situação política e econômica já havia degradingolado a olhos vistos. A inflação passou de 10% no ano anterior e o PIB retraiu 3,8%. O desemprego aumentou consideravelmente, sendo que quase três milhões de pessoas perderam seu emprego. O ministro ortodoxo Joaquim Levy foi demitido. Revoltado com o governo e com o PT que não lhe deram os votos que o permitiriam escapar de um processo no Conselho de ética, Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, aceitou o pedido de abertura de impeachment no dia 2 de dezembro de 2015. A operação jurídico-midiática da Lava Jato atinge Lula frontalmente e mais uma grande manifestação pela derrubada de Dilma Rousseff é convocada para o dia 13 de março. As narrativas construídas pelos editoriais do *Estadão* e do *Globo* sobre o Lulopetismo, da mesma forma, se radicalizam.

Estadão

“Torpe e indigno”. É assim que o título do editorial do jornal paulista publicado em 20 de março de 2016 desqualifica o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em diversos momentos durante esse mês, o *Estadão* investe, pesadamente, na demonização do líder petista. A empresa jornalística anunciava que a máscara do “verdadeiro Lula” finalmente tinha caído. Segundo o jornal, “começa a ficar claro que tipo de participação teve Lula nas seguidas falcatruas que abalaram seu governo. A verdadeira face do chefe do PT se revela por inteiro” (O homem que sabe demais, *O Estado de S. Paulo*, 04 mar. 2016, p. A3). Em outra peça editorial, a empresa jornalística elaborava algo parecido com um perfil de Lula, promovendo uma caracterização do personagem.

Qual é o verdadeiro Lula? [...] aquele que, em ‘carta aberta’ obviamente escrita por gente alfabetizada, tenta corrigir o devastador efeito negativo da divulgação de suas conversas telefônicas legitimamente gravadas e divulgadas – não ‘vazadas’ pela Operação Lava Jato?”

[...]

Lula não diz a verdade. Ele, de fato, sabe o que é certo e o que é errado. Mas nunca quis saber como se distingue uma coisa da outra. Para ele, certo é tudo aquilo que faz e lhe dá prazer e proveito. Errado é o que não lhe apraz ou pode prejudicar.

[...]

A verdade é que Lula, hábil manipulador e especialista em dizer o que as pessoas querem ouvir, subiu na vida no papel de líder populista, pragmático

no pior sentido do termo, sem nenhum compromisso sério senão com a crescente volúpia pelo poder.

[...]

Nesse processo, ficou exposto a verdadeira face de Lula, esse populista irresponsável que procura dissimular sua verdadeira condição de abastado burguês para manter a pose de líder popular que compartilha o destino dos pobres (Torpe e indigno, *O Estado de S. Paulo*, 20 mar. 2016, p. A3).

O Estado de S. Paulo representa Lula associando sua personalidade a alguns adjetivos desabonadores como dissimulado, manipulador, e um político sem escrúpulos ou de moral duvidosa com sede de poder. Em outros editoriais do mesmo mês, o jornal reiterava e aprofundava seu ataque à sua trajetória, inda mais no contexto do auge da investida judicial da operação Lava Jato ao então ex-presidente.

É melancólico o fim que se anuncia da carreira política de um líder que foi capaz de vender a ilusão de que poderia mudar para melhor o Brasil. O carisma e a habilidade de Luiz Inácio Lula da Silva não podem ser subestimadas, mas a política costuma ser implacável com quem passa dos limites na tola pretensão de colocar-se acima do Bem e do Mal, e atribuir-se onipotência divina.

[...]

Lula está com a polícia em seus calcanhares não porque é um nordestino que nasceu na pobreza e subiu na vida. Lula está nessa triste situação porque deixou que o poder lhe subisse à cabeça, deslumbrou-se com a veneração da massa, com o protagonismo político e com a vassalagem interessada de políticos medíocres, intelectuais ingênuos ou vaidosos e, principalmente, com a bajulação de homens de negócios gananciosos.

[...]

Ao longo de toda sua vida pública, mas principalmente depois que se tornou presidente da República, Lula deu reiteradas demonstrações de tolerância com desvios de conduta em seu governo e de certas vacilações de caráter. O mensalão é o maior exemplo disso. Declarou-se 'traído' e pediu 'desculpas' ao País. Não demorou muito para que se constatasse ser isso mais um de seus jogos de cena para enganar os incautos (O chefe do bando, *O Estado de S. Paulo*, 06 mar. 2016, p. A3).

Nesses trechos, é possível afirmar que o jornal fomenta uma disputa pela memória do lulismo ao atacar certos aspectos encantatórios que fazem parte da trajetória de Lula e que compõe sua *persona política*. Sua origem humilde no interior de Pernambuco, sua sobrevivência da miséria e da fome, e seu percurso político carismático e habilidoso até chegar à Presidência são remontados pelo jornal como peças de um discurso dissimulado em que buscava ludibriar os desavisados, ingênuos ou mesmo "incautos", nos termos do editorial.

A essa formulação narrativa sobre o personagem antagonista da intriga entretecida pelo *Estadão*, é associada a representação do tema-chave da trama, a saber, o Lulopetismo. Como já foi ressaltado no capítulo anterior, o Lulopetismo nos

editoriais do *Estado de S. Paulo* está indissociavelmente atrelado ao corpo político de Lula. Se, para o jornal paulista, o líder petista é dissimulado, enganoso, prepotente, manipulador e inescrupuloso, da mesma forma o Lulopetismo o é como sua projeção mimética.

Nesse momento de esgarçamento da condição política, o *Estadão* escala a forma como narra o Lulopetismo. Se antes o projeto liderado por Lula era uma força que fomentava um movimento virulento e radical de esquerda, agora o Lulopetismo é um projeto decaído, apodrecido e degenerado de poder, feito com base na corrupção e na cooptação dos outros partidos e empresas estatais (como já percebemos em momentos dessa saga). Um lobo em pele de cordeiro que precisava ser desmascarado e enfrentado. A retórica utilizada é repleta de hipérboles e superlativos para denotar o tamanho da suposta degeneração moral que o Lulopetismo teria provocado, como demonstro nos trechos a seguir:

Começaram a aparecer, em 2014, os primeiros sinais de reação [...] ao aparelhamento pelo PT das empresas estatais e seus fundos de pensão. São ainda tímidos, consideradas as dimensões da vasta operação, ao mesmo tempo ideológica e fisiológica, montada para sustentar o projeto de poder do lulopetismo. Mas nem por isso menos importantes, até porque os atos de resistência tendem a se multiplicar, estimulados pela grave crise política, econômica e moral que vive o País e mostrou a verdadeira face daquele projeto (Aparelhamento ameaçado, *O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2016, p. A3).

É difícil de saber o que mais falta para que se considere completo o quadro de ruína moral do lulopetismo e, especialmente do governo da presidente Dilma Rousseff, pois todos os dias surgem novas e terríveis evidências de que a corrupção e a desfaçatez, sob égide de Lula e de seus comparsas, atingiram seu estado da arte (Ruína moral, *O Estado de S. Paulo*, 16 mar. 2016, p. A3).

Em editorial publicado no dia 14 de março, a empresa jornalística repete a estratégia narrativa da rememoração como forma de reivindicar o primado de dizer e significar o que teria sido o Lulopetismo ao longo dos anos em que governava o país. Na peça, o *Estadão* faz o que chama de “crônica da história da corrupção desde a chegada do PT ao poder e, principalmente, uma minuciosa descrição de como essa corrupção se tornou a própria razão de ser do lulopetismo” (Corrupção como razão de ser, *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 2016, p. A3). Aqui temos um elemento novo na narrativa jornalística do periódico. A corrupção passa a ser a natureza e a razão da existência do projeto/movimento político liderado por Lula. Um ano antes, a corrupção

era um dos instrumentos do projeto que julgava radical e antidemocrático, mas não a sua essência.

Essa nuance na composição da intriga não é uma mera minúcia na narrativa. Considero que a movimentação do tema da corrupção para o coração do que seria a natureza do Lulopetismo leva o discurso lavajatista para dentro da opinião editorial do *Estado*. A Lava Jato ganha, então, um importante e raivoso aliado na desconstrução e demonização tanto de Lula quanto do governo no momento em que ela avançava, especificamente, sobre o então ex-presidente.

Não estou sustentando, com isso, que só a partir desse momento que o jornal paulista teria dado crédito às investigações da Lava Jato na feitura de sua narrativa sobre o Lulopetismo, mas sim que é a partir de março de 2016 que o *Estado* entra em total sinergia discursiva com o braço do Judiciário, Ministério Público e as forças partidárias oposicionistas na aliança contra o lulismo e o governo Dilma.

Voltando ao editorial do dia 14, é interessante notar que o periódico realiza uma genealogia da arquitetura do projeto liderado por Lula.

As evidências reunidas nesse caso não deixam margem a nenhuma dúvida de que o assalto à Petrobrás não foi algo episódico [...]. Trata-se de um método de dilapidação do Estado. O mesmo pode se dizer do condomínio de partidos, liderado pelo PT, que transformaram as estatais em sua principal fonte de recursos. De onde se conclui que a corrupção foi incorporada como um elemento estrutural tanto das empreiteiras, em sua relação privilegiada com o Estado, como dos partidos 'aliados', que pretendiam perpetuar-se no poder à custa do roubo metódico.

[...]

O petrolão é apenas a parte visível de um sistema muito mais abrangente, construído com esmero para aniquilar a livre concorrência [...] e para sabotar a democracia, tornando-a mero simulacro sob o qual operam políticos e partidos que se organizam como quadrilhas.[...] Nada disso seria possível se não fosse a originalíssima engenharia criminoso instalada no governo pelo PT desde 2003. O mensalão, o petrolão e o que mais aparecer não são casos isolados, e sim apenas nomes diferentes para o mesmo padrão autoritário de política em que os fins justificam os meios.

[...]

Incapaz de dividir o poder com quem quer que seja, pois se considera portador da verdade histórica, o PT do chefe Luiz Inácio Lula da Silva resolveu desde cedo arregimentar apoio a seu governo à base de propina. [...] Dessa forma, a roubalheira se institucionalizou, por meio de um sofisticado esquema envolvendo a gorda máquina pública e as principais empreiteiras do Brasil, tratadas como "campeãs nacionais" por Lula e Dilma (Corrupção como razão de ser, *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 2016, p. A3).

Dois elementos discursivos chamam atenção nesses trechos citados. O primeiro diz respeito, mais uma vez, a tentativa de disputar os significados dos anos do lulismo no poder. Articulando presente e passado, o jornal manipula as

temporalidades para promover uma narrativa que é “historicizante” – conversando aqui, mais uma vez, com o conceito de *operação midiográfica* de Sônia Meneses. Por mais que o editorial critique o PT por, na sua visão, considerar-se o portador da história, é o *Estado* que realiza a produção de uma verdade histórica através da articulação de sua narrativa sobre a realidade. Lançar luz sobre esse ponto é essencial para identificar que papel político o jornal desempenhou nesse contexto, como se articulou com outros atores relevantes daquela quadra histórica e quais foram suas estratégias discursivas para levar a cabo seus intentos.

O segundo ponto que julgo relevante do discurso produzido pelo jornal nesse editorial é o atrelamento das denúncias de corrupção a uma suposta maneira autoritária de governar que seria própria do Lulopetismo. Qual seria a lógica em acusar os governos – que foram criticados por conseguirem compor uma ampla coalizão política no Congresso e por destinar a vários partidos de centro e direita a ocupação de diversos ministérios – de serem “incapaz[es] de dividir o poder com quem quer que seja”, nos termos do *Estado de S. Paulo*?

Uma possível resposta pode ser encontrada no mesmo editorial, quando diz que o suposto esquema corrupto engendrado pelo Lulopetismo sabotaria a democracia por torná-la um “mero simulacro sob o qual operam políticos e partidos que se organizam como quadrilhas”. Em outras palavras, as garras do Lulopetismo capturariam o sistema político de tal forma, a partir de métodos escusos, que seria impossível uma alternância de poder. A democracia brasileira seria meramente um teatro de fantoches nas mãos de Lula, Dilma e seus correligionários – ou, então, jogos de cartas marcadas, a metáfora favorita da série *O Mecanismo*, de José Padilha, um disputa de organizações criminosas.

Essa representação tem suas proximidades com o discurso dos seguidores do ultraconservador Olavo de Carvalho em sua ideia da política brasileira como um “teatro de tesouras”, onde mesmo a oposição faria parte de uma grande encenação, sendo impossível vislumbrar o que acreditavam ser a democracia real. Segundo o historiador Murilo Cleto, autor da tese *Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime militar*, a ideia central desses grupos – que tem no canal de youtube Brasil Paralelo um de seus maiores disseminadores – era que “revezando-se no poder, diferentes partidos políticos simulam oposição entre

si quando estariam, na realidade, correspondendo à mesma autoridade e confraternizando em favor de uma agenda, neste caso, a comunista”²²⁹.

Essa narrativa seria mais do que um diagnóstico do “Sistema” para os grupos produtores do ecossistema informacional da extrema direita. Na verdade, a operação é mais profunda, uma forma de transformar a realidade, segundo Cleto. A eleição de Bolsonaro em 2018 seria o ponto de ruptura e libertação da estratégia das tesouras. A convergência entre as duas narrativas é a confirmação de que *O Estado de S. Paulo* não estava simplesmente investindo no ódio a Lula e PT, mas na pavimentação do ódio e do ataque à própria democracia brasileira.

Seguindo o curso da narrativa configurada pelo *Estadão* durante o mês de março de 2016, dois eventos são conectados pela intriga da trama a partir do avanço da Lava Jato não só sobre Lula, mas também contra Dilma: o vazamento da delação premiada de Delcídio do Amaral, preso pela operação, e a condução coercitiva de Lula no dia 4.

Outro fato novo na narrativa editorial é o embarque definitivo do *Estadão* na aliança para a derrubada de Dilma. Se no ano anterior, o jornal procurava desestabilizar o lulismo, mas não propriamente derrubar Dilma e seu governo – por ainda esperar que ela poderia seguir sua equipe econômica ortodoxa –, agora se investe diretamente contra a então presidenta, associando-a com a suposta corrupção de seu mentor e pedindo abertamente seu impeachment.

Delcídio tem muito o que dizer, pois conhece as entranhas lulopetistas. [...] como ex-diretor da Petrobrás, está certamente a par da arquitetura que ajudou a arruinar a estatal e a abastecer os cofres do PT e de seus aliados. Por isso, caso resolva mesmo contar tudo o que sabe, é provável que afinal fique mais claro qual foi o papel exercido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por sua sucessora, Dilma Rousseff, em todo esse mar de lama. [...] O que veio à luz ontem estremece a Nação. É a revelação de um escândalo de proporções inauditas mesmo para os padrões lulopetistas e que justificariam com sobras um processo de impeachment.

[...]

Delcídio, segundo a revista [Istoé], já detalhou, por exemplo, a atuação de Dilma para atrapalhar a Lava Jato no âmbito dos tribunais superiores. [...] Somente esses trechos já seriam suficientes para comprometer o mandato de Dilma, mas há muito mais.

[...]

Dilma tratou de se esconder sob o argumento malandro de que é vítima de “golpe” – como se o impeachment não tivesse previsão constitucional e como se ela não tivesse a obrigação de prestar contas pelos delitos que envolvem seu governo e seu partido. Mais do que nunca a Nação tem o direito de exigir dela uma explicação clara e convincente. [...] Sua permanência no cargo já é

²²⁹ CLETO, M. **Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime militar**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2024, p. 101.

moralmente insustentável (O homem que sabe demais, *O Estado de S. Paulo*, 04 mar. 2016, p. A3).

Além de imputar a Dilma a responsabilidade conjunta com Lula pelos escândalos de corrupção no governo, o *Estadão*, mais uma vez, se utiliza de um rosário de frases misóginas para diminuí-la e justificar sua deposição. Como exemplo, o jornal declara que Dilma “[...] não governa porque é bisonhamente fraca – e não se fortalece porque, além de ser como é, enfrenta a sabotagem de seus correligionários, a começar pelo chefe do PT, Luiz Inácio Lula da Silva” (Procura-se um presidente, *O Estado de S. Paulo*, 07 mar. 2016, p. A3).

Em outros trechos, desse e de outros editoriais, o jornal frequentemente intenciona representar a então presidenta como uma mera fantoche nas mãos de Lula ou de terceiros. *O Estado de S. Paulo* declarava que “assim, está claro que, politicamente, Dilma já é passado. Enquanto ela estiver na Presidência, esta será exercida na prática por terceiros [...] com claros prejuízos para o equilíbrio institucional e o futuro do País” (Procura-se um presidente, *O Estado de S. Paulo*, 07 mar. 2016, p. A3). “Dilma entrega o que lhe for mandado – mesmo que contrarie a Constituição – em desesperada tentativa de superar seu isolamento” (Desapreço pelas instituições, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3).

Após a presidenta se solidarizar com Lula depois da operação para interrogá-lo sob vara, o *Estadão* aumenta ainda mais o tom. O jornal declara que “a presidente Dilma Rousseff amesquinhou vergonhosamente a Presidência da República, reduzindo-a a um mero puxadinho de um dos tantos imóveis de que o ex-presidente usufrui graças a favores de amigos do peito” (A vassalagem de Dilma a Lula, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3). No mesmo editorial, o *Estadão* ainda pede sua renúncia.

Dilma não existe mais como presidente. Sua insistência em permanecer nesse cargo, para o qual nunca teve aptidão e já não tem legitimidade, apenas piora uma situação já de si muito grave. Para que não se atinja o temido ponto de ruptura, em que a violência toma o lugar do debate público, Dilma deveria ter a decência de renunciar [...]. A presidente concluiu que ela não é nada sem seu chefe. [...] Deixou de ser a governante de todos os brasileiros para servir a Lula. [...] Assim, cresce a percepção, inclusive no Congresso, de que Dilma está no cargo apenas para salvar Lula, nada mais. O País e suas instituições não podem se curvar a isso (A vassalagem de Dilma a Lula, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3).

Logo no dia seguinte, o *Estadão* continua o trabalho de rebaixamento da imagem de Dilma, agora criticando, com muita ironia e deboche, as falas públicas da então presidenta. O editorial afirma que “alguém precisa explicar a Dilma Rousseff [...] que ela [...] deve evitar fazer o que só agrava esses problemas: falar em público. Os embaraços de Dilma com as ideias e com a Língua Portuguesa já se incorporaram ao anedotário” (Os embaraços de Dilma, *O Estado de S. Paulo*, 09 mar. 2016, p. A3). O jornal ainda continua representando a então presidenta como incompetente, teimosa, arrogante e prepotente (Nova afronta aos brasileiros, *O Estado de S. Paulo*, 16 mar. 2016, p. A3).

Voltando a artilharia agora contra Lula, sua condução coercitiva parece ter sido a cena que faltava para que o jornal completasse o quadro sobre o que julgava ser o Lulopetismo e seu líder. O antagonista e vilão da trama engendrada pelo *Estadão* estaria, agora, totalmente descoberto.

... desde os tempos do mensalão, que Lula não apenas soube da corrupção que devastou a administração pública sob os governos do PT, como a corrupção em si mesma acabou por se tornar um método, cujo mentor não pode ser outro senão o ex-líder sindical que ascendeu usando a máscara de herói. Ontem, finalmente essa máscara lhe foi arrancada. Conduzido a depor sob escolta policial, Lula teve de prestar contas de seu enriquecimento em meio a suspeitas cada vez mais fortes de que se aproveitou pessoalmente do esquema que assaltou a Petrobrás (Os males que Lula faz, *O Estado de S. Paulo*, 05 mar. 2016, p. A3).

O acontecimento é elaborado pelo *Estadão* de forma que o depoimento de Lula finalmente tivesse causado o fim de um encanto – ou mesmo o tal do “feitiço” – que o líder popular teria lançado sobre a população. E agora, com esse toque mágico que se esvaía, seria revelada a verdadeira face do feiticeiro. O jornal apontava que “[...] as fantasias criadas em torno do grande projeto revolucionário petista e de seu líder messiânico se desfazem de forma dramática (Os males que Lula faz. *O Estado de S. Paulo*, 05 mar. 2016, p. A3).

Na peça editorial, o jornal também estabelece seus heróis, aqueles que não teriam se deixado seduzir pelo Lulopetismo nem se amedrontaram perante a missão de derrotá-lo. O *Estadão* se une aos braços das instituições que foram responsáveis pelas investigações contra aqueles escândalos de corrupção e os enaltece.

A condução coercitiva do ex-presidente Lula, para depor sobre sua participação no petolão, é a prova definitiva de que o edifício institucional e democrático do Brasil resistirá a essa gigantesca onda de fisiologismo,

corrupção e imoralidade que tomou o Congresso, o Executivo e parte substancial do empresariado desde que o PT chegou ao poder. As autoridades do Judiciário não se deixaram intimidar pela salvação da matilha lulopetista, que passou os últimos meses a desafiar o juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal e os procuradores da Lava Jato a cometerem a ousadia de tocar em seu dono, elevado à categoria de santo (Os males que Lula faz. *O Estado de S. Paulo*, 05 mar. 2016, p. A3).

Em entrevista, logo após a condução, Lula cita o que considerava uma associação entre o Judiciário e o jornalismo: “Enquanto os advogados não sabiam nada, alguns meios de comunicação já sabiam. É lamentável que uma parcela do Poder Judiciário brasileiro esteja trabalhando em associação com a imprensa²³⁰”.

Outra declaração, na mesma coletiva, parece ter preocupado o *Estadão*. Tentando animar os militantes de seu partido e dos movimentos sociais que estavam representados naquele momento da entrevista, Lula falava que “o que aconteceu hoje é o que precisava acontecer para o PT levantar a cabeça. [...]. Se quiseram matar a jararaca, não mataram a jararaca, pois bateram no rabo, não na cabeça. Quero dizer que a jararaca tá viva²³¹”. O jornal enquadra essas falas de Lula como se fosse um chamado à violência para seus correligionários e, então, reage.

Mas Lula, para o PT, não é ‘qualquer cidadão’. É o ‘maior líder popular da história do Brasil’, como seus cupinchas dizem e repetem há anos, desses que, vez ou outra, podem transgredir a lei. [...] Mas, para os petistas, Lula se tornou ‘preso político’, e forçá-lo a depor caracteriza um ‘golpe’, contra o qual só é possível responder por meio da truculência.

[...]

Lula reiterou, de maneira irresponsável e truculenta, o seu desrespeito habitual à democracia e às instituições, às quais praticamente declarou guerra, convocando a militância lulopetista para defendê-lo nas ruas. Mas o seu julgamento pelas ruas virá depois. Primeiro terá de se haver com as leis do País e com quem as faz valer. E aí a conversa não admite valentia de botequim. Diante do chamamento à desordem e à indisciplina cívica feito por Lula, das autoridades judiciais e dos líderes políticos exige-se energia, mas também serenidade e responsabilidade [...] (Os males que Lula faz. *O Estado de S. Paulo*, 05 mar. 2016, p. A3).

Lula volta aqui a ser representado como o mestre da desordem e do caos. Vale lembrar, também, como o *Estadão* já promovia enquadramentos midiáticos sobre os movimentos sociais como a CUT, o MST, o MTST e a UNE. Para o jornal, essas entidades eram os braços virulentos do Lulopetismo, uma matilha radical e extremista paga com dinheiro público. O periódico afirmava que “o lulopetismo decidiu apelar

²³⁰ Disponível em < <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/jamais-me-recusaria-prestar-depoimento-diz-lula.html> > acessado em 14 de julho de 2023.

²³¹ *Ibid.*

para a melhor defesa que conhece: o ataque. Em desespero, mobiliza suas tropas – constituídas basicamente pela militância paga [...] – exortando-as ao confronto nas ruas com os opositores do governo (Escalada irresponsável, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3).

Para o *Estadão*, Lula seria o líder nada oculto de milícias políticas raivosas, tropas à espera de um comando para provocar agitação. “[...] Lula optou pelo ataque, como sempre faz quando se sente acuado. Obedientes a essa tática, os militantes petistas tentam exacerbar o confronto [...]”. O jornal afirma que a estratégia desse ataque era para que surgisse, nas palavras do editorial, “um mártir, uma vítima da sanha assassina das elites apoiadas pela mídia golpista” (Escalada irresponsável, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3).

Este último editorial do dia 8 de março foi escrito para criticar o chamado de Lula para que os militantes dos movimentos sociais se manifestassem contra o golpe parlamentar que derrubaria Dilma. O grande problema era que o dia 13 de março já tinha sido a data marcada para ocorrer um grande protesto contra o Governo e o PT. Aqui, o *Estadão* volta a usar um recurso narrativo de atribuir vilania aos movimentos de rua que estavam a favor de Dilma, enquanto enaltecia aqueles que estavam contra sua administração.

E chegou à criminosa irresponsabilidade de convocar seus apoiadores a se manifestarem, em São Paulo, em plena Avenida Paulista, no próximo domingo, dia 13, data há meses anunciada pelos movimentos de oposição ao governo e ao lulopetismo para protestar contra o descalabro político, econômico e moral em que Lula e Dilma Rousseff mergulharam o Brasil e apoiar o impeachment da presidente da República.

[...]

É o que pode acontecer se o lulopetismo lograr o intento de colocar na Avenida Paulista, no próximo domingo – ou em qualquer outra cidade, mas o evento de São Paulo tem relevante sentido emblemático –, um bando de baderneiros dispostos a hostilizar a massa que estará exercendo o legítimo direito de se manifestar em paz e deverá ser, de acordo com a previsão dos organizadores, uma das mais numerosas dos últimos tempos (Escalada irresponsável, *O Estado de S. Paulo*, 08 mar. 2016, p. A3).

Da mesma forma que no ano anterior, a empresa jornalística já elabora o acontecimento antes mesmo de sua ocorrência. A previsão de que a manifestação antipetista seria a maior dos últimos tempos se configura numa estratégia discursiva de pautar não somente o protesto que o jornal apoiava, mas também fomentar a maior participação possível. Em outras palavras, o *Estadão* engendra aqui uma convocação às ruas. A empresa jornalística lança o seguinte vaticínio sobre os efeitos dos

protestos: “... se acredita que a maciça participação da população nas manifestações de amanhã será determinante para a aceleração do processo de impeachment (Política, Justiça e bom senso, *O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2016, p. A3).

Para além da convocação e da elaboração do acontecimento antes de sua ocorrência, o jornal, mais uma vez, apropria-se do movimento golpista para disputar simbolicamente seus sentidos. Em editorial publicado no dia anterior aos protestos, é fornecido um passo-a-passo sobre o que deveria acontecer logo após a grande manifestação. Ou seja, o *Estadão* faz uma versão atualizada daquele editorial de 1964 chamado “Roteiro da Revolução”, onde na verdade ajudava os militares golpistas. Assim como nos anos sessenta, o jornalão dos Mesquita indica, agora, quais atores institucionais deveriam liderar o processo e como deveria ser guiado para construir e manter uma áurea de legitimidade supostamente democrática.

A inquestionável maioria dos brasileiros já está convencida de que é preciso acabar com o ciclo de poder lulopetista antes que o governo Dilma acabe com o país. Trata-se agora – e essa tarefa depende muito da participação popular – de construir o caminho, necessariamente balizado pelos preceitos constitucionais, para transferir o poder o mais rapidamente possível ao mais parecido possível com uma aliança de salvação nacional que promova as correções de rumo que o governo do PT não deseja nem tem competência para implantar. Na construção desse caminho, é indispensável conter o aqodamento e agir com ponderação e cautela, de modo a evitar que as paixões predominem e acabem comprometendo o caráter legalista e democrático de um movimento que, vale repetir, responde ao mais legítimo anseio de mudança que domina o País (Política, Justiça e bom senso, *O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2016, p. A3).

Transferir o poder a uma “aliança de salvação nacional”. Essa gramática não surge aqui à toa. Desde o começo do processo de impeachment de Dilma, seu vice-presidente Michel Temer, líder do então PMDB, tinha se distanciado da mandatária e alardeado em rodas e encontros com empresários a necessidade de um governo de união nacional. O périplo de Temer pelos grandes nomes do empresariado buscava angariar apoio para uma nova agenda econômica que foi denominada de “Ponte para o futuro”. Esse plano previa implementar uma agenda radical de austeridade fiscal: “[...] flexibilização das leis trabalhistas, fim da indexação do salário dos aposentados ao salário mínimo, o fim das chamadas vinculações constitucionais no Orçamento [...]. Era música para os ouvidos de grande parte do empresariado²³²”. Além dessas

²³² ALMEIDA, R. *À Sombra do Poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya, 2016, p. 124.

alterações legais e constitucionais, o programa econômico acenava para um dispositivo de congelamento dos gastos públicos e uma profunda reforma previdenciária.

A “correção de rumos” sinalizada pelo *Estadão* se relaciona a essa mudança radical não só da condução da política econômica, mas de uma profunda mudança constitucional que na prática enterrava os princípios da Constituição de 1988. Seria o assalto final dos atores e promotores do neoliberalismo ao poder. Trabalho com a hipótese de que a maior razão para o jornal paulista ter mudado sua posição com respeito a derrubada do governo Dilma se relaciona à demissão de Joaquim Levy do Ministério da Fazenda no fim de 2015. Até então, *O Estado de S. Paulo* dissociava Dilma do Lulopetismo numa tentativa de moldar a opinião pública para que a então presidenta seguisse a cartilha de ajuste fiscal do ex-ministro.

Agora, frustradas as expectativas da empresa jornalística bem como do grande empresariado, não restavam alternativas para esses atores institucionais se não a derrubada de Dilma. Mais: era preciso reduzir a pó a força do lulismo e dos movimentos populares e progressistas na mesa de negociação política. Uma futura oposição dos partidos de esquerda precisava ser desarticulada de antemão para não obter força política alguma. A agenda de rapinagem²³³, nas palavras do sociólogo Jessé Souza, deveria caminhar sem oposição. A narrativa do Lulopetismo no *Estadão*, engendrando a demonização do lulismo e dos movimentos sociais, se insere nesse contexto golpista para levar a cabo uma agenda não referendada, até então, pelas urnas.

Essa articulação de um governo de união nacional remete também a uma conversa gravada e divulgada entre Romero Jucá, cacique partidário do PMDB, e Sérgio Machado, ex-presidente da subsidiária da Petrobrás, Transpetro.

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.

²³³ SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

[...]

JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar²³⁴.

Essas conversas gravadas ainda no mês de março – ou seja, paralelamente às narrativas que aqui estamos analisando –, apontavam para quais segmentos da sociedade se pensava numa união ou acordo nacional. Partidos políticos que embarcaram na derrubada de Dilma, ministros do Supremo, imprensa brasileira que ecoava os interesses dos grandes conglomerados econômicos, comandantes militares. Com interesses distintos – as conversas entre Jucá e Machado apontam para a derrubada de Dilma como solução política para estancar as investigações da Lava Jato –, a sinergia desses setores em prol do impeachment se fortalece e atinge seu auge.

Raiando o dia 13, *O Estado de S. Paulo* resolve ir às ruas. Ao publicar o editorial intitulado “Chegou a hora de dizer: basta!”, o jornal definitivamente une suas páginas editoriais a voz dos manifestantes que se dirigiam aos protestos pelo país. A narrativa ganha contornos épicos: o povo de “bem” finalmente acorda, sai de seu torpor e enfrenta o monstro do Lulopetismo que agoniza. O sentido das manifestações, no editorial, se encaixa nessa representação do povo brasileiro que não suporta mais o “famigerado ciclo lulopetista”. O *Estadão* se insere como personagem ativo nessa saga, supostamente “nacional” e “popular”, pela queda do governo petista.

Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta! [...] Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosar da matilha de petistas.

[...]

É contra eles todos – Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos – que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas. [...] resta aos cidadãos brasileiros mostrarem seu poder, proclamando, inequivocamente, que não admitem mais que o lulopetismo, desonesto e incompetente, continue

²³⁴ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> > acesso em 18 jul. 2023.

encastelado no governo (Chegou a hora de dizer: basta!, *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 2016, p. A3).

É interessante notar que em nenhum momento, durante o mês de março, o *Estado* discute a específica denúncia de crime de responsabilidade que embasava o processo de impeachment de Dilma. Ela era acusada de cometer as chamadas “pedaladas fiscais” – o atraso de pagamentos devidos aos bancos públicos de programas subsidiados pelo Tesouro – e a executar decretos de crédito suplementar que teriam aumentado despesas sem a autorização do Congresso. Durante o mês em que a crise atinge o seu apogeu, tal denúncia nem sequer foi defendida.

O chamado do jornal aos leitores se dá por uma defesa moral da nação. Aqui se utiliza um recurso narrativo em que uma suposta “população de bem” se levanta de forma heroica contra o grande vilão da narrativa. Esse vilão, o Lulopetismo, é ao mesmo tempo poderoso, por sua força corruptora e violenta, e débil por sua suposta degeneração moral. Cabe, então, ao “virtuoso” povo brasileiro, levantar sua voz contra a tirania. Percebe-se aqui a utilização de uma gramática que dá toques discursivos revolucionários ao movimento reacionário.

Os tons épicos que marcam esse momento da saga conferem a moldura de uma cena bem comum de narrativas binárias e maniqueístas: o instante que antecede a luta final do bem contra o mal, quando as forças da luz, ainda que pareçam mais frágeis, conquistam o poder necessário para conseguir atacar de forma derradeira o arquirrival malévolo da trama. Creio se tratar daquilo que Lená Medeiros de Menezes, ao analisar a cobertura da imprensa brasileira sobre a Revolução Russa de 1917, chamou de apropriação de “mitos de combate” como discurso contrarrevolucionário.

Esses construtos mitológicos podem ser encontrados, por exemplo, na luta eterna entre Marduk e Tiamat narrados pelos babilônicos, Ahura-Mazda contra Ahriman entre os persas zoroastristas e o Deus triúno contra Lúcifer/Satanás entre cristãos europeus. Para a autora, o mito “recriava um mundo ameaçado por forças caóticas ou apocalípticas, simbolizadas sempre na figura de um ‘monstro’ que ameaçava, e que portanto devia ser combatido, e de heróis surgidos em sua defesa”²³⁵.

²³⁵ MENEZES, L. M. *Civilização x Barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a revolução (1917-1921)*. In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DPeA e Faperj, 2006.

Se pensarmos a partir da proposta de Lená Menezes, não há dúvidas de que o “monstro” do Comunismo das primeiras décadas do século 20 toma a forma do Lulopetismo na narrativa do *Estado de S. Paulo*. É possível afirmar, inclusive, que o vilão da narrativa mitológica do jornal paulista é uma variante do ódio anticomunista histórico do jornalismo brasileiro. Segundo a autora, a luta entre a luz e as trevas, a civilização e a barbárie, era uma forma de legitimar a violência dos “heróis” contra o “Mal absolutizado”²³⁶, no caso, os agentes do Comunismo.

Não há, então, como não relembrar as teses de Rodrigo Patto Sá Motta e Bethania Mariani, que invoquei na Mise-en-Scène, para pensar a guerra simbólica das empresas jornalísticas contra os “inimigos internos”, os comunistas no Brasil ao longo do século passado. A formulação do imaginário sobre a “ameaça vermelha” serviu para legitimar uma brutal repressão a qualquer tentativa de formulação de um projeto de democratização e emancipação social – independente se seus articuladores fossem comunistas ou não.

Vários significantes desse repositório tradicional de imagens e símbolos anticomunistas podem ser tomados para pensar na caracterização do Lulopetismo do *Estadão*. O engodo, a farsa, a infiltração, o fanatismo, o extremismo, o delírio econômico, a desordem, o caos, entre outros, são tomados pelo *Estado de S. Paulo* do arcabouço histórico da guerra ideológica anticomunista²³⁷ para reatualizar e carregar na tinta para pintar sua criatura, para forjar seu inimigo. Talvez seja por isso que Umberto Eco, em *Construir o inimigo*, sustente que essa construção precisa ser “intensiva e constante”²³⁸.

Já que mencionei o filósofo italiano, inspirado em Sartre, ele afirma que “[...] é mais fácil considerar este Outro insuportável, porque simplesmente não é nós. E assim, reduzindo-o a inimigo, construímos nosso inferno na terra”²³⁹. Esse pensamento não é trivial; ao forjar o inimigo enquanto o “Outro” e o “Mal absoluto”, a Forja mitológica transfere seu calor infernal para a criatura. Torna-se insuportável respirar o ar ardente da presença e existência do inimigo. Como já afirmei, é formado um ser *Inexistível*, uma vez que não pode existir, já que sua existência ameaça o mundo e a vida daquele que crê no “monstro”. É notável o grau de virulência desse

²³⁶ *Ibid.*

²³⁷ MARIANI, B. *op. cit.*, pp. 140-143.

²³⁸ ECO, U. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2021.

²³⁹ *Ibid.*

discurso. Não há como dissociar violência simbólica de violência física. Lembrem-se do sangue derramado nos porões da ditadura. Assassínatos realizados e justificados como atos de defesa de sua pátria, família e de sua vida.

Retomo a obra de Furio Jesi para afirmar que esse repositório de símbolos, imagens e significados que os grandes jornais brasileiros, ao longo de sua história política, forjaram no calor do ódio anticomunista e reapropriados para construir o Monstro Lulopetista se utiliza da linguagem das “ideais sem palavras”. Os medos arraigados e certa tradição construída num caldo de cultura de extrema direita – com contribuição significativa dessas empresas jornalísticas – são mobilizados para criar uma identidade que precisa ser defendida a qualquer custo.

Jesi afirma que todo o aparato simbólico do nazismo que bebeu das “ideias sem palavras” formou um tipo de religião da morte que realizava rituais defensivos contra um inimigo que mesmo sendo “indigno”, no imaginário da intolerância, tinha a posse de certos conhecimentos que o tornava poderoso e uma ameaça à existência. Ele afirma que foi essa religião da morte que mobilizou os nazistas para que realizassem o que os judeus chamam de *Shoá*, o holocausto, a partir de uma ideia de defesa de sua própria existência e lugar no mundo.

Faço agora uma pausa, com lágrimas nos olhos e coração dilacerado, para dizer que a maldita religião da morte criada para legitimar a nefasta necropolítica neoliberal e os combatentes quixotescos do Lulopetismo assassinou Moa do Katendê, Marcelo Arruda, Bruno Araújo, Dom Phillips, Mãe Bernadete, Marielle Franco...

Respiro.

Luto.

Réquiem.

Mais uma vez, o *Estadão* busca canalizar a mobilização das ruas para o empoderamento dos atores institucionais que deveriam executar o golpe parlamentar contra Dilma (e o jornal fez isso de forma reiterada), ainda sempre ressaltando que a destituição seria constitucional.

A maioria dos brasileiros [...] exige que a petista Dilma Rousseff deixe a presidência da República. A oportunidade de expressar concretamente essa demanda e, assim, **impulsionar a máquina institucional responsável por destituí-la, conforme prevê a Constituição**, será oferecida hoje, nas manifestações populares programadas Brasil afora (Chegou a hora de dizer: basta!, *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 2016, p. A3, **grifos deste autor**).

Essa estratégia narrativa e política de se apropriar, ou de se colocar como parte integrante do movimento para dizer o que deve ser feito, se repete no editorial em que o jornal retrata os resultados da grande manifestação: os “manifestantes vão percebendo que a realização de seus anseios só poderá dar-se no Congresso Nacional. Ou seja, a crise política, econômica e moral montada pela corrupção lulopetista só será desmontada na arena política (E o Brasil disse: basta, *O Estado de S. Paulo*, 15 mar. 2016, p. A3).

Entre frases grandiloquentes e superlativas, o *Estadão* enaltece os manifestantes que foram às ruas contra Dilma, Lula e o PT. O jornal dá um tom épico ao evento ao afirmar que se tratou da “maior manifestação do gênero na história da República” que teria acabado de uma vez com o “famigerado ciclo de poder lulopetista”.

O 13 de março apontou o caminho com uma clareza absolutamente inquestionável: basta! O governo Dilma acabou de fato e com ele o famigerado ciclo de poder lulopetista, que depois de se sustentar por anos apoiado no populismo rasteiro que teve seus momentos de brilho no embalo de uma conjuntura favorável afundou o País na atual crise política, econômica e moral.

... ficou claro que uma mobilização como a que reuniu multidões no 13 de março só poderia ter sido feita por movimentos suprapartidários, enraizados num genuíno e multifacetado anseio popular por mudança. Os milhões de brasileiros que saíram mais uma vez às ruas sabem exatamente o que não querem, mas estão divididos quanto ao que, além disso, desejam. Mas nem por isso deixam de se unir em torno dos pontos com os quais concordam. E o fazem como bons cidadãos e vizinhos, em paz e concórdia. Na verdade, conseguem extrair alegria de um momento de grande gravidade (E o Brasil disse: basta, *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 2016, p. A3).

No mesmo editorial, o jornal ainda critica as reações de defesa do mandato de Dilma Rousseff ao afirmar que o que ela e o PT querem é tentar, “*in extremis*, perpetuar um projeto de poder que se sustentou com o maior esquema de corrupção na gestão pública de que o País tem notícia” (E o Brasil disse: basta, *O Estado de S. Paulo*, 15 mar. 2016, p. A3). O *Estadão* pede mais uma vez a renúncia de Dilma, com o argumento de que só assim ela de fato respeitaria a vontade popular.

Dilma não só não renunciou à Presidência como resolveu levar Lula para o coração de seu governo. No dia 16 de março de 2016, a presidenta anuncia seu padrinho político como ministro chefe da Casa civil como última tentativa de salvar seu mandato. Nos setores oposicionistas, esse ato foi interpretado como uma tentativa de Lula garantir foro privilegiado e obstruir as investigações da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. *O Estado de S. Paulo* reage fortemente à nomeação daquele que em suas páginas era representado como o “chefão” do bando.

... ao transferir o comando do País a seu padrinho – que no domingo passado, na forma do Pixuleco, foi um dos principais alvos das clamorosas manifestações de protesto que tomaram conta do País –, Dilma desmascara o apreço que o lulopetismo alega ter pela ‘voz das ruas’. Fazer de Lula ministro de Estado, neste momento, é afrontar os brasileiros.

[...]

Finalmente, Lula e o PT se deram conta de que o problema não era a equipe, mas a própria Dilma. E ao que tudo indica, o chefão do PT, docemente constrangido, acabará cedendo aos apelos da tigrada e assumirá o poder de fato como último recurso para salvar a si mesmo e a seu partido (Nova afronta aos brasileiros, *O Estado de S. Paulo*, 16 mar. 2016, p. A3).

A narrativa tecida pelo *Estadão* interpreta a nomeação de Lula como uma tomada de poder pelo “lulopetismo” em sua agonia final. O jornal passa, então, a atacar de forma virulenta e incessante o ato nos dias seguintes. Publica-se, seguidamente, um editorial após o outro, dia após dia, convocando a população e as instituições a reagirem e não permitirem a posse do então ex-presidente como ministro.

Não é outra coisa senão um golpe de Estado a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia da Casa Civil do governo de Dilma Rousseff. Esse ato foi, simultaneamente, uma declaração de guerra aos brasileiros honestos e às instituições da República e a abdicação de fato da presidente Dilma de seu cargo, entregando-o de vez a seu criador e consumando dessa maneira o tal ‘golpe’ que o PT, Dilma e Lula tanto acusavam a oposição de tramar. [...] Dilma aceitou acoitar Lula em seu gabinete, concedendo-lhe foro especial para que o chefão tenha melhores condições de tentar se safar da Justiça – uma sacada que transforma o exercício do governo em algo próximo do mais puro e simples gangsterismo. [...]

Enquanto o dia de encarar o tribunal não chega, Lula poderá exercer a Presidência de facto, sem ter recebido um único voto de um único brasileiro para isso. E não se diga, com o cinismo que é peculiar ao lulopetismo, que Lula, afinal, nunca deixou a cadeira presidencial e sempre influenciou Dilma. O que vai acontecer daqui em diante, ao menos na cabeça dos apaniguados do chefão petista, está em outro patamar: **Lula vai ditar a política econômica, promovendo a ‘virada’ tão desejada por essa caterva de irresponsáveis.** Aos cidadãos brasileiros, ofendidos por essa desavergonhada demonstração de desprezo pela democracia, resta exercer nas ruas o direito de manifestação e pressionar o Congresso e o Judiciário a

não permitirem que o golpe se complete. **O Brasil não pode ser governado por uma quadrilha** (Golpe de Estado, *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 2016, p. A3, grifos do autor).

Neste último editorial, abrem-se algumas frentes interessantes para a análise da narrativa. A primeira se trata do tom adotado que beira ao desespero. Após o jornal praticamente escrever o epitáfio do chamado Lulopetismo depois das grandes manifestações do dia 13, agora Lula se tornaria o ministro mais poderoso do governo. Uma frase pode explicar o tom exacerbado da indignação: “Lula vai ditar a política econômica promovendo a virada tão desejada por essa caterva de irresponsáveis”.

O medo em relação a Lula tem um nome, a saber, fobia do investimento público. Temia-se que o ex-presidente pudesse continuar livre e com poder para tocar uma agenda econômica diversa da “Ponte para o futuro” propagada por Temer e defendida pelos jornalões e classes dirigentes.

As palavras do jornal indicam que, para a empresa jornalística, a janela de oportunidade em implementar reformas austericidas não poderia ser desperdiçada. Por isso a reiteração constante, o combate intenso contra a posse de Lula. Como ilustração, em mais de uma oportunidade, o jornal relembra uma frase que Lula teria falado nos anos oitenta de que “quando um pobre rouba, vai para a cadeia; mas quando um rico rouba, vira ministro”. Mas, no caso, os editoriais aplicavam a ilustração ao próprio ex-presidente.

Uma outra frente que se abre à análise é a preocupação em deslegitimar as denúncias de setores da sociedade e do próprio governo de que o movimento pela derrubada de Dilma se tratava de um golpe. A reiterada argumentação de que o processo contra Dilma seguia os preceitos constitucionais – ainda que o espaço para a discussão da denúncia fosse praticamente nula – aliada a tentativa de ridicularizar a ideia de que um golpe estaria sendo urdido demonstra a importância que o tema tomou no debate público²⁴⁰.

A virulência do jornal em apontar uma urgência desesperada em derrotar o “gangsterismo” ou “quadrilha” que estaria incrustada no centro do poder pode ser encaixada em uma estratégia discursiva de ter a prerrogativa de elaborar qual era o real problema que deveria ser enfrentado. Pautar o debate público, forjar realidade

²⁴⁰ PIMENTEL P.; MARQUES J. Narrativas em disputa: os editoriais de *O Globo* e a desconstrução da ideia de “golpe” durante o impeachment de Dilma Rousseff. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, 46:2. 2021.

através da linguagem e fornecer as armas, ou discursos, para combater o inimigo: o “famigerado lulopetismo”.

No mesmo dia do anúncio da nomeação de Lula, o então juiz Sergio Moro divulgou, estrategicamente, um áudio que caiu como uma luva para a narrativa formulada pelo *Estadão*. Num tom que se relaciona com as narrativas que aqui estamos remontando, ele afirmou que “a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras²⁴¹”. O áudio em questão – que depois seria considerado ilegal – tratava de uma conversa entre Dilma e Lula sobre o termo de posse do ministério. O diálogo foi alardeado como a prova de que o PT estaria tramando uma obstrução às investigações para salvar o então ex-presidente.

Logo no dia 18, *O Estado de S. Paulo* louvava o ato de ex-juiz com as seguintes letras: “Graças à iniciativa do juiz Sergio Moro de levantar o sigilo das gravações, os brasileiros puderam constatar, de maneira indesmentível, que com essa gente [agentes do lulopetismo] não há conversa republicana” (Vergonha! Vergonha!, *O Estado de S. Paulo*, 18 mar. 2016, p. A3).

Logo na cerimônia de posse, a então presidenta Dilma reagiu a divulgação dos áudios asseverando que “convulsionar a sociedade brasileira em cima da inverdade, de métodos escusos, de práticas criticadas, viola princípios e garantias constitucionais, viola o direito do cidadão e abre precedentes gravíssimos. Os golpes começam assim²⁴²”. *O Estadão* também reagiu às falas de Dilma.

Após ter praticado um autêntico golpe de Estado em favor de seu mentor, Lula, Dilma Rousseff deu mais um tapa na cara dos brasileiros ao decretar que devem calar a boca aqueles que se insurgem nas ruas contra seu governo, acusando-os de agir sob o efeito de emoções artificialmente criadas e assim se tornarem instrumentos de uma conspiração armada contra os interesses do povo. Essa investida, que sinaliza a estratégia a ser seguida doravante pelo lulopetismo na tentativa de manter-se no poder. [...] A estridência de Dilma Rousseff nas ameaças, nem sempre veladas, aos inimigos que vê por todos os lados, especialmente no Judiciário, não ocultou a humilhação porque passava a outrora voluntariosa presidente. Naquele momento, ela abria mão do respeito a si mesma e fingia continuar sendo a chefe de governo e de Estado, mesmo já tendo entregue o poder de fato a seu mestre e criador (Vergonha! Vergonha!, *O Estado de S. Paulo*, 18 mar. 2016, p. A3).

²⁴¹ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/moro-diz-que-governados-devem-saber-que-fazem-os-governantes-18893559> > acesso 19 jul 2023.

²⁴² Disponível em < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/18/interna_politica,744769/acuada-pelos-protestos-nas-ruas-e-da-oposicao-dilma-decide-atacar.shtml > acesso 19 jul 2023.

Em outros editoriais, o jornal passa a cerrar suas fileiras em defesa da Lava Jato e das decisões de Sergio Moro. Ridicularizando as denúncias dos líderes petistas contra os métodos da operação, o *Estado* enuncia que a sociedade brasileira estaria totalmente do lado dos investigadores.

Parece maluquice, mas é apenas a exacerbação da sem-vergonhice: o PT anda querendo criminalizar a Operação Lava Jato. [...] É evidente que a sociedade está do lado de quem cumpre a lei. As manifestações do dia 13 de março foram suficientemente elucidativas quanto a isso. [...] A população respeita e admira a Operação Lava Jato (Não é a Lava Jato que está fora da lei, *O Estado de S. Paulo*, 21 mar. 2016, p. A3).

O Globo

Em março de 2016, *O Globo* intercala a tessitura de sua narrativa entre suas críticas ao aprofundamento da crise econômica e a produção quase como de um itinerário da Operação Lava Jato, antecipando caminhos para a investigação, provendo discursos de defesa e significando o Lulopetismo em desespero. A saga lulopetista é engendrada em um clima de uma constante tensão que vai se elevando até alcançar seu ápice. Nessa escalada, os eventos que já citei – como o vazamento da delação de Delcídio do Amaral, a condução coercitiva de Lula, as manifestações do dia 13 e o vazamento dos áudios do ex-presidente com familiares, políticos e a própria presidenta Dilma com seus fatos consequentes – se interconectam pela intriga montada pelo jornal de forma a produzir um ambiente que se assemelha a uma respiração em suspenso.

Essa trama que provoca uma dramática apneia nos leitores é um recurso que provoca uma certa ansiedade que busca tangenciar outros aspectos da afetividade. Os personagens dessa narrativa já estão bem moldados e posicionados. Já conhecemos suas características e seus papéis nessa saga, apenas esperamos o fechamento do arco de cada um deles. O leitor foi preparado para finalizar a narrativa a partir dos próximos resultados. O desfecho já é vaticinado. Tudo leva a crer que o famigerado Lulopetismo será derrotado e o caos retrocederá para que o sol volte a brilhar em sua última página. Mas os editoriais não cravam a resolução do impasse. O aumento da tensão não elabora sua consecução. Ao contrário, o leitor é comprimido como numa panela de pressão que não extravasa, que não se resolve. O fim que parecia certo não vem.

A utilização desse recurso narrativo aqui, nesse momento, no começo da escalada mais combatente da articulação pela derrubada de Dilma e de demonização da personagem Lula me paralisou. Reavaliando meus pressupostos e voltando, nesse momento, às páginas que aqui já escrevi, percebo que não consigo, a priori, dar conta dessa elaboração narrativa. Até então busquei compreender certos recursos e técnicas literárias que buscavam a demonização do lulismo. Ironia, deboche, raiva, ressentimento, ira, indignação foram usados de forma estratégica, respondendo e antecipando os lances e movimentos não só da política institucional, mas de todos os atores em cena. O despertar desses sentimentos no leitor convoca-o a lutar, guerrear, combater esse grande inimigo que precisa ser aniquilado. Mas aqui temos paralização, ansiedade, sentimento de incompletude; a provocação de um sensível e angustiado olhar. Sensibilidade era um significante que não esperava encontrar aqui.

Esses mesmos sentimentos passam a me tomar nesse momento em que escrevo cada uma dessas letras. Deixei passar alguma coisa? Meu olhar, meu lugar, meu engajamento político fez com que algo me escapasse? Não só sobre a análise crítica que aqui opero, mas minha análise política do todo. Passam-se agora, em meu pensamento, tantas imagens que criei desde 2013 até esse momento. Meus posicionamentos e principalmente meus rompimentos.

Percebo que falta uma avaliação mais acurada, porém não menos engajada do processo de extremização política que *O Globo* contribuiu a impulsionar. É preciso olhar para os afetos exarados das páginas não só jornalísticas, mas das páginas das vidas que foram tragadas pelo ódio. A decepção, a falta, a frustração o desalento, a angústia também podem ser mobilizados para gerar a adesão a projetos antidemocráticos. Em editorial publicado no dia 6 de março e intitulado “Em 13 anos de escândalos”, notem como o jornal carioca reinicia sua narrativa no período.

À medida que o tempo passa e as investigações da Lava-Jato se aprofundam, cresce a importância da questão sobre como um programa de bons propósitos (justiça social, distribuição de renda e tantas outras louváveis intenções), e ainda de uma faxina ética histórica na política deu no que deu. A frustração é acabrunhante para qualquer petista de boa fé. Na economia, os graves equívocos cometidos desde o segundo mandato de Lula (2007-10), com a atual presidente Dilma na Casa Civil, e no primeiro mandato da ministra ungida presidencial por Lula, provocaram um cataclismo [...]. Resulta uma tragédia: queda de renda e retrocesso nos ganhos sociais de que os próprios lulopetistas se orgulham – e faturam em períodos eleitorais. Ou faturavam (Em 13 anos de escândalos, *O Globo*, 06 mar. 2016, p. 18).

Lendo o título, pensava que seria mais uma renitente e persistente tentativa de disputar de forma irônica e raivosa a memória dos anos de governos petistas, ressignificando os sentidos do lulismo. Realmente, existe essa operação de linguagem que recria o passado para produzir significação sobre o Lulopetismo. Mas a forma com que é feita, dessa vez, se utiliza do sentimento de lamentação pelo desvirtuamento do projeto que teria (olha só) boas intenções. O mesmo jornal que forjava a criatura lulopetista para combatê-la, agora fala em frustração com seus rumos. A palavra “acabrunhante” é usada para denotar desânimo, desalento, tristeza pela deturpação do projeto lulista.

O *Globo* afirma ainda que a corrupção incrustada nos governos petistas teria surpreendido mais ainda, uma vez que, como citou o editorial, o projeto petista se tratava de uma “faxina ética histórica”. Existe aqui uma inflexão importante se considerarmos o que foi engendrado até então. Porém, uma coisa é certa, *O Globo* não faz, nesse contexto, nenhum apelo veemente de solução ou produz textos que pedem a derrubada de Dilma. A empresa jornalística coloca em relevo o impasse. Reforça que as coisas não vão melhorar se o impasse não for resolvido, mas não conclama diretamente a tomada do poder. Uma possibilidade interpretativa é a ideia de aproveitar que a Lava Jato coloca de vez Lula na cena do crime para realizar uma tarefa mais importante, a de se comunicar não mais com seu público habitual e sim com aqueles que se desapontaram e creem que aquele em que já votaram e depositaram suas esperanças realmente se corrompeu.

Importa, também, a quantidade de editoriais mobilizados durante o período para criticar, duramente, o aprofundamento da crise: “a atual crise econômica, em marcha batida para ser a mais grave da história tem origem bem conhecida [...]. erros crassos do tal do ‘novo marco macroeconômico’” (Crise política joga economia no chão, *O Globo*, 8 mar. 2016, p. 16). O jornal reitera que toda a crise econômica tem origem na política, na condução ideológica lulopetista que foge ao “receituário” considerado técnico e correto.

[...] se pressupunha que, sob a égide da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], surgiria uma cultura de seriedade na administração das finanças públicas. Mas o PT ganhou as eleições presidenciais de 2002, Lula adotou velhas ideias econômicas, com a ajuda da então chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, futura presidente também com dois mandatos. E voltou-se à estaca zero, com a quebra do Estado (Contribuinte paga a conta da negociação de dívida, *O Globo*, 13 mar. 2016, p. 18).

[...] transcorre em todo país, a tragédia do desemprego, vivida de maneira crescente por milhares de famílias. [...] no Brasil do cidadão comum, angústia de milhões de desempregados como a continuar a pagar as contas com dinheiro limitado do FGTS e ou a partir do esgotamento do seguro. Um drama que não era vivenciado no Brasil. [...] A deterioração da economia e do quadro político ocorre no mesmo universo. Os sinais de desestabilização do governo Dilma, os cuidados do PT e do Planalto com um Lula sob investigação são questões turbinadas por uma crise econômica construída a partir do segundo governo Lula e consolidada no primeiro mandato de Dilma. O desemprego, o drama social e o rebuliço brasiliense são capítulos da mesma história (Desemprego expressa o drama humano na crise, *O Globo*, 16 mar. 2016, p. 14).

[...] o monstro da recessão, alimentado pelas políticas equivocadas do lulopetismo na economia, está engolindo postos de trabalho com a voracidade de um titã. E que parece longe de mudar seu curso. [...] Para o trabalhador, é um horizonte de desespero; para o mercado de trabalho, um indicador de terra arrasada. Pior ainda é que, diante desse perfil que lança o fantasma da incerteza sobre milhares de famílias, o governo federal não faz os movimentos necessários para mudá-lo (A serviço do desemprego, *O Globo*, 21 mar. 2016, p. 12).

Agora, assim como na narrativa entretecida pelo *Estado* no período, o evento paradigmático da qual dependem as elaborações da intriga configurada pelo jornal naquele momento fundamental para os desdobramentos da crise política é, sem dúvida, a condução coercitiva de Lula no dia 4. O grande mote do *Globo* ao introduzir e criar o acontecimento em suas páginas é a ideia de que a justiça finalmente estava alcançando a todos. A ideia subjacente é que se o grande expoente da política brasileira foi obrigado a depor sob vara era porque finalmente a ideia “republicana” de que ninguém está acima da lei foi alcançada. Agora imperaria o que os próprios ícones do lavajatismo chamavam de *rule of law* – e como eles adoravam pronunciar com sotaque paranaense essas palavras na língua inglesa.

[...] o fio da meada que a Lava-Jato começou a puxar na investigação de doleiros que atuavam em torno de uma casa de câmbio numa área de um posto de combustíveis em Brasília, [...] acaba de chegar, literalmente à porta do ex-presidente Lula. [...] Passava a emergir o esquema lulopetista de drenagem de dinheiro público da Petrobras, recursos contabilizados aos bilhões, e escancarava-se as portas do inferno para vários políticos do PT e de partidos aliados. Ontem chegou a vez do ex-presidente. Era certo que em algum momento ele seria chamado a prestar um primeiro depoimento. [...] O momento em que isso ocorre também é especial. A condução coercitiva do ex-presidente a depor, feita por policiais federais, pode até ser entendida como uma resposta às pressões bem-sucedidas de Lula e seguidores para a troca do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ex-deputado petista, acusado pelos lulopetistas de não conseguir controlar a PF na Lava-Jato. [...] É pouco provável [...] mas ficou o registro da curiosa coincidência, como se fosse um recado a quem planeja invadir prerrogativas operacionais da Polícia Federal, em defesa do ex-presidente, de aliados ou de quem for (Uma reafirmação dos princípios republicanos, *O Globo*, 05 mar. 2016, p. 20).

Esse evento pautou, rapidamente, as capas e editoriais de praticamente todos os jornais. De forma quase que instantânea, esse acontecimento foi erigido como um monumento do que o lavajatismo considerava a pedra fundamental de um novo Brasil. O país que acabava com a impunidade dos políticos corruptos. Um Brasil que instauraria um novo estado de coisas. Sim, senhoras e senhores, herdaríamos a terra que mana leite e mel. O discurso lavajatista preponderante em *O Globo* é de suma importância para arregimentar camadas relevantes da população, incluído aí as classes médias, de que o grande problema do país era a corrupção. Talvez seja a única vez no mês que o jornal adota um tom de engajamento, mudança, perspectiva de futuro que se contrapõe a narrativa que já comentei que esbarrava no lamento, na frustração e no impasse.

O Globo apontava que “a maré de notícias ruins para o lulopetismo também já atinge diretamente a presidente Dilma (Uma reafirmação dos princípios republicanos, *O Globo*, 05 mar, 2016, p. 20). A detenção do marqueteiro João Santana, um dos grandes responsáveis pelos signos e a estética lulista, foi um duro golpe no governo, uma vez que ele assessorava Dilma em diversos momentos cruciais de seu mandato, ao mesmo tempo que confessou que tinha recebido dinheiro de caixa 2 pelos serviços prestados na campanha presidencial da mandatária. Ao mesmo tempo foi vazada a delação de Delcídio do Amaral que *O Globo* asseverava que ela “envolveu Lula e Dilma de forma direta em todo o escândalo. Lula, por exemplo, na articulação para o amigo pecuarista José Carlos Bumlai comprar o silêncio de Cerveró [...]; Dilma acusando-a de saber das maquinações lulopetistas na estatal [...]”

Jessé Souza, *en passant*, aponta a importância dos jornais para a formulação das narrativas oposicionistas ao projeto político de Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores. Em *A Radiografia do Golpe*, o autor afirma que os jornais encontraram no discurso do moralismo, do combate à corrupção e na figura do juiz Sérgio Moro a narrativa e o líder carismático que faltavam para se contrapor ao carisma de Lula junto às classes populares²⁴³.

O cerco parecia estar fechado. A empresa jornalística emenda dia sim, dia não as “descobertas” do escândalo à sua narrativa. *O Globo* incorpora a Lava Jato em si. Quando a operação é defendida em seus editoriais, não é apenas o trabalho do juiz Sérgio Moro, da Polícia Federal e do Ministério Público do promotor Dallagnol que são

²⁴³ SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

preservados. A defesa é de seu próprio projeto de país. A defesa é à própria atuação política da empresa jornalística carioca. A Lava Jato é uma operação, primordialmente, jurídico-midiática, sendo *O Globo* seu principal braço.

[...] o ministro Jacques Wagner entrou em terreno ingrato para ele quando acusou o juiz Sérgio Moro, bastante apoiado pelos manifestantes, de “criminalizar a política. Em sua defesa, Moro pode citar algumas estatísticas da Operação Lava-Jato, de que faz parte: até agora, 67 pessoas condenadas a um total de 925 anos e 11 meses de prisão; R\$ 6,4 bilhões em propinas investigadas e R\$ 2,9 bilhões recuperados mediante acordos. Quem mesmo criminaliza a política? (Atoleiro, *O Globo*, 16 mar. 2016, p. 8).

É certo que o status de Lula faz com que a sua condução coercitiva seja intensamente debatida. Porém, foi uma em 117 já executadas. Em 116 não houve este clamor, acima até mesmo da curiosidade em saber as suspeitas em torno de Lula. A maneira como transcorre a Lava-Jato, sempre com respeito à lei – tanto que a maioria dos recursos contra atos do juiz Sérgio Moro tem sido rejeitada nas instâncias superiores – precisa servir de exemplo a líderes de partidos e grupos políticos (A responsabilidade dos líderes pela paz nas ruas, *O Globo*, 09 mar. 2016, p. 16).

O Globo mesmo encampa e dá ampla publicidade ao projeto formulado por procuradores da Lava Jato chamado de “As dez medidas”. Segundo o jornal, o projeto visava “melhorar a eficácia da Justiça no combate à corrupção”. Por vir da força-tarefa que instaurara “Um momento especial na luta contra a impunidade”, como afirmava o título editorial do dia 10 de março, “são propostas inspiradas nas dificuldades que [a Lava Jato] tem encontrado numa investigação histórica” (Um momento especial na luta contra a impunidade, *O Globo*, 10 mar. 2016, p. 16).

Reflita comigo, caro leitor e cara leitora. É plenamente admissível que as leis possam ser escrutinadas e melhoradas para atingir melhor seus objetivos, principalmente àquelas que visam à democratização e o combate a todos os tipos de desigualdades e violências. Mas nesse caso específico, trata-se da defesa tópica e casuística para permitir que certos tipos de atitudes e ações antes ilegais passassem ser legalizados para pavimentar um caminho de maior segurança jurídica às flagrantes irregularidades cometidas durante a operação. Nesse mesmo editorial, é celebrada uma decisão da Suprema Corte que permitia a prisão antes do famoso “trânsito em julgado”. Legitimando o encarceramento definitivo antes de esgotarem todas as possibilidades de demonstração da inocência.

O sentimento aqui é de regozijo do projeto lavajatista, mesmo com alertas vigilância. “Não há guerra vencida neste terreno. Sempre existem chances de interferência de poderosos. Apesar de tudo, ocorrem vitórias importantes contra a

corrupção nas ‘elites’ às quais o lulopetismo se aliou (Um momento especial na luta contra a impunidade, *O Globo*, 10 mar. 2016, p. 16).

É possível perceber que a operação Lava Jato é compreendida como a ponta de lança de uma grande mudança de paradigma não só na política como na sociedade brasileira. Uma mudança de racionalidade em que existiria um enfrentamento aos poderosos, enquanto os paladinos da anticorrupção salvavam heroicamente o país para higienizar e retirar da política a metástase que impedia os brasileiros de alcançarem seus sonhos. Os “técnicos imparciais” da Lava Jato que promoviam uma revolução na defesa do interesse público contra os interesses mesquinhos, partidários e escusos da classe política que usa o Estado em seu próprio benefício contra a sociedade. Se pensarmos bem, esse é o mesmo papel normativo que a Imprensa se auto determina para legitimar sua atuação, eminentemente, política. Em resumo, a Lava Jato, enquanto operação aliançada com os grandes jornais – principalmente do Grupo Globo – foi o que foi porque desde saída contava com os mesmos valores clássicos do jornalismo brasileiro.

Outro ponto a se notar, é que essa remontagem narrativa de como o lavajatismo se define tem total sinergia com a racionalidade neoliberal. Ou seja, a operação que sacudiu o Brasil tinha interesses políticos e econômicos muito visíveis que se ligavam aos interesses de frações da política institucional e de setores das classes dirigentes que no momento de aguçamento da crise política precisavam aproveitar a crise generalizada para fazer valer seus interesses mantendo a ordem do capital, promovendo um massivo assédio político para mudanças estruturais no aparato político-jurídico que não só garantisse como aumentasse sua acumulação.

É aqui que entra a outra ponta desse emaranhado político. O neoliberalismo não só é um programa econômico ou uma cartilha de medidas que atacam radicalmente os direitos sociais. Ele também é uma racionalidade a governar certas condutas dos indivíduos. Condutas essas que partem de uma mudança profunda das subjetividades. Ou seja, não bastava tomar de assalto um mísero e suposto projeto de Estado social brasileiro. Era preciso sequestrar mentes e corações para a racionalidade neoliberal a fim de legitimá-lo. Margaret Thatcher já falava: “A economia é o método, o objetivo é mudar a alma”.

Essa é a visão sobre o neoliberalismo em Michel Foucault através de seu curso *Nascimento da biopolítica* ministrado no *Collège de France* em 1979²⁴⁴. Indo ao cerne da questão, o genial filósofo francês aponta que o poder não opera somente em seu aspecto “negativo”, coercitivo e verticalizado a partir de instâncias estatais, mas também em um aspecto “positivo”, no sentido de produzir novas formas de subjetivação, novas formas de existência. Desse ponto de vista, aspectos da vida cotidiana das populações que rotineiramente não são percebidos como pertencentes à esfera política, como a sexualidade, a natalidade, a longevidade, a higiene, entre outros, passam a ser pautados por uma “*governamentalidade*”, ou seja, um governo das condutas. Foucault afirma que a biopolítica é uma operação da governamentalidade – ou racionalidade governamental – liberal que estende suas tecnologias de poder “à população, aos espaços de vida, as múltiplas atividades e domínios da existência”.

Em suma, a racionalidade neoliberal governa os indivíduos, regula as condutas, faz a gestão da população manipulando seus interesses para que os percebam – ao mesmo tempo que percebam a si mesmos – como as mesmas do “mercado”. A vida social, o meio em que as pessoas vivem são construídos de forma a produzir subjetividades que os fazem agir através da lógica concorrencial do mercado. A partir disso, os trabalhadores e as trabalhadoras são instados a se enxergarem como concorrentes e não como classe. A noção do coletivo e do social perde para a lógica do interesse individual e da concorrência; os laços de solidariedade são desfeitos para que se aceite a ideia de que, na luta pela sobrevivência, o indivíduo é o empreendedor de si mesmo; e, ao mesmo tempo, a culpa de seu infortúnio é de sua própria falta de mérito ao não investir em si como capital humano. Mais do que uma operação ideológica que produz uma falsa consciência da realidade, Foucault entende essa racionalidade neoliberal com uma tecnologia de poder.

Os escritores Pierre Dardot e Christian Laval entendem que a governamentalidade neoliberal é a nova razão do mundo pois

[...] não destrói apenas as regras, instituições, direitos. [...] com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa

²⁴⁴ FOUCAULT. M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da 'modernidade'. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns com os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade²⁴⁵.

Considero essa citação que faço desses dois pesquisadores e professores franceses, que se tornaram referência obrigatória no tema, essencial à nossa compreensão da profundidade do que está em jogo com o avanço do neoliberalismo, inclusive no Brasil. Lutar contra um programa político e econômico é possível até mesmo no discurso eleitoral, mas combater uma racionalidade que se dissemina através desses dispositivos de biopoder se traduz numa tarefa difícil e árdua.

O lavajatismo de *O Globo* buscava então atingir toda uma forma de pensar, de se conduzir, de imaginar. Trata-se de um flanco importantíssimo da guerra contra todas as forças que buscam uma outra imaginação que dissemine a cooperação, o social, o coletivo. Um sequestro de almas e a criminalização de corpos e mentes emancipadores. Não só emancipadores, mas até de corpos que mesmo sem ameaçar seus ganhos, obtêm legitimidade popular para obrigar o Capital e suas classes dirigentes a negociar. Lula é a prova cabal disso.

Falando em Lula, da mesma forma que o *Estadão*, *O Globo* retrata a reação do então presidente à sua condução coercitiva como destemperada e agressiva.

Há momentos em que o PT expõe por inteiro as raízes no mundo sindical. É assim no vício do assembleísmo, mas também na agressividade [...]. No episódio da chamada condução coercitiva de Lula, para depor sobre os mal explicados sítio de Atibaia e tríplex de Guarujá, emergiu, pelo próprio ex-presidente, essa agressividade. Temperada – como era de se esperar – por generosas porções de vitimização, outro traço lulopetista. Tudo previsível, conhecendo-se o partido e o ex-presidente. [...] Neste sentido, foi reprovável a primeira reação de Lula, na última sexta-feira, depois do qual partiu para transformar o diretório do PT em palanque de vociferação. Devidamente registradas pela imprensa que costuma acusar de “golpista”. O tom agressivo do discurso, de que constou a imagem da perigosa “jararaca” que sobreviveu à investida da Lava-Jato, estimulou de forma quase instantânea agressões na rua, à porta do diretório, a repórteres de meios de comunicação profissionais. Esta será a linha de defesa do lulopetismo? Funcionará ao contrário.

[...] o Brasil não é a Venezuela, onde as instituições foram quase que integralmente aparelhadas pelos bolivarianos. Lula, uma vez chegou a

²⁴⁵ DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16.

ameaçar convocar o “exército” de Stédile, do MST que fique na bravata, pois não há como fazer o Brasil urbano de 2016 recuar às Ligas Camponesas de Francisco Julião, das longínquas décadas de 50/60 (A responsabilidade dos líderes pela paz nas ruas, *O Globo*, 09 mar. 2016, p. 16).

Volta ao radar do jornal o Lulopetismo raivoso e autoritário, próprio do sindicalismo que “se vitimiza” e que ameaça como uma serpente. Peçonhenta essa pronta para atacar sua presa – no caso, a vontade de aparelhar o Estado brasileiro aos “moldes bolivarianos”. Aqui são reutilizados vários símbolos de uma linguagem das “ideias sem palavras”, como aponta Jesi. Todo fundo mitológico do pensamento autoritário brasileiro volta a ser organizado e sintetizado para provocar o medo desse poderoso ser que ameaça a paz, a lei e a ordem.

É nesse contexto que as manifestações marcadas para o dia 13 entram na narrativa. Como de costume, os protestos já são mencionados antes mesmo de sua ocorrência. Ainda no mesmo editorial do dia 9 de março, *O Globo* afirma que o “tom agressivo do discurso de Lula, depois de depor na Lava-Jato, amplificado por Gilberto Carvalho, gera temores diante de um domingo de manifestações” (A responsabilidade dos líderes pela paz nas ruas, *O Globo*, 09 mar. 2016, p. 16).

Na véspera dos atos antipetistas, dia 12, o jornal censura a atitude de procuradores paulistas que antecipam um tenebroso e mal-ajambrado texto que denuncia Lula no caso do triplex de Guarujá, pedindo sua prisão. A peça acusatória foi tão mal escrita e tão inoportuna que até mesmo os inimigos de Lula tiveram que desmerecê-la. O texto editorial afirma que “a escolha deste momento, pelos procuradores, para encaminhar o pedido de prisão de Lula, também foi desastrosa. [...] No caso, deveriam ter sido mais cautelosos numa semana tensa, na contagem regressiva para as manifestações contra o governo Dilma, Lula e o PT no domingo. Haverá quem use o fato para incitar militantes. Se houver violência no domingo, todos perderão, a democracia em primeiro lugar” (Implicações do frágil pedido de prisão de Lula, *O Globo*, 12 mar. 2016, p. 14).

O interessante é que o jornal até mesmo testa um possível título de manchete para os eventos que se seguiriam no domingo: “Manifestações contra o governo Dilma, Lula e o PT”. Utilizando o jargão jornalístico, esse *lead* premonitório dos atos do dia 13 diz muito sobre os objetivos da aliança que (já percebemos) passou a operar em conjunto pela derrubada de Dilma. Era preciso não somente derrubar Dilma do poder através de um golpe disfarçado de impeachment, como seria importante galvanizar o ódio e a demonização de Lula para garantir sua futura prisão, uma vez

que a aliança lavajatista o enxergava como o líder máximo de uma organização criminosa. Ao mesmo tempo, era preciso promover a deslegitimação do Partido dos Trabalhadores para acabar com uma futura oposição a um possível governo pró-mercado que viria com Michel Temer. Todo esse esforço conjunto em prol da terra arrasada na implementação das reformas propostas pelos agentes do “Ponte para o futuro”.

É no dia 15 que o jornal escreve sobre as manifestações. Querida leitora e querido leitor – chamo sua atenção, neste momento, com um sorriso amarelo de incredulidade – notem o título do editorial: “Um ‘basta’ nas ruas a Dilma, Lula e PT”. Sim, caros amigos e amigas, o poder da Forja é imenso. Ao mesmo tempo que nomeia o evento, existe uma associação com o título do editorial do *Estado de S. Paulo*, “Chegou a hora de dizer: basta!” Ainda que *O Globo* tente, de alguma forma, parecer mais do que um manifestante antipetista – como o *Estadão* não tem vergonha em esconder – a sinergia entre os concorrentes no mercado da atenção é evidente.

O Globo narra as manifestações da seguinte forma:

Em crises profundas e amplas como a atual, a evolução de suas vertentes política e econômica não costuma se dar na mesma velocidade. Neste domingo, impulsionados pelo maior conjunto de manifestações de rua da História do país, o calendário e o relógio da face política da crise apertaram o passo rumo a um desenlace. Até aqui o processo assustador de liquefação da economia permanece sem uma perspectiva de solução – mesmo que as melhores alternativas para reequilibrar as contas públicas, conter inflação, reativar investimentos e consumo sejam conhecidas. Porém, por desagradarem a PT e aliados, nada se faz. É neste ponto que as crises política e econômica se entrelaçam e interagem. Mas os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula e PT, e a favor de Sérgio Moro e Lava Jato [...] tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país, que forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada em Palácio. [...] Dilma e os ministros mais próximos, noticia-se, se curvaram ao fato estrondoso da ida às ruas em protesto contra ela, seu mentor e seu partido (Um ‘basta’ nas ruas a Dilma, Lula e PT, *O Globo*, 15 mar. 2016, p. 14).

A empresa jornalística da família Marinho vive um dilema aqui. Ao mesmo tempo que parece que a energia mobilizada pela militância antipetista nas ruas pode acelerar um desenlace para as crises que se sobrepõe, ao mesmo tempo admoesta que não há perspectiva de melhora e solução para economia, ainda que se adote o receituário neoliberal proposto pelo jornal. De qualquer forma, celebra-se uma vitória contra o Lulopetismo. O evento transformado em histórico parece como um anúncio de enredo. Dilma e aliados se curvam perante às ruas, diz o jornal.

Passado o evento emblemático, as atenções agora se voltariam à possibilidade do andamento do impeachment de Dilma. O vislumbre de que o julgamento de Dilma no congresso poderia andar de forma mais célere, após as manifestações, anima *O Globo* a sustentar a institucionalidade do impeachment, ainda que não defenda abertamente, sem subterfúgios e entrelinhas. O jornal sustenta que “[...] à medida que o tempo passa, os ânimos tendem a se exaltar, foi importante que a Câmara instalasse logo a comissão de impeachment”. Pensando naquele processo de angústia e aumento da tensão pelo desfecho que não vem, *O Globo* avalia que “um ingrediente que ajudou na fermentação de uma espécie de angústia nacional foi que, enquanto novas revelações vindas da Lava-Jato [...] tornavam ainda mais frágil a situação do governo Dilma, [...] Congresso e Justiça (no caso, a Eleitoral) operavam em outro ritmo” (Um impeachment é uma saída institucional da crise, *O Globo*, 19 mar. 2016, p. 20).

Nesse mesmo editorial, o periódico clama para que a resolução para a crise venha pelas instituições e não pelas ruas: “com o processo de impeachment tramitando, abre-se uma válvula de descompressão. Todas as forças políticas têm de combater a ideia tóxica de que tudo se resolverá nas ruas. Pois apenas agravará a situação, contra os interesses de todos os brasileiros” (Um impeachment é uma saída institucional da crise, *O Globo*, 19 mar. 2016, p. 20). A ideia de democracia representativa aqui serve apenas aos interesses de controlar os rumos do país por representantes sensíveis aos apelos do Mercado. Trata-se daquele ódio da democracia dos ditos representantes do “povo” tão denunciado por Jacques Rancière²⁴⁶.

Nem mesmo a condução do todo-mafioso presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, constrange a aliança em prol do golpe através do Parlamento. Logicamente, *O Globo* iria ajustar um discurso para que as escandalosas manipulações de Cunha não deslegitimassem o processo de impeachment.

Como ele [Cunha] usa sem pudor prerrogativas da presidência da Casa em defesa própria, há sempre conflitos em pauta que interessa ao país e seus objetivos. Tem sido assim desde que ganhou a eleição para presidente da Câmara. No caso do impeachment da presidente Dilma, ele agiu dentro dos limites legais do cargo quando aceitou o pedido. Mas contaminou a questão com a imagem de corrupto, construída a partir de fatos objetivos (Eduardo Cunha em curva descendente, *O Globo*, 04 mar. 2016, p. 18)

²⁴⁶ RANCIÈRE, J. **Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Estabelecidas de vez as regras do impedimento, Cunha, de costas para o Planalto faz tempo, promete ser rápido. Continua incômoda a presença na Mesa da Casa de alguém com a ficha de Cunha, investigado pela Lava-Jato, já denunciado ao STF pela Procuradoria-Geral da República, também autora de pedido à Corte do afastamento do deputado [...] Mas esteja ou não Cunha no cargo, o processo tramitará independentemente dele (Um ‘basta’ nas ruas a Dilma, Lula e PT, *O Globo*, 15 mar. 2016, p. 14).

O presidente da Casa, Eduardo Cunha, promete ser rápido. Cunha já realizou uma [sessão] ontem – fora dos costumes de uma Casa que quase sempre suspende os trabalhos na quinta – e, portanto, a presidente conta agora com nove sessões [para se defender]. Nesta hora, não importam os interesses pessoais do investigado Cunha ao executar o roteiro regimental. Para o país, interessa que seja rápido e dentro da lei (Um impeachment é uma saída institucional da crise, *O Globo*, 19 mar. 2016, p. 20).

Não é à toa que, entre àqueles que se manifestavam à época pela derrubada de Dilma Rousseff, Cunha era chamado de “meu malvado favorito”. A permissividade com que não só *O Globo*, mas toda a imprensa, normalizou a presença de Eduardo Cunha como o “capitão do golpe” realmente é escandalosa e reflete a hipocrisia do discurso ultramoralista anticorrupção do período.

Seguindo a narrativa – dentro da expectativa para os próximos passos do impeachment no Congresso Nacional – rumores na imprensa davam conta de que Lula seria convidado por Dilma para ser ministro do governo. Como já mencionei, na narrativa correspondente do *Estado*, essa ideia foi duramente combatida. No jornal *O Globo*, até antes da confirmação da nomeação de Lula como chefe da Casa Civil, já havia a disputa pelos sentidos de tal ato para imputar a possível posse do ex-presidente como ministro como uma maneira de escapar das garras da (in)Justiça de Sérgio Moro²⁴⁷.

A crise faz com que Dilma e Lula se abracem e joguem juntos seu futuro e, infelizmente, o do país. Às favas com a histórica demonstração de repúdio aos dois e a seu partido dada nas ruas no domingo, por milhões de brasileiros. Importa para eles manter a militância reunida em defesa de um projeto de poder, dar-lhe fôlego na venda da ilusão de que o inteligente e esperto ex-metalúrgico, torneio mecânico de ofício, consertará os grandes danos que ele mesmo ajudou a provocar na economia, e tudo isso só com vontade política, discurso e carisma. [...] Lula e Dilma fazem uma aposta arriscada. Ele – em busca do foro privilegiado que lhe concedeu Dilma – , que salvará a sua criatura do impeachment por meio do apaziguamento dos aliados no Congresso, ao mesmo tempo em que colocará a economia para crescer novamente, movida por medidas de extrema acuidade. E ela aposta que, ao aceitar terceirizar o governo com Lula, terá, enfim, tranquilidade para percorrer o resto do último mandato. Falta, por óbvio, combinar com os fatos (Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver, *O Globo*, 17 mar. 2016, p.14).

²⁴⁷ Confissão, *O Globo*, 10 mar. 2016, p. 5.

A ironia volta às páginas e palavras do *Globo*. Assim como o *Estadão* em seu desespero fez uma campanha contra a posse de Lula, o jornal carioca lança fora qualquer tentativa anterior de recorrer a efeitos de sentido que ampliassem o alcance de seu discurso para segmentos arrependidos de votar em Lula, Dilma e PT. Agora a demonização volta com tudo nas letras globais. O jornal tece sua narrativa incluindo a divulgação do áudio entre Lula e Dilma afirmando que implicaria, de forma evidente, “o ex e a atual presidente em gestões para barrar a Lava-Jato, consideradas atos de obstrução de justiça. [...] para Dilma e Lula vale mesmo tudo para se manterem no poder” (Vale-tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade, *O Globo*, 18 mar. 2016, p. 20). *O Globo* afirma que os áudios revelaram o verdadeiro Lula: virulento, centralizador e autoritário e que a tentativa de obstruir a justiça revela “como a mesma ideologia do aparelhamento do Estado move o lulopetismo em relação à crise”.

Fomentando a ideia de que os líderes petistas estavam a beira do desespero, o desprezo por seus personagens e aos seus projetos de país começam a saltar das páginas editoriais. Preste atenção nesse próximo trecho do editorial intitulado “Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver”.

Os dois reagem à crise que engolfa o governo e o PT de acordo com os respectivos perfis. Dilma Rousseff reencarna a guerrilheira que nunca se entrega, e Lula, a jararaca ferida no rabo, desejosa de vingança. Fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo e parte para o contra-ataque. Tomarão de arma na mão, ameaçam. Mesmo que nesta aposta e luta o próprio país esteja em jogo. Isso considerando-se que ao ceder poder a Lula [...] a presidente termine que ele patrocine o que poderá ser o ato final de debacle do país colocando o Brasil de vez na maior crise da sua História, com todos os dramáticos desdobramentos políticos e sociais previsíveis. Será o suficiente querer reeditar o “novo marco macroeconômico” - mais gastos, nada de ajuste fiscal (Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver, *O Globo*, 17 mar. 2016, p.14).

Interpretando as narrativas do *Estadão* sobre o Lulopetismo durante o combate à nomeação de Lula como ministro poderoso do governo Dilma, afirmei que se tratava de uma forma de garantir – a partir de duras reformas econômicas – a dilapidação do Estado. O medo do investimento público, o mesmo que garantiu o pequeno milagre econômico dos anos Lula, seria a concretização da hecatombe econômica que julgavam que poderia acontecer. Percebo que *O Globo* segue na mesma linha. O grande problema não é Lula, Dilma ou quem quer que seja. Inimigos seriam todos aqueles e aquelas que diante do aguçamento do conflito redistributivo defendessem a readequação da capacidade de investimento do Estado, afetando

suas expectativas e interesses. O editorial do dia 20 de março é paradigmático a respeito.

Há também, no Brasil, condições apropriadas para a corrupção, que não cessa com a supressão da democracia representativa. Uma dessas condições é que um Estado forte e muito presente na economia – o que facilita a troca de favores, a cobrança de pedágio e práticas similares. Pelo fato de o Estado atuar em mercados, assinar contratos de compra e venda, fazer investimentos, ele está próximo da possibilidade de “malfeitos” (Revitalização do exercício da política, *O Globo*, 20 mar. 2016. p. 18).

Em outras palavras, a *Forja e o Combate* contra o Lulopetismo, a guerra discursiva contra Lula, Dilma e contra as forças populares democráticas do país não era somente a eles, na verdade era uma guerra contra o projeto de um Estado social que nem sequer foi, realmente, tentado.

Lula não seguiria no ministério. O Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar que impedia sua posse. Não existia mais defesa institucional alguma ao mandato presidencial de Dilma Rousseff. As narrativas editoriais configuradas por *O Globo* no mês de março de 2016, clímax da crise política, contribuíram para a disputa de sentidos das últimas batalhas em torno da manutenção do governo. Em pouco tempo, Dilma seria deposta. A imagem de Lula atingiria seu pior momento. Tempos sombrios se avizinhavam para o lulismo.

Luiz Inácio Lula da Silva

Brasília, 10 de novembro de 2022.

Se tem um ser humano feliz no planeta Terra, sou eu. Eu to muito feliz porque sempre acreditei em Deus, e eu acho que depois de tudo o que aconteceu comigo, depois de tudo, eu sinto como se tivesse ressuscitado. Sabe, muita gente não imaginava que a gente pudesse ta vivendo esse momento agora. E nós estamos vivendo esse momento, não por um mérito pessoal de qualquer pessoa que esteja aqui, mas pelo mérito e compromisso coletivo que nós temos com o povo brasileiro e pela grandeza política do povo mais humilde e mais pobre deste país.

Isso significa que a gente não tem que ter vergonha de dizer que o nosso voto é o voto daquelas pessoas que mais necessitam. É daquelas pessoas que um dia

viveram num país que tinha um governo que olhou pra elas. Que governou, prioritariamente, pra elas sem esquecer da responsabilidade e da participação de outros segmentos da sociedade [...]. A gente não pensa no PIB quando a gente faz isso [obras para os mais pobres]. A gente não pensa na economia ou na macroeconomia, a gente pensa na sobrevivência da espécie humana que o Estado tem a obrigação de cuidar e dar a possibilidade da igualdade de condições para as pessoas.

E eu acho que [...] os milhões de brasileiros que votaram outra vez, votam por conta disso. Votaram porque vocês acreditam que embora a gente tenha que governar para todos, a gente tem que tratar, prioritariamente, as pessoas mais necessitadas. Mas a gente também não pode abdicar daquilo que era conquista e dava segurança ao ser humano mais humilde, alguns direitos que foram retirados dos trabalhadores. Parece pouco, mas a reforma na aposentadoria fez com que um trabalhador que recebia normalmente dois mil reais vai receber mil e trezentos reais agora. Parece pouco que uma mulher poderia receber dois mil reais de pensão do marido, vai receber metade disso.

Ora, por que que as pessoas são levadas a sofrerem por conta de garantir a tal da “estabilidade fiscal” nesse país? Por que que toda hora as pessoas falam “é preciso cortar gastos, é preciso fazer superávit é preciso fazer teto de gastos?” Por que que as mesmas pessoas que discutem com seriedade o teto de gastos não discutem a questão social deste país. Por que que o pobre não tá na planilha da discussão da macroeconomia, por que que a gente tem meta de inflação e não tem meta de crescimento? Por que que a gente não estabelece um novo paradigma de funcionamento neste país?

Eu quero dizer pra vocês que a única razão que tenho de voltar a exercer o cargo de presidente é tentar restabelecer a dignidade do nosso povo e a prioridade zero outra vez, o mesmo discurso que eu disse em dezembro de 2002, o mesmo discurso, não tem que mudar uma única palavra. Eu queria dizer pra vocês, se quando eu terminar esse mandato, cada brasileiro tiver tomando café [a voz embargada], almoçando e tiver jantando outra vez, eu terei cumprido a missão da minha vida [levando as mãos aos olhos para conter as lágrimas, ele passa a chorar copiosamente] .

[...] gente, desculpem, mas eu jamais esperava que a fome voltasse nesse país, jamais. Quando eu deixei a Presidência da República, eu imaginava que nos dez

anos seguintes o Brasil estaria igual a França, esse país estaria igual a Inglaterra, esse país teria evoluído do ponto de vista das conquistas sociais. Esse país teve um impeachment de uma mulher, com uma mentira de uma pedalada a pretexto de melhorar este país. Este país viveu o maior processo de negação da política que eu conheço na história. Neste país, eu fui acusado das maiores infâmias sem que o acusador pudesse provar. Eu não tive que provar minha inocência, eu tive que provar a culpa de quem me acusou [...] e graças a Deus conseguimos provar e nós voltamos por isso.



O JOGO DE QUEM JÁ PERDEU

CRÔNICA II

PINHAIS, 22 DE NOVEMBRO DE 2024

Um momento de paz. Algo tão raro neste ano de intensa dificuldade. Não consigo nem encontrar as melhores palavras para descrever as angústias internas, a luta por encontrar ou criar sentidos para levantar a cada manhã. É difícil pensar. Não houve tempo para refletir, não houve tempo para lembrar, porque tempo não há.

Porém, neste exato instante em que me encontro deitado, ouvindo a música suave e melodiosa que fez meu pequeno adormecer ao meu lado e olhando a luz que entra pela fresta da persiana e que rebate no nicho acima de mim, eu sinto o tempo parar. De forma inesperada e inadvertida, memórias de momentos diversos vividos há tempos me vem a mente. Viajo pelas brechas dessas lembranças, de uma época onde parecia haver tempo.

Aproveito para brincar com as temporalidades que perpassam minha imaginação. Volto, avanço, acelero, desdobro, distendo. Sinto prazer nessa brincadeira e volto a ser criança nesse pequeno instante de paz, sentindo a respiração do meu pequeno que transpira singeleza e inocência ao se aninhar em meu braço esquerdo. Atributos que queria tanto poder sentir para além desse pequeno tempo que se arrasta nesta noite.

“Um momento de paz numa semana tão complicada”, penso fechando os olhos para revisitar os acontecimentos recentes. Para mim, no caso, por conta das crises de ansiedade que me afastaram do trabalho, diagnóstico tão comum entre pesquisadores e pesquisadoras deste país. Falando em Brasil, a semana também foi turbulenta devido às descobertas assustadoras relevadas com o fim do inquérito que apurava a tentativa de golpe de Estado após as eleições que determinaram a volta de Lula ao poder. Golpe esse comandado pelo agitador neofascista no período em que estava de partida da Presidência.

Que as manifestações na frente de quartéis em todo o Brasil, pedindo por uma intervenção militar, não eram nada orgânicas seria fácil presumir. Porém, descobrir que existiam planejamentos e análises de conjuntura para a consecução do golpe,

trazendo a possibilidade de assassinatos do presidente Lula, seu vice e ministro da Suprema Corte era novidade. As investigações apontaram que militares de operações especiais, fortemente armados, estavam mobilizados e posicionados para o sequestro do presidente da Justiça Eleitoral, na noite de 15 de dezembro de 2022. No último momento, um dos agentes da morte que estava de tocaia perguntou no grupo da rede social dos golpistas: “Vai cancelar o jogo”? Ao que é respondido com a ordem de abortar. Ora, que jogo poderia ser esse? Apenas o jogo de quem já perdeu.

Me questiono sobre a razão da minha surpresa, haja vista ser este o país do golpe, da violência torturante, do autoritarismo; ou, então, das pacificações *a la* Caxias, o patrono do Exército brasileiro. Uma paz regada a sangue, medo, sofrimento e esquecimento. Talvez a real surpresa tenha sido o indiciamento de Bolsonaro e seus asseclas da caserna. Será desta vez que generais, coronéis e militares de outras graduações serão realmente julgados pelos seus crimes contra a democracia?

A ver, se a pacificação que tanto precisamos para continuar será obtida através da justiça, da reparação e da construção de uma memória contra o autoritarismo. Ou se as anistias mobilizadoras do esquecimento falarão mais alto outra vez.

Basta! Chega!

Por enquanto, não quero mais adoecer de Brasil. Deixem-me voltar, nem que seja por um instante, às minhas inocentes memórias infantis. Voltar a enxergar a suave luz que entra pela janela e que permite ver meu pequeno filho dormir em invejável paz.

Fecho os olhos, respiro fundo e balbucio lentamente as seguintes palavras:
Golpe, nunca mais!

CENA I

POETICA IGNOMINIAE

Jair Bolsonaro (PSC/RJ)

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha!

Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

Que Deus tenha misericórdia dessa nação, voto sim.

Decidi que para escrever as páginas dessa cena, eu deveria tentar retornar às dores no corpo e à ojeriza que senti ao assistir, naquela tarde de domingo do dia 17 de abril de 2016, a transmissão da votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff. Pensava que ao assistir novamente as nove horas ininterruptas do show de horrores que aconteceu naquele tenebroso dia, na Câmara dos Deputados, encontraria a emoção e o tom correto para as linhas que estava prestes a elaborar, a partir e através de meu corpo, mente e coração.

Já havia sentido algo parecido ao apreciar a obra fílmica sobre aqueles episódios. Documentários como “Democracia em Vertigem” de Petra Costa, “O Processo” de Maria Augusta Ramos e “Excelentíssimos” de Douglas Duarte me tocaram de maneiras diferentes – ainda que o enojamento tenha sido a sensação que unificou minhas emoções ao rememorar os acontecimentos que levaram à deposição de Dilma. Contudo, queria rever voto a voto, as frases, as entonações, os gestos que formaram o cenário e a ambientação daquele dia em Brasília.

Submeto-me, então, ao autoflagelo com a máxima concentração, esperando reviver aquele momento novamente. Porém, começo a me surpreender. Não sinto nada. As cenas e falas grotescas não fazem mais efeito nenhum sobre mim. Seria o cansaço e a apatia que muitas vezes sentimos ao nos defrontar com a falta de reação aos ataques diuturnos sobre os direitos políticos e sociais dos últimos anos? Seria um novo olhar mais sóbrio e arguto, talvez até mesmo gélido, que estaria desenvolvendo como pesquisador das narrativas jornalísticas sobre o processo? Talvez seja uma mescla de tudo isso, mas não queria que a indiferença fosse o principal afeto que me mobilizaria à escrita.

Começo a notar que os discursos mais abomináveis e cheios de ódio partem de deputados que mais à frente seriam a tropa de choque do governo de extrema direita que subiria ao poder anos depois. Percebo que boa parte dos elementos simbólicos das narrativas que aqui estou remontando, remetem tanto às características mais visíveis do Lulopetismo criado pelo *Globo* e *Estadão*, quanto se associam às narrativas antipetistas que pavimentaram o ódio repisado por bolsonaristas anos depois. Essa circulação de recursos de linguagem que elaboram

as “ideias sem palavras”, tramando o universo mitológico da religião da morte, me intrigou sobremaneira.

Ao transcrever dezenas de votos dos parlamentares, percebi que os mesmos possuíam certa (de)cadência e um (des)compassado ritmo, determinado tom que remetia a uma musicalidade às avessas. Ou seja, em vez de nos levar ao belo e ao sublime, àquelas falas remetiam ao ignóbil e ao deslustre. Seria uma *poetica ignominiae*, a poesia da vergonha. É dessa forma que trarei ao texto as vozes desses parlamentares. Observe, caro leitor e cara leitora, os votos que transcrevo a seguir.

Presidente, como delegado da Polícia Federal,
meu voto vai pelo fim da facção criminosa lulopetista.

Fim da pelegagem da CUT.

Fim da CUT e seus marginais.

Viva a Lava Jato, a República de Curitiba.

E a minha bandeira nunca será vermelha.

Sim, presidente!

Deputado Fernando Francischini – SD/PR

Contra a ladroeira,

contra a imposição da esquerda.

... desse partido que quer transformar o Brasil numa ditadura de esquerda,

meu voto é sim pelo impeachment!

Pelo Sérgio Moro, pelos evangélicos,

pelo meu Brasil,

pela minha família.

Sim!

Deputado Takayama PSC/PR

Pelos gaúchos que represento.

Para combater o projeto de poder e corrupção
do Lula e do PT.

Pelos agricultores brasileiros,
eu voto sim pelo impeachment.

Deputado Luiz Carlos Heinze – PP/RS

É perceptível que os deputados não estavam votando a respeito da existência ou não da materialidade sobre a denúncia de que Dilma teria cometido crime de responsabilidade. Os parlamentares estavam ali para derrotar – ao menos em seu teatral discurso – o que consideravam um projeto de poder corrupto e autoritário. Ainda no começo de abril, as narrativas editoriais das empresas jornalísticas que aqui estamos estudando, continuavam a anunciar esse suposto caráter corrompido e criminoso do Lulopetismo.

A aprovação ou a rejeição do impeachment de Dilma Rousseff vai depender, exclusivamente, de que os vendilhões do Planalto consigam negociar em número suficiente a mercadoria no momento mais valorizada no cenário político: os votos a serem registrados na sessão plenária que vai decidir a sorte da presidente da República. [...] o mandato de Dilma vai depender de que parlamentares venais fiquem satisfeitos com o que os traficantes de consciência, tendo à frente Luiz Inácio Lula da Silva, têm a lhes oferecer em troca de voto. E o mais vergonhoso é que essa estratégia de cooptação baseada na corrupção dos valores morais [...] foi concebida e é coordenada a partir dos gabinetes do poder e está sendo abertamente discutida nos círculos políticos. Definitivamente, o lulopetismo perdeu de vez a vergonha (Os vendilhões do Planalto. *O Estado de S. Paulo*, 01 abr. 2016, p. A3).

... com o lançamento da Operação Lava Jato, em março de 2014, iniciou-se o desbaratamento de outro esquema lulopetista, este na Petrobras, bem mais amplo, com cifras bem mais vultosas que as movimentadas no mensalão. [...] Seria inevitável, então, que a imagem de uma ‘organização criminosa’ no PT voltasse com força. [...] Tudo indica que o aprofundamento dessas investigações aponte para a atuação de uma organização criminosa de fato nos bastidores do lulopetismo. Por isso, fica evidente cada vez mais que mensalão e petrolão tem a mesma origem (Mensalão e petrolão evidenciam ‘organização criminosa’. *O Globo*, 05 abr. 2016).

“Traficantes de consciências”, “corruptores dos valores morais”, “organização criminosa”. É assim que os personagens e atores do Lulopetismo, tendo Lula e Dilma à frente, são caracterizados a poucos dias da votação tão esperada na Câmara. Os jornalões dos Mesquita e dos Marinho mantinham a todo vapor a sua Forja. Era preciso alimentar a chama para produzir as adagas precisas para o embate final. Ainda neste último editorial do dia 5 de abril, *O Globo* faz questão de colocar em relevo não só as supostas ligações entre o “mensalão e o “petrolão”, mas também uma

suposta proximidade desses escândalos com o assassinato de Celso Daniel²⁴⁸ (tema que até hoje causa diversas teorias da conspiração entre os bolsonaristas). Era afirmado que “enquanto o processo de impeachment de Dilma tramita na Câmara, o espectro do assassinato de Celso Daniel volta a assustar o PT, e agora por meio do juiz Sérgio Moro e a Lava-jato. Má notícia para o partido”. O jornal afirmava que as investigações estariam apontando que parte da propina obtida pelo PT seria para calar pessoas envolvidas na morte do ex-prefeito de Santo André, o que poderia envolver Lula e figurões do partido no estratagema.

Os dias seguintes seriam marcados pela entrega e votação do relatório sobre a admissibilidade do impeachment na Comissão Especial e no Plenário da Câmara. A minha hipótese de que havia uma circulação de armas discursivas, de recursos simbólicos e estéticos, entre as narrativas sobre o Lulopetismo forjado pelo *O Globo* e *Estadão* e os dizeres dos parlamentares parece se confirmar ao longo da análise dos votos.

Além do elemento simbólico que caracteriza o projeto político de Dilma, Lula e PT como um monstro autoritário, degenerado e criminoso, as narrativas editoriais engendradas pelas empresas jornalísticas não deixam de rememorar a crise econômica como fruto ideológico nefasto do Lulopetismo. Impressiona que os jornais não coram em afirmar, explicitamente, que a deposição de Dilma deveria acontecer porque mesmo a base da denúncia contra a mandatária se relacionaria às suas ideias econômicas. E mais, era preciso que o processo de impeachment fosse célere para mudar completamente a política econômica, o quanto antes.

Na apresentação que fez à comissão do impeachment das razões técnicas que a levaram a assinar o pedido de impedimento da presidente, [...] Janaína Paschoal disse ter concluído que o governo “não considera a responsabilidade fiscal um valor”. A frase resume bem o pano de fundo da tragédia fiscal que começou a ser plantada no segundo governo Lula [...]. Na realidade, era a aplicação das antigas propostas petistas de aumento dos gastos sem cuidado com a inflação, sempre em nome, claro, do combate à pobreza e a da redenção dos miseráveis. No primeiro mandato de Dilma, esta política, já batizada de “novo marco macroeconômico”, foi aprofundada, apesar de todos os alertas. [...] Os dados referentes às contas públicas [...] ilustram o aprofundamento do problema fiscal, dada a resistência de Dilma e do lulopetismo – agora mais unidos do que nunca na luta contra o impeachment – em fazerem as mudanças necessárias para evitar que os gastos continuem a crescer [...]. (Provas da despreocupação com o equilíbrio fiscal. *O Globo*, 01 abr. 2016, p. 18).

²⁴⁸ Para mais informações sobre o caso, ver: < <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/celso-daniel-assassinato-pt/?srsId=AfmBOoo5W8rs-GtQuH1srwqsRtXH8PNyJOry3mjFh8xSA4qsA44klkrw> > acesso 12 mai. 2025.

A principais associações empresariais do País exigiram publicamente que o Congresso aprove a destituição constitucional da presidente Dilma Rousseff. [...] [Eles] deixaram claro que a paciência com a incompetência da petista acabou. Mais do que isso: o propósito parece ser o de afirmar ao Brasil que, para os empresários, a crise econômica não será superada enquanto Dilma estiver no cargo. [...] O desastroso governo de Dilma está tirando o emprego de centenas de milhares de pessoas todos os meses. [...] Com isso, os sonhos de uma vida melhor, alardeados nesses anos todos pelo lulopetismo para embalar os eleitores mais pobres, revelam-se sem fim à vista. [...] A destruição dos fundamentos da economia promovida por Dilma [...] foi uma obra realizada de forma meticulosa, fruto de cegueira ideológica misturada com autoritarismo e aproveitada pela tigrada para sustentar financeiramente seu projeto de poder. [...] A presidente, vendida pelo chefão Lula como uma competente gerente capaz de fazer a economia crescer e redistribuir renda, revelou-se apenas uma dedicada adepta de “princípios” de economia que se provaram trágicos quando testados em países de regime socialista, que Dilma e a tigrada tanto admiram. [...] Parece óbvio, portanto, que o impeachment é quase uma imposição dos fatos, que vão além da constatação de que Dilma cometeu crime de responsabilidade. Ante a perspectiva de colapso, o Brasil precisa urgentemente é de um governo. (A paciência acabou, *O Estado de S. Paulo*, 04 abr. 2016, p. A3.)

Esses trechos evidenciam muito bem de que lugar na estrutura social os jornais enunciam seu discurso, a quem representam no debate público e a quem se conectam nas articulações discursivas para pressionarem em bloco os agentes institucionais responsáveis por executar seus intentos. O elitismo que escorre pelas letras desses editoriais denuncia o olhar repleto de ignorância sobre as camadas populares. Um olhar que homogeneíza os mais pobres como mera massa de manobra facilmente enganada e manipulada por discursos messiânicos e redentores do “chefão”.

É aqui que é importante reafirmar: mesmo com todas as concessões possíveis feitas, ao longo dos anos, por Lula e pelo lulismo às classes patronais e ao mercado financeiro, numa tentativa de conciliação – que inclusive gerou muitos dividendos ao topo da pirâmide social –, da perspectiva das classes dirigentes, os governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores e a energia mobilizada pela política encantatória do lulismo são apenas tolerados desde que não mexam um milímetro na ordem do capital. Atura-se e engole-se a seco o que Lula, sua trajetória e sua persona política e seus aliados representam em relação às classes populares, porém, ao menor sinal de acirramento do conflito redistributivo, a ojeriza e o ódio de classe prevalecem.

Ainda sobre a questão econômica, em artigo publicado na *Journalism Studies* em parceria com o professor Jamil Marques, identificamos que o principal argumento mobilizado, especificamente, pelo *O Globo* para criar um ambiente favorável ao

processo de impeachment foi realmente a crise econômica. Da mesma forma, a principal consequência da deposição de Dilma para a empresa jornalística fluminense seria uma suposta melhora da economia que era preconizada por vários seguimentos das classes dirigentes²⁴⁹.

O último editorial do *Estadão* que trouxe aqui, nos ajuda a enquadrar os sentidos que o jornal confere às razões da crise econômica. Para a empresa jornalística, a crise não veio por meros erros em decisões de condução da economia brasileira, muito menos na renúncia fiscal que subsidiou muitos setores, inclusive o jornalístico, no momento de aperto monetário cobrado pelo setor financeiro. A crise não teria escalado por conta da elevação da taxa de juros que acabou por frear os investimentos e o crescimento econômico levando, conseqüentemente, a uma perda brutal de receitas, desajustando as contas públicas. Segundo o jornal, o projeto do Lulopetismo, intencionalmente, destruiu os fundamentos da economia de forma meticulosa porque teria semeado a ideologia dos regimes socialistas que tanto “os lulopetistas admiram”. Não é à toa que o “colapso econômico, político e moral” a que tanto o jornal se refere ao longo dos anos de crise do lulismo se relaciona ao arcabouço visceral de signos e imagens do “repositório” tradicional anticomunista da empresa.

Ainda questionando se Lula iria poder assumir o ministério da Casa Civil, indicação paralisada por liminar do Supremo Tribunal Federal, o jornal paulista teceu as seguintes palavras:

... a questão que se coloca é a seguinte: quem será efetivamente o chefe do governo? Dilma ou Lula? Não que faça muita diferença para o País, porque, do ponto de vista econômico, a ingovernabilidade tem raízes profundas no voluntarismo estatista do PT e isso não mudará. [...] Trocando em miúdos, com o PT no poder, a economia não será saneada e a política continuará a esbórnia que tem sido. [...] Lula é visto pelo PT como a salvação da lavoura. [...] [ele] cansou-se de proclamar que vai virar ministro para “tomar as rédeas” do governo. É exatamente isso o que desejam, o PT e todas as entidades sindicais e sociais que são extensões do lulopetismo. Populista irredimível, Lula acredita ter salvado com as próprias mãos o Brasil da crise mundial de 2008, sem se dar conta de que a “nova matriz econômica” em que embarcou crente de que estava abrindo as portas do Paraíso era a súplica do desastre. Anos de voluntarismo intervencionista paralisaram o País e surrupiaram a confiança dos brasileiros, interrompendo a produção de riquezas, única base sustentável para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social. A nação não aguenta mais do mesmo (O golpe sem impeachment, *O Estado de S. Paulo*, 05 abr. 2016, p. A3).

²⁴⁹ PIMENTEL, P.; MARQUES, J. De-Westernizing Media Parallelism: How Editorial Interests Unfold During Impeachment Crises. *Journalism Studies*, 22(3), 282–304, 2021.

Em outras palavras, segundo o *Estadão*, as “teses econômicas” do PT e do Lulopetismo – com inspirações do “socialismo imaginário” – teriam levado a economia ao desastre, pois não haveria mais produção de riquezas. A estapafúrdia argumentação da peça editorial remete aos ridículos bate-bocas e questionamentos de redes sociais sobre em que lugar o socialismo funcionou ou como o socialismo faz para gerar riqueza. Não foram poucos os votos de deputados pela derrubada de Dilma que sintetizaram de maneira (des)poética esses elementos ficcionalizados pelo gênero editorial das empresas jornalísticas.

Pelo fim do populismo irresponsável e corrupto.

Pelo fim da vagabundização remunerada.

Pela valorização do trabalho,

da produção,

pesquisa e tecnologia,

e inovação,

eu voto

sim.

Deputado Alceu Moreira – PMDB/RS

Com a coerência de quem sempre fez oposição ao PT,

apontando os seus erros,

seus equívocos, as suas mentiras.

Apontando os crimes de responsabilidade que causaram um rombo no orçamento

e essa farra com o dinheiro público

quem paga a conta é

o cidadão.

As empresas estão se fechando,

os pais, mães de família estão desempregados,

nos fundos de pensão roubaram o dinheiro dos aposentados.

Então, senhor presidente, o remédio para um governo irresponsável está previsto na

Constituição

e é o impeachment,
realizado pelo Congresso,
fiscalizado pelo Supremo Tribunal Federal.

E é por isso que, por amor a minha Paraíba e pela minha família,
meu voto é sim, senhor presidente.

Deputado Efraim Filho – DEM/PB

Contra o desajuste das contas públicas,
contra o aumento da inflação,
contra o desemprego e a favor dos 10 milhões de desempregados do nosso país,
em defesa dos cinco mil quinhentos e setenta municípios
e para restabelecer a esperança do povo do Piauí,
do povo brasileiro,
eu voto sim, presidente.

Deputado Júlio Cesar – PSD/PI

É preciso fazer um apontamento importante aqui, minha cara leitora e meu caro leitor. Ao observar e chamar a sua atenção para a convergência entre os discursos dos agentes institucionais que executaram a derrubada da então presidenta Dilma com as narrativas jornalísticas, não é minha intenção realizar uma genealogia dos elementos simbólicos que compõe a forja do “monstro” Lulopetismo para apontar os jornais como demiurgos das falas dos deputados. Em outras palavras, não é meu intento apontar uma relação direta dos termos utilizados pelo *O Globo* e *Estadão* com os discursos antipetistas na votação do impeachment na Câmara. Enveredar por esse caminho seria reduzir este trabalho a uma investigação para atestar se quem veio primeiro foi o ovo ou a galinha.

Acredito que a circularidade dos discursos e a composição dessas narrativas passam por um processo mais complexo, polifônico e multidirecional que, inclusive, se retroalimenta. O mais relevante aqui é perceber os alinhamentos, as convergências discursivas de setores da sociedade interessados na deposição de Dilma e na

demonização do lulismo para lograr êxito em seus engajamentos políticos e econômicos. É dessa forma que conseguimos avançar para compreender a arquitetura da guerra simbólica perpetrada por esses agentes da terra arrasada de nossos direitos sociais. E ao atentar, remontar, e descrever essa grande operação ideológica e ao mesmo tempo tecnológica da luta pelo poder, é possível organizar nossa luta para emperrar aquilo que Furio Jesi chama de *máquina mitológica*.

Considero relevante fazer uma breve pausa agora em nossa remontagem das narrativas jornalísticas para ouvir, mais uma vez, a voz do pensador italiano que tanto nos tem auxiliado na compreensão de nossa saga pelo universo mitológico criado pela Forja discursiva das empresas jornalísticas.

Retornando ao meu argumento para conversar com Furio Jesi, não é buscando ou revelando o suposto autor do “mito”, ou mesmo tentando desacreditar e apontar as incongruências das narrativas mitológicas para negar sua existência que realmente conseguiremos lutar contra o ataque incessante do inimigo que, segundo Walter Benjamin, não tem cessado de nos vencer. Jesi já afirmava que cair nessa tentação e “colocar nestes termos o nosso problema significa, de fato, iludir as suas características próprias e sofrer com defesas insuficientes a autêntica hipnose que a máquina mitológica exerce à sua volta”²⁵⁰.

Como compreender, então, a “autêntica hipnose”? Onde provém o fascínio? Alerta-nos Jesi do perigo de enveredar pelo caminho racionalista de investigar a existência ou a inexistência do conteúdo da máquina mitológica. Devemos nos preocupar como seu funcionamento como operação ideológica e tecnológica. É preciso analisar seus efeitos, seu alcance, sua potência e não sua inalcançável essência.

Em uma analogia gastronômica, o crítico literário italiano afirma que

Há, no centro da máquina mitológica, um quarto secreto: o que se encontra nos sonhos e que muito provavelmente está vazio. Os garçons que, sem trégua, vêm e vão de lá com as bandejas cheias, fingem não ser outra coisa que garçons, ainda que sejam verossimilmente cozinheiros. E quando nós dizemos “os mitos” ao invés de “os materiais mitológicos” fingimos acreditar em tal engano²⁵¹.

²⁵⁰ JESI, F. **O Mito**, Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 151 e 152.

²⁵¹ *Id.* **Gastronomia Mitológica**. Trad: HONESKO, V. **Revista Sopro**, n° 52, julho de 2011, p. 9.

Jesi distingue, então, o conteúdo inacessível da *máquina mitológica* compreendido como “... mito, não verificável na história e cuja existência ou não existência não é predicável” dos chamados “materiais mitológicos, verificáveis na história, materiais cuja existência é indubitável²⁵²”.

Considero essa contribuição metodológica essencial a este trabalho. As empresas jornalísticas realmente não são meros garçons a servir mitos em bandejas de prata. Não são meros veículos dos fatos. São cozinheiros, ou em minha metáfora própria, forjadores de *materiais mitológicos*. Materiais esses que não se forjam de forma atemporal. No caldeirão ardente da Forja editorial existem *materiais mitológicos* de outros tempos, de outras Forjas que são internalizados, apropriados e refigurados nos moldes das armas próprias para este tempo.

Porém, nessa Forja mitológica, os cozinheiros-forjadores estão em uma relação constante de troca, negociação, reapropriação dos elementos discursivos que circulam a partir de interesses políticos e econômicos que, numa janela de oportunidade, podem convergir e entrar em sintonia e sinergia. É assim que compreendo as relações entre as narrativas sobre o Lulopetismo e os demais discursos antipetistas motivados a quebrar o encanto lulista, nessa combinação de forjas e máquinas mitológicas. Narrativas essas que se concertaram num ataque frontal ao governo constituído e à democracia brasileira.

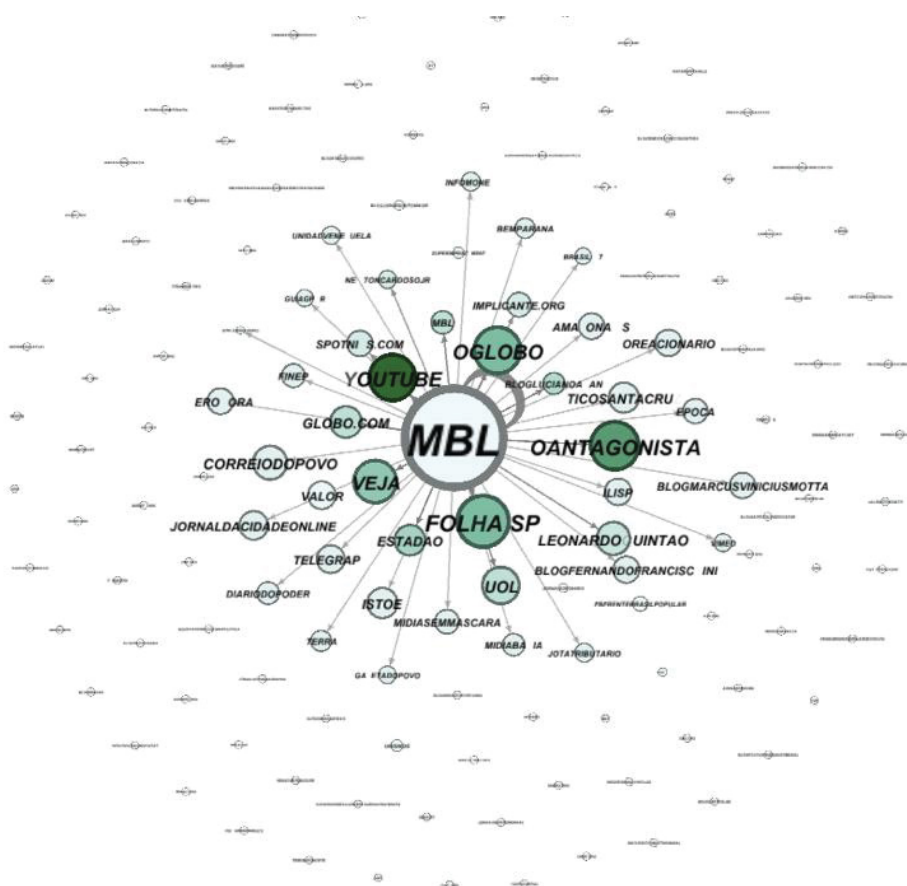
Continuando a análise, falta um agente relevante do golpe para formar o panorama discursivo e perceber os efeitos e o alcance da *máquina mitológica* que engendrou o Lulopetismo e os materiais mitológicos do universo antipetista: os movimentos que lideraram as manifestações pelo impeachment nas redes sociais e nas ruas, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua (VPR).

Vou em busca, então, de algum estudo que pense e reflita se seria possível relacionar o discurso das ruas e redes, com as narrativas jornalísticas que estamos estudando. Deparo-me com o ótimo trabalho de mestrado em Comunicação, com autoria de Fabiana Carvalho Galinari, intitulado *Ativismo na internet e o impeachment de Dilma*. A autora realiza uma análise das práticas discursivas dos movimentos pró-impeachment em busca de engajamento e mobilização para as manifestações. Discursos expressos nos protestos, em seus *websites*, e, principalmente, pelas redes sociais.

²⁵² *Ibid.*, p.6.

Galinari percebeu que tanto o MBL quanto o VPR davam preferência a confecção de *cards* e disponibilização de links de outras mídias para referenciar suas postagens. Sendo assim, a autora fez um mapeamento das conexões entre as postagens dos movimentos antipetistas durante todo o processo de impedimento da então presidenta Dilma com as mídias mais referenciadas por eles e que orientaram ideologicamente suas postagens. Veja abaixo os grafos que ela elaborou com a raspagem dos dados.

Figura 3: Grafo do Movimento Brasil Livre



Fonte: Galinari, 2017, p. 104.

Fabiana Galinari conclui afirmando, peremptoriamente, que

Tal constatação revela que as mídias de massa mantêm ligações fortes com os movimentos pró-impeachment e orientam, ideologicamente, as práticas desses grupos. Quer dizer, também, que elas podem exercer influência, tanto sobre os movimentos que as aciona, quanto sobre as pessoas (simpatizantes) que visitam os sites desses grupos²⁵⁴.

Essas articulações e diálogo com outros pesquisadores de áreas diversas robustece este trabalho porque faz com que pensemos sobre o alcance e a profusão dos símbolos ficcionalizados para além das narrativas do Lulopetismo, mas que, sobretudo, formam o caldeirão de possibilidades e associações de sentidos que contribuíram para os ataques avassaladores contra esse “mal absolutizado”, contra esse monstruoso inimigo forjado para ser intensamente combatido.

O cientista político Luís Felipe Miguel parece corroborar com essas reflexões, mediante o advento das redes sociais como facilitadoras e coautoras desses *materiais mitológicos*, ao fazer a seguinte afirmação em sua obra *Democracia na periferia do Capitalismo: os impasses do Brasil*:

... o avanço tecnológico não tornou irrelevantes os meios tradicionais, muito menos a relação entre eles e os novos fluxos comunicativos é de exterioridade. No caso da preparação do golpe de 2016, [...] o noticiário enviesado da Lava Jato, militantemente contrário a Dilma, associando o Partido dos Trabalhadores à corrupção e retratando seus líderes como bandidos, fornecia o caldo de cultura para a desinformação pesada que circulava nos novos circuitos virtuais. [...] Na prática, formou-se uma triangulação entre o aparelho repressivo de Estado [policiais federais, procuradores e juízes], mídia, e fábricas de *fake news*. [...] Isso criava um clima de opinião propício para que as organizações de extrema-direita produzissem seu próprio material – versões exageradas das notícias iniciais ou simples mistificações –, ancoradas na credibilidade original dos funcionários públicos e do jornalismo profissional. A mídia gerava, portanto, o ambiente para que as *fake news* prosperassem. Sem a reiterada afirmação de que Lula era o chefe e o PT, uma quadrilha criminoso, as histórias sobre seus filhos serem proprietários de grandes empresas, ou de possuir castelos e contas bilionárias no exterior teriam mais dificuldade para se propagar. Em suma: no Brasil, os meios de comunicação de massa foram ao longo de todo o processo de deflagração do golpe de 2016 e da criminalização do PT, parceiros das fábricas de *fake news*.²⁵⁵

Nesse jogo triangular e interseccional entre Estado, mídias e redes, as ruas em 2016 parecem ter sido o *locus* do transbordamento de toda essa arquitetura do ódio insuflado contra Lula, Dilma, PT, correligionários, partidos de esquerda e

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 149.

²⁵⁵ MIGUEL, pp. 142-143.

movimentos sociais. Os cartazes, as figuras, os gritos, os bonecos ilustrativos dos personagens principais alvos desse ataque demonstram que a dose diária do ódio promovido por todos os agentes envolvidos como forjadores desse universo mitológico durou mais do que apenas dois minutos. A Forja se ocupou de preencher todo o espaço e tempo para que não houvesse resistência possível ao golpe.

Figura 5: Bonecos depreciativos de Dilma e Lula nas manifestações antipetistas



Fonte: Disponível em < <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/na-paulista-boneco-do-lula-custa-r-10-metade-do-preco-do-boneco-de-dilma.html> > acesso em 14 mai. 2025.

Tendo a luta contra a corrupção como um dos grandes pilares discursivos de todo esse contexto, como conciliar o fato de que o principal agente institucional a liderar o processo de impeachment de Dilma, era um notório corrupto? O autoritário e prepotente presidente da Câmara, Eduardo Cunha. No dia da infame votação do impedimento pelos deputados, o líder do então PMDB já era réu por unanimidade no Supremo Tribunal Federal pela denúncia de crimes como corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica²⁵⁶. Nas semanas anteriores do

²⁵⁶ Ver < <https://www.camara.leg.br/noticias/492608-entenda-o-caso-do-deputado-eduardo-cunha/> > acesso em 14 abr. 2025.

dia 17 de abril, as páginas editoriais do *Estadão* tentaram moldar uma resposta aos leitores que dissociasse o político de sua obra.

Num primeiro momento, o jornal paulista conclama os poderes da República a cortarem o mal pela raiz, antes que as chicanas de Cunha deslegitimassem o processo em curso.

O presidente da Câmara é o inimigo dos sonhos de Dilma [...] não deveria restar alternativa ao Congresso senão proceder ao imediato afastamento do deputado do comando da Câmara e à sua posterior cassação, tantas foram as ofensas ao decoro legislativo. No entanto, Eduardo Cunha, mestre na arte de explorar os meandros do regimento da Câmara, vem conseguindo protelar o desenlace do seu processo, mantendo-se dessa forma como o maestro do *réquiem* de Dilma, mesmo sendo réu no Supremo Tribunal Federal – o que dá aos desesperados militantes petistas a deixa ideal para tentar desmoralizar o impeachment.

[...]

Se continuar à mercê de Cunha e de suas artimanhas, aprendidas no submundo da baixa política, a Câmara será vista como mero instrumento nas mãos do deputado para vingar-se de Dilma.

[...]

Assim, cabe às forças políticas verdadeiramente interessadas preservar a democracia e seus institutos agir o mais rápido possível para resgatar a imagem do Congresso e garantir que seus atos – [...] como o impeachment da presidente – sejam aceitos como expressão genuína da vontade do povo. (O mal que Cunha faz, *O Estado de S. Paulo*, 01 abr. 2016, p. A3).

O *Estadão* assevera que a suposta “estratégia narrativa” dos militantes petistas de deslegitimar a derrubada de Dilma poderia dar certo por conta da condução recheada de desfaçatez de Cunha para tirar a presidenta do poder. Mas, ao mesmo tempo, reitera que quem colabora para emplacar essa perspectiva estaria agindo contra a democracia brasileira. O jornal afirma que as pessoas que estavam sugerindo que não seriam “suficientes as evidências de crimes de responsabilidade por parte da presidente e sugerindo que o Judiciário e o Legislativo estão mancomunados numa terrível conspiração das elites para perseguir o PT e a chefe do Executivo” estariam questionando as próprias instituições democráticas.

O advogado-geral da União e defensor de Dilma no Congresso à época, José Eduardo Cardozo, era constantemente atacado pelo *Estadão* e apontado como um dos principais responsáveis por divulgar o que a empresa jornalística chamava de afronta às instituições. Por dias seguidos, o jornal afirmava que

Contestar o impeachment seria criar uma grave crise institucional (caos) [...]. Esse é e sempre foi o objetivo dos que agora escancaram sua vocação autoritária, hostil à ordem democrática. [...] Cardozo deveria saber que não é um advogado qualquer, e sim o representante da União, e não deste ou

daquele Poder. Mas num governo que se notabiliza por confundir público com privado, em que a presidente faz uso escancarado da estrutura do Estado para favorecer a si e a seu partido político, a genuflexão do advogado-geral da União perante Dilma não surpreende – apenas corrobora a degradação moral do lulopetismo (O inconformismo de Dilma. *O Estado de S. Paulo*, 14 abr. 2016, p. A3).

Para atacar a defesa de Dilma, oferecendo argumentos à oposição, o jornal elaborava a seguinte retórica:

Aliás, entende o advogado-geral que o processo de impeachment é “nulo de pleno direito”, porque foi admitido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, numa clara atitude de retaliação à presidente da República pelo fato de ela ter-se recusado a forçar os três deputados petistas a defendê-lo na Comissão de Ética da acusação de quebra de decoro parlamentar que pode custar-lhe o mandato. Ora, diz a lei que cumpre ao presidente da Câmara dar seguimento aos pedidos de impeachment que atendem aos requisitos legais e rejeitar os demais. A lei não trata dos sentimentos que possam transitar nos ventrículos do indigitado presidente, como parece querer o imaginoso defensor (Retórica singela, *O Estado de São Paulo*, 06 abr. 2016, p. A3).

Dilma fez questão de falar sobre os tais “sentimentos” impronunciáveis de Eduardo Cunha que, em parceria com Michel Temer, orquestrou a viabilidade do impeachment da então presidenta no Congresso: “Vivemos estranhos tempos de golpe, farsa e traição. Existem, sim, dois chefes que agem em conjunto de forma premeditada. [...] Um deles é a mão, não tão invisível assim, que conduz com desvios de poder. O outro esfrega as mãos e ensaia a farsa [...]. Cai a máscara dos conspiradores²⁵⁷.”

O *Estadão* não cora ao minimizar as intenções de Cunha em conduzir o processo de impeachment. E mais, não enrubesce ao defender Temer em vazar um discurso de sua própria autoria para falar da agenda de um possível governo às vésperas da votação do impedimento na Câmara.

Em seu desespero ante o iminente despejo do Palácio da Alvorada, Dilma abandonou os últimos vestígios de dignidade que ainda lhe restavam. ... [ela] saiu do sério ao vituperar o vazamento de um discurso que o vice-presidente Michel Temer preparava para o caso de o processo de impeachment passar no plenário da Câmara. Atribuiu ao vice-presidente a liderança de um complô para derrubá-la, em conluio com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Os dois foram chamados por ela de chefe e vice-chefe do “gabinete do golpe”. O pecado de Temer foi explicitar o que fará se for chamado a assumir a Presidência – o que é natural para quem ocupa aquela função – e se erro cometeu foi o de acalmar a Nação que vinha sendo sobressaltada pela tigrada que ante a iminência da derrota de Dilma,

²⁵⁷ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/existem-dois-chefes-do-golpe-da-farsa-da-traicao-acusa-dilma-em-ataque-temer-cunha-1-19065641> > acesso em 14 abr. 2025.

espalhou que o sucessor acabaria com programas sociais, violaria direitos adquiridos e iria além, muito além do saco de maldades de Collor.

[...]

A lista das afrontas de Dilma à Constituição, portanto, é extensa. A esta altura, o País já sabe muito bem quem está atentando contra as instituições. Cabe ao Congresso não permitir que tal golpe triunfe, impedindo que os aventureiros petistas, liderados por Dilma e Lula, instituem a jurisprudência do berro, e com isso, destruam os pilares da democracia brasileira. Para isso, basta que os parlamentares, ao avaliarem o processo de impeachment, sigam o que está previsto na lei. (A jurisprudência do berro, *O Estado de S. Paulo*, 13 abr. 2016, p. A3)

Já *O Globo* tem mais resistência em defender abertamente Temer e sua claque. Mostrando-se como um defensor da obra da Lava Jato, mas ao mesmo tempo aceitando as justificativas do então vice-presidente, o jornal carioca – no contexto da saída do PMDB da base do governo Dilma – afirma que

Com a defecção, grave para os planos lulopetistas de se manter no Planalto, surgiram rumores da possibilidade de um “acordão” pelo qual atingidos pela Lava-Jato e vítimas em potencial da força-tarefa de Curitiba – um universo pluripartidário, inclusive com gente da oposição – se entenderiam em torno da defenestração de Dilma, tendo como objetivo comum desmontar a operação (Lava Jato não pode ter o destino da Mãos Limpas. *O Globo*, 02 abr. 2016, p. 18).

O Globo clama para que Michel Temer se comprometa a defender a operação, ainda que vários nomes importantes de seu partido estivessem implicados na investigação, inclusive o próprio. A ideia era que a Lava Jato não acabasse como a operação Mãos Limpas na Itália²⁵⁸. Porém, em nenhum momento, existe alguma hesitação em defender abertamente a ação desses políticos na consecução da derrubada da então presidenta.

O resumo da ópera é esse: Dilma e seus correligionários deveriam caminhar silenciosos para o matadouro político. Era preciso aceitar a derrota. Recorrer juridicamente e politicamente em defesa de seu mandato seria, num título de um dos editoriais do *Estadão* à época, um “jogo de quem já perdeu”²⁵⁹. Sim, os grandes jornais foram coautores da declamação dos poemas da vergonha.

Assim,

será preciso que todos façam sua parte,

²⁵⁸ Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2022-fev-28/operacao-maos-limpas-completa-30-anos-legado-negativo/> > acesso em 14 mai. 2025.

²⁵⁹ O jogo de quem já perdeu. *O Estado de S. Paulo*, 08 abr. 2016, p. A3.

conforme manda a Constituição,
para que as manobras antidemocráticas
e chicaneiras de Dilma
não prosperem.

(O inconformismo de Dilma.
O Estado de S. Paulo,
14 abr. 2016,
p. A3).

Aquele sentimento de indiferença que sentia ao assistir a (des)poética sessão da Câmara não permanece. Ao me aproximar de assistir os votos derradeiros, começo a ser carregado por uma sensação de angústia. Enquanto deputados começam a fazer a contagem regressiva dos votos que faltam para a abertura do impeachment, cantando e berrando a plenos pulmões – como a celebrar uma revolução em curso – finalmente revivo e sinto o gosto nauseante da derrota. Enfim, chega o voto definitivo.

Senhor presidente,
quanta honra o destino me reservou de poder,
da minha voz,
sair o grito de esperança de milhões de brasileiros.
Senhoras e senhores,
Pernambuco nunca faltou ao Brasil,
carrego comigo nossas histórias de luta e liberdade e pela democracia.
Por isso, eu digo ao Brasil:
Sim para o futuro!²⁶⁰

Deputado Bruno Araújo – PSDB/PE

²⁶⁰ Para assistir a sessão da votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, ver < <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=1153s> > acesso em 17 abr. 2025.

Figura 6: Capa de jornal *Estadão* – impeachment na Câmara



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016.

Figura 7: Capa de jornal *O Globo* – impeachment na Câmara

O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 ANO XIX - Nº 30.205 Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

BATALHA NO CONGRESSO

Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma

PERTO DO FIM

Dilma Rousseff começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil. Pouco mais de um ano depois de reeleita e de 13 anos de PT no poder, a Câmara autorizou o processo de impeachment da petista por crime de responsabilidade. Isolada, sem apoio da grande maioria dos partidos de sua ampla coalizão eleitoral, Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo, numa votação por maioria simples, nas próximas semanas. Em guerra declarada com o PMDB de seu vice Michel Temer, maior partido do Congresso, a presidente teve menos votos do que esperava o Planalto. Foi o que se viu também nas ruas por todo o país, onde as manifestações pró-impeachment reuniram mais público do que as de apoio ao governo. Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise. Temer assumirá por 180 dias assim que o Senado abrir o processo PÁGINAS 3 e 31

EDITORIAL
'Um passo para o impeachment'
Falta o julgamento propriamente dito, no Senado, e Temer precisa agir. PÁGINA 18



Comemoração. O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que deu o voto 342, é festejado por colegas da oposição no plenário. Pela segunda vez desde a redemocratização, a Câmara autoriza o impeachment de um presidente da República

MERVIL PEREIRA Resta tentar o recomeço. PÁGINA 23	LAURO JARDIM Os inimigos de Temer. PÁGINA 26	ELJO GASPARI Uma derrota da esquerda. PÁGINA 23	JORGE BASTOS MORENO Dilma perdeu suas chances. PÁGINA 22	JOSÉ PADILHA Tudo depende da cabeça de Lula. PÁGINA 27	VERÍSSIMO É bom manter o Temer vivo. PÁGINA 27	DEMÉTRIO MAGNOLI Ser Temer ou ser Itamar. PÁGINA 26	Temer já prepara governo Em clima de festa, Temer fez planos de governo no Jaburu. PÁGINA 4
MIRIAM LEITÃO Caminho será árduo. PÁGINA 26	ANCELMO GOIS Prevaleceu a Lei de Ibsen. PÁGINA 24	LUIZ ANTÔNIO NOVAES O ocaso do ciclo mágico. PÁGINA 22	JOSÉ CASADO Um presidente no limbo. PÁGINA 26	CORA RÔNAI O governo não foi para todos. PÁGINA 25	FLÁVIA OLIVEIRA Uma fratura exposta. PÁGINA 26	ANA CRISTINA REIS Saudades de Rui Barbosa. PÁGINA 25	Voto 342 é dado por tucano Coube a Bruno Araújo (PE), ex-líder do PSDB, o voto decisivo. PÁGINA 7
NELSON MONTA Não dá para ter pena. PÁGINA 24	ZUENIR VENTURA Com quem Temer conta? PÁGINA 27	SÉRGIO FADUL Impedimento começou no PT. PÁGINA 23	ILMAR FRANCO O quarto turno de Temer. PÁGINA 27	ARNALDO BLOCH A exclusão da diferença. PÁGINA 25	ARTHUR DAPIEVE Pode haver retrocesso ético. PÁGINA 27	ALAN GRIPP Caos está longe do fim. PÁGINA 26	
FLÁVIO FREIRE A República de joelhos. PÁGINA 23	RICARDO NOBLAT Temer não terá direito de errar. PÁGINA 2	MARCUS FAUSTINI O início do processo. PÁGINA 25	PAULO CELSO PEREIRA Faltou o ritual da sedução. PÁGINA 22		MAÍÁ MENEZES O país vê suas entranhas. PÁGINA 24	PAULO CEZAR CAJU Temos que rebobinar o país. PÁGINA 22	

Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro R\$ 4,00 - Circulam com esta edição: Segundo Caderno e caderno Esportes

Fonte: *O Globo*, 18 abr. 2016.

CENA II

COUP D'ETAT

O Estado de S. Paulo

A ameaça petista de incendiar o País – e de transformar o Palácio da Alvorada em uma cidadela para defender Dilma de um “golpe”, que nada mais é do que a decisão soberana de um Congresso legitimamente eleito – é expressão clara do espírito golpista de seus líderes²⁶¹.

O Globo

O governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição – dentro da Lei – denunciam “golpe”²⁶².

Canalhas! Canalhas! Canalhas!

Não coloco aspas, ainda que tal desconjuração não seja original. O velho Tancredo já proclamara essas palavras num ato de agravo contra o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, na sessão da madrugada de 2 de abril de 1964, quando foi declarada vaga a Presidência da República, na consumação do golpe que derrubara João Goulart. Tais palavras foram lembradas pelo então senador da República pelo estado do Paraná, Roberto Requião, em discurso contra a defenestração política de Dilma Rousseff durante o julgamento de seu processo de impeachment no Senado.

Não coloco aspas nessas palavras porque as faço minhas. Aproprio-me delas, neste momento, porque não é possível ficar impassível ao ler as letras recheadas de desfaçatez dos editoriais dos jornalões que estamos estudando. Como historiador deste tempo presente, é preciso quebrar os cânones tradicionais racionalistas do ofício historiográfico para reafirmar uma verdade histórica comprometida com a vida e com a coragem da verdade.

As empresas jornalísticas – que foram vanguarda intelectual da guerra contra a democracia e forjadores da demonização do lulismo, preparando o ambiente para

²⁶¹ A ameaça petista, *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016, p. A3.

²⁶² Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do ‘golpe’, *O Globo*, 20 abr. 2016, p. 20.

tomada do poder – apontam que golpistas são os outros. Golpistas incendiários, uma ameaça à lei e à ordem. Bolivarianos que não querem largar o poder e não respeitam a oposição. Partidários de uma agressividade que trata “adversários como inimigos a serem eliminados²⁶³”. Os jornais alertam que a fera está enfurecida; que o monstro do Lulopetismo estaria mais perigoso do que nunca, vendo o poder escapar pelas suas garras. Então, seria preciso atacar – de todas as maneiras e em todas as frentes – a ideia de que haveria um golpe em curso. Afinal, derrotar o inimigo da nação que encarna o “Mal” seria a própria salvação de todos os males. A libertação final da narrativa. O fim da história.

Sendo assim, a partir da votação da autorização do processo de impeachment na Câmara, as narrativas editoriais dos jornais aqui estudadas vão jogar todas as suas fichas discursivas na deslegitimação de todos aqueles e aquelas que denunciavam o golpe de Estado.

O *Estado* já lança, no dia seguinte à votação dos deputados, um editorial intitulado “A ameaça petista” no qual o jornal alerta o que em sua visão seriam dias de muita turbulência.

Infelizmente, podemos esperar muita intranquilidade nos próximos tempos, estimulada pela tigrada. Há ameaças de greves e manifestações diárias, cujo potencial disruptivo não é desprezível. Vários dos irresponsáveis chefes de grupelhos disfarçados de “movimentos sociais”, que ganharam poder sob o lulopetismo, já expressaram sua disposição de fazer “guerra” – essa é a palavra que usaram, e não se deve ter esperança de que se trate de mera força de expressão, pois essa turma já provou muitas vezes do que é capaz. [...] Votações cruciais para arrancar o País da grave crise em que os desastrosos governos petistas o meteram deverão ser a oportunidade de que o PT espera para tentar desforrar a derrota no impeachment. Para o lulopetismo, quanto pior, melhor (A ameaça petista. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016, p. A3).

Aqui o jornal paulista traz de volta a sua narrativa uma característica fundamental sobre seu personagem antagonista, o Lulopetismo, como um projeto radical, virulento e autoritário de esquerda em que os movimentos sociais seriam na verdade, os braços armados e executores das vontades do chefe petista, Lula. A peça editorial afirma que a militância petista tinha optado pela oposição destrutiva, confirmando, na visão do *Estado*, o que o Partido dos Trabalhadores sempre foi: “... um parasita incrustado no País para exaurir suas forças com práticas facinorosas”.

²⁶³ Oportunidade de se aperfeiçoar programas sociais. *O Globo*, 01 mai. 2016, p. 20.

A empresa jornalística dos Mesquita parece ver na resistência contra a derrubada de Dilma e na denúncia do golpe um fator de aglutinação das esquerdas, tanto nos partidos, quanto nos movimentos sociais. União essa que poderia gerar energia política para travar as reformas neoliberais que deveriam ser realizadas à toque de caixa pela assunção de Temer à Presidência. Provavelmente, dismantlar discursivamente essa articulação política que estaria se formando, tenha sido um dos fatores que levaram o *Estado*, mais uma vez, a se lançar com toda força na criminalização não só do Lulopetismo, mas do próprio PT e de todos os que se consideravam seus agentes, principalmente Lula.

Nesse mesmo editorial, o jornal solta várias afirmações nesse sentido: “o partido de Lula, José Dirceu *et caterva* jamais teve aliados; sempre teve cúmplices”; “... os petistas ameaçam o País com a violência que resume sua índole”; “já virtualmente fora do poder e diante da perspectiva real de ver seu grande timoneiro atrás das grades, os petistas escolheram ser oposição destrutiva”.

O jornal carrega em sua pena a tinta do ódio para enquadrar a história do Partido dos Trabalhadores, voltando mais uma vez ao passado, disputando a memória para reafirmar seu diagnóstico no presente: O PT seria uma ameaça à democracia no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores nasceu no início dos anos 80 pretendendo ser o abrigo do pensamento dito progressista, o santuário da ética na política, o modelo de participação democrática de todos os setores da sociedade na política e na administração pública. Era essa a sua promessa, traduzida pela liderança carismática do ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Três décadas depois, o partido portador da grande nova revela por inteiro sua verdadeira natureza – autoritária e venal – tornando-se um dos maiores obstáculos para o pleno funcionamento da democracia, justamente no momento em que as instituições nacionais passam por um grande teste de resistência. [...] Nenhum observador mais atento da vida nacional pode se dizer surpreso. O PT sempre demonstrou muita dificuldade de aceitar as regras do jogo democrático quando esteve na oposição. [...] tudo com o objetivo de criar uma atmosfera de confronto – sob a qual, calculou, teria mais chances eleitorais. É na confusão moral que costuma vicejar o tipo de política praticado pelo PT. Uma vez no governo, o partido da ética, herói da democracia, não se constrangeu em incentivar a promiscuidade e a corrupção para facilitar seu trabalho de controlar o Congresso. [...] Certo de ser o portador da verdade histórica, que, por definição, inviabiliza qualquer negociação, o PT tratou a democracia como um obstáculo [...] (A ameaça petista. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016, p. A3).

É dentro desse revisionismo histórico sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores que *O Estado de S. Paulo* insere em sua narrativa a ideia de que a

denúncia do golpe seria deliberadamente uma estratégia para inviabilizar o país e manter a imagem de Lula como “inatacável protetor dos pobres” e “líder messiânico”.

Em editorial do dia 20 de abril, o jornal chama de “maluca” e “perigosa” a tese de que o impeachment contra Dilma seria uma conspiração contra o Estado de Direito. Na visão do jornal, tratava-se de uma maneira de produzir uma bandeira política que garantiria uma “sobrevida ao lulopetismo” e para “...explorar ao máximo a possibilidade de Lula voltar ao poder em 2018²⁶⁴”. O *Estado* define essa estratégia discursiva de Dilma e dos “lulopetistas” como uma declaração de guerra, essa sim, contra o Estado de Direito. Segundo o jornal, tudo isso para salvar o projeto “lulopetista” de preparação do “terreno para sua perpetuação no poder, à moda dos caudilhos que marcaram tristemente a história latino-americana²⁶⁵”.

Aproveitando o ensejo, é assemelhando o comportamento dos chamados regimes bolivarianos da América Latina aos governos comandados por Lula e Dilma que o jornal *O Globo* insere em sua intriga narrativa a deslegitimação da denúncia de que o impeachment de 2016 seria um golpe contra a democracia. No editorial do dia 20 de abril, intitulado “Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do ‘golpe’”, a empresa jornalística sustenta que os países com governos equilibrados (em sua maioria, direitistas) não estavam se intrometendo em assuntos internos do Brasil. Somente, os governos aliados ao PT estariam denunciando o processo de impedimento de Dilma como ilegítimo ou, nas palavras de *O Globo*, denunciando “a cantilena do ‘golpe’”.

Para o jornal, “Dilma e companheiros estão isolados na fantasia golpista”. Ainda que a empresa jornalística dos Marinho trate de maneira debochada a tese do golpe – chamando de cantilena, cantochão e bizarrice²⁶⁶ –, existe uma preocupação de que, o que os jornais chamavam pejorativamente de “narrativa petista”, se espalhasse para fora do país.

A denúncia do “golpe” já entrara no Planalto, por meio dos comícios que a presidente e o PT promoveram nos salões do Palácio. Derrotada na Câmara, no domingo, o discurso padrão voltou no primeiro pronunciamento e rápida entrevista concedida por Dilma, na segunda.

²⁶⁴ Guerra ao Estado de Direito, *O Estado de S. Paulo*, 20 abr. 2016, p. A3.

²⁶⁵ A ameaça petista. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016, p. A3.

²⁶⁶ Publiquei, junto a meu orientador do mestrado, Jamil Marques, um trabalho em que analisamos a disputa de narrativas sobre o golpe contra Dilma e como o *Globo* foi um ardoroso adversário ao adjetivar negativamente – com diversos termos – a ideia de que o impeachment da ex-presidenta era um golpe de Estado. Ver: PIMENTEL, P.; MARQUES, J. Narrativas em disputa: os editoriais de *O Globo* e a desconstrução da ideia de “golpe” durante o impeachment de Dilma Rousseff. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(2), 2021.

Retornou ao cantochão do “golpe”, o que já fizera em entrevistas à imprensa estrangeira. Ela tem toda a liberdade de falar o que quiser, mas ao propagar mentiras sobre a situação institucional do país incorre em grave erro, porque se trata da presidente manchando, de maneira deliberada, a imagem no exterior da própria República (Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do ‘golpe’. *O Globo*, 20 abr. 2016, p. 20).

O jornal decreta que afirmar e propagar que estaria ocorrendo um golpe no Brasil era nada mais do que uma ação de *agitprop*, “agitação e propaganda”. Confesso que não conhecia esse termo e me surpreendi ao entender sua origem e significados. Era assim que os revolucionários soviéticos chamavam um conjunto de ações culturais e simbólicas para politizar e mobilizar a classe trabalhadora. Não tem como não se reportar a todo o conjunto simbólico do repositório de sentidos articulados pelos jornais brasileiros para demonizar o comunismo e qualquer outros grupos e atores que se envolvessem na luta pela libertação social.

Sintetizando, *O Globo* está associando a denúncia dos setores progressistas e populares do Brasil de que a democracia estava sendo golpeada na derrubada da presidenta Dilma a uma guerra simbólica e cultural de perfil comunista. Lógico que, na visão do jornal, se tratava de uma operação doutrinária de “lavagem cerebral” para converter fiéis ao Partido. Esse ponto é de profunda relevância porque, mais uma vez, o discurso de *O Globo* está se associando ao discurso extremista olavista sobre guerra cultural que é tão cara a extrema direita no Brasil²⁶⁷.

Voltando ao seguimento das narrativas, logo na semana que foi inaugurada pelo domingo do impeachment na Câmara, Dilma viajaria para um evento relacionado ao Acordo de Paris na ONU. Os dois jornalões demonstraram uma enorme preocupação de que Dilma voltasse a falar do golpe em curso contra seu mandato para a imprensa estrangeira em seu discurso na cerimônia. Observe o traçado da narrativa configurada pelo *Estadão*.

Se a presidente Dilma Rousseff realmente levar adiante a ameaça de aproveitar uma reunião de líderes mundiais amanhã na sede da ONU para dizer-se vítima de “golpe”, que é como os petistas chamam o processo constitucional de sua destituição, protagonizará o maior vexame que um chefe de Estado brasileiro terá dado no exterior em toda a história do País. [...] agora a presidente pretende exportar a tese segundo a qual forças malignas se articularam para atraí-la e afastá-la do cargo. [...] O esforço para que a versão a respeito do “golpe” seja levada a sério por governos e pela opinião pública de outros países faz parte de uma tentativa espúria de

²⁶⁷ Uma leitura que sintetiza a teoria conspiratória do marxismo cultural e sua relação com Olavo de Carvalho é o artigo: DA SILVA, W.; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cultura e Religião**. 15 (1), 2021.

fazer equivaler o processo de impeachment contra Dilma às práticas do regime de exceção instalado em 1964. [...] Sempre que pode, [Dilma] concede entrevistas a correspondentes estrangeiros, na esperança de fazê-los acreditar que há uma conspiração em curso no País. Na última dessas entrevistas, Dilma atribuiu a crise atual a um “processo de desestabilização” orquestrado pela “oposição derrotada” e disse que há no Brasil um “veio golpista adormecido”. [...] se o recurso ao impeachment de um presidente é “golpe”, como sugere Dilma, então o PT, que defendeu o afastamento de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, é vanguarda do golpismo nacional.

Enquanto Dilma enxovalha o Brasil lá fora, aqui dentro o PT, fiel a seu espírito autoritário, trata de reafirmar sua disposição de derrubar um eventual governo Temer. [...] Trata-se de uma anunciada tentativa de golpe contra o sucessor constitucional de Dilma, caso esta venha a ser impedida. Isso, sim, deve ser denunciado mundo afora (A exportação do vexame, *O Estado de S. Paulo*, 21 abr. 2016, p. A3).

Fica muito evidente o tamanho da preocupação de que haja contestações de outros países ou da imprensa internacional em relação à legitimidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff. E de fato, segundo os pesquisadores em Comunicação Liziane Guazina, Hélder Prior e Bruno Araújo – em pesquisa realizada sobre os enquadramentos dos principais jornais europeus – o impedimento foi visto de forma bastante cética. Termos como farsa e até mesmo golpe foram utilizados²⁶⁸. As cenas ignóbeis de deputados votando em homenagem a torturadores, militares golpistas, ou em homenagem a si mesmos e as suas próprias famílias, sendo liderados pelo notório corrupto e manipulador Eduardo Cunha, realmente não ajudava muito.

No dia seguinte, outro editorial é publicado sobre a possibilidade de Dilma falar no exterior sobre o golpe.

Só mesmo na manhã de hoje, quando Dilma subir à tribuna das Nações Unidas em Nova York, será possível saber se seu desespero chegará a ponto de expor o Brasil ao vexame de ser apontado por sua própria chefe de Estado como uma republiqueta em que as instituições democráticas estão em perigo por conta da ação nefasta de “golpistas” e “traidores”, entre eles os Poderes Legislativo e Judiciário (Dilma leva um pito, *O Estado de S. Paulo*, 22 abr. 2016, p. A3).

Embora o *Estadão* fale em um suposto desespero de Dilma, a sequência de editoriais que tentam deslegitimar a denúncia do golpe leva-me a crer que, na verdade, o desespero está do lado daqueles que estavam na aliança para derrubar a então presidenta. Nesse mesmo editorial, o jornal dá voz a alguns ministros do Supremo

²⁶⁸ Guazina, L., Prior, H. Araújo, B. **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

Tribunal Federal que diziam que o instrumento do impeachment não era golpe e que os ritos e procedimentos – que inclusive foram ajustados pelo próprio STF – estavam sendo seguidos.

Essa intensa mobilização dos jornais para deslegitimar a tese do golpe demonstra que, em primeiro lugar, os setores progressistas e populares da sociedade brasileira conseguiram fazer circular e dar visibilidade ao seu discurso de denúncia do processo que vigia à época. E não só a partir de movimentos sociais ou protestos de rua; mesmo no meio acadêmico houve um engajamento em realizar eventos e criar coletivos que discutiam a conjuntura política e amplificavam a denúncia do golpe.

Várias dessas iniciativas transformaram-se em livros e coletâneas que reuniam textos redigidos por diversos atores de vários seguimentos da sociedade. Posso citar, como exemplos, o grupo Historiadores pela Democracia – que lançou um livro²⁶⁹ e participou de um encontro presencial com a própria Dilma Rousseff no Alvorada²⁷⁰ – e as *coletâneas Por que gritamos Golpe!*²⁷¹, iniciativa da editora Boitempo, e *A Resistência ao golpe de 2016*²⁷², organizado por um conjunto de entidades sindicais, institutos políticos e protagonizado por juristas.

Em segundo lugar, era preciso que as empresas jornalísticas legitimassem seu papel autoconferido de defensor do interesse público e da democracia brasileira. Mobilizar o discurso de que seu ofício jornalístico realizava a tarefa de um quarto poder fiscalizador dos outros poderes era essencial para continuar a manter o necessário prestígio público para desempenhar sua atuação política, atendendo a interesses bem particulares. Ademais que era preciso defender – através de sua poderosa operação de linguagem – não só a si, mas também aos outros atores, grupos e instituições da aliança golpista.

Creio que neste momento seja relevante, minha amiga leitora e meu amigo leitor, que façamos um respiro para lhes confidenciar algo que esteve em minha mente desde o dia em que comecei a engendrar a escrita deste trabalho. Quando comecei a

²⁶⁹ MATTOS, H; BESSONE, T. MAMIGONIAN, B. **Historiadores pela democracia – o golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo, 2016.

²⁷⁰ Para mais informações, ver < <https://anpuh.org.br/pr/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3466-os-historiadores-e-a-presidenta-carta-aberta-a-dilma-rousseff> > acesso em 14 mai. 2025.

²⁷¹ JINKINS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁷² PRONER, C.; CITTADINO, G.; TENENBSUM, M.; FILHO, W. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

redação desta narrativa historiográfica, de início eu fiz uma escolha em compreender e nomear o processo de destituição de Dilma como um golpe. E, como puderam notar, fiz questão de assim proceder sem maiores explicações ou justificativas. Apenas declarei minha opção em considerar que o impeachment de 2016 foi uma operação golpista perpetrada por certas frações das classes dirigentes, ainda que com interesses diversos, que entraram em total sintonia e sinergia para viabilizar a derrubada da então presidenta.

Confesso que não elaborei de forma cristalina, ao menos em minha mente, a razão dessa minha escolha textual de não explicar de saída porque considero um *coup d'état*. Talvez por não ter mais paciência nessa discussão que até hoje ainda se arrasta sem consenso até mesmo entre setores democráticos, mesmo que considere uma questão de fundamental importância.

Pessoalmente, passei a aderir a compreensão de que um golpe estava em curso no emblemático momento em que Sérgio Moro divulgou ilegalmente o áudio da conversa da presidenta Dilma com Lula para atizar a ira de manifestantes pró-impeachment e dos órgãos midiáticos. Lembrando que a ideia era representar os líderes petistas como agentes que causavam embaraços e obstrução à Justiça, quando, na verdade, só se pretendia buscar a assinatura de Lula que voltava a São Paulo e – como sua esposa à época, Marisa Letícia, estava hospitalizada – não sabia se conseguiria realmente comparecer a cerimônia de posse²⁷³.

Não pretendo convencê-los, caras e caros leitores, caso estejam no campo daqueles que compreendem as razões que levaram ao impeachment de Dilma como ilegítimas, antirrepublicanas ou, até mesmo, criminosas, mas não o consideram como golpe. Porém, percebo que a tese construída – principalmente por cientistas políticos, juristas e jornalistas – é por demais formalista. A tese afirma que se todos os ritos definidos pela legislação forem seguidos não se pode falar jamais em golpe, uma vez que o impeachment é constitucional.

Alguns bons autores e pesquisadores realmente compreendem o impeachment como ilegítimo e o criticam duramente, mas não avançam em chamar de golpe por considerarem esse termo como uma “narrativa política” – ainda que justa – mas que fugiria de uma análise técnica sobre os ritos do processo²⁷⁴. Essas leituras

²⁷³ ALMEIDA, R. **À Sombra do Poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

²⁷⁴ Dentre alguns autores, posso citar os trabalhos do jurista Rafael Mafei e do cientista político Fernando Limongi. MAFEI, R. **Como remover um presidente: teoria, história e prática do**

acabam por colocar a legalidade acima da legitimidade. Porém, nem é preciso ir muito longe para lembrar como o uso do aparato legal dos ditos Estados de Direito já perpetraram abusos, atrocidades e cerceamento de direitos²⁷⁵. Afirmar que a manutenção do chamado *rule of law* impede rupturas antidemocráticas é um mantra típico de certa literatura de corte liberal de manutenção de privilégios e de obstáculos à democratização.

A minha falta de paciência para essa discussão se deve a certo apego sobre uma pretensa tecnicidade acima da disputa política. Sim, meus amigos e minhas amigas! Creio que isso é algo que a esta altura de nossa jornada já sabemos: nossas escolhas de análise são, irremediavelmente, políticas. A memória sobre o processo que vivenciamos na década passada continua em disputa e sigo aqui o imperativo ético e político que me guiou nessa trajetória de escritura desta crônica historiográfica, a busca da “centelha da esperança” para combater o inimigo que não tem cessado de vencer.

Acredito que a construção deste trabalho possa ser uma contribuição para essa disputa política. Nesse sentido, compreendendo toda a construção das narrativas forjadas pelas empresas jornalísticas que aqui estamos estudando, creio que não há como reduzir toda a operação de defenestração de Dilma, Lula e seu projeto político a uma discussão se os requisitos e ritos para o impeachment foram cumpridos ou não; ou se as famosas pedaladas fiscais eram motivo para o enquadramento como crime de responsabilidade ou não.

Toda a guerra discursiva – empregada pela Forja editorial da grande imprensa brasileira que, através de seus *materiais mitológicos*, construiu realidade, atingiu afetos e sensibilidades – foi demolidora e arrasadora. A gestação do inimigo absoluto, o Lulopetismo, para fazer do fraco projeto de reformismo lulista algo a ser aniquilado, se enquadra no ataque brutal dos agentes do neoliberalismo para produzir subjetividades e realidades que agudizaram a concentração de riqueza dos donos do poder.

Era preciso impedir e atingir de morte o projeto constitucional de um horizonte, ainda que distante, de bem-estar social. Volto a lembrar aqui que Marx – em *O 18 de Brumário* – já falava que “a sociedade é ‘salva’ [ante o grito: propriedade, família,

impeachment no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. LIMONGI, F. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato.** São Paulo: Todavia, 2023

²⁷⁵ AGAMBEN, G. **Estado de exceção.** Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004

religião, ordem] tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo”²⁷⁶.

O *Globo* respira quando vê que Dilma não utilizou seu discurso na ONU para fazer a denúncia de que havia uma orquestração de um golpe contra seu mandato. Sem perder a chance de ironizar a presidenta, a empresa jornalística afirma: “Menos mal que Dilma tenha caído em si e evitado falar em “golpe” na ONU, [...]. Evitou um erro crasso que seria se referir a um golpe muito peculiar, em que sua vítima, ela, pode sair e entrar no país a hora que quiser”²⁷⁷.

Porém, nas entrevistas à imprensa estrangeira, a líder petista não deixa de lado o momento que estava passando no Brasil e reitera a conspiração para apeá-la do poder. O *Estado de S. Paulo* não escondeu seus sentimentos mais profundos a respeito disso. Apelando, ironicamente, à presença de forças demoníacas a aconselhar Dilma, o jornal afirma que

Decerto aconselhado pelo Diabo, aquele a quem ela recorreu em suas campanhas eleitorais, a presidente Dilma Rousseff decidiu adotar de vez a **mentira como essência** de seu discurso contra os adversários. A petista tem recorrido com desenvoltura e frequência ao **engodo** e cada vez mais parece acreditar nas **fantasias** que cria e conta. Não contente em tentar **enganar** a opinião pública nacional, especialmente no que diz respeito à legalidade do processo de impeachment, por ela qualificado de “golpe”, Dilma dedica-se agora a espalhar sua **farsa** mundo afora, conforme se verifica na impressionante entrevista que concedeu 1ª imprensa estrangeira há uma semana.

[...] Mas a maior das **fantasias de Dilma** diz respeito à sua alegada probidade, reiterada, orgulhosamente, na entrevista. A presidente que reivindica uma medalha por idoneidade é a mesma sob cujo nariz bandidos rapinaram os cofres do Estado como nunca antes na história deste país e que teve sua própria campanha eleitoral financiada com o produto desse roubo, segundo evidências levantadas pela Lava Jato; é a mesma que se elegeu e se reelegeu fazendo uso de **mentiras descaradas** de si mesma e dos adversários; e é a mesma que continua a **mentir** a respeito do desastre do seu governo, a respeito das intenções da oposição, e a respeito dela própria [...]. Mas o País, como provam os milhões que foram às ruas contra a **desfaçatez de Dilma e do PT**, já não se deixa mais **enganar** (Dilma, a realidade e a fantasia, *O Estado de São Paulo*, 26 abr. 2016, p. A3, **grifos deste autor**).

²⁷⁶ MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 31-32.

²⁷⁷ Sensato, *O Globo*, 23 abr. 2016, p. 6.

Ainda que seja uma referência irônica à célebre frase de Dilma de que “na eleição se faz o diabo”, o *Estadão* associa a assertiva religiosa de que o anjo decaído é o pai da mentira com as obras, as falas e o caráter da então presidenta – valendo a pena recordar que não é a primeira vez que o jornal relaciona a saga do Lulopetismo e seus atores às forças malignas e degeneradas. Somente nesse trecho supracitado, são nove vezes em que o discurso de Dilma é qualificado com termos como enganoso, farsesco e mentiroso.

É possível afirmar que o tema-chave da intriga engendrada pelo *Estadão* entre as votações do impeachment na Câmara e no Senado – no caso, da primeira votação que sacramenta o afastamento da presidenta de suas funções – é o combate à tese do golpe resumindo-a a uma artimanha desesperada de Dilma, Lula e PT. A ironia, o deboche, a ira e o despeito são intensamente utilizados pela empresa jornalística no que parecia ser o golpe fatal no Lulopetismo. Nesse período de menos de um mês foram quinze dias utilizados só para ridicularizar a denúncia do golpe.

Em relação a esse tema na narrativa editorial do jornal *O Globo*, em artigo publicado na *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, o professor Jamil Marques e eu identificamos que a empresa jornalística publicou 49 editoriais para deslegitimar a tese do golpe durante todo o processo de impedimento, o que equivale a quase um terço de todos os editoriais que abordaram o impeachment²⁷⁸. Desse total, 21 editoriais foram só entre abril e maio, ou seja, durante os meses das votações, o que indica, a meu ver, um esforço concentrado para emplacar sua elaboração narrativa sobre o golpe que derrubou Dilma Rousseff.

Seguindo pelos rastros das narrativas, percebo mais uma vez o que parece ser, realmente, um padrão: os acontecimentos elaborados nas folhas dos jornais são antecipados para que os leitores já tenham um direcionamento de interpretação. Como exemplo, entre o final de abril e início de maio, as empresas jornalísticas se exasperam ao comentar sobre uma possível PEC que alteraria as eleições presidenciais. No caso, a ideia ventilada em alguns círculos era de que Dilma e Temer pudessem renunciar conjuntamente para que se realizassem eleições para um mandato tampão que governaria o Brasil até 2018.

²⁷⁸ PIMENTEL, P.; MARQUES, J. Narrativas em disputa: os editoriais de O Globo e a desconstrução da ideia de “golpe” durante o impeachment de Dilma Rousseff. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(2), 2021.

Com uma semana de diferença, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* publicam editoriais sobre o assunto com conteúdos e títulos que indicam uma harmonia temática e um agendamento midiático mútuo. Enquanto no dia 23 de abril, o jornal paulista intitula sua peça de “Isso, sim, é golpe”, no dia 30 do mesmo mês, o jornal fluminense publica “O verdadeiro golpe é o das ‘diretas já’”. Em síntese, os dois jornais aproveitam o ensejo para fustigar a denúncia de golpe contra Dilma afirmando que o voto popular naquele momento seria, isso sim, um golpe.

O caos político como o País enfrenta é propício para vicejar de ideias que, embora à primeira vista pareçam democráticas, atentam contra a mesma democracia que parecem querer preservar. Em alguns casos, não é exagero qualificá-las de tentativas de golpe, ao dar como aceitável que se impeça a posse do vice-presidente Michel Temer no caso do impeachment da presidente Dilma Rousseff. [...] A justificativa da PEC, como é previsível, é defender a cláusula constitucional segundo a qual “todo poder emana do povo”. Com isso, é claro que os parlamentares esperam despertar a simpatia do eleitorado e constranger o mundo político, pois, ninguém, obviamente, haverá de discordar desse princípio basilar da democracia. [...] Ora, o poder emanado do povo se manifesta na forma da Constituição, elaborada por representantes eleitos democraticamente e aceita por todos, e na forma da representação política, consubstanciada pelo voto direto. A Constituição prevê a posse do vice-presidente Michel Temer – eleito pelos mesmos 54 milhões de votos dados à presidente Dilma Rousseff – em caso de impeachment da petista. Qualquer outra opção que não seja essa representará uma ruptura da ordem constitucional (Isso, sim, é golpe, *O Estado de S. Paulo*, 23 abr. 2016, p. A3).

A ideia, sibilina, teria surgido em hostes petistas, quando a aprovação da admissibilidade do pedido de impeachment de Dilma pela Câmara passou a ser inevitável. E toma corpo agora com as previsões do afastamento de fato da presidente pelo Senado. [...] Dez senadores de PMDB, PSB, Rede, PDT, PSD e, é claro, PT e PCdoB acabam de encaminhar carta a Dilma pedindo que ela envie a proposta de emenda constitucional para convocar eleições presidenciais, fazendo-as coincidir com o pleito municipal de outubro. E renuncie à Presidência, por óbvio.

A manobra se relaciona com o discurso de Dilma de que conta com o respaldo de 54 milhões de votos, maneira de dizer que apenas a eleição direta dá legitimidade. Ora, mas o vice da chapa também foi eleito pelo povo. Um grande complicador da esperta operação é convencer Michel Temer a também renunciar. E mais do que isso: deve-se perguntar se o truque é viável à luz da lei maior, a Constituição.

E não é. A proposta de uma emenda constitucional com este fim é no mínimo cavilosa (O verdadeiro golpe é o das ‘diretas já’, *O Globo*, 30 abr. 2016, p. 18).

Com esses dois editoriais com argumentações similares, me parece que as empresas jornalísticas acabam por denunciar seus interesses (nem tão) inconfessáveis. Em minha interpretação, esses escritos deixam evidente que nesse momento, os jornais já tinham aderido a Michel Temer como o articulador e viabilizador político de suas agendas econômicas. Colocando o “pingo nos is”: ainda

que, realmente, uma mudança constitucional desse porte fosse casuísta e problemática, para *O Globo* e o *Estado* esse não era o verdadeiro problema – afinal, quantas vezes na história essas empresas apoiaram intervenções golpistas. O problema era impedir a posse de Temer que já vinha apresentando sua agenda – principalmente econômica, com a Ponte para o Futuro. Nesse ponto, é possível afirmar que, mesmo com todas as ressalvas em relação à figura do então vice-presidente, os periódicos já tinham embarcado no Governo Temer.

Ao que parece, ainda que resgatassem alguma legitimidade popular, na visão dos jornais, uma eleição presidencial naquele momento seria um grave problema para a execução da agenda de austericídio arduamente defendida pelas empresas jornalísticas e classes dirigentes desse país. O povo poderia ser o maior obstáculo a essa mudança que se dizia profunda e estrutural. Já imaginou se Lula ou outros candidatos da centro-esquerda vencessem o pleito eleitoral? Pois os jornais pensaram e declararam por escrito:

Marcar para logo eleições de presidente e vice – quem sabe, até gerais – ofuscaria a amarga derrota do partido no impeachment de Dilma, daria chance de uma volta por cima do próprio PT, caso o próprio Lula se candidatassem – a depender da Lava Jato e do Supremo – e ainda arrebanharia o apoio de muitos que se assustam com Michel Temer e com os que o cercam (O verdadeiro golpe é o das ‘diretas já’, *O Globo*, 30 abr. 2016, p. 18).

Resolveram então os nobres parlamentares que “o povo” já decidiu que Temer não pode tomar posse. Não é à toa que teses semelhantes a essa já encontram simpatia entre os petistas. Com o jogo praticamente perdido, a tigrada não hesitará em abraçar causas que lhe deem alguma vantagem na disputa pela opinião pública, mesmo que sejam inexequíveis, como é o caso da antecipação das eleições. Embusteiro por natureza, o lulopetismo já batizou a iniciativa de “Diretas Já”, para comparar o atual momento à luta pelo fim do regime militar. É o típico golpe publicitário que prepara terreno para o golpe de fato. E gente que se diz de bem já encampa essa tese liberticida (Isso, sim, é golpe, *O Estado de S. Paulo*, 23 abr. 2016, p. A3).

A proposta, portanto, se presta apenas a tumultuar o ambiente político e retardar o urgente trabalho de reconstrução que o País exige. [...] Mas não é um disparate, com alguns julgam. Afinal, seria desta maneira que o PT reduziria os prejuízos eleitorais que o petrolão e o desastre do governo Dilma decerto lhe causarão. E, mais importante, a campanha eleitoral colocaria Lula, hoje um dois de paus, novamente no proscênio político. Dilma e a tigrada do PT, enquanto agonizam politicamente, não deixarão passar nenhuma oportunidade para infernizar o governo que deverá assumir nos próximos dias. O País? Ora, o País que se dane (O país que se dane, *O Estado de S. Paulo*, 03 mai. 2016, p. A3)

Porém, ao perceberem que a proposta das eleições antecipadas contava com oposição interna, os jornais se regozijam com o habitual deboche: “... dentro do PT há forte resistência à ideia, sob o argumento de que a renúncia seria interpretada como uma confissão de culpa. [...] a proposta, portanto, se presta apenas a tumultuar o ambiente político [...]”²⁷⁹. “A iniciativa desmonta a já fragilíssima tese do ‘golpe’. Ora, contra golpe deve haver é resistência, e não arreglo. Ajuda a desmascarar a manobra. [...] Dilma piscou”²⁸⁰.

Nos dias que se seguiram, a tramitação do impeachment continuou com a instauração da comissão especial no Senado para gerar o relatório da autorização do julgamento a ser votado no plenário. O relator destinado foi Antônio Anastasia, senador do PSDB de Minas, aliado histórico de Aécio Neves, presidenciável derrotado por Dilma em 2014. Não à toa, Dilma sempre lembrava que o processo de sua destituição era kafkiano, relembrando a saga de Joseph K. em um esforço impossível de apresentar sua defesa²⁸¹.

Durante esse tempo, *O Globo* e o *Estado* fazem as vezes de consultores políticos e econômicos *pro bono* para Temer, aconselhando-lhe o que fazer com os programas sociais, com as reformas econômicas, com a operação Lava Jato, entre outros temas. E, lógico, representando Dilma e Lula como inimigos da democracia, intolerantes e autoritários, sabotadores do Brasil fazendo molecagem para demonstrar sua birra, esperneando seu desespero.

Há uma semana, porém, da votação do relatório que desencadearia o afastamento da presidenta Dilma de suas funções no Planalto, dois fatos chacoalham o contexto, gerando mais um esforço dos editorialistas para elaborar e significarem os acontecimentos. Lula é incluído pela Procuradoria Geral da República no inquérito mãe da Lava Jato acompanhado pelo STF e o mesmo tribunal afasta Eduardo Cunha da Presidência da Câmara e suspende seu mandato de deputado federal.

Em relação a Lula, *O Globo* afirma que “a ideia de que o lulopetismo agiu de forma organizada no mensalão e no petrolão volta com a nova denúncia de Janot, que coloca o ex-presidente no mesmo grupo”²⁸². O *Estado* afirma que “... Luiz Inácio Lula da Silva é o chefe da organização criminosa que desde o início de seu primeiro mandato da Presidência da República tomou de assalto a administração federal para

²⁷⁹ O país que se dane, *O Estado de S. Paulo*, 03 mai. 2016, p. A3

²⁸⁰ Piscou, *O Globo*, 03 mai. 2016, p. 4.

²⁸¹ KAFKA, F. *O processo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2005.

²⁸² MP inclui Lula na ‘organização’ de Dirceu, *O Globo*, 05 mai. 2016, p. 18.

perpetuar o PT no poder²⁸³". Tanto o *Estadão* quanto *O Globo* tentam associar esse novo elemento da narrativa a Dilma para atingir de morte a então presidenta que estava prestes a ser afastada da Presidência.

O *Estadão* encerra sua peça editorial afirmando que

... a Lava Jato tende a aliviar na alma e na mente do povo brasileiro, o peso que carrega de ter-se deixado iludir por gente que se dedicou sistematicamente a roubar o Tesouro. É assim que a Nação absorve com serenidade o impacto de revelações chocantes [...] como a de que o maior político do Brasil contemporâneo é o chefe daquela quadrilha. Essa triste história vinha se arrastando há pelo menos uma década. Mas, finalmente, o "rei" está nu (O 'rei' está nu, *O Estado de S. Paulo*, 05 mai. 2016, p. A3).

Quanto à suspensão de Cunha em relação ao seu mandato, *O Estadão* afirma que "... [o voto do ministro do STF, Teori Zavascki] pôs um freio na trajetória deletéria desse político que nunca fez outra coisa senão usar [...] seu poder constitucional para auferir ganhos pessoais e escapar da adequada punição pelos delitos que lhe são imputados²⁸⁴". Da mesma forma, *O Globo* sustenta que entre seus atos de delinquência estão "... achacar empresários, cobrar propinas e ainda sabotar os trabalhos do Conselho de Ética em que tramita pedido de sua cassação²⁸⁵. É impressionante que mesmo admitindo as manobras criminosas de Eduardo Cunha para se safar da comissão de ética – dentre outras, a chantagem ao PT e ao governo, de onde desencadeou a aceitação do impeachment –, os jornais se esmeram no malabarismo discursivo para não deslegitimarem a condução do deputado na destituição de Dilma.

Não é do estilo belicoso de Cunha, mas ele precisa renunciar. O momento político do país assim exige. O provável governo Michel Temer, a assumir semana que vem, necessita de um Congresso distendido, minimamente apaziguado, para analisar e aprovar propostas de reformas de que o país precisa. É crucial baixar a tensão. Basta o impeachment (Renúncia de Cunha é a melhor alternativa, *O Globo*, 06 mai. 2016, p. 22).

Ao notar que os argumentos jurídicos reforçavam a denúncia de que Eduardo Cunha conspirou e agiu de má fé na abertura do impeachment, *O Globo* sustenta que ele "... aceitou o pedido de impeachment na função plena de presidente da Câmara. E não teve qualquer interferência na obediência a um rito definido não por ele, mas

²⁸³ O 'rei' está nu, *O Estado de S. Paulo*, 05 mai. 2016, p. A3.

²⁸⁴ A impunidade de Cunha chega ao fim, *O Estado de S. Paulo*, 06 mai. 2016, p. A3,

²⁸⁵ Renúncia de Cunha é a melhor alternativa, *O Globo*, 06 mai. 2016, p. 22.

pelo próprio Supremo, garantidor da tramitação do pedido de impedimento da presidente no Congresso²⁸⁶". Esses dois editoriais do *Globo* retomam a ideia de que a derrubada de Dilma precisava ser concluída o quanto antes, sem nenhuma concessão, para que Temer pudesse implementar a reorientação do Estado brasileiro através das medidas austericidas.

Com apenas cinco votos contrários, a comissão especial aprovou o relatório do senador tucano. Ainda que através de um ponto de vista totalmente equivocado, o *Estadão* associa a autorização do julgamento de Dilma, como um julgamento de suas ideias econômicas, as quais o jornal genericamente chama de populistas.

O amplo e minucioso trabalho do senador Anastasia é uma vigorosa denúncia do desprezo pelas normas fiscais que procuram garantir o necessário equilíbrio das contas públicas. Desprezo ditado pelas convicções estatistas e intervencionistas que inspiram o populismo irresponsável do lulopetismo. [...] Pois foi exatamente a irresponsabilidade, política e fiscal, de uma chefe de governo autoritária e convencida de que a promoção dos interesses populares está acima da lei – ou seja, de que os fins justificam os meios – que resultou nas ilicitudes que embasam o pedido de seu impeachment: as “pedaladas” (O populismo no banco dos réus, *O Estado de S. Paulo*, 07 mai. 2016, p. A3).

Creio que devo refazer a frase que redigi antes da citação acima. Ainda que o *Estadão* não faça críticas coerentes à política econômica de Dilma, realmente não se trata de um mero equívoco. O título do editorial do jornal denuncia onde devem estar as práticas econômicas que não reproduzam a ortodoxia neoliberal: no banco dos réus. Percebam o nível da gravidade – chamo a atenção de cada amigo leitor e cada amiga leitora. Existe a criminalização do jogo político, a criminalização de políticos e de partidos e, até mesmo, a criminalização de ideias econômicas, ainda que distorcidas pelo jornal.

Conseguem compreender o extremismo dos agentes do neoliberalismo? Trata-se de levar o lema de que *não existe alternativa* até as últimas consequências, inclusive à retirada de direitos ditos “naturais e inalienáveis” – como a própria liberdade, tão mencionada nos discursos farsescos. Não é à toa que a renomada autora Naomi Klein, escritora de *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre*²⁸⁷ se pergunta como que a ideologia neoliberal foi “absolvida” de seus

²⁸⁶ Teses pelo impeachment se consolidam, *O Globo*, 07 mai. 2016, p. 18.

²⁸⁷ KLEIN, N. *A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

crimes. Klein comenta esse tema lembrando dos dizeres de Eduardo Galeano: “o povo ficou na prisão para que os preços ficassem livres”.

Na semana seguinte, ao raiar o dia em Brasília – exatamente as 6 horas e 34 minutos do dia 12 de maio de 2016, Dilma é afastada de suas funções presidenciais depois dos senadores vararem a noite após uma sessão que durou mais de vinte horas.

GRITO CONTIDO

Em tempos idos, a brisa trazia,
Sussurros de um povo em busca de voz,
No Brasil, onde a terra ardia
E a esperança permanecia, feroz.

Eu, mulher, em sombras me escondia,
Silenciada pela Tradição.
Mas em meu peito a ânsia crescia,
Um grito contigo, uma Revolução.

Caminhava entre as ruas em festa,
A democracia, um sonho distante,
Vozes de homens, a luta em sua oratória,
Mas eu ansiava por um espaço vibrante.

As eleições, um palco de promessas,
Mas quem ouvia meu clamor sincero?
Na história, eu apenas uma peça,
Um eco perdido, um fardo severo.

Mas havia flores na luta, sementes,
Com coragem, outras mulheres surgiram,
Ergam bandeiras, sonhos latentes
Juntas, as correntes do silêncio romperam.

O direito ao voto, uma conquista,
Um passo à frente, um grito de vida,
E eu, mulher, com alma de artista,
Pintei meu futuro, a tela erguida.

Luta por espaço, por igualdade,
Por um Brasil onde a voz é de todos,
E hoje, em cada esquina, a verdade resplandece
Em cores, em modos.

A democracia, um caminho a ser trilhado,
Com passos firmes, juntos devemos seguir,
Histórias de mulheres, nunca caladas,
O Brasil é nosso, vamos construir!

São José dos Pinhais, 22 de maio de 2025.
Poesia de minhas estudantes da 1ª série do Ensino Médio,

M. F.; B. H.; B. W.; G. W.; F. R.; P. M.; L. C.; A. F²⁸⁸.

No mesmo dia, os jornais que estamos acompanhando formulam editoriais especiais para inseri-los no calor do momento na narrativa dessa saga que levava ao fim do governo Dilma. No jornal *O Globo* a tônica é praticamente de alívio. O sentimento de ter conseguido derrubar um projeto de poder corrupto é de que o país e suas instituições tinham passado num teste de resiliência contra uma grande “organização criminosa”. O editorial leva à frente suas duas colunas discursivas, o lavajatismo e o neoliberalismo.

Dos dois (impeachments), o teste mais duro para as instituições tem sido o impeachment de Dilma, relacionado de alguma forma ao desmonte da

²⁸⁸ A identidade das estudantes foi mantido em sigilo, deixando apenas as siglas de seus nomes, em respeito a não exposição das adolescentes, ainda que tenham autorizado a inserção do poema na tese.

“organização criminosa” criada pelo lulopetismo para desviar dinheiro público de estatais, a fim de financiar o projeto de poder do PT e aliados. Soube-se depois que o mensalão [...] e o petrolão [...] transcorreram de forma simultânea, sob o controle da cúpula do partido que subiu a rampa do Planalto com Lula (Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal, *O Globo*, 12 mai. 2016, p. 22).

Aqui está contido o suco do pensamento do lavajatismo, sem tirar uma única palavra. Trata-se do resumo da voz do conglomerado midiático que comanda o mercado televisivo e que remonta a um dos famosos slides de Deltan Dallagnol (veja a figura 2). É preciso dizer com todas as letras: o Grupo Globo de comunicação é a Lava Jato. A intriga da narrativa sobre o Lulopetismo, elaborada pelo *Globo*, não diz respeito a um discurso aliado ou de um apoiador privilegiado das operações que sacudiram o país. A trama engendrada pelos editoriais do jornalão da família Marinho é de um personagem fundamental da própria operação. Sem *O Globo* e as empresas do conglomerado não existe Lava Jato.

O pedido de impeachment de Dilma não se relaciona, formalmente, às descobertas da Operação Lava-Jato, mas, por ser o julgamento do impedimento também político, é certo que o conjunto da obra de malfeitorias que a força-tarefa de policiais federais, procuradores e fiscais da Receita que atuam junto ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, descobriu ajudou na tramitação do processo até aqui, na fase final (Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal, *O Globo*, 12 mai. 2016, p. 22).

Existe aqui um regozijo explícito de como a Lava Jato contribuiu para a derrubada de Dilma. Perceba que essa contribuição não se reduz à criação de um ambiente político desfavorável a ex-presidenta, mas sim, como consta no editorial, de que suas “descobertas” foram ajudando na “tramitação”, afinal, para o jornal, o “impedimento também é político”.

A confissão do conglomerado Lava Jato é cristalina de como as operações e as jogadas eram pensadas para, na visão do lavajatismo, ajudar o passo-a-passo do processo de impeachment. A meu ver, a tranquilidade com que se diz é derivado do processo de significação do Lulopetismo enquanto organização criminosa. Como não lutar contra um movimento/personagem que encarna um ser corrompido e corruptor da nação? É como nos diz a antiga assertiva: “Contra a pátria não há direitos”.

Mas se engana quem achar que o editorial da derrubada de Dilma lança às favas o suposto embasamento jurídico. Sim, as denúncias referentes às pedaladas fiscais e aos decretos de créditos extraordinários estão presentes, porém, o mais importante é sobre o que elas representam para a empresa jornalística.

Na visão ideológica tosca de mundo das frações de esquerda que compõe o PT, equilíbrio fiscal é conceito conservador, “neoliberal”. Compartilham uma visão primária do keynesianismo, pela qual o Estado sempre precisará ter déficits para debelar recessões. Chamam de políticas “anticíclicas”. Não admitem que desequilíbrios orçamentários estruturais, como os que ajudaram a criar na economia brasileira – pela vinculação de 90% do Orçamento e indexação da maior parte das despesas sociais pelo salário mínimo e inflação – destruíram a capacidade de o Estado investir e sinalizaram para a insolvência da dívida pública [...].

Por esta visão sectária, [...] o governo aproveitou a crise mundial, a partir do final de 2008, para começar a construir o tal “novo marco macroeconômico”, com as velhas teses dessas esquerdas, já defendidas no antigo PT: O Estado como principal agente na sociedade, indutor do desenvolvimento. [...] O parque de ruínas fiscais de Dilma, Lula e PT é extenso (Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal, *O Globo*, 12 mai. 2016, p. 22).

É preciso ter paciência para compreender a operação discursiva de *O Globo*. O jornal relaciona as denúncias que embasaram o impeachment à política econômica de Dilma e Lula, a partir de 2008. Ignorando às diferenças entre a condução da política econômica entre os dois, *O Globo* cria a imagem que qualquer outra forma de se conduzir economia que não a ortodoxa, leva à gastança desenfreada e ao desequilíbrio fiscal.

É preciso chamar a atenção sobre o tema das vinculações e as indexações do orçamento público. Aqui está o nó da questão e o centro do desejo dos agentes do neoliberalismo. Relacionar alhos com bugalhos, nessa salada de frutas de muito mal gosto, tem um objetivo bem definido: uma mudança constitucional tão profunda que fira de morte o próprio espírito da Constituição, apontar para a construção de um Estado social de ampliação de direitos e da cidadania. Saúde, Educação, Previdência, crescimento real do salário mínimo, valorização do trabalho e dos trabalhadores. Todos esses direitos assegurados e vinculados ao orçamento, de forma que não disputam com outros gastos, deveriam cair para assegurar os ganhos de rendimento do capital.

O impeachment de Dilma Rousseff seria então, para *O Globo*, a consagração da austeridade e da política econômica ortodoxa como a única possível para que os governantes mantenham o equilíbrio das contas públicas, sob pena de deposição. A economia estaria livre, agora, das garras da política, dos populistas e dos interesses eleitoreiros. Ora, nada mais radicalmente político.

Viva a tecnocracia, abaixo a democracia!

... a debacle veio com operações malandras de maquiagem de gastos e escamoteamento de dívida pública [...].

Atropelada a LRF, o governo Dilma, também já em 2015, editou decretos, sem aprovação do Congresso, com autorização de novas despesas. Um ato monárquico, ou stalinista, de desprezo pela República. [...]

Depois de 26 anos de aprovada a LRF, tantas vezes desrespeitada pelo lulopetismo, a República brasileira, por meio de suas instituições, reage e alerta que contas equilibradas, inflação baixa e sob controle se tornaram um patrimônio da sociedade, defendido pela Constituição e por leis específicas. Afrontá-lo pode custar até mesmo mantado presidencial (Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal, *O Globo*, 12 mai. 2016, p. 22).

O *Estadão* também celebra, mas não com comemoração. O jornal lança mão de diversos recursos simbólicos e estéticos utilizados durante anos de combate ao Lulopetismo para com suas ásperas e odiosas palavras provocar o esgar. A hora é de tripudiar e escarnecer de Dilma, diminuí-la. Sua misoginia é escandalosa. Tudo isso mirando em atacar o “feiticeiro”, o “semideus degenerado”, o “ludibriador dos incautos”: sr. Lula da Silva. O aristocrata jornal inicia o editorial recontando a jornada da chegada do Lulopetismo ao poder.

O impeachment de Dilma tornou-se imperativo. Tratava-se de colocar um ponto final em uma trajetória que arruinava o Brasil e os brasileiros e ameaçava a democracia. E essa trajetória não pode ser compreendida sem que se recapitem os momentos mais significativos da farsa conduzida por Lula há 14 anos e que, felizmente, caminha para seu desfecho.

O chefe do PT elegeu-se em 2002 e forçado pela crise causada pelo receio que ele fosse adotar a perniciosa agenda petista, governou em princípio conforme a cartilha do bom senso. Infenso, porém, à divisão de poder inerente ao presidencialismo de coalizão, construiu sua maioria parlamentar comprando deputados. Reelegeu-se em 2006 já em meio a grossos escândalos de corrupção – o mensalão – e aderiu de vez à irresponsabilidade, franqueando os cofres públicos a abutres variados [...]. Em troca, o PT e os demais partidos da base cobraram pedágio sobre a roubalheira e com isso sustentaram seu projeto de poder (Retorno à irrelevância, *O Estado de S. Paulo*, 12 mai. 2016, p. A3).

Não é demais repisar o argumento – seguindo aqui, mais uma vez, o conceito de operação midiográfica elaborado pela historiadora Sônia Meneses – de que os jornais forjam uma narrativa que é historicizante. A mobilização das temporalidades é tremenda e incansável. Sempre que se quer determinar o dizer e os sentidos sobre o presente remonta-se ao passado. Esse repetido retorno se trata da consciência e da intencionalidade dos editorialistas dos jornais, e nesse caso específico do *Estadão*, de que a disputa política aponta necessariamente pela disputa da memória.

A reelaboração do tempo passado para justificar as ações do presente não se reduz a um discurso passadista de retorno, mas sim de significar o tamanho de uma

vitória no presente que abre uma perspectiva de futuro revolucionária para os leitores do jornal. Ou seja, o tamanho e a força do monstro do Lulopetismo forjado pelo *Estadão* são medidos tanto pelas suas ações no presente quanto por camadas de passado que dão profundidade e densidade ao ser *inexistível*. O agigantamento monstruoso desse ser operado pelo engendramento da narrativa denotaria o tamanho da vitória.

Lembrando de como que no *Estadão* o Lulopetismo era uma projeção mimética das próprias vontades e desejos de Lula, o jornal, através da ironia de praxe, continua a ressignificar o passado, afirmando quais seriam as intenções por trás da sucessão de Lula.

Inebriado pelo sucesso dessa fórmula, Lula permitiu que os aloprados de seu partido alimentassem a ideia de que ele poderia pleitear um terceiro mandato. [...]

A ideia da reeleição acabou abandonada, pois era excessiva até para os padrões do lulopetismo, mas eis que Lula encontrou a solução perfeita: inventaria um candidato desconhecido o bastante para que pudesse controlá-lo, e uma vez eleito, esse dublê se limitaria a guardar lugar para a volta triunfal de Lula em 2014 [...]. [Sem nenhuma qualidade que a credenciasse para tão relevante função pública, ela [Dilma] não teria subido a rampa do Palácio do Planalto, há cinco anos, se não fosse pela vontade do capo petista Luiz Inácio Lula da Silva. **Julgando-se um semideus da política**, Lula criou Dilma do nada e empenhou seu capital político para conduzi-la ao cargo mais alto da administração do País, apenas para provar que podia. Portanto, é na **descomunal vaidade** de Lula que se deve procurar a origem da profunda crise que o País ora enfrenta [...]] (Retorno à irrelevância, *O Estado de S. Paulo*, 12 mai. 2016, p. A3, **grifos do autor**).

Nas palavras grifadas acima, *O Estado de S. Paulo* elabora a ideia de que Lula passou por um processo de envaidecimento e endeusamento de si que o levou a duas possibilidades ao estar próximo do fim de seu segundo mandato: tentar um terceiro governo seguido inconstitucional ou escolher uma marionete para manipulá-la, sendo apenas uma avatar do que o jornal alcunha de se achar um “semideus na política”. Agora, só para registro: nem sei se o Lula se leva tão à sério como o *Estadão* o leva. Parece um fascínio elevado a terceira potência do ódio.

Entrando em cena a eleição da presidenta Dilma, a empresa jornalística agora resolve dar tons de contos de terror para a trama, como se Dilma fosse uma monstruosa criatura que se liberta para assombrar a nação.

Mas eis que, como acontece em todo conto de terror, a criatura resolveu pensar por conta própria. Passou a acreditar que era presidente de verdade, com direito até a governar e a reivindicar a reeleição. A desconjuntada

mandatária começou a assombrar o País, tomando decisões baseadas em suas convicções pré-históricas, de linhagem stalinista enxertada com brizolismo, que arruinaram os frágeis avanços das classes mais baixas e atrasaram em ao menos uma década o desenvolvimento brasileiro. [...] Nesse cenário, a queda de Dilma era questão de tempo. Mas Dilma só se tornou importante por ter arruinado o País. Começa agora a voltar para sua irrelevância. O mesmo ainda acontece com Lula, o todo-poderoso que concebeu Dilma e foi o grande responsável por tão infausto momento na história brasileira – e nutre esperanças de voltar a morar no Palácio da Alvorada a partir de 2018. Isso definitivamente o país não merece. (Retorno à irrelevância, *O Estado de S. Paulo*, 12 mai. 2016, p. A3).

Nessa remontagem da relação entre Dilma e Lula, tornada viva pela narrativa editorial do *Estado de S. Paulo*, o jornal faz questão de atacar e humilhar a ex-mandatária. Não somente por suas políticas públicas, mas até mesmo a condição de sua dignidade. Os editoriais do *Estadão* sempre demonstraram um aviltante desprezo a Dilma. Por diversas vezes já ressalttei que havia uma questão de misoginia envolvida, mas hoje acredito que esses ataques – que são sistemáticos e que tem por intenção rebaixar Dilma Rousseff – fazem parte de um amplo conjunto de ações que podemos muito bem chamar de violência política de gênero.

Percebe-se, assim, o uso da violência pelos homens como um dos instrumentos de manutenção de seu poder, dificultando a participação de mais mulheres nesses espaços. Nesse sentido, a violência política contra mulheres tem a dupla finalidade de constranger/punir a mulher por ocupar um espaço masculino e a de restringir sua participação e sua possibilidade de tomar decisões que afetem a sociedade em geral²⁸⁹.

A violência simbólica que Dilma sofreu – não só pelos editoriais desse jornal – sintetiza o perfil dessa aliança golpista. Ela é, antes de qualquer outra coisa, uma aliança de perfil machista. Eram homens os que lideravam o Congresso, eram homens os que lideravam o Judiciário, eram homens os que articularam a conspiração e, por fim, eram e ainda são homens os que lideram as comissões editoriais das empresas jornalísticas. E todos esses homens ressentidos violentaram a democracia, violentaram a Constituição e a vontade popular. Violentaram a luta por direitos, por sonhos e utopias. Violentaram a cada uma e cada um de nós, queridos e queridas leitoras.

²⁸⁹ ALZIRAS, Instituto. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

Figura 8: Capa de jornal *Estado de S. Paulo* – Lula denunciado e Dilma em chamas

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1892 - 1942)

Quarta-feira 4 DE MAIO DE 2016 R\$ 4,00 ANO 137 Nº 44758 EDIÇÃO DE 21H00 estadão.com.br

Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação para mais 30

● Ex-presidente é acusado de tramar compra do silêncio de ex-diretor da Petrobrás ● Delação de Delcídio Amaral serviu como base para denúncia ● STF decidirá se petista virará réu ● Janot vê indícios para pedir inquérito também contra Dilma e isenta Temer

A Procuradoria-Geral da República denunciou o ex-presidente Lula ao Supremo por tramar a compra do silêncio do ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró. A acusação tem como base delação do senador Delcídio Amaral, Relator da Lava Jato no STF. Teori Zavascki será responsável pela análise da denúncia. Caso seja aceita, Lula virará réu. A PGR ainda pediu autorização para investigar Lula e mais 30 pessoas no inquérito-mãe da Lava Jato. O procurador Rodrigo Janot também já vê elementos suficientes para pedir abertura de inquérito contra a presidente Dilma Rousseff por tentar obstar as investigações. Além da delação de Delcídio, Janot levou em conta a nomeação de Lula como ministro. Apesar das citações a Michel Temer por delatores, o procurador não viu indícios para pedir inquérito contra ele. Ontem, o STF enviou ao juiz Sérgio Moro depoimento de Delcídio, segundo o qual a compra da Refinaria de Olinda seguiu o "modelo" da de Pasadena, com propinas. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A7**

“Essa organização criminoso jamais poderia ter funcionado por tantos anos e de uma forma tão ampla e agressiva sem Lula”

RODRIGO JANOT
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Análise

Dora Kramer

Senta, o leão é manso

Mestre em ameaçar fazer e acontecer quando acusado, o grupo não tem tido o mesmo êxito no tocante à eficácia de suas (más) intenções. **PÁG. A6**

Ex-presidente da OAB critica impeachment

O ex-presidente da OAB Marcello Lavenex disse no Senado que o impeachment será a pena de “morte política” de Dilma Rousseff e do projeto de inclusão social do governo. **PÁG. A12**

Fogo olímpico

Dilma Rousseff usou a cerimônia de acendimento da tocha olímpica, no Planalto, para pedir “união do País”. Ela reconheceu que o momento “é verdadeiramente crítico”, mas disse que o País será capaz de receber bem atletas e visitantes. Manifestantes aglomeraram-se diante do palácio, a maioria contra o impeachment. **ESPORTES / PÁG. A22**

PLACAR DO IMPEACHMENT

A FAVOR 50

CONTRA 20

NÃO VOTAR 1

NO SENADO SÃO NECESSÁRIOS 41 VOTOS PARA A APROVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT E O AFASTAMENTO DA PRESIDENTE POR ATÉ 6 MESES

NA WEB.

NAVEGUE NO PLACAR POR NOME, ESTADO OU PARTIDO DO SENADOR E ASSISTA A ALGUNS DEPOIMENTOS

estadão.com.br/e/placar Senado

PSDB deve ficar com Cidades, AGU e Itamaraty

O PSDB deve ocupar o Ministério das Cidades e indicou o deputado Bruno Araújo, segundo aliados de Michel Temer. O secretário Alexandre de Moraes pode ir para a Advocacia-Geral da União, com apoio de Geraldo Alckmin, e o senador José Serra é cotado para o Itamaraty. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Partidos vão ao STF contra Cunha

A Rede pediu no STF afastamento de Eduardo Cunha e norma para evitar que reentrem na linha sucessória da Presidência. PT, PC do B, PDT e PPStambém defendem a saída de Cunha. **PÁG. A7**

Caderno2

Jô Soares. Dirige peça sobre encontro de Freud e Dali.

Estudantes de Etecs ocupam Assembleia para exigir CPI

Estudantes invadiram ontem o plenário da Assembleia Legislativa de SP para pedir uma CPI que investigue a falta de renda nas Etecs. Desde quinta-feira, estudantes ocupam a sede do Centro Paula Souza, responsável pelas Etecs e Fates, cujos investimentos caíram 36,5% em 2015. **METROPOLIS / PÁGS. A18 e A17**

Prejuízo leva ao fim do bloqueio do WhatsApp

ECONOMIA / PÁG. B12

‘Estado’ agora pode ser baixado no celular

ECONOMIA / PÁG. B11

Dilma deixa ‘bomba fiscal’ de R\$ 10 bi

A presidente Dilma contratou um aumento de R\$ 10 bilhões de despesas que ampliam o rombo das contas públicas em 2016 e 2017 e afetarão o provável governo Michel Temer. **ECONOMIA / PÁG. B1**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Máscara ou civismo

Os tucanos fazem cálculos eleitorais no momento em que é urgente a união das forças políticas. **PÁG. A3**

Uma chance contra o populismo

A provável transição do governo é oportunidade para que o País rediscuta o escopo dos programas sociais. **PÁG. A3**

ÚLTIMAS UNIDADES

HB20 COMPLETO

A PARTIR DE

R\$ 39.990,00

VEJA NO JORNAL DO CARRO

Peçostru, use sua falco.

www.casa.com.br/ptg/ptg.html

CAQA

HYUNDAI

NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

5 ANOS

UNIVERSAL 500

COM DESCONTO DE

R\$ 5.000,00

O LAMENTO E A UTOPIA

Por que ela chora?
Por que o lamento? Por que o dissabor?
Lágrimas pela democracia fugaz,
pela insensatez que não se desfaz.
Angústia pelas ondas autoritárias que não param de arrebentar nas praias, nas ruas,
nas almas.

Por que ela chora?
Por que o lamento? Por que o dissabor?
Lágrimas pela falta do afeto, pelo sonho que não se completa, pela incompreensão
que não cessa.
Cansaço da rotina sufocante, da preocupação incessante, da vida que se vive em
eterno labor.

Dos olhos, ela jorra a gota d'água que cai em terra boa,
donde nasce a semente para libertar,
voltar a sonhar, tornar a viver.
Que o poder vivificante da lágrima prenuncie a volta do prazer
do respirar, do esperar, do alvorecer.
Que ao erguer o seu lamento,
Sua voz ecoe ao encontro de outras dores, outros corpos, outros amores.

Caia, lágrima.
Lave a alma.
Prepare a terra.
Germine a utopia.

Para minha amada
Pinhais, 21 de janeiro de 2025

No dia 31 de agosto de 2016, a violência foi consumada. Dilma foi condenada por crimes de responsabilidade e perdeu definitivamente seu mandato. Temer, há mais de três meses como presidente interino, já estava pavimentando sua pretensa ponte para o futuro. O martelo forjador bate com violência no material moldado. O monstro forjado pela própria forja parece ter sucumbido quase por completo devido aos golpes desconcertantes das armas produzidas no calor da oficina. O som é ensurdecedor, desorientador. Será possível resistir a tamanha violência? Só me resta repetir o grito abafado.

Canalhas! Canalhas! Canalhas!

Figura 9: Dilma Rousseff e sua última *entourage*



Fonte: Disponível em< <https://exame.com/brasil/sofro-a-dor-da-injustica-mas-nao-esmoreco-diz-dilma/>
> acesso em 14 mai. 2025.

Figura 10: Michel Temer e sua primeira *entourage*



Fonte: Disponível em < <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-politica-areazero-2/2016/05/temer-da-posse-aos-23-novos-ministros-de-seu-governo-interino/> > acesso em 14 mai. 2025.

Pronunciamento à Imprensa

Dilma Rousseff

Brasília, 01 de setembro de 2016

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

[...]

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. [...] Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

[...]

Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

[...]

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade. Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Figura 11: Capa de jornal *O Globo* – impeachment no Senado



QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2016 ANO XCI - Nº 30.229

Trinca Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

TROCA DE COMANDO

DILMA AFASTADA TEMER ASSUME COM REFORMAS

Primeiros atos serão para enxugar a estrutura do Estado

Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República na manhã de hoje. A aprovação da admissibilidade do processo de impeachment pelo Senado interrompe ciclo de 13 anos de poder do PT, partido que deixa o Planalto de mãos dadas com os fracassos de Dilma. Reeleita, não conseguiu mais camuflar a condução errática da economia e as consequências de seus erros, o que agravou a perda de poder político e levou milhões às ruas contra o maior escândalo de corrupção do país. O destino de Dilma foi selado às 6h34m de hoje por 55 votos sim (mais de dois terços do total de senadores) e 22 não. Ela está afastada do cargo por até 180 dias, período de seu julgamento pelos senadores, e será notificada ainda hoje da decisão do Senado. O vice Michel Temer (PMDB-SP) assumirá em seguida, com 19 dos 22 ministros escolhidos. E tomará posse imediatamente do gabinete presidencial no Planalto. Agora não mais como coadjuvante na conturbada relação com Dilma, começará reduzindo a estrutura do Estado, com extinção e fusão de ministérios, e editará MPs para dar foro privilegiado ao presidente do Banco Central e ao chefe da Advocacia Geral da União (AGU). Também prometerá rigor fiscal e se comprometerá a enviar ao Congresso propostas para reformar a Presidência e o sistema tributário. **PÁGINAS 2 e 42**

EDITORIAL

'Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal'

PÁGINA 22



Plenário do Senado, quinta-feira, 12 de maio, às 6h34m. Senadores de oposição comemoram a aprovação da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma: sessão histórica durou mais de 20 horas

Brasil ainda precisa de legislação que organize o sistema partidário

MERVAL PEREIRA, PÁGINA 33

Novo governo precisa provar capacidade de enfrentar a crise

MIRIAM LEITE, PÁGINA 34

O retrato de um político formal, atento e forjado por desilusões

JORGE BASTOS MORENO, PÁGINA 24

Sempre à sombra do PMDB, PT encerra acuada sua era no poder

LUIZ ANTÔNIO NOVAES, PÁGINA 10

Batalha do impeachment traça cenário para a disputa de 2018

PAULO CELSO PEREIRA, PÁGINA 20

ANCELMO GOIS
Nova chance à esquerda.
PÁGINA 30

LAURO JARDIM
A política volta ao Planalto.
PÁGINA 28

NELSON MOTA
A última perda de Dilma.
PÁGINA 28

JOSÉ PADILHA
O juiz Moro e o código samurai.
PÁGINA 29

FREI BETTO
O legado e o futuro do PT.
PÁGINA 28

ZUENIR VENTURA
O melancólico fim da utopia.
PÁGINA 17

ARTUR XEXÉO
Temer é o que tem para hoje.
PÁGINA 30

ILIMAR FRANCO
A missão da "salvação".
PÁGINA 31

SÉRGIO FADUL
Temer de Temer mira Congresso.
PÁGINA 31

CORA RONAI
Dilma, criatura de si mesma.
PÁGINA 29

DEMÉTRIO MAGNOLI
Restam os gritos de guerra.
PÁGINA 33

MARCO ANTÔNIO VILLA
A sociedade se auto-organizou.
PÁGINA 20

ALAN GRIPP
A construção do 11 de maio.
PÁGINA 31

ANA CRISTINA REIS
Com a ajuda de Eça de Queiroz.
PÁGINA 28

ARNALDO BLOCH
Segue o velho conchavo.
PÁGINA 30

VERISSIMO
Corrupção põe fim a certezas.
PÁGINA 23

PEDRO DORIA
Uma receita de 228 anos.
PÁGINA 29

CARLOS ALBERTO SARDENBERG
Corte de gastos é prioridade.
PÁGINA 22

FLÁVIA OLIVEIRA
A fronteira do ridículo.
SEGUNDO CADerno

MÁRVIO DOS ANJOS
Dilma é o nome da ruptura.
PÁGINA 31

PAULO CEZAR CAJU
Participar mais é a saída.
PÁGINA 29

É na rampa da caricatura...

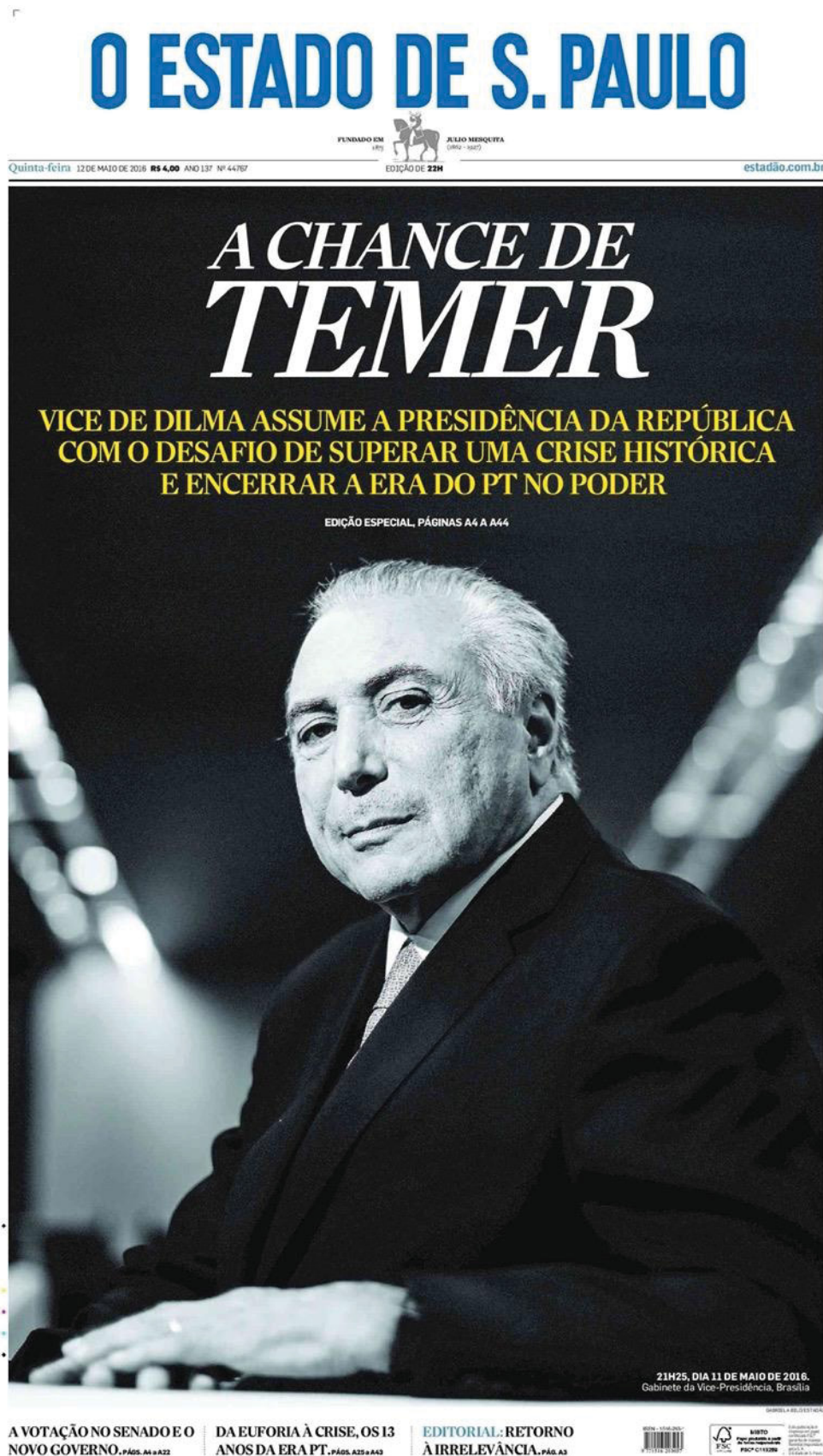


— Em frente, que atrás vem gente!

CHICO

Preço de cada exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 4,00 - Circulam com esta edição: Segundo Caderno e revista Boa Viagem

Figura 12: Capa de jornal *Estado de S. Paulo* – assunção de Temer



Fonte: O Globo, 12 mai. 2016.

ENTREATO



COMBATENDO UM INIMIGO

ÓDIO E NOJO AO POLÍTICO, AO SOCIAL E AO POPULAR

CRÔNICA III

PINHAIS, 03 DE JULHO DE 2024

Já passa das seis da manhã. Apesar do horário, o sol insiste em não sair no horizonte. É o inverno que em terras paranaenses teima em retardar o brilho de seus primeiros raios. Logo aquela semente que agora é fruto vai acordar. Lembro, então, o que é preciso. Esfregando os olhos, tento me manter acordado após mais uma madrugada escrevendo e refletindo.

Lula completa um ano e meio de volta ao poder. A velha política de conciliação também volta a campo, mas dessa vez com mais dificuldade. Congresso hostil, liderados por reacionários e passadistas distópicos continuam a pavimentar o retrocesso. O tão famoso presidencialismo de coalizão perdeu sua funcionalidade. Lula entrega ministérios para partidos que só votam em projetos nos quais possivelmente já votariam favoravelmente independente de ser situação ou oposição. O custo político agora é muito maior.

O Banco Central, autônomo do voto popular, mas subserviente ao mercado financeiro, mantém juros escorchantes e quando baixa o faz a conta gotas com o pretenso discurso de ser absolutamente neutro e técnico, enquanto mantemos uma das maiores taxas de juros reais do mundo, prejudicando a velocidade do crescimento econômico.

Apesar disso, os índices socioeconômicos vão bem. PIB aumentando quase três por cento, desemprego na menor taxa em uma década, aumento real do salário mínimo, volta da capacidade de negociação dos trabalhadores por melhores acordos salariais, o bolsa família tem seu mais alto benefício médio, queda nos índices da fome, consumo das famílias voltando apesar de uma inflação de alimentos que dificulta sair do sufoco.

Mas parece que neste momento algo se movimentou. Com uma aprovação mediana, o governo Lula tem que enfrentar uma ofensiva dos agentes dos ventos

destrutivos do neoliberalismo no mercado e na imprensa. Um ataque especulativo contra o real faz com que a moeda estadunidense suba mais de vinte centavos em duas semanas. Um ataque articulado para forçar o Estado, mais uma vez, a cometer uma série de medidas de austericídio ganha a pauta e empareda o governo. Flexibilização dos pisos em educação e saúde, corte em benefícios sociais, desvinculação da previdência em relação ao salário mínimo.

Lula, surpreendentemente, dobra a aposta, denuncia o ataque e afasta a possibilidade desse tipo de corte social e aponta os olhares para as bilionárias desonerações fiscais. Ao que parece, nos encontramos num divisor de águas do terceiro governo Lula. A crise forjada dobrará o presidente? O mercado recuará? Neste dia, o governo baterá o martelo sobre como conduzir as contas públicas para caber no novo teto de gastos promovido como armadilha pelo próprio governo.

O sol já está a raiar. O friozinho curitibano se faz presente. Um vento suave quem vem da serra que é possível olhar daqui da varanda faz a sensação do gélido frio tomar toda a casa. Com o que ficaremos após o dia de hoje? Com a brisa suave que traz boas notícias ou com o gélido frio da austeridade, essa ideia perigosa que leva ao abismo?

Que tenhamos um bom dia.

Somente uma crise – real ou presumida – produz mudança concreta. Quando essa crise acontece, as iniciativas tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Essa, eu acredito, é a nossa função: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se transforme no politicamente inevitável.

Milton Friedman

A frase de Friedman, um dos mais proeminentes ideólogos do neoliberalismo, revela uma sorte de autoimagem sobre seu grupo e seu papel na sociedade. Parece-me que o economista estadunidense se vê como um arauto missionário, uma espécie de profeta às avessas das narrativas bíblicas que prega: “Eu sou a voz do que clama no deserto: endireitai o caminho do Senhor²⁹⁰”. No caso, considero uma profecia às

²⁹⁰ João 1:23.

avessas porque ao invés de preparar um caminho para o *Deus dos oprimidos*, ele pavimenta a estrada para *Mamon*, a divindade que representa o dinheiro, o capital.

O profetismo neoliberal realmente se percebia como uma voz que clamava no deserto à espera de uma tempestade – uma crise real ou presumida, na concepção de Friedman – que tivesse a capacidade de transformar a realidade para impor seus pressupostos, ou melhor dizendo, dogmas. É fundamental notar que a frase indica a importância das ideias, ainda que num contexto desfavorável a elas, como elemento fulcral do que seria uma operação discursiva, um combate constante e tenaz para forjar uma nova realidade “inevitável” através de operações de linguagem.

Donald Rumsfeld, personagem influente da história partidária dos republicanos nos Estados Unidos, já afirmava que Milton Friedman era a “corporificação do fato de que ‘as ideias têm consequências’”. De fato, as vozes do neoliberalismo tornaram-se hegemônicas após o seu “deserto” durante os tempos de keynesianismo do New Deal estadunidense e dos trinta anos gloriosos do pós-guerra. Tal hegemonia, realmente, não veio sem consequências. Acumulação brutal de riquezas, terra arrasada nas conquistas históricas da luta de trabalhadoras e trabalhadores e aumento das desigualdades. Disparidades sociais essas que relegam às populações subalternizadas tanto do Ocidente, quanto, mais ainda, das regiões periféricas do capitalismo o desemprego, o sofrimento e a morte como único caminho possível²⁹¹.

Apesar de todo esse passivo, após toda a destruição aos direitos provocada pelos furiosos ventos neoliberais, seus pressupostos ideológicos conseguiram emplacar-se como única maneira possível de se reger a economia. Naomi Klein, autora de uma obra que impactou a análise crítica da política econômica ora

²⁹¹ Assumindo na escritura deste trabalho o meu lugar de pesquisador latino-americano não tem como não submeter os postulados acima à realidade de regiões que sofreram com a colonização. A colonialidade, invenção do mundo da modernidade liberal europeia, produziu, para além do biopoder, um necropoder, a morte que é atravessada de forma interseccional pelas condições não só de classe, mas de gênero, raça e sexualidade. Achille Mbembe já problematizou esse dado, principalmente, em suas obras *Necropolítica* e *Crítica da Razão Negra*. O historiador camaronês assevera que o “meio” da biopolítica é insuficiente para explicar a sujeição da vida à lógica da morte tão presente na história dos povos colonizados. Sendo assim, Mbembe afirma que a soberania nos Estados liberais do mundo colonial é afirmada pela capacidade de ditar “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. Essa seleção de corpos descartáveis é realizada a partir do que estabelece como união do biopoder, do estado de sítio e o estado de exceção. É da execução dessa tríade que surge o que Mbembe nomeia como *necropolítica*, a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”.

hegemônica, ressalta que Friedman utilizou o seu prêmio em memória a Nobel²⁹², conquistado em 1976, para pregar a ideia de que “a economia era uma disciplina científica objetiva e rigorosa tanto quanto a física, a química e a medicina, e se baseava num exame imparcial dos dados disponíveis”. Esse discurso pautado no lema “*there’s no alternative*”, da verdade única pautada no cientificismo eurocentrado, não conseguiu ser emplacada somente por economistas solitários padecendo em seu deserto particular. Seus arautos são diversificados e conquistaram discípulos em vários segmentos da sociedade.

No Brasil, é possível identificar uma adesão maior de setores empresariais aos postulados liberalizantes e à crítica ao intervencionismo estatal após o lançamento do II PND no Governo Geisel (1974-1979), ainda durante a ditadura civil-militar, numa campanha de crítica à política econômica encampada pelo plano, campanha essa contra o que foi chamado de “estatização”, sinalizando o rompimento de setores da elite brasileira com os rumos da economia sob a batuta dos militares, porém sem abrir mão do poder repressivo contra os movimentos sindicais.

A ditadura acabou. Ao realizar o esforço em sepultá-la, declaramos, através das palavras de Ulysses Guimarães nosso ódio e nojo por ela. Porém, um número amplo do segmento das classes empresariais nutria outra sorte de ojeriza. Arrebatados pelos ventos neoliberais, o ódio e o nojo continuaram contra tudo o que é político, popular e social. O neoliberalismo promove uma cisão arbitrária e artificial daquilo que é político e técnico; da racionalidade, que supostamente seria imparcial, contra as paixões e interesses ideológicos, e por isso desprovidos de verdade. Daquilo que é friamente técnico, contra o “populismo” dos políticos. Da organização racional das finanças contra aquilo que seria excesso de gastos sociais que pesam sobre o Estado e o levam a ruína. Vale lembrar a concepção foucaltiana de que o neoliberalismo não só é um programa econômico ou uma cartilha de medidas que ataca radicalmente os direitos sociais. Ele também é uma racionalidade a governar certas condutas dos indivíduos. Condutas essas que partem de uma mudança profunda das subjetividades.

Voltando meu olhar para o momento de crise do lulismo, o grande marco desse processo foi a derrubada da presidenta Dilma Rousseff do poder (pelo menos

²⁹² A área de estudos em Economia não é premiada no tradicional Nobel que só homenageia as áreas indicadas por ele em seu testamento. O prêmio para os economistas foi criado, na verdade, pelo Banco Central da Suécia, em 1968. Para mais informações, ver: < https://cofecon.org.br/cofecon/?page_id=1684 > acesso em 04 ago. 2025.

nas narrativas que estudamos até agora) para impor não só uma agenda econômica que não foi referendada pelas urnas, mas também a destruição do ideal expresso na Constituição de 1988. Trata-se de uma mudança de regime. O assalto dos setores empresariais e financeiros ao Estado brasileiro para capturá-lo completamente sem negociação, sem oposição, sem diálogo – julgando entrar numa era em que a política se reduziria a apenas referendar a tecnocracia neoliberal – parecia se estabelecer.

A grande arma dos jornais *O Globo* e *Estadão* para assegurar esse estado de coisas foi a construção de uma poderosa intriga, a saga do Lulopetismo. Relembrando a remontagem das tramas durante os anos que até agora estudei, foi notável a potencialidade das narrativas jornalísticas na construção de realidades que impactaram profundamente os rumos da nossa democracia. Pensando sobre toda essa operação gigantesca de linguagem, não tem como não se reportar à frase de Milton Friedman em como tornar o impossível em inevitável através de uma crise que chacoalhe profundamente uma sociedade e movimente o imaginário. Naomi Klein afirma magistralmente que esse método se chama “a doutrina do choque”.

Ao colocar em perspectiva o processo de choque que aconteceu no Chile e Brasil com os golpes militares, a investida sobre as escolas de New Orleans após o furacão Katrina, a invasão do Afeganistão depois do 11 de setembro, dentre outros exemplos, Klein sustenta que os pensadores e agentes do neoliberalismo conseguiram viabilizar grandes mudanças estruturais em prol de um modelo de capitalismo que a autora nomeia como “capitalismo de desastre”.

Seria também a guerra midiática contra aquilo que os jornais chamaram de Lulopetismo a aplicação mais contemporânea da doutrina do choque neoliberal? Pensando em tudo o que foi escrito aqui, creio ser factível acenar positivamente à pergunta. Porém, me parece que ainda assim, todo o processo de sequestro de almas, produção de combatentes neofascistas tresloucados e a tomada brutal do Estado para destruir completamente todo arcabouço de políticas sociais, todo esse cenário de destruição da democracia, de terra arrasada e de corações brutalizados me faz pensar que talvez falar em choque seja pouco para nomear todo o processo nefasto que nos fez chegar até aqui, na altura da análise dessas narrativas.

Desde que comecei a pensar sobre o que aconteceu – e como pôde acontecer – e todo esse cenário já descrito, me lancei a buscar um nome, um conceito, alguma definição que chegasse perto de dar conta da magnitude de tudo isso; dessa guerra total que teve participação fundamental das empresas jornalísticas que aqui estamos

estudando e da construção e da mobilização de um universo mitológico que colaborou para a criação de uma religião da morte para combater o Lulopetismo.

Queria então, neste *Entreato*, convidar o leitor e a leitora a me auxiliarem nesse momento naquele processo que Paul Ricoeur chamava de mundo refigurado, o terceiro passo de sua tríplice mimese. Quem sabe, ao buscar uma síntese que una a forma com que os jornais representaram o lulismo com seus efeitos e consequências em diálogo com as movimentações discursivas das demais forças políticas e econômicas no período – e em constante articulação teórica com autores e autoras que se especializaram na anatomia da racionalidade neoliberal –, os leitores desta remontagem narrativa cooperem comigo ao produzir novos sentidos que amplifiquem as possibilidades de compreensão dessa guerra discursiva que se faz presente na realidade.

Creio ser relevante começar conversando com um trabalho de Grégoire Chamayou que considero ter alguns pontos de conexão bem interessantes com o nosso caso específico. Em *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*, o filósofo faz uma análise do ataque dos setores patronais estadunidenses e dos ideólogos do neoliberalismo às políticas públicas redistributivas nos anos setenta. Para esses setores das classes dirigentes e seus intelectuais, era preciso articular uma guerra, não só contra o projeto de Estado de bem-estar social, mas também de suas alternativas democratizantes.

Depois dos anos da hegemonia keynesiana e dos sinais de seu esgotamento, os agentes empresariais e seus representantes políticos tem na ideia do suposto excesso de gastos para aumentar a responsividade para com os governados, a grande causa do que chamavam de crise ou até mesmo colapso fiscal. Chamayou usa as palavras do escritor Daniel Bell que afirmava ter notado que

‘Foi naquele momento que percebi que a luta de classes tinha (em parte) se deslocado para o Estado e seu orçamento. Quem contribui para as receitas fiscais? Em que nível? Como será alocado o gasto público? Com tais questões, que confrontavam interesses sociais divergentes, a luta de classes se prolonga com uma luta sobre tributações. O novo campo da luta de classes’, dizia Bell, ‘é o conflito fiscal’²⁹³.

²⁹³ CHAMAYOU, G. **Sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu editora, 2018, p. 315.

No conflito redistributivo fiscal, que cada vez mais se conflagrava, vários dirigentes declaravam abertamente que a disputa que se instalara deveria ser uma guerra aberta. Chamayou reverbera uma fala do presidente executivo da *Castle & Cooke* que afirmava, nos idos de 1979, que o “sistema econômico está sob ‘ataque direto [...] Nós estamos em guerra, mas é uma guerra de guerrilha. [...] É necessário revitalizar nossa liderança corporativa e passar à ofensiva, na melhor tradição do capitalismo americano”²⁹⁴. Já Arthur Furer defendia a ideia de que “só por estar no terreno da competitividade, uma empresa já está em guerra”²⁹⁵.

Organizando os posicionamentos dessas lideranças empresariais dos Estados Unidos à época, Chamayou enumera as diversas estratégias dos agentes do neoliberalismo para uma mudança radical da sociedade. Essas ofensivas podem ser classificadas como ideológicas ao mesmo tempo que tecnológicas, avançando tanto na luta pela hegemonia intelectual, principalmente no campo dos estudos econômicos, quanto na luta por estabelecer ferramentas de metacontrole para “governar os governantes”²⁹⁶ – estabelecendo a lógica neoliberal como única possibilidade cientificamente comprovada de se gerir as contas públicas (governança) –, como, também, para fazer com que as trabalhadoras e os trabalhadores se conduzam pela lógica concorrencial – ou nos termos foucaultianos, o estabelecimento da governamentalidade neoliberal, fazendo com que a ordem social implantada (a lei da selva) dite as consciências e conduza as condutas.

Toda essa arquitetura deveria ser não só justificada ideologicamente, mas, antes ainda, engendrada por uma operação de linguagem de enormes proporções para criar uma “política da verdade” que construísse esse novo mundo, essa nova realidade não pouco distópica.

Cultivem as pesquisas. Comprem pareceres “científicos”. Semeiem a dúvida. Pois isso também é “gerenciamento de crise”: uma *política da verdade*, que procura influenciar tanto a formulação das crises com o estabelecimento dos fatos. Um tipo de abordagem, analisa Peter Ludlow, que não visa somente “esconder a verdade, mas produzi-la”, arriscando recorrer a “ataques epistêmicos” massivos²⁹⁷.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 189.

²⁹⁵ *Ibid.*

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 109.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 212.

Chamayou evoca o pensamento de Friedrich Hayek como uma das maiores inspirações para toda essa operação de guerra. Comentando uma anedota que expressa o pensamento do profeta neoliberal, é elaborada uma assertiva que poderia muito bem ter sido destilada pelos lábios do ideólogo: “Só se mudará a sociedade impulsionando mudanças na esfera das ideias. É preciso primeiro atingir os intelectuais, aqueles que ensinam e aqueles que escrevem [...]. Sua influência sobre a sociedade prevalecerá e, então, os políticos os seguirão²⁹⁸.”

Esse seria o início dos ataques massivos para a construção de uma verdade única para se conduzir na vida, criando um ambiente marcado por aquilo que Hayek assenta como um conceito alternativo ao de economia: a *catalaxia*, uma suposta ordem espontânea produzida pelas relações de troca que marcam o mercado.

Enquanto a economia se concebe com uma *táxis*, “um acordo deliberado”, a *catalaxia* se apresenta como um “*cosmos*”, *um mundo*. Enquanto a primeira é uma “teleocracia” unidade orientada por uma hierarquia dos fins fixada por um agente central, a segunda é a uma “nomocracia”, uma ordem em que cada um persegue os próprios fins nas regras de um jogo universal. [...] de um lado, direção centralizada, de outro, autocoordenação sem dominação aparente; de um lado, ordens dadas e recebidas, de outro, uma ordem espontânea povoada de interações livres; de um lado, ordem-mandamento, de outro, ordem-prescrição. De um lado, a tirania do patrão, de outro, a lei da selva²⁹⁹.

Todo esse quadro apresentado por Grégoire Chamayou me parece, assustadoramente, conectado às ações realizadas no Brasil na última década. Assim como nos Estados Unidos do anos setenta, o cerco das classes dirigentes ao orçamento público foi intenso, organizando estratégias de ataque num esforço de guerra que parecia disposto a tudo para reorganizar a alocação de recursos que privilegiassem os interesses do mercado. Não só da captura do Estado, mas, também, da elaboração de um mundo onde não haveria saída para os trabalhadores e as trabalhadoras a não ser viver como empreendimentos de si nessa “lei da selva” que quem vence é o suposto merecedor e quem perde é o ator fundamental de seu próprio infortúnio. Uma pesquisa feita nas periferias de São Paulo pela fundação Perseu Abramo, no final de 2016, captou como que, de forma abrangente, os trabalhadores estavam reverberando a ideologia neoliberal ao serem convencidos pelas agruras do

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 168.

²⁹⁹ *Ibid.*, pp. 110 -111.

dia-a-dia que o caminho individualista seria o único possível na vida³⁰⁰. Como dizemos na Bahia, “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

A forja dos jornais *O Globo* e *Estadão* foram essenciais para esse esforço de guerra total como vanguarda intelectual propagandística do ataque brutal aos nossos direitos sociais. Como demonstrei, através da saga do Lulopetismo, as empresas jornalísticas disputaram os rumos da contrarrevolução, promovendo alianças de ocasião com outros setores para viabilizar a transformação da realidade. Tudo isso, com muita estratégia, recuo, avanços, sentindo as oportunidades que se abriam a cada momento até chegar ao golpe fatal, a derrubada da presidenta Dilma Rousseff e a demonização completa do lulismo e seus elementos encantatórios. Tratava-se, também, de uma tentativa de capturar totalmente os sonhos e desejos de uma geração.

Gostaria, então, de tentar organizar as movimentações discursivas dos jornais aqui estudados para notar como que podem se ligar às estratégias da racionalidade neoliberal. Quem sabe remontar aqui a arquitetura da guerra simbólica contra a democracia para compreender, utilizando, mais uma vez, o conceito de *máquina mitológica* de Furio Jesi, os efeitos políticos e socioeconômicos desse assalto ao poder, sem mais amarras ou nós.

Ao tentar formar uma síntese dessa organização das ideias promovidas pelos jornais, logo percebi um elemento importante. Notei que conseguiria organizar didaticamente os ataques do *Estadão* e do *Globo* em tipos realmente bem próximos às etapas de uma guerra, ainda que essas fases pudessem ocorrer de forma concomitante.

Em segundo lugar, evocando a ideia de que tenho tratado aqui os editoriais jornalísticos enquanto gênero narrativo, é sempre bom afirmar que a imaginação e a ficcionalização promovidas pela narrativa não tem o condão de realizar algo como “lavagens cerebrais” ou provocar profundas dissonâncias cognitivas.

Creio que esse ponto precisa ser ressaltado: nesta obra, trabalho com a tese de que as operações de linguagem elaboram o mundo social. Já afirmei que os sentimentos e reações daqueles que acreditam no monstro engendrado são reais. Considero que trabalhar com essa ideia é essencial para uma melhor compreensão da dimensão dessa guerra que estamos estudando, retirando o que muitos acreditam

³⁰⁰ Disponível em < <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/> > acesso 03 ago. 2025.

que está no mundo do ridículo e do bizarro. E mais, não só o monstro do Lulopetismo foi criado pelos jornais; ao engendrar sua narrativa, todo um novo mundo é criado para o leitor que é impactado com toda essa complexa teia de significações e sentidos.

Se não trato esse mundo novo na dimensão da bizarrice, tampouco trato como admirável. Ao contrário, queridos leitores e queridas leitoras, se me permitirem guiá-los, um pouco mais, pelas próximas páginas, procurarei demonstrar como que, ao trazer de volta alguns trechos paradigmáticos para ilustrar as etapas da guerra construída pelos editoriais de *O Globo* e *Estadão*, tais narrativas não só colaboraram para uma religião da morte, mas, especificamente, pavimentaram o caminho para certo tipo de ódio, nojo e ojeriza que criaram uma gramática que converge com os signos daquilo que, anos mais tarde, se convencionou chamar de extrema direita bolsonarista.

Arquitetura da Guerra contra o Lulopetismo

I. Construção do inimigo e engendramento dos combatentes

- Elaboração ideológica das narrativas
- Trabalho de memória e identidade

II. Mobilização das tropas e destruição do inimigo

- Convocação dos combatentes
- Demonização total

III. Reconstrução da Nova Ordem

- Estado neoliberal
- Radicalização das formas de metacontrole (governamentalidade neoliberal)

“Tempo, tempo, tempo, compositor de destinos”. O trecho da composição artística de Caetano – e entoado pela bela voz de sua irmã, Maria Bethânia –, demonstra certa concepção de tempo muito comum às narrativas em que o Cronos possui atribuições de um personagem que desfruta de poderes que podem traçar caminhos que levam a determinados pontos de inflexão, bifurcação e, evidentemente, de chegada. A manipulação das temporalidades é parte intrínseca da composição das narrativas – lembrando que Paul Ricoeur afirmava que, além da intriga, o próprio tempo era pilar fundamental.

Vale a pena recordar a célebre frase do filósofo francês em que ele afirma que "o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal³⁰¹". Não é à toa que as narrativas políticas mobilizam, constantemente, as temporalidades como potentes geradoras de significados.

Ainda no *Prólogo* deste trabalho, dialogando com a socióloga Monalisa Soares, comentei como que o lulismo se configura numa poderosa narrativa que mobiliza diversos entrelaçamentos temporais como poucos fenômenos políticos na história brasileira. A primeira eleição presidencial vencida por Lula – da “esperança que vencia o medo” – seria um ponto de fissura no tempo. Seria inaugurada a era das oportunidades, onde os mais pobres finalmente seriam enxergados pelas políticas públicas, deixando para trás a era das elites que os odiavam e só governavam para si mesmos. A própria origem, história e o seu próprio corpo político encarnariam em si as novas possibilidades que se abriam a partir dessa ruptura com o que era visto como o passado de fome e miséria.

Pelo que remontei das narrativas sobre o Lulopetismo até aqui, é possível perceber como que os jornais investiram igualmente na potência narrativa das temporalidades. Era preciso a construção de uma intriga que não só reelaborasse a configuração do tempo lulista, mas também que se chocasse contra essa narrativa. Por isso, o primeiro passo para a construção do grande inimigo a ser combatido parte de um ataque contra as temporalidades elaboradas pelo lulismo e sua violenta substituição por uma outra temporalidade.

Observem o trecho a seguir que trouxe no contexto das jornadas de junho de 2013.

O fato é que o lulopetismo, do alto de sua soberba, messiânico e populista, **a partir de 2003** tomou enorme gosto pelo poder e passou a cultivar a obsessão de nele se perpetuar. [...] É claro que, **a partir do instante** em que senadores e deputados se mostram incapazes e desinteressados de atuar em sintonia com o sentimento popular, se abre espaço para o clamor das ruas. [...] o lulopetismo vinha tentando impor-se absoluto e incontestável na missão de definir os rumos do País. **Vinha – até que as ruas se tingiram de verde-amarelo** e chamaram para si a definição política prioritária e aos atônitos governantes não restou senão correr atrás do prejuízo (A política nas ruas, *O Estado de S. Paulo*, 30 jun. 2013, p. A3, **grifos deste autor**).

³⁰¹ RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Volume I. Campinas: Papirus, 2010, p. 9.

Em vez de abertura de um novo tempo, o Lulopetismo teria interditado e aprisionado o país em uma temporalidade mórbida e sombria. O tempo é congelado no que parece uma eterna paralisia. As instituições teriam sido capturadas pelas garras lulopetistas até que, em 2013, as “ruas” ou a “voz do povo” rompem essa prisão temporal para mudar o rumo das coisas. O verde-amarelo retorna dando vida e conteúdo moral ao primeiro ato de libertação. A narrativa de *O Globo* indica esse mesmo direcionamento.

[...] uma chave que destampa e coloca nas ruas a insatisfação acumulada nos últimos anos com uma sucessão de distorções [...], a tal da sensação difusa de desconforto com “tudo que está aí”. [...] vivia-se um longo período de inércia política. A situação, confortável no poder, e a oposição, também passiva, incapaz de metabolizar a fermentação das insatisfações que há tempos trafegam nas redes (Decifrar as mensagens da rua, *O Globo*, 19 jun. 2013, p. 22).

Temos aqui uma reescrita em ruptura completa com os sentidos do lulismo. A essa reescrita da história pelos jornais e à manipulação das temporalidades para monumentalizar certos eventos e inscrevê-los como históricos chamamos – lembrando aos leitores e leitoras – de operação midiográfica, para ressaltar a importância e a dimensão que esse engendramento do real se dispõe a realizar diuturnamente.

Porém, a partir deste estudo, compreendo que é preciso ir além. O gênero editorial opera uma narrativa historicizante daquilo que está na ordem do entremeio do real e do mitológico. Assim o afirmo, no sentido de que se pretende estabelecer – a partir de uma visão historicista do passado “tal qual foi”, e de uma visão de deter o monopólio da verdade sobre “fatos, lugares e pessoas” no presente – que seus *materiais mitológicos*, seguindo os termos de Jesi, tem substância real. Em outras palavras, o *modus operandi* da máquina mitológica dos editoriais jornalísticos instaura uma poderosa fusão de temporalidades que forja um mundo para seus leitores. As narrativas engendradas contra o Lulopetismo tem essa finalidade, a de dizer “a verdade” sobre o lulismo e se contrapor ao seus motivos encantatórios.

Nesse sentido, os anos de Lula e Dilma, em vez de um tempo de abertura de possibilidades – como sempre comunica o discurso lulista –, transmuta-se num tempo de fechamento e dominação. Da mudança da face do poder, para cooptação total do sistema político. Da ampliação da diversidade de vozes, com o slogan *um país de todos*, para o represamento e sufocamento da liberdade de expressão que não se via

representada mais em lugar algum. A partir dessa tensão, os eventos são disputados de forma cínica, ressignificando o passado para dar densidade a essas camadas temporais, engendrando, assim, o corpo do monstro do Lulopetismo.

Em fins dos anos sessenta, Theodor Adorno estabelece um paralelo entre a propaganda nazista e o discurso do que ele chama de novo radicalismo de direita contra o sistema político alemão de seu tempo. Eu acredito que a seguinte passagem pode nos indicar um caminho significativo para pensarmos nessa mudança de enquadramento temporal do lulismo.

... variando um slogan de Goebells (a saber, o dos **partidos do sistema**), [os radicais de direita na Alemanha] falavam dos 'partidos da licença, isto é, dos partidos que teriam sido licenciados pelas antigas potências ocupantes. E isso foi enormemente eficaz, porque as pessoas tinham o sentimento de que, com esse movimento que quer abolir a liberdade, elas ao mesmo tempo alcançam novamente a posse da liberdade, da livre possibilidade de decisão, da espontaneidade³⁰².

Adorno presenciou o poder simbólico que a representação do sistema político como cerceador da liberdade possui enquanto tropo discursivo de compreensão da realidade. No caso deste estudo, o ponto fulcral aqui é que as narrativas forjadas pelos jornais instauram o “tempo da libertação”. O Lulopetismo das narrativas antipetistas parece encarnar não só um Estado que coopta, domina e asfixia, mas um monstro que sufoca todas as vidas (entenda-se, indivíduos em relações concorrenciais, na novilíngua neoliberal) de um país acorrentado por um processo constante de coerção de forças do mal.

Ao identificar esse aspecto discursivo, lembrei de uma passagem do livro *Mitografias do Brasil contemporâneo*, escrito por meu orientador Vinicius Honesko, em que ele cita um discurso do ex-ministro da economia bolsonarista, Paulo Guedes: “Nós não despertamos, ainda, as forças de mercado. Jamais despertamos as forças de mercado. **O Brasil é um gigante acorrentado. O Brasil é um país amarrado por todos os lados**”³⁰³

Faço questão de apontar essa frase de Paulo Guedes que foi visto por muitos da imprensa brasileira como uma voz dita racional e técnica do governo de extrema direita. Por incrível que pareça, o truísmo em nomear a que ideologia o ministro

³⁰² ADORNO, T. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 66.

³⁰³ HONESKO, V. **Mitografias do Brasil contemporâneo: a liberdade é de quem?** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020, p. 20.

bolsonarista serve é importante para compreender os efeitos do discurso que, durante os anos Bolsonaro, dividia os ministros entres ideológicos e técnicos. Mesmo parte da esquerda operava uma diferenciação ideológica entre bolsonaristas, olavistas e neoliberais. Aqui compartilho – e creio que as próximas páginas corroborarão – a assertiva de Honesko que considera o “bolsonarismo como forma extrema do neoliberalismo³⁰⁴”. Se bem que poderíamos facilmente trocar a ordem dos termos para falar do bolsonarismo enquanto face contemporânea da extremista ideologia neoliberal.

Penso ser importante recorrer a algumas letras do ideólogo Friedrich Hayek para perceber a convergência gramática e semântica da compreensão de mundo das narrativas antipetistas que estou estudando com o neoliberalismo e o bolsonarismo. É possível perceber que, para o autor, governos que tenham preocupações populares e sociais ou mesmo democracias liberais que tem em seu ordenamento jurídico a garantia de direitos sociais já caminha para o socialismo e para o totalitarismo.

Em *The Constitution of Liberty*, Hayek afirma que por “coerção’, queremos dizer esse controle do ambiente ou das circunstâncias de uma pessoa por outra que, a fim de evitar um mal maior, é forçado a agir não de acordo com um plano coerente, mas para servir aos fins de outro³⁰⁵.” Nesse sentido, então,

Ação livre, na qual uma pessoa busca seus próprios objetivos pelos meios indicados por seu próprio conhecimento, deve ser baseado em dados que não podem ser moldados à vontade por outro. Pressupõe a existência de uma esfera conhecida em que as circunstâncias não podem ser moldadas por outra pessoa a ponto de deixar apenas uma escolha prescrita pelo outro³⁰⁶.

A escritora Wendy Brown cita uma passagem do autor que relaciona melhor o que ele considera um ataque à liberdade ou o “teor coercitivo” de Estados de bem-estar social. Hayek “considera a noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma ‘fraude semântica’. A preocupação com o social é a assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, o símbolo da tirania. [...] Na pior [das hipóteses], é um disfarce para o poder coercitivo

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 87 e 88.

³⁰⁵ HAYEK, F. **The Constitution of Liberty: the definitive edition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011, p. 71.

³⁰⁶ *Ibid.*

do governo. A justiça social é uma ‘miragem’ e a atração por ela é ‘a mais grave ameaça a maioria dos outros valores de uma civilização livre’³⁰⁷.

O interessante aqui é que o conceito de liberdade parece se tratar mais por uma oposição daquilo que se entende como coerção. Em outras palavras, mais do que liberdade, estamos falando de um suposto combate às formas de vida consideradas coercitivas – no sentido da crença hayekiana de que os sistemas políticos que planejam, racionalmente, pactuar imperativos sociais para sustentar políticas públicas – que invadem a esfera particular. Mais do que liberdade, então, estamos falando de uma luta por uma suposta libertação, uma vez que vivemos em sociedade “pactuada” através das leis.

É impressionante que em discursos bolsonaristas, a forma de lidar com essa temática é convergente. Em seu discurso de posse, o próprio ex-presidente fala: “me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”³⁰⁸. Observem que ele vai alternando aspectos de libertação da esfera estatal e da esfera pessoal. Nunca é demais recordar que um dos seus principais lemas da campanha em 2018 era o verso bíblico: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

Ainda no processo de posse de seus ministros, Ernesto Araújo, pupilo dos cursos olavistas, afirmava:

Essa convicção íntima e profunda animou o presidente Jair Bolsonaro na luta extraordinária que ele travou e está travando para reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros.[...]

O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória³⁰⁹.

Mesmo que sempre estivesse no vocábulo, Bolsonaro acirra o seu discurso em prol do que ele nomeia liberdade durante a pandemia da covid-19 como mote para se contrapor às medidas de contenção do vírus tomadas por agentes públicos tanto

³⁰⁷ BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2023, p. 41.

³⁰⁸ Disponível em < <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019> > acesso 23 jul. 2025.

³⁰⁹ Disponível em < <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse> > acesso 23 jul. 2025.

dos estados, quanto do Judiciário. E já próximo às eleições de 2022, ele inova e introduz o termo “liberdade” no lema integralista³¹⁰ que passa a ser entoado por seus apoiadores, até mesmo no ataque do 8 de janeiro de 2023: “Deus, Pátria, Família e *Liberdade*”. Em outros momentos ele falava que “nós temos um bem muito maior do que a própria vida, se me permite falar isso, que é a nossa liberdade. Nós não podemos perder a liberdade no Brasil³¹¹”.

A essa reiterada luta por libertação, é preciso que a reposicionemos no seu devido significado. Na realidade, as temporalidades cindidas pelo ato de libertação tratam-se de destruição. Não se trata da luta por mais direitos civis ou sociais, mas sim da destruição de políticas públicas pensadas para a garantia desses direitos. Trata-se da radicalização de uma forma de vida completamente desregulada, naturalizando as desigualdades e demonizando as tentativas de saídas coletivas que produzam mais autonomia para todas e todos.

Poderia citar aqui, desde a luta bolsonarista contra a obrigatoriedade da vacinação – enquanto pacto coletivo –, a luta pela destruição de grande parte do arcabouço legal que confere direitos trabalhistas, passando pela liberação indiscriminada de armas de fogo e até mesmo pelo fim das multas para quem transporta crianças sem cadeirinhas no carros. Não é à toa que, em uma obra compartilhada, a historiadora Heloisa Starlin, o filósofo Newton Bignotto e o cientista político Miguel Lago conceituam o bolsonarismo enquanto linguagem da destruição. O ponto de partida deles é uma fala de Bolsonaro, enquanto jantava com empresários e ideólogos nos Estados Unidos, que afirmava seu grande projeto para o país: “nós temos que desconstruir muita coisa³¹²”.

Para os autores, o bolsonarismo produz uma nova forma de linguagem que tem a destrutividade como seu apanágio³¹³. Conversando com os autores e a autora, creio não se tratar de uma “nova linguagem”, mas de uma atualização de coisas bem antigas: a síntese e a encarnação das diversas opressões e diversos autoritarismos históricos amalgamados à face brasileira do neoliberalismo.

³¹⁰ Para um aprofundamento sobre o movimento integralista, indico a seguinte obra: GONÇALVES, L.; CALDEIRA NETO, O. **O Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

³¹¹ Disponível em < https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/para-bolsonaro-liberdade-e-maior-do-que-a-propria-vida/?utm_source=chatgpt.com > acesso em 11 jul. 2025.

³¹² STARLING, H; LAGO, M; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 7.

³¹³ *Ibid.*, p 11.

Hayek afirma que a definição de liberdade “...não deve depender se todo mundo considera ou não esse tipo de liberdade como uma coisa boa. [...] Mas a liberdade pode ser desejável, mesmo que nem todas as pessoas possam tirar vantagem disso³¹⁴”. Aqui está a perversidade da racionalidade neoliberal: a suposta luta pela libertação passa, necessariamente, pela normalização e naturalização das relações desiguais de poder que oprimem historicamente as camadas sociais que foram relegadas à subalternidade numa intersecção de classe, raça e gênero. E que projetos políticos que tenham como objetivo final, ainda que de forma mínima e deficitária, a garantia de direitos sociais são um atentado à liberdade. Não há dúvida do caráter distópico desse modo de pensar. Liberdade é o direito da naturalização da opressão. Domínio é liberdade na orwelliana distopia bolsonarista neoliberal.

Sendo assim, não é à toa que o classismo, o racismo e o patriarcado que sustentam o capitalismo contemporâneo são tão marcantes no bolsonarismo e definem seus principais apoiadores, aqueles que historicamente fizeram parte dos grupos privilegiados nesse país. Hayek não veria problema algum nisso, uma vez que

A garantia de uma liberdade que se sabe de antemão que seus efeitos serão benéficos não é liberdade. Se soubéssemos como a liberdade seria usada, o argumento a favor dela desapareceria enormemente. Nunca obteremos os benefícios da liberdade e nunca teremos os **imprevisíveis** novos desenvolvimentos para os quais ela oferece oportunidade, se ela também não for garantida onde os usos feitos por alguns não pareçam desejáveis. Portanto, não é um argumento contra a liberdade individual o fato de ela ser frequentemente abusiva. Liberdade significa necessariamente que muitas coisas serão feitas que não gostamos. Nossa fé na liberdade não se baseia nos resultados previsíveis em circunstâncias particulares, mas na crença de que, em equilíbrio, liberará mais forças para o bem do que para o mal³¹⁵.

Tentando amarrar nossa jornada pela linguagem da destruição, caras leitoras e leitores, é possível, então, compreender esse monstro do Lulopetismo que aprisiona o sistema político e tira a liberdade da vida privada como uma avatar para uma política de Estado que pense em políticas públicas que intervenham na sociedade. O Lulopetismo, pela visão dos jornais, poderia muito bem ser visto com o monstro do Leviatã e que a verdadeira liberdade seria voltar para um imaginário estado de natureza hobbesiano, acreditando que liberaria mais “forças para o bem do que para o mal”.

³¹⁴ HAYEK, F. *Op. cit.*, p. 68.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 83.

Voltando ao ponto da discussão sobre a mobilização de temporalidades, essas incansáveis narrativas jornalísticas, ao mesmo tempo historicizantes e mitologizadas, disputam a todo instante não só o presente e passado, mas também os acontecimentos antes mesmo de sua irrupção no tempo histórico – como demonstrei, de forma reiterada, no caso das manifestações antipetistas, no intuito de lutar e até mesmo se apropriar de seus sentidos. É a partir dessas disputas que as empresas jornalísticas tentam elaborar, já a partir do presente, uma memória que – em seu papel normativo – se legitima como verdadeira versão dos eventos que estamos discutindo.

Proponho, então, que a “midiografia”, as narrativas editoriais sobre o Lulopetismo são um tipo de monumento oficial da ação das classes dirigentes em seu fervor neoliberal para produzir os chamados *inevitáveis* de Friedman ou os *imprevisíveis* de Hayek, uma “memória do capitalismo” impressa em papel-jornal. Por memória do capitalismo, faço uso do conceito trabalhado pela historiadora Caroline Bauer e sua equipe no Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado: “... uma concepção [...] que visa reconhecer as marcas e os rastros do sistema capitalista na realidade e realizar sua inscrição no âmbito da linguagem”³¹⁶.

Trata-se de um tremendo trabalho de memória, nos termos da escritora Elizabeth Jelin. A socióloga argentina faz questão de ressaltar a dimensão da ação, produção e transformação do mundo simbólico e social operadas pelos agentes que – enquanto atores que lutam pelo poder – disputam os sentidos que elaboram a memória.

Começando pela linguagem, então, encontramos uma situação de lutas por representações do passado, centradas na luta por poder, legitimidade e reconhecimento. Essas lutas envolvem, por parte de diversos atores, estratégias para “oficializar” ou “institucionalizar” sua própria narrativa do passado. Conquistar posições de autoridade, ou fazer com que aqueles que as ocupam aceitem e adotem a narrativa que tentam disseminar, faz parte dessas lutas³¹⁷.

Conterrâneo de Elizabeth Jelin, o sociólogo Javier Alejandro Lifschitz chama esse regime de rememoração de memória política. O escritor argentino afirma que as formas narrativas que são empreendidas pelos agentes da memória política procuram

³¹⁶ BAUER, C. Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma interpretação do monumento a Castelo Branco como uma memória do capitalismo (Porto Alegre, Brasil, 1979). **Historia y Sociedad**, no. 47, 2024, p. 53.

³¹⁷ JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. 2ª ed. Lima: IEP, 2012, p. 68.

intervir no mundo social, confrontando a realidade. Ele ressalta a ideia de que essas lutas são engendradas de forma intencional e estratégica, como é possível perceber na remontagem que realizei neste trabalho.

Com a ideia de ação estratégica, queremos destacar que a memória política passa a existir quando indivíduos ou grupos a colocam, intencionalmente, na esfera pública. A finalidade desse tipo de ação estratégica não é a compreensão ou o entendimento, mas o confronto e a rivalidade, ou a influência e a sujeição³¹⁸.

Jelin constata outro ponto relevante que me ajuda a compreender aquilo que pude denotar da ação das empresas jornalísticas no período turbulento que tenho estudado: a ideia de que os conflitos pela memória já começam a partir dos acontecimentos presentes. A autora afirma que a “forma como os fatos são apresentados à população já expressam um sentido do acontecimento, geralmente uma visão ‘salvadora’ de si mesmos”³¹⁹. Em entrevista na virada do milênio, o historiador Henry Rousso já afirmava que “se quisermos entender a configuração de um discurso sobre o passado, devemos levar em conta o fato de que esse discurso é construído desde o início do acontecimento, que ele está enraizado ali”³²⁰.

Como devem ter percebido, leitoras e leitores, os jornais reiteraram diversas vezes o que consideravam ser as origens do Partido dos Trabalhadores ou reinterpretavam a história dos treze anos dos governos Lula e Dilma para identificá-los como grandes inimigos da nação. A volta ao passado, temporalidade essa forjada pelos seus recursos de linguagem, seria a garantia de uma interpretação fidedigna aos “fatos” do presente, como que a justificar a natureza do que julgam um movimento político moralmente degradado e repugnante.

O Partido dos Trabalhadores nasceu no início dos anos 80 pretendendo ser o abrigo do pensamento dito progressista, o santuário da ética na política, o modelo de participação democrática de todos os setores da sociedade na política e na administração pública. Era essa a sua promessa, traduzida pela liderança carismática do ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Três décadas depois, o partido portador da grande nova revela por inteiro sua verdadeira natureza – autoritária e venal – tornando-se um dos maiores obstáculos para o pleno funcionamento da democracia [...]. Uma vez no governo, o partido da ética, herói da democracia, não se constrangeu em incentivar a promiscuidade e a corrupção para facilitar seu trabalho de

³¹⁸ LIFSCHITZ, J. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, nº 85 junho/2014, p. 149.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 76.

³²⁰ FELD, C. “Entrevista con Henry Rousso. El duelo es imposible y necesario”. **En Puentes**, año 1, n.º 2, diciembre, 2000.

controlar o Congresso. [...] Certo de ser o portador da verdade histórica, que, por definição, inviabiliza qualquer negociação, o PT tratou a democracia como um obstáculo [...] (A ameaça petista. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016, p. A3).

O impeachment de Dilma tornou-se imperativo. Tratava-se de colocar um ponto final em uma trajetória que arruinava o Brasil e os brasileiros e ameaçava a democracia. E essa trajetória não pode ser compreendida sem que se recapitem os momentos mais significativos da farsa conduzida por Lula há 14 anos e que, felizmente, caminha para seu desfecho. O chefe do PT elegeu-se em 2002 **[e então continua toda a reescrita da história do Lulopetismo no poder]** (Retorno à irrelevância, *O Estado de S. Paulo*, 12 mai. 2016, p. A3, **grifos deste autor**).

Ao construir a imagem do grande inimigo, conferindo sua identidade e sua densidade – através tanto de um efeito de realidade, quanto pela disputa por essa memória política –, essa operação narrativa também vai elaborando a identidade daqueles que corroboram e se maravilham com a intriga. É a partir dessa elaboração de uma memória sobre o Lulopetismo que são engendrados os seus combatentes, aqueles que voluntariamente se prontificam para o combate não só discursivo, mas mesmo físico.

Elizabeth Jelin aborda essa relação entre o trabalho de memória e a formação de identidades, reafirmando que a disputa pela memória “envolve também uma estratégia para ganhar seguidores, para expandir o círculo que aceita e legitima uma narrativa, que a incorpora como sua, identificando-se com ela³²¹”.

Lifschitz também vai nessa direção ao afirmar que “a especificidade destes agentes [elaborando as narrativas que geram a memória] era a de organizar a atuação de grupos ou movimentos em torno da memória política, portanto não só exerciam funções de enquadramento comunicativo, mas também de gestão, mobilização e organização³²²”.

Desde 2013, vários editoriais foram utilizados, especificamente, para forjar esse “combatente da libertação” (o famoso cidadão de bem verde-amarelo) através de determinados efeitos de sentido.

Deu uma vontade de falar que não se sabe como, quando ou se será aplacada: contra os padecimentos que o Estado impõe ao povo com os seus serviços de primeira, a começar da saúde e educação públicas; contra os políticos e autoridades em geral que só cuidam dos seus interesses e são tidos como corruptos por definição; contra a selvageria do cotidiano por toda parte; [...] e tudo mais o que se queira denunciar. Afinal, os jovens não se

³²¹ JELIN, E. *Op. cit.*,

³²² LIFSCHITZ, *Op. cit.*, p. 153

sentem representados por nenhuma instituição e desconfiam de todas. [...] ‘Parem de falar que é pela passagem’, comentou um jovem. ‘É por um Brasil melhor (Vontade de falar, *O Estado de S. Paulo*, 19 jun. 2013, A3).

Esse manifesto contra o famoso “tudo o que está aí” – que tem mais a ver com tudo o que tem cheiro de Estado – foi a *avant-première* (até que um tanto poética) do cidadão que luta pelo “bem” do país. A partir do resultado das eleições de 2014, esse arquétipo de patriota-modelo começa a ganhar contornos mais específicos em distinção a outros grupos que teriam sido enredados pelo Lulopetismo (“os incautos” e “inocentes úteis”) ou que seriam seus militantes (os sectários e virulentos).

Fica evidente que **o país que produz e paga impostos** – pesados, ressalte-se – deseja o PT longe do Planalto, enquanto **aquele Brasil cuja população se beneficia dos lautos programas sociais** – não só o Bolsa Família – financiados pelos impostos, não quer mudanças em Brasília, por óbvias razões (A mensagem das urnas, *O Globo*, 28 out. 2014, p. 24, **grifos deste autor**).

A desproporção entre **a sexta vermelha e o domingo verde-amarelo** forçou o governo a pensar. E não apenas pela maior adesão às manifestações de oposição, mas também pela **qualidade** delas: na sexta, quase exclusivamente militantes convocados pelas máquinas do partido, sindicatos, UNE e organizações ditas sociais. Havia até manifestantes pagos. E, no domingo, adesão espontânea (Governo precisa ter discurso único sobre protestos, *O Globo*, 17 mar. 2015, p. 18, **grifos deste autor**).

Foi uma contundente manifestação espontânea, com **o predomínio da classe média – assalariados, profissionais liberais, pequenos empreendedores**, jovens e idosos – a exigir dos governantes probidade e competência na gestão da coisa pública. (Os brasileiros falaram, *O Estado de S. Paulo*, 17 mar 2015, p. A3, **grifos deste autor**).

Não quero voltar aos detalhes que já expus nos *Atos* anteriores de como os jornais construíram esses personagens antagonistas durante a tessitura de suas narrativas, mas queria chamar a atenção de um ponto que creio ser fundamental. Para além de estabelecer o cidadão de bem verde-amarelo como voz universal da nação – enquanto os vermelhos seriam os mancomunados com forças estranhas à pátria –, as empresas jornalísticas não escamoteiam em apontar qual classe social específica seria a detentora das virtudes do bem: as classes médias, principalmente os setores que obtiveram uma melhoria de suas condições ou alguma ascensão social – diga-se, de passagem, nos anos de lulismo.

Ao perceber isso, lembrei de uma leitura que realizei a há algum tempo. Logo após perderem as eleições presidenciais pela terceira vez seguida para o Partido dos

Trabalhadores, políticos e agentes públicos e privados discutiram em uma publicação os caminhos para reorientar a oposição ao lulismo. O interessante é que o ex-presidente tucano, Fernando Henrique Cardoso, escreveu um artigo denominado “O papel da oposição” para pensar alternativas discursivas ao PSDB para conseguir se contrapor ao que ele chama de “lulopetismo” (olha só) já em 2011. Além do discurso, ele também aponta para qual público a oposição deveria encaminhar suas falas.

Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os “movimentos sociais” ou o “povão”, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos. Isto porque o governo “aparelhou”, cooptou com benesses e recursos as principais centrais sindicais e os movimentos organizados da sociedade civil e dispõe de mecanismos de concessão de benesses às massas carentes mais eficazes do que a palavra dos oposicionistas, além da influência que exerce na mídia com as verbas publicitárias.

[...]

Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe C” ou de nova classe média.

[...]

Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmos, no Congresso e nos governos. Se houver ousadia, os partidos de oposição podem organizar-se pelos meios eletrônicos, dando vida não a diretórios burocráticos, mas a debates verdadeiros sobre os temas de interesse dessas camadas.

[...]

Seria erro fatal imaginar, por exemplo, que o discurso “moralista” é coisa de elite à moda da antiga UDN. A corrupção continua a ter o repúdio não só das classes médias como de boa parte da população.

[...]

Mas é preciso ter coragem de dar o nome aos bois e vincular a “falha moral” a seus resultados práticos, negativos para a população. Mais ainda: É preciso persistir, repetir a crítica, ao estilo do “beba Coca Cola” dos publicitários. [...] Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leve à emoção, a crítica – moralista ou outra qualquer – cai no vazio³²³.

Ao discorrer sobre outros temas como a defesa mais explícita das privatizações, do livre mercado e da concorrência, o ex-presidente faz as vezes de uma filósofo marxiano às avessas. Em vez de transformar a sociedade, o pensamento nessa passagem é de como fazer para retroagir o mundo; a instrumentalização do

³²³ CARDOSO, F. H. O papel da oposição. *Revista Interesse Nacional*, nº 13, abr-jun. 2011, pp. 13-14.

discurso anticorrupção para atingir as classes médias que estariam ausentes da representação no sistema político. Realmente, Fernando Henrique Cardoso parece abrir as cortinas do século passado para – ainda que negue textualmente – a volta do discurso udenista³²⁴.

Ainda que as empresas jornalísticas tenham como leitores e assinantes, à época, praticamente 70% de pessoas das classes A e B, os discursos editoriais que estamos analisando – e que fomentam, principalmente, os engajamentos das novas e tradicionais classes médias no Brasil – começaram a ter maior reverberação pela irreversível transição dos jornais do impresso para o virtual.

Se pensarmos bem, é na intersecção desses grupos sociais que foi sendo gestado o cidadão-modelo, o combatente quixotesco de extrema direita contra o monstro do Lulopetismo. Já nas manifestações antipetistas pela derrubada da presidenta Dilma, foi possível perceber o perfil socioeconômico desses grupos. Em março de 2016, na avenida Paulista, a maior aglomeração de manifestantes no período indicava que a maioria era branca (77%), masculina (57%), com curso superior completo (77%), acima de 36 anos (73%) e com renda equivalente de 3 a 20 salários mínimos (67%)³²⁵.

Essa estratégia de cooptação do ressentimento de homens das classes médias para projetos de radicalização – ou melhor dizendo, extremização de direita – não é nenhum pouco nova. Analisando as relações entre o grande capital e o Fascismo, o escritor dos anos 30, Daniel Guérin já afirmava o quão sedutores eram os discursos extremistas para esse grupo. O autor sustentava que a partir do advento de crises econômicas na Itália e na Alemanha, as novas e velhas classes médias acabaram por servir como “tropas” dos movimentos nazifascistas.

... a partir do dia em que tem de abandonar toda a esperança de que venha a melhora por meios legais e pacíficos, a partir do dia em que se dá conta de que a crise a que está sujeita não é passageira, mas constitui uma crise de todo o sistema social, que só poderá ser resolvida por uma transformação completa desse sistema, então [a classe média] “se enfurece”, fica “pronta para se entregar a medidas mais extremas”³²⁶.

³²⁴ A discurso udenista, me refiro à instrumentalização do discurso anticorrupção do partido União Democrática Nacional, principal partido da direita entre 1946 a 1964.

³²⁵ Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml?utm_source=chatgpt.com > acesso em 13 jul. 2025.

³²⁶ GUÉRIN, D. **Fascismo e grande capital**. Campinas: Editora Unicamp, 2021 p. 54.

Guérin aponta algumas razões do porquê a burguesia privilegiou setores das classes médias para se contrapor às ideias de luta por mais igualdade social. Para o autor, (1) as pessoas dessas camadas sociais tendiam a ser mais conservadoras em momentos de crise pelo medo de perder seus bens e por isso se agarravam a ideia de propriedade. Guérin afirma que “a burguesia capitalista que, a cada dia, as expropria sem piedade, posa de defensora da sacrossanta propriedade, apresenta como espantalho [...] o socialismo ‘negador da propriedade’”³²⁷.

O escritor também considera que (2) essas camadas temiam, mais ainda em momentos de crise, perder seus privilégios, sua distinção frente às classes proletarizadas ou pauperizadas. Nesse sentido, (3) a burguesia capitalista incitava as classes médias contra a organização da classe trabalhadora e as cooperativas operárias, disseminando a ideia de que seus aumentos salariais oneravam os custos das pequenas empresas e que todo encargo social afetava o preço de custo dos pequenos produtores, ou seja, os sindicatos e aqueles que recebiam algum tipo de auxílio viviam às custas de seu trabalho. Esse discurso seria uma razão para (4) quando se vissem ameaçados economicamente, sua defesa fosse a da mentalidade do capitalista de quem, na realidade, são exploradas. Em sua concepção, não haveria luta de classes, mas conflitos de interesses, ou seja, indivíduos contra indivíduos.

Por fim, (5) a ideia de defesa da nação cairia como uma luva para que os setores médios apoiassem as soluções burguesas para a crise, uma vez que “o pequeno-burguês dá ao que possui o nome de pátria. Defender a pátria, para ele, é defender seu bem: sua oficina, seu fundo de comércio, seus títulos de renda”³²⁸. Nesse sentido, segundo o argumento de Daniel Guérin, “a burguesia capitalista, para a qual o dinheiro não tem pátria, fantasia-se com a máscara ‘nacional’, e assim seduz as classes médias”³²⁹.

Medo e ressentimento. Essas duas palavras podem sintetizar e aglutinar os afetos que foram mobilizados pelos movimentos nazifascistas para angariar o apoio das classes médias nos anos trinta e que ainda são utilizados no atual contexto internacional de crescimento dos movimentos neofascistas no mundo para a construção do ódio.

³²⁷ *Ibid.*, p. 55.

³²⁸ *Ibid.*, p. 56.

³²⁹ *Ibid.*, p. 57.

Já trabalhei a ideia de como a elaboração do Lulopetismo das narrativas jornalísticas cria um monstro *inexistível*, ou seja, ele não pode continuar existindo, pois se torna numa ameaça à vida daqueles que acreditam em sua existência. Aqui se encontra a elaboração do medo que acaba por criar o ódio que assassina através de rituais de legítima defesa de sua vida e de seus poucos bens; é a religião da morte preconizada por Furio Jesi.

Como demonstrei ao longo deste trabalho, a demonização do lulismo foi uma constante em todo o processo da guerra midiática. Como já ressaltai em outro momento, a saga de Lula, principalmente no *Estadão*, é ligada a própria saga bíblica de Lúcifer que de um anjo de luz degenera em Satanás (o deputado e pastor Marco Feliciano, em seu voto de impeachment chamou o PT de Partido das Trevas). Mas, vale lembrar que a satanização de Lula e o PT foi o mote criado para atingir um objetivo muito maior e mais profundo: a demonização completa de todas as forças que historicamente lutam contra as desigualdades para que o sonho de um tão distante Estado social fosse possível algum dia.

É a partir dessa demonização que foi viabilizada a mobilização de milhões de pessoas às ruas pela derrubada de Dilma. Lembrando que as empresas jornalísticas não só retrataram, mas convocaram os combatentes “de bem” à guerra, cercando e sitiando o castelo lulopetista.

Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta! [...] Que as famílias indignadas com a crise moral representada por esse desgoverno não se deixem intimidar pelo rosar da matilha de petistas.

[...]

É contra eles todos – Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos – que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas. [...] resta aos cidadãos brasileiros mostrarem seu poder, proclamando, inequivocamente, que não admitem mais que o lulopetismo, desonesto e incompetente, continue encastelado no governo (Chegou a hora de dizer: basta!, *O Estado de S. Paulo*, 13 mar. 2016, p. A3).

Ao mesmo tempo, os jornais mobilizaram o ressentimento de setores médios despolitizados que viam nos grupos sociais historicamente subalternizados como a razão da manutenção desse gigante monstruoso ao se deixarem cooptar pela “benesses” da assistência social. Da mesma forma, houve a construção do ressentimento contra os movimentos sociais vistos como braços furiosos do Lulopetismo para roubar seus bens ou suas pequenas propriedades. Ou seja, o

projeto político corrompido degenerava moralmente os que passavam a ser vistos como facilmente manipuláveis e que por indolência viveriam às custas de seu árduo trabalho.

Direto ao ponto, num Brasil construído pela colonialidade capitalista, racista e patriarcal, o ódio aqui é mobilizado contra mulheres, negros, LGBTs, pobres, nordestinos, indígenas, quilombolas e todas e todos que lutam por justiça social. O *Estado de S. Paulo* e *O Globo* através de sua orientação neoliberal pavimentaram o caminho para ódio que o bolsonarismo, enquanto movimento neofascista, soube como instrumentalizar para seu projeto de destruição.

Essa dinâmica converge plenamente com o discurso hayekiano que maldiz a suposta dependência de grupos sociais às políticas públicas que visam a diminuição das injustiças sociais.

Quanto mais se vê que a posição de indivíduos ou grupos torna-se dependente de ações do governo, mais eles insistirão em que os governos visem algum esquema reconhecível de justiça redistributiva; e quanto mais os governos tentam realizar algum padrão preconcebido de distribuição desejável, mais eles devem sujeitar a posição dos diferentes indivíduos e grupos ao seu controle. Enquanto a crença na “justiça social” governar a ação política, esse processo deverá se aproximar mais e mais de um sistema totalitário³³⁰.

Em nome da luta pela liberdade brasileira que caminhava para o “socialismo totalitário”, contra o “projeto lulopetista [...] que pretende instalar no Brasil um regime bolivariano³³¹”, os jornais contribuíram para a derrubada ilegítima de uma presidenta da República. Em nome da liberdade, a Constituição foi corroída por dentro para que suas letras não significassem nada, uma vez que, e utilizo aqui as palavras de Grégoire Chamayou, destronaram “a política pela sacralização constitucional da economia. Paradoxo de uma destituição constitucional ou de uma constitucionalização destituente”³³².

A aprovação da emenda constitucional que limitava os gastos públicos primários por vinte anos foi um símbolo maior dessa mudança de regime que ainda viu ser aprovada uma reforma trabalhista que desprotegeu ainda mais os trabalhadores, uma reforma de Ensino Médio que tecnicizou ainda mais a educação

³³⁰ HAYEK, F. Law, Legislation, and Liberty. Vol. 2, p. 68 *apud* BROWN, W. *Op. cit.*, p. 43.

³³¹ PT confirma aparelhar em nome do ‘projeto’, *O Globo*, 21 mai. 2016, p. 18.

³³² CHAMAYOU, G. *Op. cit.*, p. 352.

básica, a liberação da terceirização de atividades-fim (todas durante o governo Temer), a espoliadora reforma da previdência, já no governo Bolsonaro.

Desemprego em alta, aumento das desigualdades, a volta ao mapa da fome da ONU, diminuição de direitos ao trabalhadores e trabalhadoras, impossibilidade de aposentadoria, enquanto que a política é vista como o lugar privilegiado para a corrupção. O Estado deficitário nos serviços públicos se autodetermina a proclamar que não se importa. As classes despossuídas vivem agora na confessionalidade estatal do neoliberalismo. Não há mais alternativa. Como sobreviver?

O poeta Carlos Drummond de Andrade lançaria aos céus seu lamento.

E agora, José?

A festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou, e agora, José?

E agora, você? Você que é sem nome, que zomba dos outros,
você que faz versos, que ama, protesta?

E agora, José?

Está sem mulher, está sem discurso, está sem carinho.

Já não pode beber, já não pode fumar, cuspir já não pode.

A noite esfriou, o dia não veio, o bonde não veio, o riso não veio, não veio a utopia e
tudo acabou e tudo fugiu e tudo mofou,
e agora, José?³³³

Para milhões de moradores das grandes metrópoles brasileiras, inclusive das periferias, a única resposta possível é a sobrevivência pessoal e de sua família, principalmente ,na visão dos homens. É a entrega forçada à lei da selva, ao lema da “farinha pouca, meu pirão primeiro”. É a luta pelo que dá. É a falta de perspectiva e esperança que pode levar muitos ao rancor e a ideia de que a política os expropria de qualquer tipo de saída. Agora você é a empresa de si que precisa se render a lógica concorrencial se quiser felicidade. Abaixo a tudo o que é coletivo e público, viva ao privado e individual.

Mais uma vez o rancor, o ressentimento é o gatilho que faz o José “drummondiano” contemporâneo esconjurar os políticos, a esquerda, o Lulopetismo que fornece a “mamata” enquanto nem a marmita está garantida. As referências de

³³³ ANDRADE, C. D. "E agora, José?". In: **Poesias**. Rio de Janeiro, 1942.

José mudam. Ele prefere os heróis de Bolsonaro aos de Lula. Prefere o niilismo de Ustra, o torturador que instrumentaliza a força para competir e vencer o outro do que a solidariedade da Dona Lindu, mulher nordestina que acolhe seus filhos e os encoraja a teimar na vida. Existe aqui uma profunda mudança de subjetividade, a já tão falada governamentalidade neoliberal.

Wendy Brown afirma que “a neoliberalização da vida cotidiana – não meramente seus efeitos desigualitários, mas também seu espírito implacavelmente desigualitário – combina [a raiva dos que foram deixados economicamente para trás e a raiva do masculinismo branco destronado]³³⁴.” Para a escritora, a combinação entre a raiva neoliberal da política e do que é social e a masculinidade branca ferida geram uma sorte de liberdade que é, em suas palavras, “sintoma de uma destituição ética, mesmo que frequentemente se disfarce de retidão religiosa ou de melancolia conservadora de um passado fantasmático³³⁵”.

Preciso transcrever mais uma citação de Brown que fecha esse ciclo da construção de uma nova ordem política e social orientada pela radicalização do neoliberalismo enquanto racionalidade e forma de vida.

O ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar para si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo de destruição do social – seu inimigo declarado³³⁶.

Pensando sobre esse excerto da obra de Wendy Brown, me veio agora à mente a famosa entrevista de Friedrich Hayek, em 1981, no Chile de Pinochet. Um trecho de sua fala reporta muito bem o desprezo neoliberal pela democracia e pelo social.

... uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. As vezes é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como a você deve compreender, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é igualmente possível que uma

³³⁴ BROWN, W. Op. cit., p. 217.

³³⁵ *Ibid.*, p. 210.

³³⁶ *Ibid.*, p. 39.

democracia governe com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo³³⁷.

Voltando às palavras certeiras de Wendy Brown, me vem a memória duas cenas recentes de nossa política nacional. A primeira é da inflamação golpista em plena Avenida Paulista, no dia 7 de setembro de 2021. Momento em que Bolsonaro, aos berros, incita as massas afirmando que não mais aceitaria as decisões do Supremo Tribunal Federal.

Circundado por um ambiente tenebrosamente catártico, ele grita; “A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele [Alexandre de Moraes] tem tempo ainda [...] de cuidar da tua vida. Ele para nós não existe mais”³³⁸. Enquanto ouviam as ruidosas falas antidemocráticas, a multidão gritava em resposta os dizeres: “Eu autorizo! Eu autorizo!” Tudo isso, num mantra macabro da massa fascistizada em sinergia plena com seu líder autoritário que já tinha nas mãos a vida de mais de setecentas mil pessoas mortas pela disseminação pandêmica.

A segunda cena foi a obra-prima do neofascismo bolsonarista: a invasão e a destruição das sedes dos poderes, na tarde de um domingo em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Lula em seu terceiro mandato. A virulência, o ódio, o gozo infame daquela insurreição fascistóide que parecia estar num ritual cúltico ao deus da destrutividade que o neoliberalismo chama de Liberdade. Porém, concordo com Walter Benjamin em afirmar que o deus oculto dessa gente é o próprio capital³³⁹. Sua religião da morte é o próprio capitalismo.

O psicanalista Erich Fromm talvez explique toda essa pulsão de morte gozada num ritmo frenético por esses combatentes tresloucados. Em *A analogia da destrutividade humana*, ele procura explicar como que, em processos históricos específicos, a partir de determinadas circunstâncias políticas, sociais e econômicas, a agressão maligna se manifesta e cria um caldo de cultura que favorece a germinação de personalidades necrófilas, pessoas com disposição para o prazer na destruição, para o fascínio da morte e no controle dos outros.

Em consonância com outros teóricos do século 20, Fromm afirma como a modernidade tecnicizante, o capitalismo que prometia o progresso da humanidade,

³³⁷ CALDWELL, B.; MONTES, L. Friedrich Hayek and his visits to Chile. *The Review of Austrian Economics*, v. 28, n. 3, 2015, p. 298.

³³⁸ Disponível em < <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/> > acesso em 24 jul. 2025.

³³⁹ BENJAMIN, W. O capitalismo como religião. São Paulo: Boitempo, 2013.

na verdade, entregou um mundo que favorece a destrutividade humana. Gostaria que minha queridas leitoras e meus queridos leitores apreciassem cada palavra do excerto abaixo para finalizar esse esforço de compreensão sobre nosso presente.

O mundo da vida tornou-se um mundo de "não-vida"; as pessoas agora são "não-pessoas", um mundo de morte. [...] Seus símbolos agora são máquinas limpas e brilhantes; [...] estruturas de alumínio e vidro. Mas a realidade oculta por trás dessa fachada antisséptica está se tornando cada vez mais visível. O homem, em nome do progresso, está transformando o mundo em um lugar pestilento e envenenado (e isso não é simbólico). Ele está corrompendo o ar, a água, a terra, os animais... e a si mesmo. Ele está fazendo isso a tal ponto que parece duvidoso que a Terra ainda seja habitável daqui a cem anos. Ele conhece os fatos, mas, apesar dos muitos que protestam, aqueles que detêm as rédeas continuam a impulsionar o "progresso" técnico e estão dispostos a sacrificar tudo o que é vida pelo culto ao seu ídolo. [...] Devemos concluir que o mundo sem vida da tecnificação total é outra forma do mundo da morte e da decadência [...]. A situação da humanidade é grave demais hoje para que possamos dar ouvidos a demagogos — muito menos a demagogos que atraem a destruição — ou mesmo a líderes que trabalham apenas com o cérebro e precisam fortalecer o coração. O pensamento radical e crítico só dará frutos se for aliado à qualidade mais preciosa da humanidade: o amor à vida³⁴⁰.

Queria agradecer a você, cara leitora e caro leitor, pela paciência que teve ao se permitirem embarcar comigo pelas minhas digressões anticlimáticas desta crônica historiográfica. Já adiantando-me, perdoem as limitações desta pesquisa, por alguma imprecisão ou falta de aprofundamento em um tópico ou outro. Creio que este trabalho pode se tornar uma importante contribuição para o prosseguimento de mais pesquisas que analisem as profundas transformações sociais e políticas que temos enfrentado nos últimos anos através de uma abordagem transdisciplinar, não cientificista, e que se guie pelo redescobrimento do corpo, da pele e da alma do historiador e da historiadora do presente que são constantemente interpelados a assumirem-se não só como interpretes, mas como agentes da transformação de nosso tempo.

Nas primeiras páginas deste *Entreato* estava procurando nomear de alguma forma toda essa gigantesca operação de linguagem engendrada em importante colaboração com as grandes empresas jornalísticas. Ao propor, neste capítulo, uma síntese da guerra midiática contra o Lulopetismo e perceber as convergências das narrativas editoriais com os signos do bolsonarismo como face brasileira perversa do

³⁴⁰ FROMM, E. **Anatomía de la destructividad humana**. pp. 415-419. Disponível em < <https://www3.lectulandia.com> > acesso em 14 jul. 2025.

neoliberalismo, propus que me ajudassem na elaboração da compreensão de todo esse processo que vivemos nos últimos anos.

Realmente, este autor que vos fala gostaria de deixar esta obra aberta para que a leitora e o leitor participem diretamente da busca pelo entendimento dessa Forja e desse Combate a tudo o que é político, social e popular em nosso país. Não tenho dúvida de que a partir da diversidade de seus olhares, seus lugares e de seus pressupostos seria possível a reelaboração e a amplificação dos sentidos e afetos que pretendi mobilizar com este texto, com esta pesquisa.

CRÔNICA IV

PINHAIS, 25 DE DEZEMBRO DE 2024

A lembrança que ficará gravada em minha memória da noite de ontem é a do rostinho de meu pequeno ao tentar abrir o papel que embalava seu presente de natal, um carro que simulava uma Ferrari de Fórmula 1. Olhos arregalados, boca entreaberta e sobrancelhas levantadas, demonstrando um misto de surpresa com curiosidade e um quê de incredulidade ao perceber que aqueles velozes carros vermelhos que assistíamos aos domingos se materializavam em sua frente. Lógico que não era uma miniatura original, longe disso, mas a cor vermelha bastava para que sua imaginação ganhasse asas. Me preocupo com que ele aprenda que o presentear não é meramente um ato de receber, mas um ato de partilha. Solidariedade, coletividade, cooperação são valores que acredito e que espero ensinar. Tão diferente do *ethos* neoliberal que nos cerca, nos adoece e nos apodrece.

Nesta tarde de natal, enquanto escrevo estas letras no sofá, velando, através da tela de meu celular, o sono do meu menino que está no quarto, eu lembro de seu terno olhar de admiração e alegria ao brincar com seu carrinho. Ao mesmo tempo, relembro da primeira notícia que li neste dia: a morte de bebês congelados em Gaza pelo rigoroso inverno que chega ao Oriente Médio e, mais aterrorizante, pelo sufocamento de toda vida palestina, promovido pelo Estado racista e genocida de Israel. O sangue de mais de vinte mil crianças mortas escorre na terra onde nasceu Jesus de Nazaré. Este que foi salvo, segundo a narrativa bíblica, da matança de milhares de pequeninos promovida pela ambição de um poder corrompido pela

ganância putrefata. Como pode existir um feliz natal, se há um genocídio em curso na Palestina, terra do Cristo?

A religião da morte, do extremismo de direita e do Capital tem seus representantes em todo o mundo. Além de Netanyahu, o Herodes atual, Donald Trump está voltando ao poder nos Estados Unidos, Javier Milei leva mais da metade da população argentina à miséria e à fome, Viktor Orbán tenta aniquilar, há tempos, toda a diversidade na Hungria. Em Moçambique, turbas de reacionários liderados pelo messiânico Venâncio Mondlane assaltam o poder alegando a repetida tese de fraude eleitoral. Na França, o extremismo de Le Pen ganha cada vez mais força como consequência da política autoritária e neoliberal de Macron.

No Brasil, a aliança entre a religião da morte e o deus Capital ficou ainda mais translúcida quando, ainda neste mês, a Bolsa de Valores decolou e o dólar baixou no dia que se soube da notícia de que Lula, já acamado na UTI do Sírio-Libanês, precisaria de mais intervenções cirúrgicas no crânio devido a identificação de um hematoma que poderia comprimir seu cérebro levando a complicações neurológicas, ao coma, e até mesmo à morte. Tal reação do Mercado à hospitalização do presidente veio num momento que os agentes financeiros e a imprensa promoviam um enorme cerco ao governo.

Depois de meses de espera, atizando a especulação financeira, o governo Lula se rendeu ao discurso da austeridade e promoveu um pacote de cortes para realizar o tão desejado ajuste fiscal para que os gastos públicos passassem a caber no novo teto de gastos.

Os projetos envolvem ataques ao Benefício de Prestação Continuada destinado a pessoas de baixíssima renda, idosas e com deficiência, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, ao aumento real do salário mínimo com sua limitação, e ao abono salarial para trabalhadores que ganham dois salários mínimos. O corte equivaleria a setenta bilhões de reais em dois anos. *Plata* para a Banca, redução de direitos para os mais pobres. Ainda que o governo tenha proposto projetos que reduzam as regalias de setores de alta renda do funcionalismo público e dos militares, seria lógico presumir que o Congresso Nacional vetaria ou adiaria sua análise.

Mas, ao contrário do que o governo esperava, a reação do Mercado foi terrível. Em um mês, o dólar subiu quase quarenta centavos, o Banco Central implementou um choque de juros e os grandes jornalões passaram a alimentar a histeria da

catástrofe, anunciando que o pacote do governo comandado por Lula seria insuficiente e que levaria ao descontrole das contas governamentais e a explosão exponencial da dívida pública. Em ato de pleno terrorismo econômico, o mercado financeiro parece ter resolvido dinamitar, de uma vez por todas, o terceiro mandato presidencial do maior líder popular da América Latina. A doutrina do choque neoliberal prospera.

Mesmo com os muitos acenos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os agentes de *Mamon* querem mudanças profundas na Constituição. Lula não consentiu em acabar com os pisos dos orçamentos da Saúde e da Educação, nem em acabar com toda e qualquer vinculação dos benefícios sociais ao crescimento do salário mínimo. A sanha das hienas neoliberais quer submeter o governo a voltar com o projeto econômico e antissocial responsável pelo golpe que derrubou Dilma e que tentava derrubar de vez o regime constitucional que apontava para um projeto de um Estado de bem estar.

Lula se recuperou da delicada cirurgia craniana sem nenhuma sequela. Apesar de uma inflação de alimentos que dificulta sair do sufoco, ele termina seu segundo ano de sua volta à Presidência com um impressionante crescimento econômico de mais de seis por cento em vinte e quatro meses, recorde histórico dos índices de emprego, diminuição considerável da pobreza e espetacular queda da fome. Nada disso dissuade os editorialistas dos grandes jornais de que não estamos a beira do colapso. Será que estamos, mais uma vez, sob a ameaça de um golpe? Quando será que este país alcançará a libertação da tutela dos podres poderes? Seria possível enfrentar os profetas neoliberais do caos que forjam, mais uma vez, uma crise numa profecia autorrealizável que poderá levar milhões à ruína? Como lutar se vemos uma paralisia geral dos setores democráticos, progressistas e populares alimentada inclusive pelo próprio governo eleito por esses mesmos setores?

Com todas essas circunstâncias que parecem nublar o horizonte e impossibilitar o alvorecer, eu me pergunto: por que continuar escrevendo? Para quê e para quem? Qual a serventia de tecer essas crônicas com pessimismo, melancolia e desalento? Como despertar o encanto através dessa operação de escritura, se parece que tudo se encaminha, mais uma vez, para a vitória da religião da morte e seus lacaios que implementam a necropolítica neoliberal? Ainda seria possível lutar contra esses ventos impetuosos e destrutivos?

Estou cansado. Como continuar a tecer os fios deste bordado que parece ter seu entrelace já mal-acabado?

Ato III



SUPERANDO O LULOPETISMO

CRÔNICA V

PINHAIS, 02 DE JULHO DE 2025

Era um choro desesperado. Uma angústia inconsolável. Tentava tranquilizá-lo segurando-o pelo tronco para o abraçar, encostando meu rosto nele ao pedir calma. Mesmo assim, nada era suficiente para findar aquilo que o estava afligindo. Ele se revolia em si e se contorcia de forma assustadora. Achava que poderia ser alguma dor intestinal ou mesmo uma forte perturbação após um pesadelo.

Não era a primeira vez que ele tinha passado por uma crise noturna, mas na madrugada de ontem senti um medo que até então não tinha sentido. Auxiliado pela minha amada que conseguiu distraí-lo com a assistente virtual, o momento de tensão que parecia não passar, finalmente, terminou.

Ainda segurando meu pequeno no colo, meus braços e pernas começam a pesar. Tonturas e náuseas me pegam em cheio. A crise que tomou de assalto meu filho me afetou demais. Consigo perceber os sinais do princípio de uma crise de ansiedade que me toma bem no momento que o pequeno volta a adormecer repousando sua cabecinha em meu ombro. Apoio-me, com uma das mãos, no berço atrás de mim, tentando achar força para mantê-lo dormindo. Peço, então, socorro à minha companheira que consegue achar a medicação de crise. De forma cambaleante, sou conduzido até o quarto, deito com meu filho, torcendo para que não acorde e ...

6h20. Acordo ainda atordoado. Lentamente, tiro meu braço de baixo do pequeno que tanto sufoco nos fez passar. Não há tempo para pensar, pois tenho apenas mais vinte minutos para sair de casa ao colégio em que trabalho para encontrar com quase trezentos adolescentes de Ensino Médio naquela manhã, procurando achar uma brecha de tempo para olhar a tese de doutorado que ora escrevo, pesquisar mais um editorial jornalístico ou escrever nas notas do computador alguma ideia que tive ao passar uma tarefa de sala.

Parentalidade, pesquisa, ensino, estudo. Coisas tão belas, mas que vivo como se estivesse num eterno ciclo de crise. Aliás, pensando bem, parece que não estou preso sozinho nessa roda vida. Vivemos numa temporalidade que é marcada pela noção de crise como se todo o dia, ao acordarmos, esperássemos a má notícia chegar pelas redes sociais ou nas primeiras manchetes dos sites jornalísticos. Vivemos numa temporalidade espessa, densa, porém, tensa, fruto da incessante produção de acontecimentos que nos atordoa e nos paralisa. Reagimos de reflexo em reflexo e pouco por reflexão. Crise, crise, crise. Como escapar?

Ao pensar em tudo isso, me reporto à recente crise da conjuntura política que, nas últimas semanas, parece ter se agravado. Crise essa forjada também pelas empresas jornalísticas e pelo mercado financeiro. Em meio a um semestre de queda importante na aprovação do governo Lula 3, o Congresso Nacional decide se erguer para impor uma derrota história ao Executivo. O decreto que majorava algumas alíquotas do IOF (imposto sobre operações financeiras) foi derrubado pela ampla maioria dos deputados em um ato inédito desde a época de Collor.

O atual presidente da Câmara anunciou pelas redes sociais, quase a meia noite, que pautaria o projeto de decreto legislativo para sustar o ato de Lula no dia seguinte para deliberação e votação dos deputados, pegando os governistas de calças curtas. Essa manobra aparenta ter sido a última gota d'água da malograda tentativa de Lula de reeditar o famoso presidencialismo de coalizão de seus primeiros mandatos, um dos símbolos de sua política conciliatória, tão cara ao lulismo. O contexto se relaciona, mais uma vez, ao malfadado arcabouço fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que nada mais é senão uma segunda versão da famigerada emenda constitucional encampada por Michel Temer que congelava os gastos públicos por vinte anos – menos os gastos financeiros, já que, nesse caso, nem o céu é o limite.

Ainda que menos draconiana do que o texto elaborado pelo ex-vice decorativo e golpista, o novo teto de gastos comprime os gastos livres para investimentos pelo aumento previsível de gastos vinculados à arrecadação e ao aumento real do salário mínimo. O resultado é uma conta que não fecha. É um monumento da barafunda da tentativa frustrada de conciliar o que possivelmente sempre foi inconciliável. Uma política econômica que promete ser destinada às classes populares, enquanto se compromete a não mexer no 1% mais rico do país.

Porém, o ato liderado pela cúpula do Congresso, descumprindo acordos firmados com ministros e com o próprio presidente, é o sinal mais evidente de que, dessa vez, o arremedo pra conseguir fechar a conta não passa mais pela casa que se diz “casa do Povo”, mas que não passa de executores empoderados pelo Mercado para atuar como seus representantes. O recado é claro: entreguem aquilo que ainda não foi totalmente cumprido da agenda do golpe (as famosas reformas estruturantes e modernizadoras), como fim das vinculações constitucionais da saúde e da educação, fim da vinculação da previdência ao aumento real do salário mínimo, entre outras medidas austericidas.

Lula parece nesse momento estar dobrando a aposta para entrar no STF contra a derrubada de seu decreto e encoraja seu governo e o Partido dos Trabalhadores a se engajarem numa campanha em prol de uma agenda popular. Isenção de imposto de renda para quem recebe até cinco salários mínimos, fim da escala 6x1, gratuidades de serviços como de energia, investimentos sociais como bolsa de permanência para alunos de escolas públicas – “pé-de-meia” – medidas essas que seriam garantidas e financiadas, principalmente, com a taxação de super-ricos, de empresas de apostas virtuais (Bets), de lucros e dividendos e corte de 10% de todas as desonerações fiscais que são embolsadas por vários setores da economia desde Dilma.

Ao menos nas redes, o discurso da busca pela justiça social e tributária barrada pelas classes dirigentes no mercado e no Congresso tem engajado uma base ansiosa por uma causa que valha a pena. Em algo impensável, até então, para a arquitetura narrativa e histórica do lulismo, vimos um Lula desfilar numa das maiores festividades populares nacionais – o 2 de julho da independência da Bahia – com uma placa com os dizeres “Taxação dos super-ricos”. Em suas redes sociais, foi publicado a seguinte legenda: “Mais justiça tributária e menos desigualdade. É sobre isso”.

É muito cedo para afirmar onde essa campanha de politização vai chegar. Pelo histórico, não seria muito improvável uma nova tentativa de recomposição. O que considero que não volta atrás é a sanha dos agentes de *Mamon* que estão arregimentados, novamente, para o combate. O mesmo espírito golpista permanece. Na melhor hipótese, espera-se que o Congresso e seus partidos dominantes deixem o governo sangrar até as eleições do próximo ano. Até candidato à Presidência os donos do poder já escolheram: o bolsonarista governador de São Paulo.

Crise, crise, crise. Como escapar? Ainda que o embate se agudize e o medo de sofrermos, mais uma vez, mais e mais retrocessos se eleve, esse momento abre uma janela para a luta. A disputa pela maravilha, pela causa da justiça e pelo melhor do mundo nos chama a lançar fora a melancolia e o temor que nos paralisa. Os primeiros protestos em prol da justiça tributária já estão marcados para a próxima semana. Que seja o momento de fazer a força dos braços e pernas voltarem. Que a chama da luta se ascenda para não deixar cair ao chão esse aparente, frágil e pequeno sonho que ainda resta de democracia real e igualitária. Não para que volte a dormir, mas para que acorde para o dia ensolarado que irrompe ao horizonte, assim como cantamos em terras baianas, neste dia tão importante para as lutas populares.

Nasce o Sol a dois de julho,

[...]

Nunca mais, nunca mais o despotismo

Regerá, regerá nossas ações.

Com tiranos não combinam

Brasileiros, brasileiros corações

[...]

Cresce, ó filho de minh'alma,

[...]

Com tiranos não combinam

Brasileiros, brasileiros corações.

Hino ao 2 de julho

(Independência do Estado da Bahia).

Aproveite já que o governo ainda não tem índices de popularidade alta e faça coisas impopulares que serão necessárias e que vão desenhlar esse governo para os próximos anos. Tome medidas amargas, esse é o grande desafio das democracias. [...] Precisamos de reformas para o país e nós, empresários, precisamos de leis competitivas para nossas empresas. Não temos como competir [no mercado] com essa carga fiscal e essas leis [trabalhistas] defasadas.³⁴¹

Nizan Guanaes, empresário e publicitário.

Brasília, 21 de novembro de 2016

Um governo com popularidade extraordinária não poderia tomar medidas impopulares. [...] Estou aproveitando a suposta impopularidade para tomar medidas impopulares³⁴².

Michel Temer, presidente (ilegítimo) da República.

Brasília, 22 de dezembro de 2016

“Missão dada, missão cumprida”. Com certeza, você já ouviu por aí essa frase que denota o zelo em cumprir as determinações de pessoas em cargos de chefia, quer seja militar, político, empresarial, *et cetera*. Em alguns círculos, se diz que tal assertiva seria uma adaptação de um lema de legionários romanos - *atum perficiemus munus* – que possuíam uma inquebrantável devoção por seu imperador. A fala supracitada de Michel Temer, às proximidades do natal de 2016, parece um exemplo de um pacto de compromisso – talvez até de vassalagem – em cumprir devotadamente a agenda político-econômica que o levou ao poder.

Já mencionei, a algumas boas páginas atrás, o lançamento do programa “Ponte para o Futuro”, documento produzido em 2015 pelo então PMDB – partido presidido pelo próprio Temer à época – que aglutinava os desejos mais profundos dos agentes do Mercado e os profetas do vazio neoliberal. O documento reuniu todas as

³⁴¹ Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/conselheiros-defendem-medidas-amargas-para-retomar-crescimento> > acesso 27 jul. 2025.

³⁴² Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843702-aproveito-impopularidade-para-tomar-medidas-necessarias-diz-temer.shtml> > acesso 27 jul. 2025.

reivindicações mais exaradas pelos círculos do poder sobre o que fazer para sair da crise econômica. Ou melhor, o que fazer para aproveitar a crise, como já vaticinava Milton Friedman nos anos setenta.

Naquele calhamaço, povoado por propostas de mudanças constitucionais que enterravam de uma vez a cidadania brasileira, estava a agenda do golpe. Era como se Temer a utilizasse como um currículo carregado por suas vampirescas mãos para bater na porta dos grandes empresários e banqueiros e apresentar sua carta de intenções para a sua contratação e efetivação na missão que estava à frente. Olha que o próprio presidente, já empossado, admitiu em rodas de empresas nos Estados Unidos que a não aceitação das teses da Ponte para o Futuro foi o que desencadeou o processo que levou à derrubada de Dilma.

E há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado 'Uma Ponte Para o Futuro', porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado 'Ponte para o futuro'. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da república³⁴³.

A célebre frase de Temer de que ele estaria aproveitando de sua impopularidade para aprovar medidas impopulares era música para as classes dirigentes. E, na verdade, era praticamente uma imposição do grande empresariado – como é possível perceber na frase do publicitário Nizan Guanaes acima e que foi apropriado pelo então presidente. O compromisso de Temer de que faria um governo de transição e que não tentaria a reeleição era a certeza que o Mercado precisava para que o novo contratado da firma entregasse aquilo que foi acertado.

A ideia era conseguir, em dois anos e meio, ir “superando o Lulopetismo³⁴⁴”. Entendo essa superação de duas formas: (1) garantir que a agenda de reformas que não tinha sido referendada pelo voto popular se efetivasse. Reformas essas que podem ser resumidas como o fim do papel regulador do Estado (a que chamavam de estatismo lulopetista) que viam como algo “ideológico” e não técnico. E, ao mesmo tempo, (2) garantir o fim do próprio Lulopetismo, reduzindo a pó a capacidade da nova oposição e, também, certificando que não voltariam mais ao poder (especificamente,

³⁴³ Disponível em < <https://www.intercept.com.br/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/> > acessado em 17 jul. 2025.

³⁴⁴ Título de um editorial do *Estado*: Superando o Lulopetismo, *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 2018, p. A3.

a iminente prisão de Lula como chefe da “quadrilha lulopetista” e o consequente impedimento de disputar as eleições presidenciais seguintes).

As narrativas configuradas pelos editoriais do *Estadão* e do *Globo*, durante o governo Temer, tinham esse mesmo objetivo: não só legitimar as ações do Executivo e dos parlamentares nas reformas austericidas, como também liderar o esforço de guerra para a tão aguardada *season finale* do Lulopetismo: a prisão de Luís Inácio Lula da Silva. A forma como a voz das empresas jornalísticas é engendrada e transmitida nos textos opinativos lembra a voz imperial de um chefe que cobra de seus comandados a sua missão cumprida. Só tinha um problema: os muitos esqueletos no armário de Temer e sua *entourage*, seu círculo íntimo de corruptos conspiradores.

Esse detalhe – diga-se, de passagem, do tamanho de uma montanha – vai ser decisivo nos capítulos que se seguem e como os jornais vão lidar com esse grande elefante na sala nessa temporada que ficou conhecida nas redes sociais como a *House of Cards* brasileira³⁴⁵. Sendo assim, dividirei as fases narrativas a seguir em dois capítulos (este e o próximo) compostos por seis pequenos episódios dessa saga que efetivou o que considero a institucionalização da renúncia explícita de um projeto constitucional de inclusão social em nosso país.

EPISÓDIO I - OTIMISMO

Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada. [...] a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios.

À tarde, o presidente em exercício Michel Temer ocupou os mesmos espaços para dar posse ao novo Ministério. A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo. Mudou também o discurso, e para melhor.

[...]

Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez. Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra seu governo. [...] Temer defendeu que é “urgente pacificar e unificar o Brasil”. De fato. Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos. Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas necessárias essenciais. O resultado aí está.

[...] Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares [...]. Também por isso o novo governo

³⁴⁵ No dia da revelação dos áudios entre Michel Temer e Joesley Bastista – dono da JBS –, o perfil da série nas redes sociais chegou a postar em referência ao escândalo presidencial que “Tá difícil competir”. Ver: <<https://www.estadao.com.br/emails/tv/ta-dificil-competir-relembre-vezes-em-que-o-perfil-de-house-of-cards-citou-a-politica-no-brasil/>> acessado em 29 jul. 2025.

estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para sair da crise (Otimismo com o novo tom do Planalto, *O Globo*, 13 mai. 2016, p. 18).

O *Globo* festeja com a mudança da paisagem no Palácio do Planalto. Saem os movimentos sociais, sai a cor vermelha, entram os parlamentares brancos com seus ternos em vários tons de cinza. Mas a grande razão para o otimismo é a reafirmação do compromisso do novo governo em mudar a política econômica brasileira. As reformas trabalhista e a previdenciária são as principais promessas de Temer para a saída da crise, um avanço, na visão da empresa jornalística carioca.

O *Estado* também manifestava seu otimismo com a mudança na Presidência, ainda que cobrasse a manutenção desse bom humor mercadológico com as mudanças econômicas.

O iminente afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República e a consequente efetivação no cargo do presidente em exercício Michel Temer coincidem com o surgimento de indicações mais concretas de recuperação da atividade econômica. É uma coincidência que instila otimismo nos brasileiros acossados pela longa e profunda crise política, econômica, social e moral que marcou os últimos anos do governo dominado pelo PT. [...] Ainda frágil, a confiança dos investidores só se preservará e adquirirá vigor se o ambiente para os negócios favorecer decisões empresariais de longo prazo. E isso está condicionado a decisões na esfera política que indiquem que as finanças públicas estão no rumo do equilíbrio e que as principais fontes dos déficits do governo federal estão contidas ou o serão num horizonte previsível (Condições para voltar a crescer, *O Estado de S. Paulo*, 31 ago. 2016, p. A3).

No editorial de *O Globo* que marca o resultado definitivo do julgamento de Dilma no Senado, o jornal da família Marinho vincula diretamente a derrubada da presidenta com o que consideram sua visão ideológica sobre a economia.

No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que tem a ver com a visão ideológica lulopetista, com tempero brizolista da ex-presidente. [...] Dilma e os “desenvolvimentistas” não gostam da responsabilidade fiscal. Consideram-na “neoliberal” um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado [...]. Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo [...]. Algo de sabor stalinista (Para que jamais haja outro impeachment, *O Globo*, 01 set. 2016, p. 16).

De forma debochada e escrachada, *O Globo* escarnece de Dilma, mas acerta em outro alvo. A criação do prato *a la carte* fermentado na cozinha editorial do jornal, “visão ideológica lulopetista com tempero brizolista ao sabor stalinista”, ironicamente, é a confissão de que os supostos crimes de responsabilidade que teriam sido

cometidos por Dilma eram só um biombo mal-acabado para tentar esconder que o que as classes dirigentes desejavam – em conjunto com os atores da arenas político-partidárias, midiáticas e judiciárias – era uma mudança de rumo econômico-ideológico para implantação de um regime de rapinagem total contra os trabalhadores e trabalhadoras, no soerguimento de um governo do Mercado para o Mercado.

É bom sempre lembrar que os anos de lulismo, nem de perto enfrentaram realmente os lucros do grande capital – ainda que Dilma tenha cutucado as onças. Mas a crise econômica e o avanço judicial contra o que chamavam de Lulopetismo foi a janela de oportunidade ideal para que conseguissem a hegemonia completa, sem negociação. O governo não pertencia a Temer, mas aos seus patrões nos jornalões, na confederações do empresariado e do mercado financeiro.

E mais, o impeachment de Dilma Rousseff era o marco definitivo de que não mais haveria alternativa de condução macroeconômica para os agentes eleitos a não ser pelos postulados do neoliberalismo. A política deveria se curvar ao que, ideologicamente, era visto como única via de se administrar o orçamento do país.

A partir de agora, qualquer governante que pense em atalhos à margem da lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre as implicações dos seus atos. O mesmo vale para delírios no campo político-institucional. O fortalecimento não é apenas da cláusulas da responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo para desaconselhar de vez projetos bolivarianos, como o do lulopetismo. Serve de aviso geral à nação (Para que jamais haja outro impeachment, *O Globo*, 01 set. 2016, p. 16).

Aqui, mais um vez, percebe-se o enquadramento narrativo do Lulopetismo enquanto uma variante do Bolivarianismo, que por sua vez, unindo ao outro trecho editorial, seria de inspiração – ou nas palavras globais, “sabor” – stalinista.

De qualquer forma, o otimismo continuava, principalmente, pela escolha de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central nos anos Lula, como ministro da Fazenda. O jornal fluminense afirmava que Temer “tem conseguido montar uma equipe competente, sob o comando do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e cujo diagnóstico é indiscutível [...]”³⁴⁶. Tal diagnóstico já nos é conhecido: a suposta “gastança desenfreada” deveria ser contida e seria preciso amplas reformas econômicas para resgatar a austeridade no investimento público.

³⁴⁶ Saída de Jucá estabelece norma positiva no governo, *O Globo*, 18 mai. 2016, p. 18.

A primeira das mudanças constitucionais seria a PEC que congelava o aumento real de gastos públicos primários por longos vinte anos. Nesse sentido, vale a pena ver como o otimismo também demonstrado pelo *Estadão* vinha principalmente pelo encaminhamento dessa proposta, ainda que tenha um pouco mais de cuidado e cobrança sobre sua concretização.

A primeira condição para sair do buraco e retomar o crescimento reclamado com tanta veemência por muitos parlamentares é implantar um programa sério, sensato e crível de recuperação das contas públicas. Foi este o recado mais importante do ministro da Fazenda aos parlamentares, ao defender a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do gasto público. [...] Não se trata apenas de limitar a gastança para atender a um preconceito neoliberal. (Seriidade como política social, *O Estado de S. Paulo*, 26 ago. 2016, p. A3).

Do ponto de vista econômico, a arrumação das contas públicas deverá ser vinculada a uma melhora da administração e, portanto, a uma aplicação mais eficiente das verbas disponíveis. Isso dependerá também da aprovação da proposta de criação de um teto para o aumento das despesas. Confiança será igualmente fundamental para a retomada do investimento na infraestrutura e também na atividade privada. Empresários, analistas e operadores do mercado estarão de olho principalmente nas ações do presidente e do ministro da Fazenda. Mas o sucesso de suas iniciativas dependerá em boa parte do apoio parlamentar (O orçamento do conserto, *O Estado de S. Paulo*, 02 set. 2016, p. A3).

Em resumo, *O Estado de S. Paulo* faz coro com *O Globo* sobre a volta da confiança na recuperação da economia, mas faz as vezes de porta-voz do Mercado ao falar que estariam de olho nas ações de Temer, Meirelles e sua base parlamentar para entregar a agenda de austericídio pela qual foram contratados como executores.

EPISÓDIO II - GASTOS

Poucos meses depois, a crise política e econômica ainda resistia. Alguns ministros já tinha caído por envolvimento em orquestrações para deter a operação Lava Jato – a saída de Romero Jucá do Governo foi o auge desse processo³⁴⁷. A popularidade de Temer já começava a despencar, enquanto o mundo da política se estremecia com os vazamentos de delações dos executivos da Odebrecht, implicando o próprio presidente. Os jornais passam a temer a viabilidade das reformas com a continuação da barafunda política.

³⁴⁷Disponível em < <https://www.camara.leg.br/tv/489083-queda-do-ministro-do-planejamento-romero-juca-repercute-na-camara/>> acessado em 29 jul. 2025.

Porém, contando com uma extensa base parlamentar, as reformas vão sendo encaminhadas. O jornal *O Globo* diz

Há algum tempo ficara evidente que a defenestração constitucional de Dilma e do Lulopetismo do poder, se gerou uma lufada de otimismo refletida em melhorias tópicas nos mercados, não seria capaz de retirar a economia do mais grave ciclo recessivo da história. Ficou claro que, sem as reformas estruturais, o PIB, na melhor hipótese, ensaiará “voos de galinha e/ou ficará no atoleiro da estagnação. (Governo não pode mesmo esquecer da microeconomia, *O Globo*, 17 dez. 2016, p. 16).

Sendo assim, os jornais acompanharam de perto o seguimento das reformas propostas por Temer. A toque de caixa, o Parlamento brasileiro consegue votar a PEC do teto de gastos em dois turnos na Câmara e no Senado em apenas dois meses, entre outubro e dezembro de 2016. Cercado por situações delicadas, o Congresso entrega a primeira das reformas, chamada pelos seus opositores como PEC do fim do mundo, com festejos dos grandes jornais. O *Estadão* reafirma que a aprovação da emenda seria “digno de comemoração: mais do que representar uma vitória expressiva do governo de Michel Temer, [...] simboliza o início da recuperação das finanças públicas destroçadas na era lulopetista e da confiança dos brasileiros na retomada do crescimento³⁴⁸”.

Comemoração, esperança, possibilidades, consciência política são termos descritos pelos jornais durante os dias de votação dos parlamentares. Existe quase um incredulidade efusiva sobre a emenda constitucional que as empresas jornalísticas tanto sonharam e trabalharam para desfrutar.

... a PEC 241, começa a abrir a possibilidade de o Brasil ter no Orçamento uma peça-chave da administração pública. [...] Não uma ficção, engessada por vinculações rígidas [...]. Neste sentido, o governo Temer e a base parlamentar deram rara demonstração de consciência política e cívica ao aprovarem a PEC no primeiro turno [...] (PEC do teto ajuda brasil a fazer Orçamento de fato, *O Globo*, 12 out. 2016, p. 16).

... ontem a PEC foi aprovada no Senado de forma definitiva e irá à sanção amanhã. É a melhor notícia desde a posse de Temer porque, afinal, o ajuste começa a tomar forma. [...] O teto dos gastos, a vigorar por 20 anos, podendo ser revisto na metade do período, dá esperança de que o regime fiscal da economia brasileira passará a ser sensato. (Aprovação da PEC é contraponto otimista, *O Globo*, 14 dez 2016, p. 18).

A firmeza demonstrada pelo presidente Michel Temer e por seus principais auxiliares na defesa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 [...]

³⁴⁸ Um passo promissor, *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 2016, p. A3.

criaram as condições políticas para tornar possível o urgente ajuste das contas públicas e a consequente retomada do crescimento econômico. [...] delineiam-se o perfil do governo Temer e a esperança nacional de se ver uma luz no fim do túnel. (Uma luz no fim do túnel, *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 2016, p. A3).

É importante frisar que a medida é mais do que um ajuste fiscal, é uma mudança constitucional nada cosmética. A constitucionalização desse novo regime fiscal, ao meu ver era a grande marca do fim do projeto de República que se estabeleceu após a redemocratização do Brasil, sacramentada no artigo 3 da Constituição Federal.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação³⁴⁹.

Vejam como *O Estado de S. Paulo* analisa esse ponto que é fulcral da discussão da PEC.

Controlar o gasto federal [...] será constitucional. Com a PEC do Teto, o governo estará mais equipado para iniciar o restauro das finanças da União, devastadas pela gastança e pela irresponsabilidade do lulopetismo. [...] longe de ser uma escolha de direita ou esquerda, a adoção de novas normas para o gasto público e para a Previdência é uma imposição dos fatos [...] (Começando pelo teto, *O Estado de S. Paulo*, 15 dez. 2016, p. A3).

Nesse trecho está o suprasumo do pensamento e do objetivo do neoliberalismo enquanto forma de governar os governantes. É o fim da política enquanto lugar de disputa de projeto de sociedade. É o fim da história, uma “imposição dos fatos”. Esse é o sentido do teto de gastos de Temer e das classes dirigentes. O

³⁴⁹ Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> acessado em 29 jul. 2025.

fim da história é a proclamação do profetismo neoliberal e dos arautos de *Mamon* de que eles obtiveram a vitória final.

Chantal Mouffe classifica essa decretação profundamente política e ideológica de “pós-política”. Para o autor esse discurso é marcado “pela ausência de conflito agonístico, pela ênfase no consenso e na racionalidade, e pela ideia de que as questões públicas podem ser tratadas tecnocraticamente³⁵⁰”. Como o editorial preconizou, não se trata mais de uma disputa entre direita e esquerda. Agora existiria um consenso racional e universal sobre a alocação de recursos públicos. Rancière faz questão de dizer que o “consenso é a negação da política em nome da gestão racional dos assuntos comuns³⁵¹”, mas a política é “o que rompe essa lógica da ordem: o que escapa da contagem dos corpos e das funções, o que desafia a evidência sensível da ordem natural das coisas³⁵²”.

Nesse sentido, negar a política enquanto disputa por projetos de sociedade é pavimentar um caminho para a total desmobilização que conduz e arromba as portas para formas antipopulares e antidemocráticas de poder³⁵³. É a ideologia mais eficaz, a que diz não ser ideológica, afirmando que a condução das políticas públicas precisa ser feita de forma técnica e administrativa.

A partir desse diagnóstico do *Estado*, mais uma vez, está sacramentada a ideia de que o Lulopetismo está fora dos marcos democráticos e busca ferir violentamente a ordem racional, ao mesmo tempo que natural, da política. Os próximos editoriais, a seguir, confirmam essa visão.

Com intensa atuação na defesa da PEC, o presidente mostrou que não está disposto a permitir que surpresas possam comprometer sua estratégia de combate ao devastador legado do Lulopetismo. [...] A correção dos graves erros cometidos ao longo dos últimos 13 anos do domínio Lulopetismo exige remédios amargos. [...] (Uma luz no fim do túnel, *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 2016, p. A3).

Foi essa ganância desenfreada em nome de uma proposta de “governo popular” que quebrou o Brasil e gravou a penúria exatamente dos mais carentes, representados pelos mais de 12 milhões de brasileiros que hoje não conseguem emprego fixo [...] (Um passo promissor, *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 2016, p. A3).

³⁵⁰ MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, p. 20

³⁵¹ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 90.

³⁵² *Ibid.*, p. 65.

³⁵³ MOUFFE, C. *Op. cit.*, p. 33.

Tanto a oposição partidária, quanto interesses corporativos de toda natureza estão mobilizados para barrar no Congresso as medidas anticrise. O PT e as organizações partidárias à sua esquerda o fazem por razões ideológicas ou para tentar mostrar que têm algum papel a desempenhar. Nada os dissuade de propagar a falsa ideia de que qualquer medida proposta pelo atual governo está a serviço de uma conspiração das “elites” contra os interesses do “povo” (Uma luz no fim do túnel, *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 2016, p. A3).

Os atos de vandalismo, travestidos de manifestações, promovidos em várias capitais, com destaque para Brasília e São Paulo, contra a aprovação da emenda constitucional que estabelece limite aos gastos da União nos próximos 20 anos, a PEC do Teto, dão uma medida da irresponsabilidade dos que levaram o País a uma das piores crises de sua História e ainda querem, agora, criar todas as dificuldades para a adoção das medidas que impõe para consertar o estrago monumental que fizeram. Tudo isso misturado ao ódio e ao ressentimento cultivados pelo PT e seus apêndices, os chamados movimentos sociais, nos anos em que estiveram no poder. [...] A polícia, que teve de usar bombas de efeito moral para, a muito custo, dispersar os baderneiros, foi por eles atacada com pedras e bolas de gude. [...] Em São Paulo, onde eles são especialmente organizados e treinados, os baderneiros se reuniam na Avenida Paulista onde o alvo principal de sua fúria foi a Federação das Indústrias de São Paulo (O dedo do PT, *O Estado de S. Paulo*, 61. 2016, p. A3).

Outro ponto importante da emenda do teto de gastos é que ela obriga uma dezena de outras reformas constitucionais para que os investimentos sociais continuassem a caber no limite imposto. A principal das reformas, com certeza era a da Previdência³⁵⁴. É possível perceber que, nesse pouco tempo de discussão da aprovação da PEC, a reforma das aposentadorias é constantemente citada como a próxima sob o argumento de que seria uma questão aritmética.³⁵⁵ Durante todo o governo Temer, os jornalões dos Mesquita e dos Marinho vão – literalmente até seus estertores – buscar a aprovação dessa contrarreforma austericida.

EPISÓDIO III – MORO X LULA

Raiando o ano de 2017, os ventos destrutivos no neoliberalismo ainda sopravam com força. A reformas da Previdência e do mundo do trabalho já estavam

³⁵⁴ “É verdade que para se firmar, ele necessita da contenção do crescimento autônomo do gastos da Previdência. Sem isso, o teto se tornará inócuo. Indexados ao salário mínimo/inflação, gastos previdenciários e sociais, de forma geral, se expandem sem controle. [...] ficará evidente que as acusações contra a PEC não tinham fundamento, eram de fundo político-partidário. [...] Nem educação e Saúde serão prejudicadas. Basta o administrador público economizar em outras áreas para gastar nestas. [...] O Brasil cai na real” (Aprovação da PEC é contraponto otimista, *O Globo*, 14 dez 2016, p. 18).

³⁵⁵ A seguir, listo alguns editoriais que mencionam esse tema: Governo não pode mesmo esquecer da microeconomia, *O Globo*, 17 dez. 2016, p. 16; PEC do teto ajuda brasil a fazer Orçamento de fato, *O Globo*, 12 out. 2016, p. 16; O ajuste apenas começa, *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 2016, p. A3.

em tramitação e avançando nas comissões. Porém, o país estava com a respiração em suspenso com os últimos eventos da ação penal que julgava se Lula, enquanto réu da Lava Jato, seria condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no famoso caso do triplex do Guarujá.

No dia 10 de maio estava marcado o depoimento do ex-presidente na 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba. Seria a primeira vez que o tão aclamado herói das revistas e jornais lavajatistas, Sergio Moro, iria estar frente à frente a Luiz Inácio Lula da Silva. Toda a cobertura do jornalismo político estava voltada para a capital paranaense. Os sentidos desse encontro foram sendo construídos há muito tempo, tanto pelos grandes jornais – quer impressos, quer televisivos – e pelas forças políticas em disputa. Contudo, querido leitor e querida leitora, as narrativas editoriais dos jornais que estamos estudando buscaram distensionar um pouco esse ambiente de confronto, uma vez que temiam que as reformas encaminhadas, e tão celebradas, paralisassem devido a comoção dos dias subsequentes.

Antes disso, é importante perceber como que as narrativas foram se desenrolando no início de maio. No dia 2, o *Estado* já preparava o terreno para profetizar o fim de Lula (mais uma vez) e do próprio PT. A empresa jornalística afirmava que “se Lula pretende contar com o apoio da militância de seu partido para se livrar da Lava Jato e congêneres e candidatar-se à Presidência no próximo ano, terá de agir rápido, porque o PT está acabando [...]”³⁵⁶. O deboche era derivado da diminuição de diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores no país, nesse contexto de criminalização e demonização.

Porém, no mesmo dia, é publicada uma pesquisa eleitoral sobre a disputa pela Presidência que viria no ano seguinte. Lula estava em primeiro lugar com 30%, seguido de Marina com 16% e de Bolsonaro com 14%. Os possíveis candidatos que à época encampavam as reformas neoliberais estavam com pontuações irrisórias – como o muitas vezes governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (6%), e o próprio presidente Michel Temer (2%). Era admirável a força do lulismo em pleno assédio dos órgãos policial-midiáticos. O *Globo* comenta essa pesquisa, tentando aparentar normalidade.

Antes de tudo, considere-se muito cedo para traçar qualquer cenário definitivo para 2018. Há muita água para passar por debaixo da ponte da Lava-Jato. Tanto quanto isso, 30% tem sido historicamente os votos cativos do

³⁵⁶ O PT se desmancha, *O Estado de S. Paulo*, 02 mai. 2017, p. A3.

lulopetismo, insuficientes para se chegar ao Planalto [...]. E ainda há a regra de que alto índice de rejeição desestimula qualquer maior sonho de vitória em eleição majoritária (Equilíbrio, *O Globo*, 03 mai. 2017, p. 8).

De fato, era muito cedo para afirmar qualquer coisa para as eleições de 2018. Ainda que comente com naturalidade os votos que seriam “cativos” do Lulopetismo, talvez o importante aqui é que o jornal admite esperar os eventos subsequentes da Lava Jato. Fora a rejeição antipetista a Lula que era realmente muito alta, o jornal global, nas entrelinhas, parece apostar suas fichas que a operação implicaria o ex-presidente e o tiraria da disputa política.

O *Estadão* não comenta especificamente a pesquisa, mas dá a entender em seus editoriais, que muitos estariam caindo no “conto” do Lulopetismo, tanto com respeito a inocência de Lula, quanto no combate às reformas neoliberais. Aqui temos um ponto muito importante na tessitura da narrativa engendrada pelo *Estadão* naquele período. Era preciso superar o Lulopetismo, virar à página. Na verdade, toda a operação de linguagem, toda a guerra discursiva empreendida contra o Monstro lulopetista parecia ainda que não tinha chegado a seu termo. A resistência de rua dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda contra as reformas de Temer e contra a Lava Jato davam uma sobrevida ao lulismo e, diria, voltava a uma tentativa de unificação da pauta das esquerdas que há muito estava desagregadas, dando assim um novo fôlego à luta.

Com a virulência de praxe, *O Estado de S. Paulo* lança sua forja editorial contra as ruas, a esquerda, ao PT e lógico, a Lula.

Não há nada mais demagógico, populista e antidemocrático do que as palavras de ordem “nenhum direito a menos” levantada em defesa de interesses corporativos no momento em que o País enfrenta o enorme desafio de promover reformas que possibilitem a retomada do crescimento econômico. [...] Essa “greve geral” foi decretada por lideranças sindicais atreladas a partidos políticos, como o PT, que decidiram radicalizar o discurso populista como último recurso de sobrevivência após a derrocada do lulopetismo. O pretexto foi protestar contra as reformas trabalhista e da Previdência, descritas pelas centrais sindicais e pelo próprio PT, em propaganda na mídia eletrônica, como destinadas a “suprimir” direitos dos trabalhadores e acabar com a aposentadoria. São mentiras deslavadas. [...] O lulopetismo, no entanto, não muda o discurso. [...] Por falta de alternativa, o lulopetismo vai continuar mentindo. Até porque **tem conseguido iludir a maioria dos brasileiros** com a farsa de que **o governo quer acabar com a aposentadoria e com os direitos trabalhistas. O País está acreditando numa conspiração** contra o sistema previdenciário, quando objetivo da reforma é exatamente preservá-lo.

Contra o poder da mentira, resta esperar que o Congresso continue dando apoio às reformas e não prive os brasileiros do direito de ter esperança no futuro (O poder da mentira, *O Estado de S. Paulo*, 03 mai. 2017, p. A3).

O jornal paulista faz uma confissão que julguei surpreendente a essa altura dos fatos. Desde o ano de 2013, as narrativas que estou estudando sustentavam que houve um despertar de consciência dos brasileiros para se libertar do jugo (ou do feitiço) lulopetista. Nas eleições de 2014, ainda que Dilma tenha vencido, os eleitores do PT foram estigmatizados como manipuláveis, fracos, dependentes e que não representaria a suposta locomotiva produtiva do país (sempre é bom destacar o racismo, a xenofobia e o classismo dessas palavras).

A partir de então, temos uma divisão nítida entre os cidadãos de bem, os brasileiros que erguem sua voz em unicidade, e aqueles que queriam a divisão e o caos do país, os vermelhos incautos e mancomunados. Porém, *O Estado de S. Paulo* admite que o País estaria sendo iludido como um todo e que a maioria dos brasileiros estaria contra as reformas pelo que julgava como um arsenal de mentiras. Não é a toa que em relação as duas empresas jornalísticas aqui estudadas, é o *Estadão* que volta a combater com todas as forças o Lulopetismo nesse momento.

O *Globo* prefere entrar numa discussão mais ampla sobre como a corrupção no país teria, ao seu ver, raízes no patrimonialismo e na aliança entre o Estado e as empresas, junto à manutenção do “estatismo” em setores considerados estratégicos³⁵⁷. Porém no dia 9 de maio, véspera do depoimento de Lula, o jornal carioca lança seu discurso sobre o iminente evento.

É conhecida a capacidade do lulopetismo de criar “narrativas” e repeti-las à exaustão até ganharem ares de verdade para os desavisados. [...] Lula e PT tentam converter o depoimento do ex-presidente marcado para amanhã em Curitiba, perante o juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, em um evento político [...]. Tenta-se criar polarização entre o ex-presidente e Moro, quando, na verdade, se trata de uma sessão de testemunho em um dos cinco processos a que ele responde.

A capacidade de o lulopetismo travar lutas políticas por bandeiras vazias é reconhecida. A diferença em relação a 2005 [no mensalão] é que o Lula de hoje conta com longa lista de denúncias contra ele. Inclusive a de que era o “chefe” do petrolão, segundo o ex-diretor da Petrobrás Renato Duque (A manipulação em torno do depoimento de Lula, *O Globo*, 09 mai. 2017, p. 12).

O *Estadão* também comenta o tema na véspera, com tons ainda mais agressivos.

³⁵⁷ A seguir, listo alguns editoriais sobre a temática: Lava Jato expõe capitalismo de compadres’, *O Globo*, 07 mai. 2017, p. 20; Lição não aprendida, *O Globo*, 08 mai. 2017, p. 10.

Luiz Inácio Lula da Silva pode não ser culpado de tudo de que é acusado em matéria de corrupção, mas é um atentado ao bom senso imaginar que ele nada tem a ver com o mar de lama que sob seu nariz atingiu profundidade inédita em 13 anos de PT no poder. Por outro lado, é igualmente insustentável o argumento de que a Operação Lava Jato é instrumento de uma conspiração armada para criminalizar o ex-presidente e seu partido, uma vez que praticamente todas as lideranças políticas de alguma expressão, todos os grandes partidos, e não apenas Lula e o PT estão implicados nas investigações de corrupção. É a inconfessada consciência dessa realidade que, em desespero de causa, está levando o lulopetismo, com a esquerda a reboque, a apostar no caos, apelando para recursos espertos e condenáveis como transformar uma vara judicial em palanque político e Curitiba em praça de guerra. É o que Lula pretende fazer na capital paranaense, quando depuser perante o juiz Sergio Moro em um dos cinco processos em que é réu por corrupção.

[...] é inevitável o perigo potencial de que as pessoas que decidam “pacificamente” ignorá-las acabem provocando a ação repressiva dos policiais. Esse é um cenário que com toda certeza não desagradaria a Lula e sua turma, que quando estão em dificuldades, como hoje, recorrem à hipocrisia de assumir o papel de “vítimas das injustiças e perseguições que “eles” impiedosamente lhes infligem. Está armado, portanto, mais um ato do grande circo populista do lulopetismo (Lula arma o circo, *O Estado de S. Paulo*, 09 mai. 2017, p. A3).

Na tessitura da narrativa, enquanto o jornal fluminense tenta esvaziar a importância daquele depoimento de Lula à Justiça, como algo corriqueiro e normal do processo – bem alinhado ao que o próprio Moro preconizou ao lançar um vídeo nas redes sociais³⁵⁸ – o jornal paulista argumenta que o Lulopetismo está armando a confusão para se vitimizarem, fora a repetição da crítica à linha discursiva petista de que existiria uma perseguição ao partido e seus líderes. *O Estado de S. Paulo* ainda publica editorial, no dia do julgamento, para dizer que não é a Lava Jato que conseguirá salvar o país, mas sim o processo de reformas que tanto os setores neoliberais queriam.

A Lava Jato não pode se converter, com as vezes parece ocorrer, numa ideologia. Hoje Lula da Silva deverá ser ouvido em Curitiba. Muita gente tem tratado esse depoimento como se fosse o momento máximo de redenção nacional. Sem dúvida, o evento é importante para Lula da Silva, já que o processo penal pode lhe render algumas consequências que ele achava que jamais o atingiriam. A lei é para todos e, nesse sentido, a Lava Jato tem um sentido pedagógico exemplar. Mas cada etapa dos processos da Lava Jato não pode paralisar o País.

Sendo importantes, os atos da Lava Jato não podem substituir a verdadeira prioridade nacional. Há uma profunda crise econômica, social, política e moral, que precisa com urgência ser combatida. Reconhecer essa hierarquia de valores não é um apoio velado à impunidade. É simplesmente não fechar os olhos, por exemplo, aos 14 milhões de desempregados. É não ignorar que, sem a aprovação das reformas em curso no Congresso, o Tesouro estará

³⁵⁸Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/06/moro-pede-que-simpatizantes-da-lava-jato-nao-venham-a-curitiba-acompanhar-depoimento-de-lula.htm> > acessado em 30 jul. 2025.

exaurido em 2022 (A importância relativa da Lava Jato, *O Estado de S. Paulo*, 10 mai. 2017, p. A3).

No depoimento de mais de quatro horas, além de defender sua inocência, vários setores da grande mídia são citados por Lula como grandes responsáveis pelo processo contra ele. Ao comentar sobre a guerra midiática e sobre a criminalização de atos ordinários do tempo de seu governo, Lula diz diretamente a Moro as seguintes palavras: “Agora, deixa eu lhe avisar uma coisa: Se esses mesmos que me atacam hoje, se tiverem sinais de que serei absolvido, prepara-se, porque os ataques ao senhor vão ser muito mais fortes do que eles fazem até a ministros da Suprema Corte que não pensam como pensa a Imprensa brasileira³⁵⁹”.

Vejam, agora, como os jornais *O Globo* e o *Estadão* inseriram o acontecimento midiático em sua narrativa editorial nesse momento de crise.

O juiz Sergio Moro [...] soube evitar a intenção de Lula, de sua defesa e do PT de converterem o depoimento num ato político-eleitoral. [...] Neste sentido, o juiz Moro fez bem, logo na abertura da sessão ao explicar a Lula o objetivo da tomada de depoimento, na qual não haveria a possibilidade de ele ser preso, tema de exploração política pelo lulopetismo. O ex-presidente saiu do depoimento e foi ser aclamado por militantes que se deslocaram para saudá-lo. Mas não foi um dia positivo para Lula. Como esperado, ele demonstrou a conhecida verve, mas, de substância, nada que possa afastar de maneira convincente as denúncias em torno do triplex do Guarujá. [...] o ex-presidente perdeu tempo ao responsabilizar a imprensa pela denúncia da posse secreta do triplex, com a citação, entre outros, de veículos do Grupo Globo. Foi-lhe, então explicado que quem o acusa é o Ministério Público, não jornais, TVs e revistas (Justiça cumpre seu papel em depoimento de Lula, *O Globo*, 12 mai. 2017, p. 16).

... concluir que enfrenta uma campanha orquestrada para destruí-lo, Lula comete o conhecido erro de confundir o conteúdo da mensagem com o mensageiro. Não é que a intenção do editor seja negativa, mas os fatos sobre o ex-presidente é que têm sido negativos. Veiculá-los é missão do jornalismo profissional (Fatos *conspiram*, *O Globo*, 12 mai. 2017, p. 9).

É preciso uma dose cavalaresca de ingenuidade para acreditar que tudo o que se disse e se soube sobre Lula da Silva no últimos dias é apenas parte de uma conspiração para impedir que o chefe petista volte à presidência, como insistem seus sequazes. A ingenuidade é tanta que, provavelmente, ingenuidade não é.

A esta altura, quem ainda acredita de coração, nos veementes protestos de inocência de Lula, ou bem considera o petista um santo, e por isso lhe presta inabalável devoção religiosa, ou simplesmente é um tolo. A julgar pelo fiasco da mobilização promovida pelos sindicatos em Curitiba para apoiar Lula no dia em que prestou depoimento ao juiz Sérgio Moro, parece haver cada vez menos gente disposta, voluntariamente, a se abalar pelo ex-presidente,

³⁵⁹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=PcQo35lle0Y>> acessado em 24 jul. 2025.

restando em sua torcida somente aqueles que são pagos para defendê-lo, como seus advogados e os sabujos de sempre.

[...] Lula, é claro, negou tudo no depoimento ao juiz Sérgio Moro. Mas ele não se limitou a negar [...], seguindo a linha traçada pela sua defesa desde que surgiram as primeiras denúncias de seu envolvimento direto no escândalo, o petista tratou de reafirmar que é “vítima da maior caçada jurídica que um presidente já teve”. Para caracterizar o complô, ele enfatizou que a imprensa “criminaliza” e “demoniza o Lula”.

Com essa disposição de definir seu processo como uma ação arbitrária típica de um estado de exceção, a defesa do ex-presidente já foi até o Comitê de Direitos Humanos da ONU para denunciar o juiz Sérgio Moro e a Lava-Jato.

[...] Lula quer fazer acreditar que todas as “forças antipopulares” decidiram se unir em uma descomunal conspiração simplesmente para que ele não possa voltar à Presidência (Inocência, *O Estado de S. Paulo*, 13 mai. 2017, p. A3).

Desculpem-me, mais uma vez, se me alonguei nas transcrições dos trechos editoriais acima. Assim o fiz porque julgo ser muito importante que o caro leitor e a cara leitora tenham acesso a esses documentos que, em minha observação, formam um gênero narrativo que construiu uma saga política/mitológica que impactou – e ainda impacta – nosso mundo social e, também, monumentalizou uma sorte de memória impressa das ações do capitalismo naquele momento.

Perceba que, nos editoriais, em nenhum lugar se comenta a técnica da denúncia, ou se discute as provas, ou nem mesmo é realmente questionada a versão de Lula sobre os fatos – a não ser o comentário irônico de que Lula estava terceirizando sua culpa a sua ex-esposa Marisa Leticia, falecida meses antes. Isso é pouco relevante para os jornais. Eles não se interessam realmente em estabelecer os pontos fortes ou fracos da denúncia criminal. O que interessa é a disputa da narrativa política. É a contraposição a ideia de que as forças progressistas e o próprio Lula era alvo de perseguição. É basicamente a mesma lógica que permeou o golpe contra Dilma. A ideia nem era defender os pontos da denúncia por crime de responsabilidade, mas sim afirmar que não havia um golpe em curso.

Nos dias seguintes, *O Globo* faz menção à divulgação da delação dos marqueteiros políticos das candidaturas anteriores do PT à Presidência, João Santana e Mônica Moura, que implicava ainda mais Lula, como chefe de esquema que abarcaria mais países com obras da Odebrecht, e Dilma que teria conhecimento de dinheiro de caixa 2 advindo de desvios em contratos da Petrobrás.

Esta é uma semana para o lulopetismo esquecer. Primeiro, foi o depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro [...]. E depois, no dia seguinte, veio a divulgação da delação premiada do casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura. No caso do ex-presidente, havia a expectativa de um depoimento matador e de uma invasão vermelha de Curitiba. Não houve uma coisa nem

outra. Lula, em alguns poucos momentos, mostrou o dom da retórica, mas não respondeu de maneira convincente à principal pergunta sobre o imóvel: recebeu ou não da OAS? [...] As delações de Santana e Mônica, os marqueteiros vitoriosos do PT [...] reforçam em traços fortes o papel de Lula de “chefe” do propinoduto instalado a partir de empreiteiras. [...] Os testemunhos também relatam o papel ativo de Dilma Rousseff na gestão financeira subterrânea da campanha de 2014. [...] indicam que havia uma espécie de Internacional da Propina, constituída por influência de Lula, cimentada por ideologias terceiro-mundistas e bolivarianas, e sustentadas financeiramente pela Odebrecht, cujo interesse eram obras nesses países. O petróleo internacionalizou-se de vez (Marqueteiros complicam situação de Lulopetistas, *O Globo*, 13 mai. 2017, p. 16.)

Era inverossímil que Dilma Rousseff não soubesse do saque que diretores da Petrobras fizeram durante tanto tempo na estatal [...]. Tanto quanto isso, sabe-se hoje, era dinheiro também para elevar o padrão de vida de dirigentes partidários e, em última instância, sustentar o projeto de poder lulopetista, para se perpetuar no Planalto (Cresce importância de Dilma no petróleo, *O Globo*, 16 mai. 2017, p. 12.)

Já o Estadão continuava a bater na tecla de que o Lulopetismo queria, a qualquer custo, acabar com o governo Temer e suas reformas com sua violência e índole nefasta.

Para o lulopetismo e aliados, mais do que ‘impedir que um governo ilegítimo acabe com a aposentadoria dos trabalhadores’, é importante impor-lhe, a qualquer custo, uma derrota política, com o duplo objetivo de se vingar de Dilma Rousseff, e abrir espaço para o discurso “progressista” voltar ao poder. Em outras palavras, para Lula, o PT e a esquerda sem voto, só importa que a crise política, econômica, social e moral se agrave porque, para eles, quanto pior, melhor (As Patranhas de Lula, *O Estado de S. Paulo*, 15 mai. 2017, p. A3).

Por mais que a resistência às reformas austericidas tenha sido importante, os eventos seguintes que impactaram a cena pública vão por em cheque a grande aliança de diversos setores das classes dirigentes que foi articulada em torno da derrubada de Dilma e que sustentavam a (i)legitimidade política do governo Temer. Esse tremor de grande impacto político vai sequestrar o debate político, ameaçando, principalmente, a entrega da reforma previdenciária. Até mesmo a convergência discursiva das grandes empresas jornalísticas irá sofrer um forte abalo.



FICHA Nº 700004553820

EPISÓDIO IV – “NÃO RENUNCIAREI”

... O otimismo retornava e as reformas avançavam no Congresso Nacional.

Ontem, contudo, a revelação de conversas gravadas clandestinamente trouxe de volta o fantasma de crise política de proporção ainda não dimensionada. Portanto, todo o imenso esforço de se tirar o país de sua enorme recessão pode se tornar inútil. Nós não podemos jogar no lixo da história tanto trabalho feito em prol do país.

[...]

Repito e ressalto, em nenhum momento autorizei que pagassem a quem quer que seja para ficar calado. Não comprei o silêncio de ninguém. Por uma razão singelíssima exata e precisamente porque não tenho relação.

[...]

Não renunciarei. Repito. Não renunciarei!³⁶⁰

Michel Temer, presidente (ilegítimo) da República.

Brasília, 18 de maio de 2017

Quarta-feira, 17 de maio de 2017. As 19h45, a programação televisiva é interrompida e logo ouvimos a inconfundível música do plantão da Rede Globo. Em seguida, surge o rosto estupefato da âncora do Jornal Nacional, Renata Vasconcelos, falando sobre o furo de reportagem do colunista Lauro Jardim de *O Globo*. De forma ofegante e com a voz um tanto trêmula, ela fala:

O jornal *O Globo* acaba de publicar na sua edição na internet uma notícia que representa um forte abalo na vida política do Brasil. O empresário Joesley

³⁶⁰ <https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-a-integra-do-discurso-de-michel-temer.ghtml> acesso em 25 jul. 2025.

Batista, dono da JBS, numa delação premiada à Procuradoria Geral da República, entregou uma gravação feita em março desse ano em que o presidente Michel Temer indica o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) pra resolver um assunto da JBS. Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala com 500 mil reais enviados por Joesley. Numa outra gravação, também em março, o empresário diz a Temer, [repete o nome completo do presidente acenando com a cabeça e as sobrancelhas] a Michel Temer, que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada para que permanecessem calados na prisão. [ela engole seco, fechando os olhos como a buscar saliva para continuar a fala] Diante dessa informação, Temer diz nessa gravação: “Tem que manter isso, viu?”³⁶¹.

Realmente, o escândalo midiático estava formado. O *Globo* foi a ponta de lança dessa nova operação da Lava Jato que prometia dinamitar o governo Temer. No dia seguinte, a Bolsa de Valores de São Paulo cai 10%, provocando o que os técnicos do mercado financeiro chamam de *circuit breaker*, a paralização dos negócios na Bolsa por trinta minutos. Ao final do dia, o índice Bovespa era de queda de 8,80%. O dólar, então, teve a sua maior alta em um dia desde o ano de 1999. Com certeza, boa parte do Mercado achava que suas reformas tinha morrido naquele momento.

Porém, no dia seguinte foi perceptível que houve um racha entre as maiores empresas jornalísticas do país. O *Globo* lança seu ataque – ainda que em tom polido – a Temer afirmando que ele não reuniria mais condições de se manter na Presidência, enquanto que o *Estado* culpa o Ministério Público pela suposta armação contra Temer após perceberem que os áudios são de má qualidade – nesse quesito a *Folha de S. Paulo* se une à sua concorrente paulista para afirmar que os áudios seriam inconclusivos³⁶².

Vamos a construção do fato nos editoriais jornalísticos e como foi possível inseri-los em sua lógica narrativa de longo prazo. Primeiro, as palavras do jornal O *Globo*.

Noticiada a partir do início da noite de quarta-feira pelo Globo, a delação de um dos donos do grupo JBS, Joesley Batista, inclui conversa com o presidente Michel Temer em que o empresário o informa de que paga uma mesada a Eduardo Cunha e ao operador financeiro deste, Lúcio Funaro, em troca de seu silêncio. E teria sido encorajado pelo presidente: “Tem que manter isso, viu? Temer rejeita esta interpretação. Caso tudo seja confirmado, ficará claro que pesaram muito os usos e costumes de um tipo de prática política inaceitável, também vista no PMBD do presidente. Temer não poderia ouvir o que ouviu sem reagir. [...]

³⁶¹ Disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/5876417/> > acessado em 27 jul. 2017.

³⁶² Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885341-dialogo-de-temer-com-joesley-batista-e-inconclusivo.shtml> > acessado em 30 jul. 2017.

A delação de Joesley rivaliza em gravidade com a feita pela cúpula da Odebrecht –, pelo que se conhece até agora. Se dos testemunhos de Emílio, Marcelo Odebrecht e executivos o ex-presidente Lula emerge como o “chefe do esquema de corrupção que funcionou em seus governos e na gestão Dilma, agora é Michel Temer, o próprio presidente da República, que surge como protagonista (Não há saída da crise fora da Constituição, *O Globo*, 19 mai. 2017, p. 24).

Os diálogos expõem, com clareza cristalina, o significado do encontro clandestino do presidente Michel Temer com o empresário Joesley Batista. [...] Este jornal apoiou desde o primeiro instante o projeto reformista do presidente Michel Temer. Acreditou e acredita que, mais do que dele, o projeto é dos brasileiros, porque somente ele fará o Brasil encontrar o caminho do crescimento, fundamental para o bem-estar de todos os brasileiros. As reformas são essenciais para conduzir o país para a estabilidade política, para a paz social e para o normal funcionamento de nossas instituições. [...] Mas a crença nesse projeto não pode levar ao autoengano, à cegueira, a virar as costas para a verdade. Não pode levar ao desrespeito a princípios morais e éticos. [...] Ao abrir as portas de sua casa ao empresário, o presidente abriu também as portas para a sua derrocada. [...] Nenhum cidadão, cômico das obrigações da cidadania, pode deixar de reconhecer que o presidente perdeu as condições morais, éticas, políticas e administrativas para continuar governando o Brasil. [...] Fingir que o escândalo não passa de uma inocente conversa entre amigos, iludir-se achando que é melhor tapar o nariz e ver as reformas logo aprovadas, tomar o caminho hipócrita de que nada tão fora da rotina aconteceu não é uma opção. [...]

A renúncia é uma decisão unilateral do presidente. Se desejar, não o que é melhor para si, mas para o país, esta acabará sendo a decisão que Michel Temer tomará. É o que os cidadãos de bem esperam dele (A renúncia do presidente, *O Globo*, 20 mai. 2017, p. 18).

Desde antes da derrubada de Dilma, *O Globo* já tecia algumas ressalvas ao PDMB e mesmo a Temer pelas suas práticas fisiológicas, o famoso “toma lá, dá cá”. Quando o governo interino toma posse e estouram alguns escândalos, como os áudios de Romero Jucá – na armação contra Dilma para conter a Lava Jato –, o jornal da família Marinho faz apelos, bem ingênuos inclusive, para que Temer afastasse políticos de seu círculo que tinham pendências na Justiça. Era óbvio que mais cedo ou mais tarde, os esqueletos escondidos no porão de Michel Temer iriam aparecer. O grande problema era a agenda da Ponte para o Futuro. Quem mais poderia levá-la?

O editorial do dia 20 foi uma maneira muito elegante do jornal global em pedir a renúncia de Temer, muito semelhante à prática de presidentes ao pedirem que ministros que precisam cair do gabinete por algum tipo de escândalo ou coisa do tipo fizessem eles mesmos o pedido de exoneração para não melindrar a eles ou aos seus partidos. Uma hipótese muito crível para a composição desse posicionamento editorial é a de que *O Globo* não queria que uma crise política se arrastasse semanas ou meses a fio, atrasando as reformas que já estavam no Congresso.

Existe um precedente bem interessante que é o caso de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito pelo voto direto após a ditadura. Inclusive, analisei em meu trabalho de mestrado o editorial que pedia sua renúncia e que foi assinado pelo próprio Roberto Marinho.

Neste momento, Fernando Collor talvez tenha uma última oportunidade de, por um gesto seu, que comece e termine na sua vontade pessoal, fazer algo pelo seu país, e tomar a decisão pela qual será lembrado. Chegou para ele a hora do ato politicamente mais inteligente, da defesa mais realista, da demonstração mais insofismável de patriotismo: a renúncia (Renúncia, agora, *O Globo*, 30 set. 1992, p. 1).

Esse editorial foi escrito justamente no dia em que se noticiava o afastamento de Collor da Presidência da República para ser julgado pelo Senado – julgamento esse que só seria concluído ao final daquele ano. Em linhas anteriores, Roberto Marinho afirmava que um novo governo poderia “conduzir o país no caminho da modernização – cumprindo a promessa que levou Collor ao poder”. Entenda-se por modernização, o desfazimento de bens públicos e a abertura comercial, símbolo das medidas neoliberais de Collor e apoiadas pelo jornal.

Em nosso caso mais recente, *O Globo* fala explicitamente que Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados à época – um convicto defensor do ideário neoliberal – deveria assumir e em noventa dias o presidente do Congresso deveria realizar eleições indiretas à Presidência, sendo bem possível a continuação de um eventual governo Maia.

Já o *Estadão* assume uma postura completamente diferente. Leia, agora, as palavras do jornal paulista nesse momento de instabilidade.

Este grave momento da vida nacional deverá passar à história como aquele em que a irresponsabilidade e o oportunismo prevaleceram sobre o bom senso e sobre o interesse público. Tudo o que se disser agora sobre os desdobramentos do terremoto gerado pela delação do empresário Joesley Batista, em especial no que diz respeito ao presidente Michel Temer, será mera especulação. Mas pode-se afirmar, sem dúvida, que a crise é resultado de um encadeamento de atitudes imprudentes, tomadas em grande parte por gente que julga ter a missão messiânica de purificar a política nacional. A consequência é a instabilidade permanente, que trava a urgente recuperação do País e joga as instituições no torvelinho das incertezas – ambiente propício para aventureiros e salvadores da pátria.

É preciso destacar, no entanto, o *modus operandi* do vazamento. A parte da delação que foi divulgada não continha senão fragmentos de frases transcritas de uma gravação clandestina feita por Joesley Batista em uma conversa com Temer. [...]

Não é de hoje que há vazamentos desse tipo – e isso só pode ser feito por quem tem acesso privilegiado a documentos sigilosos. Ao longo de toda a

Operação Lava Jato, tornou-se corriqueira a divulgação de trechos de depoimentos de delatores, usados como armas políticas por procuradores. O vazamento a conta-gotas das delações dos executivos da Odebrecht que envolvem quase todo o Congresso Nacional, mantendo o mundo político em pânico em meio a especulações sobre o completo teor dos depoimentos, foi um claro exemplo desse execrável método (A hora da responsabilidade, *O Estado de S. Paulo*, 19 mai. 2017, p. A3).

O país vive o seu momento de maior instabilidade política desde a promulgação da Constituição de 1988. À instabilidade e à incerteza quanto ao futuro que dela advém, soma-se ainda o clima anuviado, urdido – não é demais lembrar – pela incessante campanha petista pela cisão dos brasileiros entre “nós” e “eles”. Quando o salutar debate de ideias perde força porque os interlocutores são tratados como inimigos em potencial, está formado o meio de cultura ideal parra o florescimento dos arautos do caos e da irresponsabilidade.

Os afoitos que propugnam a destituição de um governo antes que estejam reunidas as provas para além de qualquer dúvida razoável quanto à sua correção não atentam apenas contra um presidente, um partido ou a sociedade – o que já seria grave o bastante – atentam contra a própria Constituição. (Um teste para o Brasil, *O Estado de S. Paulo*, 20 mai. 2017, p. A3).

É bem possível que estejam surpresos com o posicionamento do *Estadão* sobre Temer. Porém, é importante ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar, vale recordar o que já afirmei no *Ato I*: a voz jornalística da família Mesquita, que há tempos representa as classes dirigentes de São Paulo, tinha reservas ao trabalho do Ministério Público em relação à política institucional. Ao empreender uma jornada pela história de guerra do *Estadão* contra democracia, foi perceptível a atuação direta dos jornais e de seus líderes sobre a vida partidária em vários momentos e a aproximação explícita à alta cúpula do PSDB, inclusive apoiando seus candidatos. Havia aquela visão de que os procuradores atrapalhavam a gestão dos negócios públicos de forma irresponsável (ver editorial “Cercos ao Ministério Público”³⁶³). Por isso que afirmei que, ao começo do processo de guerra que tenho estudado, a corrupção era um elemento importante da caracterização do Lulopetismo, mas não a sua razão última de ser. É só depois dos eventos de março de 2016, com a condução de Lula e o afunilamento do impeachment que *O Estadão* entra em sinergia com *O Globo* e as outras instituições objetivadas ao impeachment de Dilma e ao fim do lulismo.

Porém ao início do governo Temer, *O Estado de S. Paulo* volta às suas posições originais e passa a ser uma voz crítica a algumas ações da Lava Jato. Ainda em maio de 2017, um pouco antes dos eventos deste episódio, o jornal já criticava as

³⁶³ Cercos ao Ministério Público, *O Estado de S. Paulo*, 18 jun. 2018, p. A3.

ações do procuradores públicos ao dizer que a maior ameaça à operação seria a própria força-tarefa e seus métodos.

O discurso messiânico de alguns de seus principais integrantes sugere que, para eles, todas as instituições do País estão apodrecidas, com exceção do Ministério Público. Em sua ânsia de sanear o País, a Lava Jato comete erros [...]. A maior ameaça está no comportamento imperioso de alguns procuradores e na absurda demora do Supremo para julgar os casos que lhe competem (A real ameaça à Lava Jato, *O Estado de S. Paulo*, 04 mai. 2017, p. A3).

Esse ponto é importante porque demonstra o teor estratégico das narrativas editoriais da empresa jornalística. O combate à corrupção passa para o coração da intriga configurada pelo *Estadão* quando ela encurrala Lula, Dilma e o PT. Ela é usada para a obtenção de seus fins políticos. Após a derrubada de Dilma e ascensão de Temer, aos poucos, os métodos de procuradores que, segundo o jornal parecia estar criando uma nova ideologia – que conhecemos por lavajatismo – passam a ser criticados. A contradição entre o apoio irrestrito ao processo contra Lula, que na semana anterior tinha chegado ao seu clímax com o depoimento a Moro, e a crítica mordaz contra a operação que gravou Temer demonstra a hipocrisia e a inspiração político-ideológica que inspira seus posicionamentos táticos.

Outra grande preocupação das empresas jornalísticas era a proposta de setores da esquerda em antecipar a eleição presidencial para resolver a crise de legitimidade que assolava a política. Algo impensado para as classes dirigentes, uma vez que daria a oportunidade do nome de Lula conseguir estar nas urnas eletrônicas.

A tentativa de reeditar o movimento “Diretas Já” foi duramente combatido pelas empresas jornalísticas. A manutenção das leis e da segurança jurídica são os argumentos preferidos dos jornais que convenientemente as advogam, uma vez que a expressão da vontade popular não era interessante para a conclusão do projeto das reformas neoliberais – afinal, era preciso aproveitar “a impopularidade” para aprovar “medidas impopulares”. Ao relembrar as crises institucionais anteriores, *O Globo* afirma que “ficou provado, na prática, que se devem mesmo evitar atalhos casuísticos para driblar a constituição, em busca de fórmulas salvacionistas³⁶⁴”. De forma firme, o jornal afirma que “haja o que houver, não há outra alternativa. Emendas para antecipar eleições e similares só fazem ampliar o grau de incerteza, já bastante elevado³⁶⁵”.

³⁶⁴ Não há saída da crise fora da Constituição, *O Globo*, 19 mai. 2017, p. 24

³⁶⁵ *Ibid.*

O *Estadão* também se lança completamente contra a proposta de antecipação das eleições.

Nesse clima de fim de mundo, revoam os urubus. Parlamentares e líderes políticos, uns mais criativos que outros, uns mais criativos que outros, propõem as soluções mais estapafúrdias para uma crise que só existe porque grassa a insensatez entre aqueles que deveriam preservar a estabilidade no País. Resta demandar que a Constituição não seja rasgada ao sabor das conveniências daqueles que lucram com o caos (A hora da responsabilidade, *O Estado de S. Paulo*, 19 mai. 2017, p. A3).

Qualquer irresponsável que propuser ou defender uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altere os termos do artigo 81 e institua eleições diretas em caso de vacância da Presidência e da Vice-Presidência a menos de dois anos do término do mandato estará propondo na verdade , um golpe à ordem constitucional. Estará propondo , em última análise, um golpe contra a sociedade que se organizou em torno da Carta Magna em vigor, por meio de representantes legitimamente eleitos para um dia mais altos desígnio em um regime democrático (Um teste para o Brasil, *O Estado de S. Paulo*, 20 mai. 2017, p. A3).

Posso resumir minha análise sobre este último editorial com a frase: golpistas sempre são os outros. Com estratégias diferentes – *O Globo* pela renúncia, e *O Estado de S. Paulo* contra a operação –, os jornais convergem no seu objetivo final: a onda para superar o Lulopetismo, sua visão de mundo estatizante, deveria continuar, a qualquer custo. Ainda era necessário pelo menos duas reformas: a previdenciária e a trabalhista. E agora, mais do que nunca, Lula deveria estar fora do pleito eleitoral do ano seguinte para a garantir que a agenda de austericídio fosse concretizada. Afinal, como o *Estadão* afirmava em editorial publicado no dia 29 de maio, “tudo o que de ruim se passa no Brasil converge para Lula [...]. É esse homem que [...] pretende voltar a governar o Brasil. Que Deus – ou a Justiça – nos livre de tamanha desgraça³⁶⁶”.

EPISÓDIO V – CONDENADOS

Dois meses depois das revelações que abalaram a República, Temer ainda resistia na Presidência, ainda que sua reprovação atingisse seu auge com um retumbante 70% de ruim e péssimo³⁶⁷. A Procuradoria Geral da República tinha fatiado os inquéritos contra Temer e feito a primeira denúncia criminal contra o presidente, a primeira vez na história do Brasil. Nesse mesmo período, a reforma

³⁶⁶ O autor da crise, *O Estado de S. Paulo*, 29 mai. 2017, p. A3.

³⁶⁷ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml> > acessado em 26 de jul. de 2025.

trabalhista estava pronta para ser votada no Senado e sua aprovação era vista como tábua de salvação do mandato presidencial.

No dia 11 de julho, o *Estadão* manda alguns recados para a PGR e para o Congresso Nacional.

... como figura central da estabilidade política e institucional do País, o presidente da República não pode ser denunciado por meio de espasmos acusatórios. O chamado fatiamento das denúncias apresentadas [...] é, nesse sentido, um desserviço ao País, já suficientemente esgarçado por 13 anos de lulopetismo.

[...] ou a PGR não dispõe de provas robustas o bastante para instruir uma peça acusatória irrefutável contra o presidente ou se utiliza desse grave instrumento legal para atender a um propósito político, atitude igualmente condenável por impor à sociedade a paralisia dos Poderes Executivo e Legislativo, justamente no momento em que ela mais precisa de ações de governo que possam dar cabo da gravíssima crise política e econômica que corrói o País.

O Congresso, por sua vez, não pode se deixar pautar pela estratégia do Ministério Público Federal e sustar o andamento das discussões sobre as vitais reformas de que o País tanto precisa, principalmente a reforma trabalhista, prestes a ser votada no plenário do Senado, e a reforma do sistema previdenciário (Espasmos acusatórios, *O Estado de S. Paulo*, 11 jul. 2017, p. A3).

Ainda nesse mesmo dia, o Senado aprovou a reforma trabalhista que entre outras coisas, passou a dar mais importância ao negociado do que ao legislado, legalizou o trabalho intermitente e até mesmo permitiu o trabalho insalubre de gestantes. A política de enfraquecimento dos sindicatos e a obstacularização do acesso de trabalhadoras e trabalhadores à Justiça do Trabalho era a sentença de condenação ao direito do trabalho no país. Tratava-se da diminuição do custo do trabalho para as classes dirigentes, aspecto importante da agenda do golpe.

Porém, uma outra condenação salta das manchetes nos dias seguintes. Não era sobre a reforma trabalhista, mas sim a sentença de Sergio Moro em relação a maior liderança do Partido dos Trabalhadores: Lula é condenado a 9 anos e meio de prisão. O maior personagem da saga do Lulopetismo das narrativas editoriais de *O Globo* e o *Estado de S. Paulo* finalmente teria seu ocaso determinado.

Depois de ter passado incólume pelo mensalão, montado pelo lulopetismo no seu primeiro mandato, Lula não está conseguindo escapar do petrolão. Mais até que a pena de nove anos e seis meses de reclusão, em regime fechado, tem importância o fato de, se a sentença for confirmada em segunda instância, no Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4), de Porto Alegre, Lula se tornará inelegível por oito anos, como estabelecido pela Lei da Ficha Limpa. [...] O projeto de se lançar candidato em 2018, como se previa, pode

naufragar (Condenação de Lula é símbolo no combate à corrupção, *O Globo*, 13 jul. 2017, p. 16).

Já não recaem suspeitas contra o sr. Lula da Silva, e tampouco ele é simplesmente investigado ou réu. Ontem, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado pelo juiz Sergio Moro [...] a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro [...]. Ainda que caiba recurso, a condenação de Lula da Silva [...] deixa claro que o líder petista, em vez de alimentar pretensões de voltar à Presidência da República, deve antes acertar as contas com a Justiça. Seria um tremendo desserviço ao País que o condenado Lula usasse a política para tentar se livrar das graves acusações que recaem sobre sua conduta. [...] A ação penal de Lula da Silva não é um jogo político. Longe de ser uma opção ideológica, o processo penal instaurado contra o ex-presidente petista manifesta a existência no Brasil de um Estado Democrático de Direito, com lei vigente e todos, absolutamente, todos, respondendo por ela. [...] Que a Justiça na segunda instância continue a assegurar a regular aplicação da lei, também para os efeitos da Lei da Ficha Limpa [...]. Faz muito mal ao País que corruptos se candidatem e tentem enganar o povo (A condenação de Lula da Silva, *O Estado de S. Paulo*, 13 jul. 2017, p. A3).

As narrativas dos jornais que tomaram caminhos diferentes a partir do caso Joesley, agora voltam a convergir. Para os jornais, as “provas cabais” no processo contra Lula não permitiriam outra sentença senão sua condenação. Sendo assim, a questão central na intriga aqui nem é tanto a condenação de Moro, mas sim suas repercussões para o ano seguinte, ano eleitoral. Tanto *O Globo* quanto o *Estado* assumem textualmente a pressão para que o tribunal colegiado de segunda instância confirme, o quanto antes, a condenação de Lula para que ele fosse enquadrado na Lei da Ficha Limpa que impediria o ex-presidente de se candidatar à Presidência.

Depois de celebrar o império da lei – não no caso Temer, só no caso Lula – *O Estado* publica no dia 14 de julho, um editorial cujo objetivo é tripudiar a *persona* política de Lula e o que tenho chamado, com base em Ab’saber, de motivos encantatórios. Intitulada “A eterna vítima”, a peça opinativa brinca a história de vida de Lula, reduzindo-a a pura auto-vitimização.

A trajetória de vida de Luiz Inácio Lula da Silva é marcada pela vitimização. Até certo ponto, a condição lhe teria sido determinada pelas adversidades que afligem tantos milhões de brasileiros como ele. Só mais tarde, quando a malandragem já estava suficientemente desenvolvida para capturar o potencial político daquela condição, é que nasceu a *persona* pública de Lula, a eterna vítima. [...] Lula da Silva não existe na esfera pública se não estiver sendo vítima de alguma injustiça ou atacado pela força de uma arbitrariedade. Jamais é o sujeito ativo de seus próprios infortúnios, o único responsável pelas consequências das más escolhas que faz. Quando os fatos contradizem o mito, que se reescrevam os fatos. [...] A sentença do juiz Sérgio Moro expôs ao Brasil o verdadeiro Lula da Silva, não o personagem que ele criou para sua própria conveniência política, envernizado ao longo dos anos

por marqueteiros contratados a peso de ouro (A eterna vítima, *O Estado de S. Paulo*, 14 jul. 2017, p. A3).

Ao afirmar que Lula se utiliza malandramente de sua história de vida para afirmar que o vitimismo é o centro de seu personagem político, a empresa jornalística, de forma cretina, revisita a trajetória do então ex-presidente desde a fome no sertão nordestino até sua chegada à Presidência.

Não seria preciso repetir, caros leitores e caras leitoras, o quão repugnante é o preconceito de classe e o elitismo do jornalão da família Mesquita, mas insisto porque esse ódio atravessa meu corpo de forma exasperante. Filho de um pai que vendia picolé nas ruas enquanto criança no sertão baiano, e de uma mãe que, assim como a família de dona Lindu, atravessou estados para conseguir melhorar de vida junto à sua família e que trabalhava como doméstica desde a adolescência para ajudar na criação de suas irmãs e irmãos, não posso me calar perante tamanha crueldade que orienta o olhar das supostas elites deste país.

A indecência e o sadismo que escorrem dessas letras é de uma brutalidade que realmente me faltam palavras para descrevê-las. Apenas as sinto em minha alma e no sangue que percorre em mim. Milhões de brasileiras e brasileiros que lutaram – e ainda lutam – com sua própria vida para que seus filhos tivessem condições melhores do que um dia não desfrutaram merecem nosso respeito e honra, e mais que isso, políticas públicas que garantam sua dignidade no descanso de seu labor. São pessoas que não se contentaram em serem condenadas, parafraseando Chico Buarque, à parte que lhes cabia neste latifúndio chamado Brasil

O Globo não fica tão atrás do *Estadão* e também ressalta essa suposta vitimização de Lula. O jornal afirmava o seguinte:

Há desdobramentos previsíveis da condenação de quem já foi chamado de o maior líder popular vivo da América Latina. [...] O clássico truque da vitimização deve ser usado à exaustão. Animal político, Lula tentará capitalizar a condenação com vistas a 2018 [...]. Condenado, vítima autodeclarada do “sistema”, Lula tenderá a se manter na linha da radicalização do discurso, uma volta ao Lula tipo metalúrgico zangado, pré-2002, quando assumiu a persona “paz e amor” esculpida sob medida pelo marqueteiro Duda Mendonça (Condenação de Lula é símbolo no combate à corrupção, *O Globo*, 13 jul. 2017, p. 16).

Para além da ideia de que Lula praticaria “à exaustão” a estratégia de vitimização, é interessante notar que *O Globo* entende esse discurso como uma radicalização. Ou seja, as críticas à Lava Jato são enquadradas pelo jornal como

radicalismo não só de Lula, mas de todos os agentes envolvidos na resistência à união do Estado punitivista com o Estado neoliberal – junção essa muito comum, por sinal. Trata-se de uma outra forma do discurso que apontava os movimentos populares e a esquerda de extremistas, agora, de fato, na oposição.

Independente desse quadro apresentado pelos jornais, o *Estadão* assevera que Lula deveria ser declarado inelegível após manutenção da condenação na segunda instância, mas “caso o tempo da Justiça não seja o mesmo da política, que as urnas sejam tão implacáveis quanto a sentença. Para o bem do Brasil e dos Brasileiros³⁶⁸”.

Mesmo tomando as capas e editoriais da semana, a aprovação da reforma trabalhista não passou despercebida, afinal, era uma demanda de extrema importância das empresas jornalísticas.

Um dos núcleos da proposta é a legalização de acordos firmados entre patrões e empregados, com a interveniência dos respectivos sindicatos, para que, mesmo sem atender a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), esses entendimentos não sejam mais contestados pelo Ministério Público e, depois desfeitos na Justiça. [...] a legislação trabalhista, consolidada na ditadura varguista do Estado Novo, foi ficando cada vez mais distante da realidade da economia, do mercado de trabalho, e por consequência, da vida das pessoas. [...] Permitir que o “negociado” se sobreponha ao “julgado” é tese lúcida e antiga. [...] Em nome da proteção do trabalhador – dentro da visão fascista da tutela sobre o cidadão, que inspirou a CLT – tornaram o custo do emprego formal muito elevado. [...] esta flexibilização é ponderável avanço que ajuda a formalizar empregos hoje informais e a criar outros, algo essencial quando há 14 milhões de desempregados (Reforma trabalhista incentiva o emprego formal, *O Globo*, 14 jul. 2017, p. 16).

A insegurança jurídica que paira sobre as relações de trabalho de milhões de brasileiros, sejam empregados, sejam empregadores, está com os dias contados. Precisamente, 120 dias a partir da sanção do presidente Michel Temer [...] da reforma trabalhista. [...] Trata-se de uma inequívoca vitória do governo federal, não só pelo fato de a aprovação da reforma trabalhista ter sido uma das prioridades da agenda de Michel Temer ao assumir a Presidência [...], mas sobretudo pelo momento em que ela ocorre, mostrando que a capacidade de articulação política do presidente resiste em meio à mais grave crise de seu mandato.

[...] A aprovação da reforma trabalhista não levará o Brasil de volta ao tempo infame da escravidão. Ao contrário, as novas regras tiram o País do atraso e o inserem no século 21. [...] Não obstante a violência da oposição, a aprovação da reforma trabalhista é um alento para o País. Espera-se a redução dos litígios judiciais, da informalidade e, mais importante, do desemprego, que hoje aflige 14 milhões de brasileiros (As reformas avançam, *O Estado de S. Paulo*, 13 jul. 2017, p. A3).

³⁶⁸ A eterna vítima, *O Estado de S. Paulo*, 14 jul. 2017, p. A3

Em muitos pontos, as narrativas sobre a reforma convergem, como o argumento de que seria um passo importante contra o desemprego no país, que haverá menos litígio judicial entre empregadores e empregados uma vez que o “negociado” suplantaria o “legislado” e que os novos modelos de trabalho modernizariam as relações trabalhistas no Brasil. Em um cenário em que existiria um forte abalo do poder de negociação dos sindicatos de trabalhadores, é lógico que “negociado” aqui envolve mais chantagem do que diálogo, a imposição do poder empresarial em um contexto de forte desemprego.

Sobre esse último ponto, é interessante que o *Estado* afirma, sem nenhuma explicação interna ao texto, que a reforma trabalhista não iria fazer o trabalho retroagir ao tempo da escravidão. Em uma análise textual, essa negação é quase uma confissão daquilo nem foi tratado. Mas é lógico que se trata de uma resposta às campanhas adversárias das mudanças trabalhistas. Mudança essa que acabaria, segundo *O Globo*, com o alegado “resquício” fascista na relação entre Capital e Trabalho.

Entre escravismo e fascismo, o certo é que a liberdade dos trabalhadores não era uma preocupação para os setores empresariais e governamentais empenhados na reforma trabalhista. Ao contrário, precarizou ainda mais o emprego e provocou um crescimento da informalidade³⁶⁹. Em matéria da *BBC Brasil*, a pesquisadora da Duke University, Nikita Kohli, – através de uma engenhosa metodologia – afirmou que “o que é surpreendente nesses resultados é que os trabalhadores formais ficaram mais baratos, seus salários caíram, mas o emprego formal também diminuiu³⁷⁰”.

O escritor Gregoire Chamayou, afirma, peremptoriamente, sobre os danosos efeitos dos ventos destrutivos do neoliberalismo aos trabalhadores e às trabalhadoras. Esse é o resultado do ataque neoliberal em cooperação indissociável com as empresas jornalísticas.

A política neoliberal – na medida em que pratica a desregulamentação, sobretudo do direito trabalhista; ao reforçar o poder do empregador na relação contratual; ao enfraquecer sua correlação de forças; ao reduzir sua capacidade de recusa, sua liberdade, pois ela favorece a acumulação de riquezas; ao aprofundar as desigualdades, exacerbando ainda mais as oportunidades de subjugação de todas as ordens – implica um endurecimento dos autoritarismos privados. É nesse sentido também, que o liberalismo econômico é autoritário, no sentido social, e não somente do Estado³⁷¹.

³⁶⁹ Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1dr0lywk13o> > acessado em 30 jul. 2025.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ CHAMAYOU, Gregoire. Op. cit.,. p. 392.

Para encerrar este que é o penúltimo episódio dessa temporada da saga do Lulopetismo, é preciso deixar aqui transcrito uma frase do *Estado* que, para variar, envelheceu muito mal. No editorial lançado no dia 16 de julho de 2017, intitulado “Um documento histórico”, o jornal afirma que “no futuro, quando arrefecerem as paixões, a sentença do juiz Sérgio Moro haverá de ser lida como um registro da vitalidade do Estado Democrático de Direito em um período particularmente conturbado da história do Brasil³⁷²”.

EPISÓDIO VI – SR. LULA DA SILVA É PRESO

*Meus amigos e minhas amigas,
Vocês já devem saber que os tribunais proibiram
minha candidatura a presidente da República [...]
Há mais de cinco meses estou preso injustamente.
Não cometi nenhum crime e fui condenado pela
imprensa muito antes de ser julgado[...]. Querem
prender e interditar o projeto de Brasil que a maioria
aprovou em quatro eleições consecutivas, e que só
foi interrompido por um golpe contra uma
presidenta legitimamente eleita, que não cometeu
crime de responsabilidade, jogando o país no caos.
[...] Talvez nada disso tivesse acontecido se eu não
liderasse todas as pesquisas de intenção de votos.
Talvez eu não estivesse preso se aceitasse abrir
mão da minha candidatura. Mas eu jamais trocaria
a minha dignidade pela minha liberdade, pelo
compromisso que tenho com o povo brasileiro³⁷³.*

**Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente
prisoneiro da República de Curitiba.**

18 de maio de 2017

³⁷² Um documento histórico, *O Estado de S. Paulo*, 16 jul. 2017, p. A3.

³⁷³ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/leia-carta-de-lula-que-oficializa-haddad-como-candidato-do-pt-a-presidencia.shtml> > acesso 27 jul. 2025.

Chegamos ao último episódio dessa temporada, minha amiga leitora e meu amigo leitor. Já começo adiantando um pouco as cenas, para o dia em que Lula divulga a carta em que reafirma sua inocência, denuncia seus algozes e anuncia seu apoio a Fernando Haddad para Presidência, abrindo mão, no apagar das luzes, de sua candidatura.

Em fins de janeiro de 2018, seria o julgamento do recurso de Lula à segunda instância. Seria um dia de extrema importância para o ano eleitoral, pois – como já vimos com os editoriais jornalísticos – a confirmação da condenação implicaria Lula na lei da Ficha Limpa, retirando-o das eleições e acarretaria sua eventual prisão, uma vez que o Supremo Tribunal Federal tinha mudado seu entendimento para que os condenados já cumprissem suas penas antes do “trânsito em julgado”.

Dentre as narrativas jornalísticas que estou estudando, é a do *Estado de S. Paulo* que se antecipa e já começa a elaborar os sentidos do julgamento ainda antes do dia marcado, 24 de janeiro. Já dois dias antes, o jornal paulista começa a construir o acontecimento e a provocar, com sua costumeira acidez, o então ex-presidente com o editorial intitulado “A política do ressentimento”.

Pois, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva põe ambas [a Justiça e a imprensa] sob suspeição. É um perigoso sinal emitido por alguém que, a despeito dos gravíssimos crimes pelos quais responde judicialmente [...], quer voltar à Presidência da República. [...] Lula da Silva falou [à imprensa estrangeira] com a arrogância de quem já tira as medidas para um novo terno de posse, e não como um condenado que se vê diante da possibilidade crescente de ir para a cadeia. Sua fala reflete um delírio megalomaniaco e leva a imaginar como seria um novo governo lulopetista pautado por uma política embebida em ressentimento que, a julgar pelo que Lula vem dizendo, nortearia suas ações do primeiro ao último dia de mandato (A política do ressentimento, *O Estado de S. Paulo*, 22 jan. 2018, p. A3).

Lula aqui é representado como um político com ânsia pela vingança contra aqueles que julga seus inimigos. O *Estadão*, de certa forma, não desfaz a ideia de que o jornal é realmente inimigo do que chama ironicamente de “demiurgo de Garanhuns”. O editorial faz menção a uma pergunta do jornal *El País*, sobre o que ele se arrependia de não ter feito em seu período presidencial. Nas palavras do *Estadão*, “... Lula da Silva disse que sim: não ter implementado a censura que ele, arditamente, chama de ‘regulação da mídia’”. A partir dessa fala, o jornal conclui que “Lula atenta contra a ordem democrática e isso, venha de onde vier – até de um mentiroso fanfarrão como

ele –, é um perigo”³⁷⁴. Nenhuma novidade de baixo do sol da voz editorial da família Mesquita.

No dia seguinte, a discussão da legitimidade das eleições sem Lula entra na composição da intriga. O *Estadão* responde a algumas opiniões que afirmavam que seria melhor que Lula fosse punido pelas urnas e não pela prisão.

É uma falácia dizer que uma eventual derrota de Lula da Silva nas urnas terá maior legitimidade democrática do que sua exclusão das eleições por força da Lei da Ficha Limpa. Para que exista democracia, é preciso antes haver respeito às lei. Caso contrário, não há sentido falar em igualdade ou em direitos políticos. [...] Subordinar a legitimidade do pleito deste ano à presença de Lula na lista eleitoral é uma aberração que só deveria interessar aos radicais. Como os ideais democráticos nunca foram parte da real identidade política dessa gente, eles se sentem indignados quando não veem juízes e tribunais ajoelhados perante o demiurgo de Garanhuns. [...] o sr. Lula da Silva, assim como todos os outros pretendentes, precisa adequar-se às regras eleitorais. Se não há dúvida de que o melhor para o país, para as instituições, para a moralidade pública e para a democracia é que não participe. Concorrer fora da lei é um acinte à República (O respeito à lei, *O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 2018, p. A3).

Como não havia sombra de dúvida, para a empresa jornalística, de que o líder petista seria condenado na segunda instância, então já há uma antecipação de que seria aberrante sua participação nas eleições. É importante notar a estratégia narrativa do *Estadão* em associar a luta pela inocência de Lula e pela manutenção de seus direitos políticos ao radicalismo antidemocrático. Uma característica que salta aos olhos na intriga da narrativa elaborada nesse momento, é que esses radicais seriam sectários e devotos do que acreditavam ser uma entidade acima do bem e do mal. Um mito ou divindade.

Portanto, o jornal demarca sua posição contra o que entende ser um aglomerado político radicalmente religioso e disposto a tudo para adorar seu mestre Lula. Existem termos usados pelo *Estadão* nesse trecho que denotam sua posição. A utilização da alcunha “demiurgo de Garanhuns” é uma forma preconceituosa de afirmar que a natureza de Lula era, além de nada divina, preenchida de pequenez. A figura do demiurgo em algumas mitologias antigas se relaciona ao ato divino de criar e moldar os elementos materiais. A referência a bela cidade de Garanhuns, no interior de Pernambuco, tem a ver com o território municipal onde Lula nasceu. Além de posicionar o então ex-presidente num lugar social específico, utiliza-se de sua origem

³⁷⁴ A política do ressentimento, *O Estado de S. Paulo*, 22 jan. 2018, p. A3

para ridicularizar o que entende ser um culto a um falso deus. Seria uma forma debochada de afirmar que Lula deveria ser tratado como qualquer um na República. Ora, sabemos que em nossa República marcada pelo elitismo, na verdade, posso muito bem afirmar que a vontade do *Estadão* não era demarcar a igualdade de todos perante à lei, mas esgar ao tratar Lula não como qualquer um, mas como “um qualquer”, um desqualificado.

O outro marcador, que inclusive corrobora minha última assertiva, é a forma de tratamento utilizada para o petista, “sr. Lula da Silva”. O que poderia ser visto como uma forma polida de referência é mais uma estratégia narrativa de denotar que Lula é apenas mais um senhor respondendo à justiça, apenas mais um “Silva” (como meu avô, o sertanejo José Nunes da Silva, como minha mãe, a paraibana criada em Juazeiro da Bahia, Josyane Silva Pimentel, como eu, mais um Silva).

Creio que seja importante ressaltar – para não restar dúvida – que defendo a igualdade de todos e todas perante à lei, e que acreditar nesse princípio republicano, em nenhum momento, implica não observar que os fenômenos políticos são carregados de carisma, encantamento e maravilha que, inclusive, o lulismo conseguiu engendrar. A energia que emana dos corpos enquanto discursos é uma realidade que para mim está estabelecida contra a ideia racionalista e cientificista que, por vezes, diminui mais do que a experiência política, mas a humana. Porém, é importante ir além disso para afirmar com toda a veemência de que meu ideal é não só que todos Silva sejam iguais perante a lei, ou que um “Silva” tenha uma posição de relevância política, mas que todos nós, os Silva brasileiros, tenhamos a mesma condição de vida de um Mesquita ou de um Marinho.

Porém, no caso de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo que já percebemos ao longo deste trabalho, a vontade do *Estadão* era não só que Lula não participasse das eleições (vai que ele vencesse, não é mesmo?) mas que fosse reduzido à insignificância.

No dia seguinte, que por sinal já era o dia do julgamento, o *Estado de S. Paulo* publica outro editorial (são incansáveis) para reforçar esses pontos já comentados.

Lula pretendia instilar no imaginário nacional a ideia de que há figuras políticas tão fundamentais para a história do País – a começar por ele próprio, é claro – que não podem ser tratadas como pessoas comuns, sujeitas aos rigores da lei.

É nisso que Lula se seus adoradores querem que os brasileiros acreditem: que está no banco dos réus não um homem comum, mas “o maior líder popular da história deste país”, conforme costuma bradar seu séquito de

bajuladores; logo, quem quer que decida investigá-lo, julgá-lo e, eventualmente, condená-lo só poder ser considerado um inimigo da pátria, do povo e da própria democracia.

É preciso deixar claro, de uma vez por todas que quem estará sendo julgado [...] não é o grande redentor dos pobres, o demiurgo de Garanhuns, a viva alma mais honesta do país, e sim, simplesmente, um político condenado em primeira instância pelo crime de corrupção [...]. Os petistas, contudo, são incansáveis na sua mendacidade [...]. Logo, uma decisão contrária a Lula no julgamento de hoje será interpretada pelo departamento de agitrop **[lembram desse termo?]** petista como um crime de lesa-pátria e, porque não?, de lesa-majestade (O julgamento de Lula, *O Estado de S. Paulo*, 24 jan. 2018, p. A3, **grifos e comentários deste autor**).

Lula realmente foi condenado pelos desembargadores do TRF-4 por unanimidade e teve sua pena majorada para doze anos e um mês também de forma unânime – o que reduzia, substancialmente, sua margem para recursos. Só então *O Globo* comenta em seu editorial a temática, afirmando em seu texto intitulado “A maior a derrota de Lula” que

A confirmação da condenação de Lula em segunda instância [...] não encerra a carreira política do ex-presidente, porém é um revés de gigantesca magnitude. [...] por certamente retirá-lo das eleições de outubro, por meio da Lei da Ficha Limpa, e mantê-lo inelegível por oito anos [...]. [...] Embora a militância bata bumbos para amplificar a tese sectária de que seu líder é vítima de um tribunal de exceção [...], a realidade é bem outra. [...] Mas o sectarismo rejeita qualquer argumento objetivo, e até formulou a tese autoritária de que o julgamento só seria legítimo se absolvesse Lula. [...] Se forem analisados os autos sem as lentes do viés político e ideológico, encontra-se o passo a passo de como um singelo apartamento na orla do Guarujá [...] foi adquirido em nome de Marisa Letícia, mulher de Lula, e, depois com o marido no poder, terminou metamorfoseando no triplex do prédio.

[...] Do julgamento no TRF-4, fica a frase do procurador Maurício Gotardo Gerum, representante, no julgamento do Ministério Público Federal:

– Lamentavelmente, Lula se corrompeu (A maior derrota de Lula, *O Globo*, 25 jan. 2018, p. 18).

Aqui é relevante perceber que quando se trata de Lula, a sinergia entre as narrativas das duas empresas jornalística é muito forte. Outro ponto importante é que o centro da intriga, o tema-chave aqui é a contraposição ao discurso de setores partidários, de movimentos sociais e da sociedade civil de que o julgamento sobre Lula não era imparcial. Nesse discurso, o líder petista estava sofrendo o que foi chamado de *Lawfare*, o uso do aparato jurídico para a consecução de objetivos políticos. Esses posicionamentos são considerados sectários e meramente ideológicos pelo *O Globo*. No *Estado de S. Paulo*, existe a celebração da vitória.

... o chefão petista obteve benefícios pessoais da empreiteira OAS em razão do esquema de corrupção na Petrobrás. [...] O placar de 3 a 0 no TRF-4 deveria ser suficiente para convencer os petistas a finalmente deixar de tratar o corrupto Lula como mártir da democracia brasileira. Fosse seguido à risca o estatuto do PT, Lula teria de ser expulso [...].
 [...] o discurso ético do PT, a exemplo de suas juras de amor à democracia, nunca foi um compromisso real. – nem poderia ser, pois, afinal, lulopetismo e respeito aos pilares democráticos provaram-se desde sempre incompatíveis. [...] Julgados eventuais embargos de declaração, Lula poderá conhecer de perto as agruras da cadeia comum, aquela para onde vão os criminosos. [...] Lula, em sua passagem pela Presidência, conspurcou o mais elevado cargo político da República, a ele conferido pelo eleitor. Pagará por isso (Acima de qualquer dúvida, *O Estado de S. Paulo*, 25 jan. 2018, p. A3).

Em reação contra as declarações de Lula perante sua condenação, o *Estado* escreve que ele ultrapassou “todos os limites que uma pessoa pública deveria respeitar, por mais contrariada que esteja. Pode-se dizer que o chefão petista, agora condenado por corrupção, comporta-se como líder sedicioso, incitando à desobediência civil³⁷⁵”. Ainda em 30 de janeiro, a empresa paulista, numa das raras vezes que chamou o projeto político encarnado por Lula de lulismo afirma que “assim, se o lulismo sobreviver a Lula, como muitos preveem, que seja para sempre reconhecido pelo que ele é: um movimento que aposta na ignorância política e no vale-tudo para capturar o poder³⁷⁶”.

No dia 6 de abril de 2018, após ter um *habeas corpus* preventivo negado pelo Supremo Tribunal Federal, Sérgio Moro decreta a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. O *Estado* já vinha observando com muitas reservas o julgamento do HC de Lula no STF, em que, considerando que o então ex-presidente poderia escapar da prisão, faz ameaças veladas à corte afirmando se tratar da “Hora escura do Supremo”³⁷⁷. Nessa hora, o jornal paulista acaba por se juntar a voz do comandante do Exército à época, o general Villas Boas que, num ato de ingerência militar ao Judiciário, afirmou:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?
 Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais³⁷⁸.

³⁷⁵ Lula passa dos limites, *O Estado de S. Paulo*, 26 jan. 2018, p. A3.

³⁷⁶ A sombra do lulismo, *O Estado de S. Paulo*, 30 jan. 2018, p. A3.

³⁷⁷ A hora escura do Supremo, *O Estado de S. Paulo*, 04 abr. 2018, p. A3

³⁷⁸ Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43640244> > acessado em 30 jul. 2025.

Porém, com o resultado foi positivo para os setores que queriam a prisão de Lula, o *Estadão* muda a abordagem e intitula a posição do STF de “O bom senso volta ao Supremo”³⁷⁹. Enquanto Lula acordava no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, *O Globo* saudava a notícia a partir de um enquadramento de que a justiça no Brasil finalmente estava atingindo a todos.

... O juiz Sérgio Moro [...] determinou, no fim da tarde, que ele [Lula] se entregue à Polícia Federal, em Curitiba, até as 17h de hoje, para começar a cumprir a pena de 12 anos e um mês de prisão, em regime fechado, por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Fecha-se um ciclo na política brasileira, no momento em que um líder populista esbarra na Constituição. [...] O mandado de prisão contra Lula confirma, por si só, que os alicerces republicanos da democracia se fortaleceram. [...] a ordem de prisão de Lula, por sua vez, é o ponto mais alto de um processo de limpeza ética porque passa a vida pública do país, a partir do fortalecimento de instituições de Estado – Ministério Público, Judiciário, Polícia Federal –, renovadas por gerações recém chegadas de servidores profissionais (Prisão de Lula reforça o estado de direito, *O Globo*, 06 abr. 2018, p.14).

O Globo comemora o que julga o fim de um ciclo. Ainda que até hoje se comente na imprensa profissional brasileira que a Lava Jato, com alguns excessos, teria atingido a todas as forças político-partidárias do país, o editorial do maior conglomerado de mídia do país admite que a prisão de Lula foi o ápice da operação. O fim último da força-tarefa sempre foi a condenação, o aprisionamento e o fim político do líder popular. Como é marca das operações de linguagem operadas pelo jornal, a narrativa volta a rememorar a trajetória de Lula e conclui taxativamente que a “Lava-Jato destamparia o baú de falcatruas lideradas por Lula e PT. Longe de envergonhar o país [...], a condenação de um ex-presidente demonstra a força das suas instituições”³⁸⁰.

Já o *Estadão* prefere exaltar a força da Lava Jato em mandar para a cadeia “um homem tão poderoso e influente como o chefe petista”³⁸¹.

A Lava Jato atinge em cheio o coração do maior esquema de corrupção da história do Brasil, pois foi sob o governo de Lula da Silva que o PT e seus associados – ou, mais apropriadamente, seus cúmplices – estruturaram o assalto à Petrobrás e a outras estatais [...]. [...] Não se pode perder de vista que [...] [os esquemas de corrupção] faziam parte de um plano muito bem articulado de manutenção do lulopetismo no poder. [...] foi ficando cada vez mais claro que tal esquema só ganhou essa dimensão porque Lula da Silva o viabilizou. O triplex do Guarujá e outras

³⁷⁹ O bom senso volta ao Supremo, *O Estado de S. Paulo*, 05 abr. 2018, p. A3.

³⁸⁰ Prisão de Lula reforça o estado de direito, *O Globo*, 06 abr. 2018, p.14.

³⁸¹ A força da Lava Jato, *O Estado de S. Paulo*, 07 abr. 2018, p. A3.

gentilezas pagas para empreiteiros camaradas [...] foram apenas a gorjeta, pois o grande prêmio que Lula queria era outro: transformar o Estado em propriedade do PT.

Com esse espírito, enquanto durou o mandarinato lulopetista, o céu parecia ser o limite para a tigrada, que tratou de aparelhar todas as instituições para assegurar a tranquilidade dos operadores do grande arranjo liderado por Lula da Silva.

[...] O desfecho do caso de Lula mostra que a Lava Jato, malgrado os exageros messiânicos de alguns de seus integrantes, dispõe de força suficiente para atingir o objetivo de fazer criminosos graúdos pagarem pelo que fizeram – mesmo que entre eles esteja aquele que se considera o mais importante brasileiro vivo (A força da Lava Jato, *O Estado de S. Paulo*, 07 abr. 2018, p. A3).

Agora, querendo encerrar esse ciclo de sua narrativa, o jornal paulista quer olhar para o futuro. O *Estadão* pede para que a “Nação se volte para o debate das questões que, de fato, deverão influenciar a construção de nosso futuro imediato³⁸²”. O jornal quer agora olhar para as eleições e para as reformas que ainda não foram concluídas tanto pela crise do governo Temer, quanto pela discussão sobre a prisão de Lula que tomou um terço do ano eleitoral. O jornal afirma que “tão logo os eleitos neste ano assumam seus mandatos [...] deverão se ocupar de uma inarredável agenda de projetos essenciais que inclui, sem mais delongas, a reforma da Previdência³⁸³”.

Quando parecia que Lula restaria em esquecimento, a resistência dele a se entregar de imediato junto a uma forte militância, conseguindo dar a última cartada do jogo com seu discurso – que já foi citado no *Prólogo* – e sua apresentação às autoridades policiais nos seus termos, o líder popular consegue reconfigurar a última cena das narrativas de seus inimigos.

Aos jornais, sobrou a joça e o deboche corriqueiros. O *Estadão* afirmou que o “inebriado chefão” Lula “incitou a baderna”, fez um “delirante discurso” de “grandiloquência boquirrota”, plagiando Martin Luther King e se travestindo do escravo gladiador “Spartacus”³⁸⁴. O *Globo* pregou que Lula fez um “discurso incendiário” ao ser “turbinado pelas cenas de desobediência civil sectária da militância”³⁸⁵. O líder petista teria, para o jornal carioca, “destilado radicalismos”, copiado Martin Luther King Jr.(de novo?), plagiando a carta testamento de Getúlio Vargas e distribuindo ameaças antidemocráticas, principalmente, à imprensa³⁸⁶.

³⁸² Um olhar para o futuro, *O Estado de S. Paulo*, 08 abr. 2018, p. A3.

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ Os tresvarios de Lula, *O Estado de S. Paulo*, 10 abr. 2018, p. A3.

³⁸⁵ Oportunidade, *O Globo*, 08 abr. 2018, p. 3.

³⁸⁶ Garantida a normalidade na prisão de Lula, *O Globo*, 10 abr. 2018, p. 16.

Dias depois, *O Estado de S. Paulo* publica um editorial cujo título parece ser inacreditável – e olha que depois de tantos editoriais trazidos aqui é muito difícil falar em incredulidade. Para continuar a sessão de escarnecimento, no que parece uma birra infantil por não ter conseguido lançar o enquadramento final de sua vontade, o jornal coloca como título o número do fichamento de Lula. Sim, o título é: “Ficha nº 700004553820”³⁸⁷.

Falando no *Estadão*, o jornal faz o que parece ser um desabafo sobre seu cansaço na Forja e Combate ao Lulopetismo. Em impacientes palavras, a empresa jornalística fala que

A sociedade está cansada de rugas intermináveis. Os cidadãos já não suportam mais a cisão fratricida e paralisante que o lulopetismo se empenhou em lhes impor. O país não pode mais pairar em suspenso diante dos infortúnios de Lula da Silva, o mesmo homem que deixou para trás um passado de muitas dificuldade para trilhar uma bem-sucedida carreira política, mais que, uma vez no auge da trajetória, fez uma opção livre e voluntária por se locupletar – e à tigrada – no poder. [...] O Brasil já não suporta mais ter o seu destino atrelado ao de Lula da Silva. É preciso virar esta triste página da História e voltar os olhos para o futuro (Um olhar para o futuro, *O Estado de S. Paulo*, 08 abr. 2018, p. A3).

Este autor que vos escreve acredita que uma vez que você elabore personagens de uma narrativa, ainda que a partir de pessoas reais, esses personagens acabam por possuir ao menos algum lampejo de seus escritores. Determinados aspectos que, ainda que inconscientes, formam o narrador podem ser vislumbrados nas personagens engendradas. E, para além da projeção do narrador ao seu personagem, a própria criatura engendrada passa a ser parte intrínseca de seu criador, ainda que este odeie e tente se desvencilhar a todo custo daquele. É assim que vejo esse último trecho editorial transcrito. Quer queiram, quer não, os editorialistas de todo o período que analisei neste trabalho, e suas respectivas empresas jornalísticas, estão intrinsecamente ligadas ao Monstro que criaram.

No Lulopetismo desenvolvido narrativamente pelo *Estado de S. Paulo* e por *O Globo*, e no universo mitológico formulado para essa criatura política, foi possível perceber os traços, as marcas, os afetos e a identidade desses potentes narradores. Ódio, elitismo, preconceito de classe, racismo, misoginia, xenofobia foram as afetações apreendidas por este autor para com as narrativas engendradas pelos jornais aqui estudados. Assim, identifiquei seu lócus social, o lugar de onde falaram,

³⁸⁷ Ficha nº 700004553820, *O Estado de S. Paulo*, 11 abr. 2018, p. A3.

com que objetivos, ligados a que interesses, a que setores, e a que projetos de sociedade e de poder serviam. Da mesma forma, foi possível identificar seus profundos efeitos na formação de subjetividades que pavimentaram o ódio antipetista que é condição *sine qua non* para o neofascismo que grassa no Brasil.

Ainda assim, esse Lulopetismo, esse personagem chamado Luiz Inácio Lula da Silva agora é parte inerente de suas histórias e trajetórias. E de fato, não se livraram dele, uma vez que, no momento em que escrevo, Lula é presidente do país em seu terceiro mandato e, à beira dos 80 anos de idade, já anuncia que possivelmente será candidato para um quarto mandato presidencial.

Digo o mesmo sobre mim. Ao escrever sobre essas narrativas e abandonando qualquer pretensão esdrúxula de não ser afetado pelo que pesquiso, passei a internalizar esse personagem chamado Lula também. Com seus méritos e suas profundas contradições também acabei por elaborar um Lula que é parte de mim. Ainda que continue a não me enxergar enquanto lulista, nem me afiliar ao Partido dos Trabalhadores, ao escrever sobre seus algozes e ao perceber que o que eles odiaram em Lula se relacionava de alguma forma com o que amplos segmentos da sociedade odeiam nos meus conterrâneos, nas minhas origens e nas pessoas ligadas à mim, preciso confessar que agora compreendo porque aquele sentimento catártico que me capturou no momento de maior crise do lulismo, às vésperas de sua prisão, me causava tamanho fascínio.

Acredito que com este trabalho, acabei por conhecer e compreender um pouco mais não só sobre a Forja e o Combate ao lulismo, mas conheci e compreendi um pouco mais de mim mesmo, de quem sou, de onde vim e pelo que quero lutar. Compreendi, criticamente, um pouco mais de Brasil.

Espero também, de alguma forma, ter contribuído nessa tua jornada, minha amiga leitora e meu amigo leitor, para quem sabe nos unirmos em prol de outro projeto de sociedade, mais igualitário, diverso e fraterno. Em que seja possível dar um passo além daquilo que já foi caminhado, reconhecendo contra que forças lutaremos e a favor de quem venceremos.

CRÔNICA VI

PINHAIS, 26 DE DEZEMBRO DE 2024

O brilho em meus olhos, a “centelha da esperança” voltou em uma conversa recente com uma amiga. Ao mostrar-lhe um de meus textos, ela falou: “Parece uma carta que você escreve, especificamente, para uma pessoa muito querida, contando situações que estão acontecendo, resgatando memórias, trazendo sentimentos...”. Esse pensamento me surpreendeu. Voltei aos textos, reli cada construção frasal, busquei refletir, mais uma vez, sobre minhas razões e meus sentimentos e então percebi que ela tinha total razão.

Cara leitora e caro leitor desta obra, me perdoem. Apenas agora percebi que nestes textos que brincam com as temporalidades, nesse balanço de ida e volta entre o passado e o presente, nessa gangorra de sentimentos que me impele a escrever sobre a política, a verdade e a vida, eu realmente tenho inconscientemente escrito para alguém. A semente que tornou-se fruto, meu pequeno que desejo tanto que continue a brincar em paz e que tenha as minhas memórias dessa nossa história recente para que sempre se lembre de lutar pelo bom, pelo belo e pelo justo. Desculpem-me leitores, mas agora direcionarei a próximas palavras a ele.

Meu querido Ravi, nunca desista de lutar.

Você representa para mim a força que preciso para forjar o encanto que contribua para a paz, para forjar o encanto que contribua para o combate pelo melhor do mundo.

Descobri que *A Forja e o Combate* é para você, meu filho.

Sonhe, lute e viva pela maravilha, Ravi.

Venceremos!

Figura 13: Ravi



Fonte autoral



EPÍLOGO

UM RÉQUIEM PARA O LULOPETISMO

*Vim aqui só pra dizer
Ninguém há de me calar
Se alguém tem que morrer
Que seja pra melhorar
Tanta vida pra viver
Tanta vida a se acabar
Com tanto pra se fazer
Com tanto pra se salvar
Você que não me entendeu
Não perde por esperar.*

Réquiem para Matraga
Geraldo Vandré

O Lulopetismo deve morrer. Encomenda-lhe um réquiem. A criatura monstruosa forjada precisa voltar a sua caldeira ardente. É necessário esconjurá-la, desmontá-la, destruí-la. Não se assustem, minhas amigas e meus amigos leitores. Não, eu não estou me unindo ao combate empreendido pelas empresas jornalísticas e suas poderosas Forjas editoriais. Eu não acredito na existência do Monstro e muito menos de seu fundo mitológico. Porém, quantas pessoas passaram a acreditar nesses últimos anos? Quantos amigos, irmãos, tios, pais, cunhados, vizinhos, colegas creem que suas vidas estão em risco com os agentes do Lulopetismo? Quantas pessoas que você ama foram, em maior ou menor grau, físgadas pelo bolsonarismo neofascista através não só das narrativas específicas que neste trabalho tratei, mas de outras narrativas antipetistas.

Neste último diálogo, gostaria de pensar algumas questões que ficam em aberto sobre a luta contra os impactos e efeitos das narrativas estudadas aqui. Quando faço as perguntas do último parágrafo, meu objetivo é simplesmente afirmar que esse mundo discursivo e mitológico no qual o Lulopetismo vive – e que foi engendrado desde as narrativas jornalísticas até às bolhas das redes sociais – é realidade para muita gente. Essa premissa é importante porque não só essas pessoas

não vão migrar de uma construção de mundo para outra como num passe de mágica, como são pessoas que convivem conosco no dia-a-dia.

Seria possível resgatá-las? Confesso que não tenho a resposta, nem sei se eu tentasse elaborá-la, conseguiria manter algum otimismo. Até porque, como diz Paolo Demuru, “o extremismo de nossa era tornou-se encantador, e os encantos de nossa era tornaram-se extremistas³⁸⁸”. O autor afirma que

... estamos diante de um projeto de colonização do imaginário para precisos fins ideológicos e políticos [...]. [...] a extrema direita continua radicalizando jovens e adultos, seduzindo-os com suas narrativas encantadoras: discursos que não apenas oferecem respostas simples e concretas a seus problemas, saídas aparentemente fáceis contra a crueza e a ferocidade do mundo capitalista, mas também, uma boa dose de êxtase e desejo para enfrentar a inércia e os desencantos do cotidiano³⁸⁹.

Enquanto isso, àqueles que lutam pela transformação social, pela democratização real ainda encontramos muita dificuldade em promover um discurso que encante, que mobilize, que engaje.

Todo esse contexto me lembra aquela frase icônica de Antônio Gramsci que já virou clichê no mundo acadêmico ou na luta política: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer³⁹⁰”. O que muitas vezes esquecemos é a continuação da frase, quando o mestre italiano afirma que “...nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. E como temos sentido em nosso corpo esses sintomas da destrutividade já preconizada, também, nos textos de Erich Fromm.

Que fique bem transparente que, ao afirmar que o Lulopetismo deve morrer, não estou me referindo ao lulismo. Ao estudar a elaboração desse personagem mitológico que irrompe na tessitura narrativa empreendida pelos editoriais do *Globo* e do *Estadão*, aponte que ele representa um movimento/projeto político degenerado, corrupto e virulento que coopta e sufoca a tudo e a todos. Compreendi que o Lulopetismo é uma forma de demonização, não só do lulismo e seus atores – lógico, com Lula à frente – mas de um projeto de Estado social, algo que na prática, como sabemos, ainda é bem incipiente.

³⁸⁸ DEMURU, P. **Políticas do Encanto: extrema direita e fantasias da conspiração**. São Paulo: Editora Elefante, 2024, *e-book*.

³⁸⁹ *Ibid.*

³⁹⁰ GRAMSCI, A. Quaderni del Carcere, Q3, §34, pp. 311-12; **Selections of the Prison Notebooks**; International Publishers, New York, 1971; pp. 275-276.

Acredito que se não for possível destruí-lo, é preciso ao menos feri-lo para minimizar seu poder de fascínio sobre grandes parcelas da sociedade. Talvez seja bem difícil resgatar esses segmentos do encanto neofascista antipetista, mas existe uma ampla parcela de cidadãos e cidadãs em nosso país que não foram totalmente sequestrados por esses discursos, mas que receberam seus impactos e efeitos que influenciam determinadas visões sobre a sociedade, sobre o Estado e sobre si.

Nesse estado de coisas, percebo que apenas o lulismo – enquanto projeto político e discursivo que pensa o social – tem sido capaz de vencer eleições majoritárias no país, mesmo com muita dificuldade no centro-sul e em parte da região norte. O que ainda é surpreendente tendo em vista toda a gigantesca operação de linguagem operada pelos agentes dos destrutivos ventos neoliberais e neofascistas.

Ainda assim, o lulismo é muito pouco, muitíssimo aquém de nossos sonhos e utopias. É pouco porque o campo democrático se encontra em um estado defensivo constante, num intuito de conservar as poucas conquistas democráticas. Essa postura mais reativa e conservadora, que o próprio lulismo encampa³⁹¹ - mais voltada a reviver os bons tempos de outrora – não provoca mais encantamento e engajamento que um dia já teve. O escritor Rodrigo Nunes faz uma boa análise sobre esse ponto.

Buscar o meio-termo nessas condições é pior que inócuo: seguir fingindo que as coisas podem voltar a ser como eram é perder um tempo que já não temos. [...] Para fazer política, não basta querer: é preciso calcular as mediações. Para fazer política transformadora, no entanto, apenas calcular as mediações tampouco basta. É preciso calculá-las sempre pra cima, tensioná-las, levá-las ao seu limite, de modo a abrir novos possíveis³⁹².

Por isso, para que o Lulopetismo morra é preciso que o lulismo deixe de ser um fim em si mesmo, para que então se transforme numa ponte. Uma ponte no presente e para o presente. No contexto em que estamos, acredito que Lula e o lulismo, enquanto pontes, são imprescindíveis para apontar a chegada de uma outra forma de fazer política. Uma política que seja, realmente, transformadora, com novos personagens e fincada em outras bases, como em ações para a cooperação, a

³⁹¹ Em diversos momentos, desde às eleições de 2022 aos primeiros anos da volta de Lula ao poder, ele tem falado que é preciso a volta da normalidade. Como exemplo, ver: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-12/lula-diz-que-trabalhou-em-2023-para-fazer-brasil-voltar-normalidade> > acesso em 04 ago. 2025.

³⁹² NUNES, R. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu editora, 2022, pp. 137-138.

coletividade e a autonomia popular. Política essa que precisa estar atrelada ao engendramento de novas formas de vida.

A posse de Lula, no dia 1º de janeiro de 2023, é uma excelente representação do que poderia ser – se fosse, realmente, posta em prática – a realização de uma política fincada na vida prática do povo brasileiro em sua pluralidade e diversidade.

Lembro muito bem quando visitei, com minha companheira, uma retomada de território indígena na floresta estadual metropolitana de Piraquara em 2021, quando ouvimos do cacique Kretã Kaingang, importante líder-membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que se Lula vencesse, os indígenas não queriam mais somente ser público-alvo de políticas públicas, mas que queriam governar junto ao presidente para elaborar essas políticas. Muitos tiveram suas expectativas frustradas ao perceberem que a subida pela rampa do Planalto não tem representado, de fato, o que acontece nesse terceiro governo lulista.

Figura 14: Posse de Lula representando a diversidade do povo brasileiro



Fonte: Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-sobe-rampa-do-planalto-acompanhado-de-catadora-metalurgico-pessoa-com-deficiencia-e-indigena-saiba-quem-sao.ghtml> > acesso em 04 ago. 20225.

Para que haja uma nova realidade, numa política transformadora e encantadora, o lulismo precisa dar a mão a discursos que sempre teve dificuldade de lidar ou que não costumam fazer parte de seu repertório político, uma vez que Lula é

um conciliador convicto. Exemplos de novos conteúdos que tem provocado maior engajamento por uma nova forma de vida é o que não falta, como a história do Movimento VAT (vida além do trabalho).

Em setembro de 2023, um jovem piauiense que mora no Rio de Janeiro, chamado Rick Azevedo, resolveu fazer um desabafo nas redes sociais. O balconista de farmácia, em tom de cansaço e indignação, falou as seguintes palavras: "Quando é que nós, da classe trabalhadora, iremos fazer uma revolução nesse país relacionada à escala 6x1? Gente, é uma escravidão moderna. Moderna, não: ultrapassada"³⁹³.

O vídeo no *TikTok* viralizou rapidamente. Muitas pessoas entraram em contato com Rick e, espontaneamente, formaram um grupo chamado Vida Além do Trabalho. No ano seguinte, a deputada federal pelo PSOL (SP), Erika Hilton, protocolou uma PEC para por fim a escala 6x1, substituindo-a pela 4x3. O criador do movimento concorreu a vereança do Rio de Janeiro e foi o candidato mais votado de seu partido, ainda que, entre os eleitos do PSOL (RJ), tenha sido o que teve a menor verba eleitoral.

Ao final dos dois anos da terceira Presidência de Lula, em meio à ofensiva do Mercado e da Imprensa contra o governo – que não tinha feito, até então, nenhum movimento que despertasse a militância à luta – um vídeo de Erika Hilton defendendo sua proposta de mudança constitucional disparou uma campanha que há tempos não pautava o debate público. Uma pesquisa calculou que houve 2,5 milhão de menções ao tema em seis dias no *Twitter*, *Youtube* e *TikTok*³⁹⁴. As redes foram inundadas com postagens, *memes* e *cards* diversos que furaram bolhas e passou a pautar as conversas nas casas, nas escolas (vários estudantes meus trouxeram a pauta à tona) e nas ruas.

O Instituto Democracia em xeque, com sua pesquisa nas redes, afirmou que a campanha virtual chamou à atenção da imprensa e pôs a extrema direita contra as paredes ao expor a hipocrisia daqueles que se diziam antissistema, mas eram contra

³⁹³ Disponível em < <https://epocanegocios.globo.com/futuro-do-trabalho/noticia/2024/11/escala-6x1-video-que-deu-inicio-a-discussao-foi-postado-por-ex-balconista-que-virou-vereador-assista.ghtml> > acessado em 1º ago. 2025.

³⁹⁴ Disponível em < <https://institutodx.org/wp-content/uploads/jet-form-builder/d117dca133c64bf78a4b7696dd007189/2024/11/DX-Relatorio-6X1.pdf> > acessado em 1º ago. 2025.

a proposta³⁹⁵. Tem algo mais antissistema do que lutar no capitalismo por mais direito do trabalhador a ter seu próprio tempo?

Mesmo com tanta comoção envolvida, Lula não tinha feito nenhuma sinalização ao movimento nem encampou a ideia para auxiliar no debate público. Olha que uma das *tags* mais utilizadas à época, segundo a pesquisa que trouxe aqui, foi *#Lula* e *#LulaInvesteNoPovo*. Possivelmente, a razão para que o presidente, pessoalmente, não se envolvesse naquele momento do debate, guarde relação com a ideia de não levar à frente pautas que desagradassem sua difícil e instável base parlamentar.

Nesse caso, conversando com o pesquisador Rodrigo Nunes que fala que para fazer política transformadora é necessário calcular as mediações para cima, tensionando-as para abrir novas possibilidades, o que vemos do lulismo é o contrário. Lula costuma distensionar o que nem ainda foi testado. Já antecipa um comportamento parlamentar, desprezando todo o engajamento popular que lhe daria uma ótima oportunidade de liderar o processo que é extremamente popular. A mais recente pesquisa da *Quaest* afirma que 71% dos entrevistados é favorável ao fim da escala 6x1³⁹⁶. Resumindo, a capitulação parece ser pré-datada. Dessa forma, não existe luta política possível.

O escritor Paolo Demuru conversa com essa discussão, ao afirmar que

Se quisermos ter êxito na disputa discursiva contra o extremismo de direita, será preciso encontrar novas palavras, tons, registros, outros entornos e contornos comunicacionais, capazes de atrair quem pensou e pensa diferente. [...] Desmontar a narrativa do adversário de maneira eficaz é importante, mas não basta. Também é preciso ocupar a esfera do debate público com novos conteúdos, que não permaneçam exclusivamente no campo semântico traçado pelo oponente. Dito de maneira simples e direta, devemos impor outras pautas, inventar e difundir outras histórias³⁹⁷.

A bem-sucedida campanha pelo fim da escala 6x1 é o melhor exemplo de imposição de uma pauta transformadora no debate público, saindo do campo de luta do adversário para colocar a discussão nos termos do campo popular e democrático. Mas a ausência da companhia real do governo faz com que o cansaço impere e,

³⁹⁵ Disponível em < <https://institutodx.org/publicacoes/estudo-sobre-a-6x1-nas-redes/> > acesso em 03 ago. 2025.

³⁹⁶ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2025/07/pesquisa-71percent-dos-brasileiros-sao-a-favor-do-fim-da-escala-6x1-mostra-a-quaest.ghtml> > acesso em 1º ago. 2025.

³⁹⁷ DEMURU. P. *Op. cit.*, ebook.

então, o discurso e a política encantadora se esfacele, atenuando seu efeito com o tempo.

Enquanto isso, a extrema direita não cessa de criar novos discursos e novas narrativas, como a campanha de desinformação durante as enchentes que devastaram boa parte do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, e a viralização da desconfiança generalizada sobre a atuação do governo Lula sobre o pix, no início deste ano. O que há de comum entre as duas narrativas é a demonização do Estado e suas políticas públicas. O discurso anti-Estado afirma que os cidadãos de bem são sufocados, escravizados pelas ações estatais de mitigação das desigualdades. Sendo assim, o discurso neoliberal bolsonarista arregimenta seus patriotas para o tempo da libertação, que, como já vimos, posso chamar muito bem de destruição.

Falando em destruição e pseudo-patriotismo, no momento em que escrevo as últimas palavras deste trabalho, nos encontramos num processo de acirramento das forças neofascistas contra o país. A família Bolsonaro conseguiu, com a ajuda do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, uma chantagem de grandes proporções que julgo eram inimagináveis. Enquanto Bolsonaro é réu na ação penal que julga a tentativa de golpe de Estado na transição para o governo Lula, um de seus filhos conseguiu apoio do movimento neofascista que domina a Casa Branca. Para livrar o pai da Justiça, bem como para os perpetradores do 8 de janeiro, ele conseguiu que os Estados Unidos impusessem uma tarifa de 50% aos produtos brasileiros que desembarcam no país.

A chantagem é nítida: ou param de julgar Bolsonaro – que nestes últimos momentos encontrava-se sob medidas cautelares (como uso de tornozeleira eletrônica e restrição domiciliar às noites e aos fins de semana) – ou o país sofrerá. Pois bem, a Justiça não se rendeu e no momento em que escrevo, no início desta noite da primeira segunda-feira de agosto, é decretada a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro. Agora ele aguardará preso a sua provável condenação pela tentativa de golpe que deve acontecer no próximo mês. A ele dedico os últimos versos de Réquiem para Matraga, de Geraldo Vandré: “você que não me entendeu, não perde por esperar”.

Já Lula tem se demonstrado firme no que é chamada de “defesa da soberania”, e, por isso, tem conseguido sair das cordas, aumentando um pouco sua aprovação. Aliás, um pouco antes disso, surpreendentemente, Lula tem apostado numa campanha sobre justiça tributária, encampando pessoalmente a taxa

super-ricos para aliviar a carga sobre quem ganha até cinco mil reais – até mesmo o fim da escala 6x1 passou a entrar em seus discursos. Esse é o tipo de compromisso político que pode fazer do lulismo uma ponte, num passo para além daquilo que o fenômeno tem sido. O que abre espaço para novas lutas coletivas e novos atores políticos que alarguem as possibilidades de transformação da sociedade. Nunes reafirma essa assertiva ao dizer que

... Mover a janela – isto é, transformar o limite do possível – é o objetivo mesmo da política [...]. [A esquerda] terá de articular uma base social e construir essas ideias junto com ela. Para isso, será necessário exercitar a capacidade de acolhimento, estar presente na vida das pessoas, conhecer seus problemas, sustentar espaços onde elas possam experimentar a própria potência, e assim, oferecer respostas situadas não apenas no futuro, mas aqui e agora³⁹⁸.

Acredito que é disso que precisamos agora. É bem verdade que, nesse mundo em que parece que as elaborações neofascistas tem, assustadoramente, atraído tanta gente, nós, “absortos nessa luta por um mínimo de veracidade e bom senso, acabamos reprimindo o nosso desejo de imaginação, desistindo de uma nova vocação para encantos saudáveis, devaneios outros, utopias possíveis. Entregamo-nos de corpo e alma à batalha do real, e esquecemos de quão importante é disputar a maravilha”³⁹⁹. Mas é sempre bom lembrar que – citando a obra *Políticas do Encanto*, de Paolo Demuru – “a nossa necessidade de encantamento, magia e lugares outros caminha junto às lutas por outros mundos possíveis e reais”⁴⁰⁰.

Pensando em como terminar esta proposta de conversa, encontrei uma metáfora que talvez seja a que melhor expressa minha percepção e minha leitura afetada do engendramento do Lulopetismo e de nossa luta contra esses discursos neofascistas. Pensei num conceito que apelido de *potencialidade demiúrgica*. Tomo como referência o mito do demiurgo no gnosticismo antigo. O demiurgo é um deus inferior que se atribuiu o poder da criação do mundo material, aprisionando as almas à gélida e sofrida realidade da matéria (interessante é que, em diversos editoriais, Lula é ironicamente chamado de “demiurgo de Garanhuns”).

O resultado é que os seres do mundo criado pela *potencialidade demiúrgica* acreditam e vivem como se aquele mundo fosse o único possível. A única forma de conseguir se desvencilhar desse mundo onde parece não haver alternativas é através

³⁹⁸ NUNES, R. *Op. cit.*, p. 138.

³⁹⁹ DEMURU, P. *Op. cit.*, ebook.

⁴⁰⁰ *Ibid.*

da *gnose*, o conhecimento libertador do espírito que transcende, num despertar para a ideia de que existe algo a mais, para além da matéria limitante.

As narrativas ficcionalizadas pelos jornais sobre o Lulopetismo tiveram o condão de forjar toda uma compreensão de mundo que estetizou o real. Mais do que compreender, através das potencialidades de sua demiúrgica operação de linguagem, um mundo realmente foi criado. Os jornais cooperaram, junto a outras narrativas antipetistas do período, para o engendramento de um mundo em guerra existencial onde era preciso combater e eliminar o monstro lulopetista que encarnava toda uma forma de pensar o Estado voltado para políticas de diminuição das desigualdades, e que, nesse mundo, era visto como atentado à liberdade.

Nessa realidade forjada em colaboração com as grandes empresas jornalísticas, as forças do(s) (cidadãos de) bem conseguiram derrubar o Monstro e começaram um processo de libertação. Essa seria a única história possível desse mundo, a única versão dos fatos, a única memória autorizada. O que os habitantes do mundo criado pelos demiurgos neoliberais não sabiam era da possibilidade de outras histórias, de outras vivências, de outras subjetividades. A criação de uma forma radicalizada de conduzir a condutas, segundo os preceitos da racionalidade neoliberal, era tida como única forma de existência possível, de realidade acessível. Esse mundo que reduzia toda a vontade de potência das pessoas, toda a beleza e toda vida a uma mera mercadoria que competia com outras mercadorias, máquinas que concorriam com outras máquinas.

Talvez aqui, um primeiro passo para a real libertação – a *gnose* – é a tomada crítica da consciência das estruturas que de forma insidiosa operam para naturalizar a tecnificação da vida. Estruturas estruturantes das relações desiguais de poder e que legitimam e normalizam toda a feiura do sistema que aprisiona e descarta.

Nosso papel seria o de não só desnudar e desnaturalizar essa realidade mórbida criada pelo demiurgo forjador, mas destituí-lo de seu lugar, roubar-lhe seu poder, tomar-lhe sua potencialidade criativa para acionar a possibilidade de reimaginar um mundo novo, uma vida outra. Para forjarmos de forma radical, não mais inimigos, mas um espaço comum, coletivo, social, popular. É preciso que haja a forja de uma outra política transformadora que instaure e liberte a centelha da esperança que existe em cada uma e em cada um de nós. Para que possamos declamar os versos já entoados pela belíssima voz de minha conterrânea Maria Bethânia.

Lutar com unhas e dentes pra termos direito a um depois
Fim do milênio, o resgate da vida
Do sonho, do bem
A terra é tão verde e azul
Os filhos dos filhos dos filhos dos nossos filhos verão.

Pablo Silva Pimentel
Pinhais, 04 de agosto de 2025.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ADORNO, T. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. **Gosto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- AGAMBEN, G. **Quando a casa queima: Sobre o dialeto do pensamento**. Belo Horizonte: Editora âyné, 2021.
- ALBUQUERQUE, A. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, 2008.
- ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America. **Journalism**, vol. 20, nº 7, 2019.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A pele da História: corpo, escrita e escrita historiográfica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2024. *E-book*.
- ALMEIDA, R. **À Sombra do Poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.
- ALONSO, A. Treze: a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Cia das letras, 2023
- ALTMAN, B. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: Junho de 2013: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, C. D. "E agora, José?". In: **Poesias**. Rio de Janeiro, 1942.

ANDRÉS, R. **A razão dos centavos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ARÊAS, J. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

ARRAES, G; FURTADO, J. **O Debate**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión**. Universidad del País Vasco, 1996, p. 171.

ÁVILA, A. "O que significa indisciplinar a história?" in: **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019.

AZEVEDO, F. A. **A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. São Carlos, 2016.

BAUER, C. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. **Aedos**, vol. 12, nº 5, 2013.

BAUER, C. Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma interpretação do monumento a Castelo Branco como uma memória do capitalismo (Porto Alegre, Brasil, 1979). **Historia y Sociedad**, no. 47, 2024.

BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOITO JR, A. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, v. 37, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Él sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2023.

CALDWELL, B.; MONTES, L. Friedrich Hayek and his visits to Chile. **The Review of Austrian Economics**, v. 28, n. 3, 2015.

CAPELATO, M. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945.** São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

CAPELATO, M.; PRADO, M. **O bravo matutino (imprensa e ideologia: O Estado de S. Paulo).** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, F. H. O papel da oposição. **Revista Interesse Nacional**, nº 13, abr-jun. 2011.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero.** Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. “Giro colonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico”. In: ***El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica.*** Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007

CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CERTEAU, M. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2016,

CHAMAYOU, G. **Sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu editora, 2018.

CLETO, M. **Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime militar**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2024.

DA SILVA, W.; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cultura e Religião**. 15 (1), 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARNTON, R. "Writing news and telling stories". **Daedalus** 104(2), 1975.

DEMURU, P. **Políticas do Encanto: extrema direita e fantasias da conspiração**. São Paulo: Editora Elefante, 2024, *e-book*.

DERRIDA, J. We Other Greeks. In: **Derrida and Antiquity**, Classical Presences, Oxford: Oxford Academic online ed., 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. **Remontagens do tempo sofrido**. Lisboa: KKYM, 2019.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia, **Tempo e Argumento**, vol. 4, nº 1, 2012.

ECO, U. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2021.

FELD, C. "Entrevista con Henry Rousso. El duelo es imposible y necesario". **En Puentes**, año 1, n.º 2, diciembre, 2000.

FIRMSTONE, J. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice** 2(2), 2008, p. 224.

FONSECA, F. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de se e dos outros II**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

FROMM, E. **Anatomía de la destructividade humana**. pp. 415-419. Disponível em < <https://ww3.lectulandia.com> >.

GAGLIARDI, J. “Um projeto de poder por vias não democráticas”: **O Globo e a narrativa do Lulopetismo**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva. 2009.

GOLDSTEIN, A. The Press and Classical Populism in Argentina and Brazil. **Latin American Perspectives**, 45(3), 2018.

GALINARI, F. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma**. Dissertação (mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

GOMES, W. **Jornalismo, Fato e Interesses: ensaios de teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, L; CALDEIRA NETO, O. **O Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*, Q3, §34, pp. 311-12; *Selections of the Prison Notebooks*; International Publishers, New York, 1971.

GROSFOGUEL, R. "The epistemic decolonial turn". **Cultural Studies**, vol. 21, nº 2-3, 2007.

GUAZINA, L., PRIOR, H. ARAÚJO, B. **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

GUÉRIN, D. **Fascismo e grande capital**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HARA, T. **Saber Noturno: uma antologia de vidas errantes**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, 23(3), 2020.

HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, S. **Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla, José Italo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HAYEK, F. **The Constitution of Liberty: the definitive edition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

HONESKO, V. Sobre o governo das memórias: aspectos de um domínio do real. **Boletim de pesquisa nelic**, Florianópolis, v. 19, n. 31, 2019.

HONESKO, V. **Mitografias do Brasil contemporâneo: a liberdade é de quem?** Belo Horizonte: Editora Âyné, 2020.

JABLONKA, I. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Brasília: Editora UNB, 2018.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. 2ª ed. Lima: IEP, 2012.

JESI, F. **O Mito**, Lisboa: Editorial Presença, 1988.

JESI, F. **Cultura de Direita**. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2021.

JESI, F. Gastronomia Mitológica. Trad: HONESKO, V. **Revista Sopro**, nº 52, julho de 2011.

JINKINS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

KAFKA, F. **O processo**. São Paulo: Companhia de bolso, 2005.

KLEIN, N. **A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

LIFSCHITZ, J. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, nº 85 junho/2014.

LIMONGI, F. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

MAFEI, R. **Como remover um presidente: teoria, história e prática do impeachment no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MARIANI, B. **O Comunismo Imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Tese (Doutorado em Linguística). – Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATTEI, C. **A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MATTHES J. Framing politics: An integrative approach. **American Behavioral Scientist**, 56(3), 2012.

MATTOS, H; BESSONE, T. MAMIGONIAN, B. **Historiadores pela democracia – o golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. n-1 edições, 2018.

MENESES, S. **A Operação Midiográfica**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

MENEZES, L. M. Civilização x Barbárie: mito de combate no discurso midiático sobre a revolução (1917-1921). In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DPeA e Faperj, 2006.

MESQUITA FILHO, J. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data**. São Paulo: seção de obras de *O Estado de S. Paulo*, 1925.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MONT'ALVERNE, C.; ATHANÁSIO, E.; MARQUES, F. The journalist between the profession and the newspaper's interests. **Brazilian Journalism Research** 14(2), 2018.

MOTTA, L. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2005.

MOTTA, R. **Em Guarda contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2000.

NUNES, R. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

ONFRAY, Michel. **A escultura de si: a moral estética**. Trad. de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PIGLIA, R. **Los diarios de Emilio Renzi: Los años felices**. Barcelona: Anagrama, 2016.

PIMENTEL, P. **“Não vai mesmo ter golpe”: Um estudo sobre os editoriais de O Globo nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2019.

PIMENTEL, P. A narrativa e os enquadramentos do Estadão sobre o “lulopetismo”: Uma perspectiva crítica latino-americana. **Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, 12(1), 2023.

PIMENTEL, P.; MARQUES, J. De-Westernizing Media Parallelism: How Editorial Interests Unfold During Impeachment Crises. **Journalism Studies**, 22(3), 282–304, 2021.

PIMENTEL P.; MARQUES J. Narrativas em disputa: os editoriais de *O Globo* e a desconstrução da ideia de “golpe” durante o impeachment de Dilma

Rousseff. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, 46:2. 2021.

PINTO, J. P. **Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PRONER, C.; CITTADINO, G.; TENENBSUM, M.; FILHO, W. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, J. **Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, J. **O fio perdido**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

REESE, S. Framing public life. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world**. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2001.

RENNÓ, L; CABELLO, A. As bases do Lulismo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 25, n. 74, 2016.

RICCI, R. **Lulismo: três discursos e um estilo**, 2004.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Volume I. Campinas: Papirus, 2010.

ROCHA, C. **“Menos Marx. Mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2018.

SCHUDSON, M. O modelo americano de Jornalismo: exceção ou exemplo?. **Revista Comunicação e Cultura**, nº 3, 2007.

SEVERIANO, M. **Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família que tentou tomar o poder pelo poder das palavras – e das armas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SOARES, M. **Narrativas simbólicas do lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, *E-book*.

SINGER, A. **O Lulismo em Crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

STARLING, H; LAGO, M; BGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

TIQQUN. Ecografia de uma potência. **Tudo deu errado, vida o Comunismo** Trad. Vinicius Nicastro Honesko. n-1 edições, 2020. *E-book*.

VIEIRA, P. **A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

APÊNDICE

FONTES EDITORIAIS

O GLOBO

1964

SE NÃO, NÃO!

18 DE MARÇO

RESSURGE A DEMOCRACIA

02 DE ABRIL

1984

JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO

07 DE OUTUBRO

1992

RENÚNCIA, AGORA

30 DE SETEMBRO

2013

A VOLTA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA

15 DE JUNHO

É PERIGOSO AFASTAR O MP DAS

INVESTIGAÇÕES

16 DE JUNHO

A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DOS

PARTIDOS

18 DE JUNHO

DECIFRAR AS MENSAGENS DA RUA

19 DE JUNHO

DESDOBRAMENTOS DA MOBILIZAÇÃO

21 DE JUNHO

ULTRAPASSOU OS LIMITES

22 DE JUNHO

A POLÊMICA AGENDA DO GOVERNO DILMA

25 DE JUNHO

A MANIPULAÇÃO DO PLEBISCITO

27 DE JUNHO

A DISTÂNCIA ENTRE A INTENÇÃO E O

POSSÍVEL

29 DE JUNHO

A FALSA SOLUÇÃO DO PLEBISCITO

02 DE JULHO

MANOBRA DO PLEBISCITO É INVIÁVEL

04 DE JULHO

APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 64 FOI UM
ERRO
31 DE AGOSTO

2014

CRESCE O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO NA
PETROBRAS
12 DE AGOSTO

MARINA SILVA AJUSTA PERCURSO PARA
CAMPANHAS
23 DE AGOSTO

DÚVIDAS SOBRE A DEMOCRACIA DE
MARINA SILVA
02 DE SETEMBRO

COALIZÕES SÃO PROBLEMA PARA TODO
GOVERNO
05 DE SETEMBRO

DISPENDIOSA CAIXA-PRETA
08 DE SETEMBRO

OS 'FINS JUSTIFICAM OS MEIOS' TAMBÉM
NA PETROBRAS
09 DE SETEMBRO

PT SE FORTALECE COMO O PARTIDO DOS
GROTÕES
12 DE SETEMBRO

INSTITUIÇÕES FUNCIONAM NO CASO
PETROBRAS
13 DE SETEMBRO

DIFÍCIL TENTATIVA DE AGRADAR AO
EMPRESARIADO
17 DE SETEMBRO

ESCÂNDALO NA PETROBRAS NÃO PARA DE
CRESCER
23 DE SETEMBRO

CUSTOS DA DIPLOMACIA ELEITOREIRA
26 DE SETEMBRO

IDEOLOGIZAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA
ISOLA PAÍS E AFETA ECONOMIA
27 DE SETEMBRO

CONSTRÓI-SE UMA VERDADEIRA
"HERANÇA MALDITA"
02 DE OUTUBRO

O MOMENTO É DE CONCILIAÇÃO
26 DE OUTUBRO

2015

LEGAL E EFICAZ
09 DE MARÇO

DELAÇÃO PREMIADA SERVE DE AULA DE
FISIOLOGISMO
11 DE MARÇO

A CORRUPÇÃO EM ESCALA INDUSTRIAL NA
PETROBRAS
12 DE MARÇO

É PRIORITÁRIA A DEFESA DAS
INSTITUIÇÕES
13 DE MARÇO

GOVERNO PRECISA TER DISCURSO ÚNICO
SOBRE PROTESTOS
17 DE MARÇO

CHEGA A HORA DO LULOPETISMO NO
PETROLÃO
18 DE MARÇO

DILMA OLHA PARA FRENTE O APOIAR
AJUSTE NA ECONOMIA
18 DE MARÇO

A MELHOR REFORMA POLÍTICA É TÓPICA E
NÃO SALVACIONISTA
19 DE MARÇO

2016

EDUARDO CUNHA EM CURVA
DESCENDENTE
04 DE MARÇO

UMA REAFIRMAÇÃO DOS PRINCÍPIOS
REPUBLICANOS
05 DE MARÇO

EM 13 ANOS DE ESCÂNDALOS
06 DE MARÇO

CRISE POLÍTICA JOGA ECONOMIA NO CHÃO
08 DE MARÇO

UM MOMENTO ESPECIAL NA LUTA CONTRA
A IMPUNIDADE
10 DE MARÇO

CONFISSÃO
10 DE MARÇO

IMPLICAÇÕES DO FRÁGIL PEDIDO DE
PRISÃO DE LULA
12 DE MARÇO

CONTRIBUINTE PAGA A CONTA DA
NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA
13 DE MARÇO

UM 'BASTA' NAS RUAS A DILMA, LULA E PT
15 DE MARÇO

DESEMPREGO EXPRESSA O DRAMA
HUMANO NA CRISE
16 DE MARÇO

ATOLEIRO
16 DE MARÇO

LULA E DILMA APOSTAM TUDO PARA
TENTAR SOBREVIVER
17 DE MARÇO

VALE-TUDO EMPURRA DILMA E LULA PARA
A ILEGALIDADE
18 DE MARÇO

UM IMPEACHMENT É UMA SAÍDA
INSTITUCIONAL DA CRISE
19 DE MARÇO

REVITALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA
POLÍTICA
20 DE MARÇO

A SERVIÇO DO DESEMPREGO
21 DE MARÇO

PROVAS DA DESPREOCUPAÇÃO COM O
EQUILÍBRIO FISCAL
1º DE ABRIL

LAVA JATO NÃO PODE TER O DESTINO DA
MÃOS LIMPAS.
02 DE ABRIL

MENSALÃO E PETROLÃO EVIDENCIAM
‘ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA’
05 DE ABRIL

BOLIVARIANOS E DILMA SE ISOLAM NA
FARSA DO ‘GOLPE’
20 DE ABRIL

SENSATO
23 DE ABRIL

O VERDADEIRO GOLPE É O DAS ‘DIRETAS
JÁ’
30 DE ABRIL

OPORTUNIDADE DE SE APERFEIÇOAR
PROGRAMAS SOCIAIS
1º DE MAIO

PISCOU
03 DE MAIO

MP INCLUI LULA NA ‘ORGANIZAÇÃO’ DE
DIRCEU
05 DE MAIO

RENÚNCIA DE CUNHA É A MELHOR
ALTERNATIVA
06 DE MAIO

TESES PELO IMPEACHMENT SE
CONSOLIDAM
07 DE MAIO

NOVO MARCO DE DEFESA DA
RESPONSABILIDADE FISCAL
12 DE MAIO

OTIMISMO COM O NOVO TOM DO
PLANALTO
13 DE MAIO

SAÍDA DE JUCÁ ESTABELECE NORMA
POSITIVA NO GOVERNO
18 DE MAIO

PT CONFIRMA APARELHAR EM NOME DO
‘PROJETO’
21 DE MAIO

PARA QUE JAMAIS HAJA OUTRO
IMPEACHMENT
01 DE SETEMBRO

PEC DO TETO AJUDA BRASIL A FAZER
ORÇAMENTO DE FATO
12 DE OUTUBRO

APROVAÇÃO DA PEC É CONTRAPONTO
OTIMISTA
14 DE OUTUBRO

GOVERNO NÃO PODE MESMO ESQUECER
DA MICROECONOMIA
16 DE DEZEMBRO

2017

EQUILÍBRIO
03 DE MAIO

LAVA JATO EXPÕE ‘CAPITALISMO DE
COMPADRES’
07 DE MAIO

LIÇÃO NÃO APRENDIDA
08 DE MAIO

A MANIPULAÇÃO EM TORNO DO
DEPOIMENTO DE LULA
09 DE MAIO

FATOS CONSPIRAM
12 DE MAIO

JUSTIÇA CUMPRE SEU PAPEL EM
DEPOIMENTO DE LULA
12 DE MAIO

MARQUETEIROS COMPLICAM SITUAÇÃO DE
LULOPETISTAS
13 DE MAIO

CRESCE IMPORTÂNCIA DE DILMA NO
PETROLÃO
16 DE MAIO

NÃO HÁ SAÍDA DA CRISE FORA DA
CONSTITUIÇÃO
19 DE MAIO

A RENÚNCIA DO PRESIDENTE
20 DE MAIO

CONDENAÇÃO DE LULA É SÍMBOLO NO
COMBATE À CORRUPÇÃO
13 DE JULHO

REFORMA TRABALHISTA INCENTIVA O
EMPREGO FORMAL
14 DE JULHO

2018

A MAIOR DERROTA DE LULA
25 DE JANEIRO

PRISÃO DE LULA REFORÇA O ESTADO DE

DIREITO
06 DE ABRIL

OPORTUNIDADE
08 DE ABRIL

GARANTIDA A NORMALIDADE NA PRISÃO DE

LULA
10 DE ABRIL

A HORA DO RODÍZIO DEMOCRÁTICO DO

PODER
29 DE OUTUBRO

2022

O ESTADO DE S. PAULO

1964

O COMÍCIO
14 DE MARÇO

ROTEIRO DA REVOLUÇÃO
12 DE ABRIL

2013

CHEGOU A HORA DO BASTA
13 DE JUNHO

ENTENDER AS MANIFESTAÇÕES
15 DE JUNHO

LULA TEM UMA OPORTUNIDADE DE

REDIMIR O BRASIL
31 DE OUTUBRO

O CERCO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

18 DE JUNHO

VONTADE DE FALAR

19 DE JUNHO

'SEM VIOLÊNCIA' E SEM CONTROLE

20 DE JUNHO

UMA FIESP BOLIVARIANA?

20 DE JUNHO

A VIOLÊNCIA DAS MINORIAS

22 DE JUNHO

PARA A RUA VER

25 DE JUNHO

O DESPREPARO CONFIRMADO

26 DE JUNHO

A RESPONSABILIDADE NECESSÁRIA

27 DE JUNHO

A AVENTURA E O VESPEIRO

29 DE JUNHO

A POLÍTICA NAS RUAS

30 DE JUNHO

A FEITIÇARIA DESANDOU

04 DE JULHO

2014

COMPRE DILMA, LEVE LULA

13 DE AGOSTO

POR QUE ELE PRECISA DELA

14 DE AGOSTO

‘APERFEIÇOANDO’ A DEMOCRACIA

16 DE AGOSTO

SOBRE CREDIBILIDADE

17 DE AGOSTO

A PRESIDENTE NO SUFOCO

20 DE AGOSTO

A CANDIDATA IMPÕE MEDO

23 DE AGOSTO

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

24 DE AGOSTO

MARINA E A DEMOCRACIA

26 DE AGOSTO

AS COISAS PODEM NÃO SER O QUE

PARECEM

07 DE SETEMBRO

DILMA NAS NUVENS

10 DE SETEMBRO

TORTUOSOS TRAJETOS DO DILMÊS

15 DE SETEMBRO

A EVIDÊNCIA DE UM FRACASSO

22 DE SETEMBRO

O AUTORRETRATO DE DILMA

24 DE SETEMBRO

DILMA ROUSSEFF E A CORRUPÇÃO

28 DE SETEMBRO

DILMA E A DIPLOMACIA PETISTA

30 DE SETEMBRO

VOTO DE PROTESTO

01 DE OUTUBRO

A ESPERANÇA CONTRA O ÓDIO

19 DE OUTUBRO

UM VOTO PELA RECONCILIAÇÃO NACIONAL

26 DE OUTUBRO

2015

CONFUSÃO É TUDO O QUE LULA QUER

08 DE MARÇO

DILMA PODE AGIR SEM O CONGRESSO

NACIONAL

08 DE MARÇO

A GRANDE MENTIRA

10 DE MARÇO

AÇÃO ENTRE AMIGOS

10 DE MARÇO

É HORA DE CAIR NA REAL

11 DE MARÇO

TUDO TEM SUA HORA

13 DE MARÇO

O CALENDÁRIO DO MST

13 DE MARÇO

DILMA DIZ QUE VAI MUDAR POLÍTICA

14 DE MARÇO

TUDO TEM SUA HORA

15 DE MARÇO

OS BRASILEIROS FALARAM

17 DE MARÇO

A HUMILDADE DE DILMA

18 DE MARÇO

A MANIPULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

19 DE MARÇO

2016

O HOMEM QUE SABE DEMAIS

04 DE MARÇO

OS MALES QUE LULA FAZ

05 DE MARÇO

O CHEFE DO BANDO

06 DE MARÇO

PROCURA-SE UM PRESIDENTE

07 DE MARÇO

ESCALADA IRRESPONSÁVEL

08 DE MARÇO

A VASSALAGEM DE DILMA A LULA

08 DE MARÇO

DESAPREÇO PELAS INSTITUIÇÕES

08 DE MARÇO

ESCALADA IRRESPONSÁVEL

08 DE MARÇO

OS EMBARAÇOS DE DILMA

09 DE MARÇO

APARELHAMENTO AMEAÇADO

12 DE MARÇO

POLÍTICA, JUSTIÇA E BOM SENSO

12 DE MARÇO

CHEGOU A HORA DE DIZER: BASTA!

13 DE MARÇO

CORRUPÇÃO COMO RAZÃO DE SER

14 DE MARÇO

E O BRASIL DISSE: BASTA

15 DE MARÇO

NOVA AFRONTA AOS BRASILEIROS

16 DE MARÇO

RUÍNA MORAL

16 DE MARÇO

GOLPE DE ESTADO

17 DE MARÇO

VERGONHA! VERGONHA!

18 DE MARÇO

TORPE E INDIGNO

20 DE MARÇO

O MAL QUE CUNHA FAZ

1º DE ABRIL

OS VENDILHÕES DO PLANALTO

1º DE ABRIL

A PACIÊNCIA ACABOU

04 DE ABRIL

O GOLPE SEM IMPEACHMENT

05 DE ABRIL

RETÓRICA SINGELA

06 DE ABRIL

O JOGO DE QUEM JÁ PERDEU

08 DE ABRIL

SUPERANDO O LULOPETISMO

12 DE ABRIL

A JURISPRUDÊNCIA DO BERRO

13 DE ABRIL

O INCONFORMISMO DE DILMA

14 DE ABRIL

A AMEAÇA PETISTA

18 DE ABRIL

GUERRA AO ESTADO DE DIREITO

20 DE ABRIL

A EXPORTAÇÃO DO VEXAME

21 DE ABRIL

DILMA LEVA UM PITO

22 DE ABRIL

ISSO, SIM, É GOLPE

23 DE ABRIL

DILMA, A REALIDADE E A FANTASIA

26 DE ABRIL

O PAÍS QUE SE DANE

03 DE MAIO

O 'REI' ESTÁ NU

05 DE MAIO

A IMPUNIDADE DE CUNHA CHEGA AO FIM

06 DE MAIO

O POPULISMO NO BANCO DOS RÉUS

07 DE MAIO

RETORNO À IRRELEVÂNCIA

12 DE MAIO

O LUGAR DE DILMA NA HISTÓRIA

14 DE JUNHO

O PT ABRE O JOGO

26 DE AGOSTO

SERIEDADE COMO POLÍTICA SOCIAL

26 DE AGOSTO

CONDIÇÕES PARA VOLTAR A CRESCER

31 DE AGOSTO

O ORÇAMENTO DO CONCERTO

02 DE SETEMBRO

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

11 DE OUTUBRO

UM PASSO PROMISSOR

12 DE OUTUBRO

O AJUSTE APENAS COMEÇA

13 DE OUTUBRO

COMEÇANDO PELO TETO

15 DE DEZEMBRO

O DEDO DO PT

16 DE DEZEMBRO

2017

O PT SE DESMANCHA

02 DE MAIO

O PODER DA MENTIRA

03 DE MAIO

A REAL AMEAÇA À LAVA JATO

04 DE MAIO

LULA ARMA O CIRCO

09 DE MAIO

A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA LAVA JATO

10 DE MAIO

INOCÊNCIA

13 DE MAIO

AS PATRANHAS DE LULA

15 DE MAIO

A HORA DA RESPONSABILIDADE

19 DE MAIO

UM TESTE PARA O BRASIL

20 DE MAIO

O AUTOR DA CRISE

29 DE MAIO

ESPASMOS ACUSATÓRIOS

11 DE JULHO

A CONDENAÇÃO DE LULA DA SILVA

13 DE JULHO

AS REFORMAS AVANÇAM

13 DE JULHO

A ETERNA VÍTIMA

14 DE JULHO

2018

A POLÍTICA DO RESENTIMENTO

22 DE JANEIRO

O RESPEITO À LEI

23 DE JANEIRO

O JULGAMENTO DE LULA

24 DE JANEIRO

ACIMA DE QUALQUER DÚVIDA

25 DE JANEIRO

LULA PASSA DOS LIMITES

26 DE JANEIRO

A SOMBRA DO LULISMO

30 DE JANEIRO

A HORA ESCURA DO SUPREMO

04 DE ABRIL

O BOM SENSO VOLTA AO SUPREMO

05 DE ABRIL

A FORÇA DA LAVA JATO

07 DE ABRIL

UM OLHAR PARA O FUTURO

08 DE ABRIL

OS TRESVARIOS DE LULA

10 DE ABRIL

FICHA Nº 700004553820

11 DE ABRIL